



Universidade Federal de Pernambuco

Centro de Artes e Comunicação

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano – MDU

Islena Melo de Carvalho Dias

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Natália Miranda Vieira-de-Araújo

**O CAMPO TEÓRICO-METODOLÓGICO E A PRÁTICA INTERVENCIONISTA NAS
AÇÕES DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO URBANO NO BRASIL:**

o tratamento de ruínas em Laranjeiras/SE e em Cachoeira/BA para a implantação de
campi universitários

Recife

2025

Islena Melo de Carvalho Dias

**O CAMPO TEÓRICO-METODOLÓGICO E A PRÁTICA INTERVENCIONISTA NAS
AÇÕES DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO URBANO NO BRASIL:**

o tratamento de ruínas em Laranjeiras/SE e em Cachoeira/BA para a implantação de
campi universitários

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Urbano. Área de Concentração: Conservação Integrada.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Natália Miranda Vieira-de-Araújo.

Recife

2025

Catálogo de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Dias, Islena Melo de Carvalho.

O Campo teórico-metodológico e a prática intervencionista nas ações de preservação do patrimônio edificado urbano no Brasil: o tratamento de ruínas em Laranjeiras/SE e em Cachoeira/BA para a implantação de campi universitários / Islena Melo de Carvalho Dias. - Recife, 2025.

292f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, 2025.

Orientação: Natália Miranda Vieira-de-Araújo.

Inclui referências.

1. Patrimônio Edificado Urbano; 2. Ruínas; 3. IPHAN; 4. Programa Monumenta. I. Vieira-de-Araújo, Natália Miranda. II. Título

Agradecimentos

Agradeço a Natália, minha orientadora e referência, por ter sempre à mão um novo texto, uma dica, um convite e uma oportunidade. E por ter sempre no rosto um sorriso de quem ama o que faz, com competência, carinho e compreensão.

A Betânia, por seu apoio desde a nossa primeira conversa, e quem me inspira a conhecer o mundo por meio da educação.

A Marcelo, meu antigo orientador e atual amigo, que me apresentou a tudo que a Academia poderia ser.

A CAPES, que me possibilitou a dedicação integral a essa pesquisa.

A todos os professores que me inspiraram, que me fizeram questionar. Mais importante que responder, pesquisar. Que me mostraram quão bonito, difícil e cheio de responsabilidades é esse caminho de busca. Que aprender é uma atividade exercida de forma consciente, necessária à experiência humana. E que ensinar pode ser uma consequência generosa, cheia de gratidão e respeito. Em especial, obrigada a Renata Cabral, pelo carinho, confiança e o saber durante a minha experiência como estagiária docente.

A todos os colegas que me fizeram companhia nos momentos de angústia e nos momentos de êxtase pelo trabalho realizado. Pelas etapas cumpridas e pelos resultados ainda pairando no ar. Por ajudarem, ouvirem e prestigiarem. Por segurarem minha mão, agradeço a Glenda, Ed e Enza. Amigos que me encontraram e me fizeram acolhida no caminho em uma cidade grande e nova para mim como o Recife. E a Camila, Bruna, Nicolle e Larissa. Desde a graduação, me inspiram e me apoiam em cada novo desafio. Amo vocês!

A meu pai, por ser sempre meu abrigo. Materialmente ou imaterialmente, um ponto de apoio e segurança em qualquer jornada que adentro. Pela companhia, pelas risadas e pelo amor. Obrigada!

A minha mãe, pelo orgulho em cada pequena conquista. Pelo apoio, cuidado e preocupação com os caminhos que escolho trilhar. Assim como meu pai, meu eterno porto seguro.

A Irla, minha irmã. Mais nova, mas a quem recorro sempre: “para entender o que eu escrevi? Preciso enviar esse artigo amanhã!”. Também, por me levar cada vez mais ao mundo da literatura. Por me mostrar que escrever pode ser tão legal como pintar.

A Rafael, meu companheiro. Por fazer da vida mais leve e bonita. Pelo apoio incondicional em todos os momentos, inclusive naqueles em que impuseram uma distância de 500 quilômetros entre nós. Por me fazer valorizar o cotidiano – que é extraordinário. Por me fazer sonhar, mas sem esquecer o instante. Pelo amor e pelo cuidado. Por ser meu alguém no mundo e por celebrar, em cada célula, quem sou. Te amo.

Um dia, lendo Clarice (obrigada, Irla!), me deparei com as seguintes palavras: “escrevo como quem aprende”. Durante os últimos dois intensos anos, também escrevi como quem aprende. Obrigada por me ensinarem. E obrigada por me permitirem aprender.

O novo projeto é na verdade uma criação com um duplo compromisso: urbanístico, com o entorno, e arquitetônico, com a nova função. Esses dois compromissos guardam necessariamente uma interdependência forçosa. Não é possível desenvolver um interior à revelia do exterior.
Azevedo, 1991, p. 74.

O CAMPO TEÓRICO-METODOLÓGICO E A PRÁTICA INTERVENCIONISTA NAS AÇÕES DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO URBANO NO BRASIL:

o tratamento de ruínas em Laranjeiras/SE e em Cachoeira/BA para a implantação de *campi* universitários

Resumo

Após séculos de reflexões e experiências no campo da preservação do patrimônio cultural edificado, se fortalece, a nível internacional, a ideia da preservação como um ato histórico-crítico. Nesse contexto, desde o início da atuação do IPHAN até o período atual, a relação entre as reflexões teórico-metodológicas e a prática intervencionista institucional brasileira se apresenta ora de forma aproximada, ora distanciada, num movimento que combina ações de maior inclinação histórico-crítica e ações voltadas à busca por um “estado idealizado” do bem. Considerando tal cenário como ponto de partida, esta pesquisa tem como objetivo central investigar, a partir de uma análise do construído, a relação entre o campo teórico-metodológico da preservação patrimonial e a prática intervencionista nas ações realizadas no Quarteirão dos Trapiches (Laranjeiras/SE) e no Quarteirão Leite Alves (Cachoeira, BA) para a instalação de *campi* universitários (UFS e UFRB, respectivamente) no âmbito do Programa Monumenta - ativo entre meados da década de 1990 e o início da década de 2010. Ambas se realizaram sobre o patrimônio edificado urbano nacional e lidaram com edificações em identificado estado de ruína. Por meio da pesquisa realizada, verificou-se aproximações e afastamentos entre os princípios teórico-metodológicos e a prática intervencionista no Brasil, abrangendo três importantes dimensões: a capacitação das empresas profissionais envolvidos; o processo de aprovação dos projetos por meio do órgão federal; e o aproveitamento de oportunidades políticas e econômicas. Por outro lado, verificou-se, por meio da exposição de casos nacionais e internacionais, a aplicabilidade dos conceitos teórico-metodológicos a partir de um fazer arquitetônico capacitado, sensível e comprometido com a preservação do antigo e sua integração às necessidades modernas.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Edificado Urbano, Ruínas, IPHAN, Programa Monumenta.

Islena Melo de Carvalho Dias

**THE THEORETICAL-METHODOLOGICAL FIELD AND INTERVENTIONIST PRACTICE IN
THE PRESERVATION OF URBAN BUILT HERITAGE IN BRAZIL:**

the treatment of ruins in Laranjeiras/SE and Cachoeira/BA for the implementation of
university campuses

Abstract

After centuries of reflection and experience in the field of built cultural heritage preservation, the idea of preservation as a historical-critical act has gained strength at the international level. In this context, from the early activities of IPHAN to the present day, the relationship between theoretical-methodological reflections and Brazilian institutional interventionist practices has alternated between moments of alignment and divergence, in a dynamic that combines actions with a more historical-critical inclination and others focused on seeking an “idealized state” of the heritage asset. Taking this scenario as a starting point, the central aim of this research is to investigate, through an analysis of the built environment, the relationship between the theoretical-methodological field of heritage preservation and the interventionist practice applied in the projects carried out at the Quarteirão dos Trapiches (Laranjeiras, SE) and Quarteirão Leite Alves (Cachoeira, BA), both aimed at establishing university campuses (UFS and UFRB, respectively) under the Monumenta Program — active from the mid-1990s to the early 2010s. Both interventions dealt with nationally listed urban heritage and involved buildings identified as being in a state of ruin. Through this research, it was possible to identify both alignments and divergences between theoretical-methodological principles and interventionist practice in Brazil, encompassing three key dimensions: the training of the companies and professionals involved; the project approval process through the federal agency; and the leveraging of political and economic opportunities. On the other hand, it was observed — through the analysis of national and international cases — that theoretical-methodological concepts can indeed be applied through an architectural practice that is skilled, sensitive, and committed to preserving the old while integrating it with modern needs.

KEYWORDS: Urban Built Heritage, Ruins, IPHAN, Programa Monumenta.

Sumário

Introdução.....	10
A prática institucional brasileira de preservação e o Programa Monumenta: entre aproximações à reflexão teórico-metodológica e a manutenção de uma “tradição”	10
Objetivos, procedimentos metodológicos e estruturação da pesquisa.....	29
1.0 O campo teórico-metodológico da preservação	33
1.1. Os princípios que fundamentam a preservação urbana: do século XIX às reflexões contemporâneas	34
1.2. Ruínas: uma possibilidade de integração entre os aspectos documentais, simbólicos, estéticos e de uso nas ações de preservação.....	50
1.3. Considerações parciais	75
2.0 A intervenção no Quarteirão dos Trapiches em Laranjeiras/SE	79
2.1. O Porto das Laranjeiras.....	80
2.2. O “Quarteirão” à margem do Cotinguiba e sua transformação em <i>campus</i> universitário.....	102
2.3. Considerações Parciais	179
3.0 A intervenção no Quarteirão Leite Alves em Cachoeira/BA	186
3.1. Todos os caminhos levam a Cachoeira	188
3.2. Antiga fábrica de charutos, novo <i>campus</i> da UFRB	213
3.3. Considerações Parciais	266
4.0 Considerações Finais: aproximações, afastamentos, interferências e potencialidades	272
Referências	285

Introdução

| A prática institucional brasileira de preservação e o Programa Monumenta: entre aproximações à reflexão teórico-metodológica e a manutenção de uma “tradição”

Desde a criação do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN¹) - principal órgão de preservação do país - verifica-se que, no órgão, a relação entre as reflexões teórico-metodológicas do campo e a prática intervencionista adotada apresenta, por um lado, dissonâncias; por outro, despontam momentos de aparente aproximação. Como esclarece Gonçalves, C. (2010), a estruturação das diretrizes legais e dos procedimentos de trabalho a serem adotados pelo IPHAN ocorre paralelamente ao surgimento de normatizações e discussões teóricas no plano internacional: a criação do SPHAN data de 1937, apenas alguns anos após a publicação da Carta de Atenas de 1931, momento-chave para a formulação de princípios gerais de atuação no campo da preservação do patrimônio construído. A autora destaca, então, o pouco tempo transcorrido para o amadurecimento da conceituação teórica do tema pelo recém-criado órgão brasileiro, assim como para uma reflexão acerca das especificidades brasileiras frente ao contexto internacional. Logo, sem referências nacionais anteriores, o SPHAN se apresenta diante da grande tarefa de salvaguardar a “identidade brasileira” por meio do seu patrimônio cultural (Gonçalves, C. 2010).

Inicia-se então a chamada “fase heroica” do órgão, compreendida pelos momentos primeiros de sua atuação entre os anos de 1937 e 1967 e cuja direção ficou sob a responsabilidade do jornalista e advogado Rodrigo Melo Franco de Andrade. Este, reunido a um seleto grupo de intelectuais – como o arquiteto modernista Lucio Costa –, recebeu a missão de identificar e proteger o patrimônio nacional. Nessa fase, apesar de grandes intenções de trabalho, foram enfrentadas dificuldades por se tratar de uma experiência pioneira no país. Para tanto, naquele momento, o grupo voltou-se à arte barroca e à arquitetura tradicional do período colonial, assim como na construção de relações entre esta e a arquitetura moderna. Nessa construção, tomava-se que, apesar das diferenças formais entre elas, algo as conectava: a ideia de um produto autenticamente brasileiro (Gonçalves, C. 2010).

¹ Antigo SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Entende-se, nesse sentido, que o período que ficou conhecido como “fase heroica” do IPHAN foi fundamental para a consolidação das práticas de preservação no Brasil, pois:

Se, por um lado, a longa permanência do primeiro diretor permitiu, ao SPHAN, assegurar uma continuidade nas ações desenvolvidas e firmar sua reputação enquanto instituição com corpo técnico de reconhecido valor; por outro, o enrijecimento gradual de sua estrutura administrativa e a falta de renovação das equipes – e, por consequência, dos procedimentos de trabalho – que perduraram por longos trinta anos, reverberam até os dias atuais [...] (Gonçalves, 2010, p. 72).

Nesse cenário, Gonçalves, C. (2010) elucida, por meio de registros de autoria de Rodrigo Melo Franco de Andrade no início da sua atuação, que o então diretor do órgão federal de preservação brasileiro trazia um discurso aparentemente alinhado às discussões teóricas internacionais – naquele momento, dispostas principalmente na Carta de Atenas de 1931. No entanto, Gonçalves, C. (2010) ainda esclarece que, na prática, um descompasso se apresentou: no desenrolar do período inaugural do IPHAN, a prática reorientou o seu discurso. Diante do volume de demandas que chegavam, estabeleceu-se, aos poucos, um “modelo padrão” a ser seguido no dia a dia de aprovação de projetos dentro dos conjuntos tombados e ações sobre bens de valor patrimonial reconhecido.

No que se refere à preservação, a busca pela “unidade de estilo” - que, conforme a mesma Carta de Atenas de 1931, não se configura como o objetivo da restauração - tornou-se comum no órgão por meio de uma postura caracterizada pela rejeição da convivência estilística na arquitetura, privilegiando os refazimentos (Brendle, 2017; Vieira-de-Araújo, 2014). No caso da introdução da arquitetura contemporânea, o privilégio ora recairia sobre cópias dos elementos oriundos da arquitetura colonial, ora sobre a valorização da arquitetura moderna, as duas consideradas expressões da “essência” brasileira (Gonçalves, C. 2010).

Deste período constam, por exemplo, as primeiras ações empreendidas pelo IPHAN em Ouro Preto², um dos conjuntos urbanos mineiros tombados pelo SPHAN em 1938. Conforme Motta (1987), a prática preservacionista institucional nos primeiros anos de atuação do IPHAN tratava a cidade como expressão estética - entendida segundo critérios estilísticos -, e distanciava-se da ênfase no seu aspecto documental. Assim, no que se refere a aprovações de projetos sobre bens no conjunto urbano tombado, eram previstas, em grande medida, ações corretivas como a exigência da retirada de características arquitetônicas posteriores ao século XVIII.

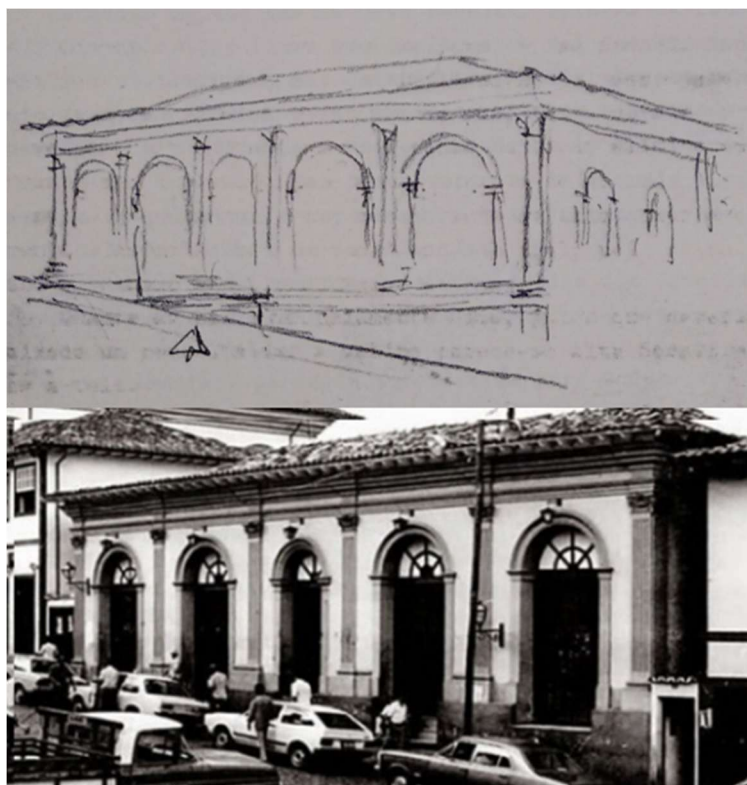
Esse foi o caso do “restauro” do prédio de feições ecléticas do antigo Liceu de Artes e Ofícios (Figura 1) para abrigar o cine Vila Rica, no final da década de 1950 (Figuras 2 e 3). O edifício construído no fim do século XIX era considerado, nas palavras de Lucio Costa, como um exemplar da arquitetura “bastarda” e que, portanto, sobressaía no conjunto urbano tombado. Assim, ao concentrar-se nos aspectos da fachada do imóvel, a DPHAN³ exigiu a retirada dos frontões e platibandas, o despojamento dos detalhes ornamentais, e o estabelecimento de um ritmo para os vãos de maneira semelhante à arquitetura do período colonial (Sorgine, Motta e Grieco, 2008).



Figura 1: Edifício do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto em 1898. Foto de J. Brandi. Fonte: Arquivo Público Mineiro, s/d. Disponível em: < <https://bit.ly/2jWdh0v> >. Acesso em: 4 jan. 2025.

² Destaca-se que, antes mesmo do tombamento pelo SPHAN em 1938, Ouro Preto foi declarada como Monumento Nacional em 1933, como movimento pioneiro de reconhecimento patrimonial do ambiente urbano no Brasil (Sant’anna, 2017a).

³ Em 1946, por meio do Decreto-Lei nº. 8.534, de 02 de janeiro, o então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN - foi transformado em Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - DPHAN (Thompson [org.], 2009), denominação que permanece até 1970.



Figuras 2 e 3: Acima, croqui de Lucio Costa de 1956 com indicações para a remodelação da fachada do antigo Liceu. Abaixo, o edifício como cine Vila Rica pós-intervenção, na década de 1980. Fontes: ACI/RJ – Série Obras, Caixa 0218, Pasta 0946 (acima); O Tempo, 2016 *in* DIAS, 2020, p. 15 (abaixo).

No que se refere às novas construções dentro do núcleo antigo, era também do órgão institucional de preservação a responsabilidade quanto ao controle dos projetos corriqueiros que surgiam. Tais ações de controle resultavam, muitas vezes, na imitação da arquitetura tradicional colonial e, com o tempo e a impossibilidade de controlar cada caso, surgem as primeiras normas fachadistas na cidade (Motta, 1987). Da repetição de linhas tradicionais em busca da harmonia com o antigo, a exigências específicas e rígidas para o detalhamento do novo casario, Motta (1987) destaca que as consequências geradas são percebidas em três escalas: na descaracterização urbanística e paisagística, na “falsificação do conjunto” (Motta, 1987, p. 115) e na produção de uma arquitetura híbrida⁴. No entanto, apesar dos exemplos aqui citados

⁴ Por “hibridismo”, Motta (1987) faz referência a nova arquitetura desenvolvida a partir das exigências da SPHAN no caso de Ouro Preto. Segundo a autora, como os critérios principais de aprovação dos projetos incidiam destacadamente sobre as fachadas principais, eram nas laterais que apareciam os elementos “dos novos tempos”, como “vãos rasgados” e esquadrias de ferro: “Assim, a arquitetura nova submetida

acerca de ações passíveis de reflexão e questionamentos no que se refere aos métodos utilizados na “fase heroica” do IPHAN, reconhecemos a importância do seu papel na preservação do acervo cultural edificado do Brasil - e, assim, da história do país -, numa fase ainda inaugural e pioneira do órgão. A partir das primeiras ações preservacionistas, sedimentou-se, no cenário brasileiro, o reconhecimento da necessidade de proteção do seu patrimônio cultural em favor da manutenção da memória e identidade do país. Patrimônio esse que, de maneira significativa, atravessou décadas e pode ser alcançado e experienciado atualmente.

Ainda sobre a trajetória do IPHAN, conforme Cunha (2010), o cenário institucional supracitado manteve-se até a aposentadoria de Rodrigo M. F. de Andrade, em 1967, quando o arquiteto e colaborador do antigo SPHAN Renato Soeiro recebe a direção do órgão em crise de legitimidade. Tal crise – derivada das transformações no modelo de desenvolvimento do país e dos impasses decorrentes nas ações da DPHAN – é acentuada na passagem dos anos 1960 para os anos 1970, quando eclodem críticas à atuação do órgão, considerado dogmático e elitista (Cunha, 2010).

Assim, em consequência da crise enfrentada, Renato Soeiro buscou o estabelecimento de acordos de cooperação institucional junto à UNESCO. Ademais, o IPHAN⁵ abriu-se à participação de estados e municípios, num movimento voltado à descentralização da política preservacionista brasileira, até aquele momento restrita ao Governo Federal. Nesse sentido, nos Encontros dos Governadores de Estado, ocorridos em 1970 em Brasília e em 1971 em Salvador, criaram-se condições de atuação conjunta entre os governadores, dirigentes municipais e o IPHAN, com o objetivo de atender à crescente demanda da preservação da memória e de seus suportes materiais. Naquele momento, destacava-se a busca pela conciliação entre as políticas de planejamento urbano e de preservação, como proposto nas Normas de Quito (1967) durante a Reunião

à SPHAN era apenas falsa em relação ao passado e ao presente, sem ter personalidade nem marca cultural. Revelava uma expressão imposta pelo Estado, já fruto da deformação de um critério inicial e da desatualização conceitual diante da realidade” (Motta, 1987, p. 116).

⁵ Por meio do Decreto nº 66.967 de 27 de julho de 1970, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) foi transformada em instituto (IPHAN). Nomenclatura esta que permaneceu até 1979, foi retomada a partir de 1994 e alcança os dias atuais (Thompson [org.], 2009).

sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse Histórico e Artístico da O.E.A. - Organização dos Estados Americanos (Cunha, 2010).

Estabelece-se, então, em 1973, o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH), com o objetivo de dar suporte à exploração turística e contando com a referência conceitual e técnica do IPHAN. Naquele momento, como anunciam documentos internacionais⁶, o turismo emergia como uma atividade capaz de promover a preservação do patrimônio aliado ao seu aproveitamento econômico. No entanto, um dos principais problemas relacionados ao PCH estaria relacionado justamente ao investimento excessivo em usos turísticos, culturais, institucionais e religiosos - destinações de 79% dos projetos contemplados com recursos do programa. Apesar de criticada por argumentos conceituais pelos países europeus já nos anos 70⁷, a noção de que o turismo seria uma das principais vias de viabilização econômica se manteve forte nos países menos desenvolvidos (Sant'anna, 2017b).

Por outro lado, também conforme Sant'anna (2017b), uma grande conquista do PCH se deu no campo da formação profissional e da constituição de um segmento da construção civil voltado para obras de conservação e restauração do patrimônio. Nesse sentido, ainda como fruto dos Encontros dos Governadores, surge a indicação para a criação de escolas para a capacitação de profissionais para atuar na área da preservação, naquele momento em grande expansão, como o curso de especialização por meio de convênio Condephaat, IPHAN e FAU-USP em São Paulo (Cunha, 2010). Sobre esse ponto, destaca-se que:

Até este momento não havia sido notada a necessidade de um estudo mais acurado dos princípios da restauração, ponto que [...] os conhecimentos da arquitetura tradicional e contemporânea eram tidos como suficientes para amparar e estabelecer os parâmetros para a ação preservacionista brasileira. Entretanto, neste curso ficou evidente a defasagem entre as práticas implementadas pelo órgão federal de preservação e os conceitos oferecidos pela teoria da restauração [...] (Cunha, 2010, p. 92).

⁶ A exemplo das referidas Normas de Quito (1967), além da Recomendação de Paris (1968).

⁷ A exemplo do exposto no Documento de Nairóbi (1976).

Assim, segundo Sant’anna (2017b), a qualidade técnica geral das intervenções realizadas no período foi notável. No entanto, a valorização da “aparência” colonial dos edifícios não teria sido superada, apesar das discussões acerca da importância da diversidade de linguagens formais no Brasil já se fazerem presentes no período. Nesse sentido:

Apesar de buscarem atender às normas do chamado ‘restauro científico’, recomendado em documentos internacionais, o histórico desprezo dos arquitetos do Iphan pela arquitetura eclética ainda falou alto e deu o tom das operações de restauração do período, como ilustra a célebre intervenção que transformou a feição eclética e neogótica adquirida pela Sé de Olinda, no ‘monstrengo colonial’ que lá se encontra (Sant’anna, 2017b, p. 68).

No entanto, apesar de despertar questionamentos, o PCH empreendeu importantes conquistas no campo preservacionista brasileiro e deve ser reconhecido por sua abrangência e grande aplicação de recursos financeiros na preservação do patrimônio cultural do país, deixando diversas heranças (positivas e negativas) para os demais programas que se sucederam – como o Programa Monumenta, a ser tratado posteriormente.

De volta a meados da década de 1970, destaca-se a criação do Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC, formado por professores dentro da Universidade e fora da burocracia estatal, e contando Aloísio Magalhães como seu diretor –, que tinha como objetivo pensar a produção cultural brasileira articulada ao desenvolvimento do país (Cunha, 2010). Dessa maneira:

Diferentemente de Rodrigo, seu propósito [de Aloísio Magalhães] não é “civilizar o Brasil preservando uma “tradição”, mas revelar a diversidade da cultura brasileira e assegurar que ela seja levada em conta no processo de desenvolvimento (Gonçalves, J. 1996, p. 53, apud Cunha, 2010, p. 108).

Conforme Cunha (2010), de 1975 a 1978, o CNRC permaneceu autônomo em relação ao Estado. No entanto, como forma de oficializá-lo dentro da estrutura governamental, o CNRC foi incorporado ao IPHAN – órgão que, desde 1979, tinha na

direção o mesmo Aloísio Magalhães. Ainda ao final de 1979, conforma-se uma nova estrutura composta da seguinte maneira: um órgão normativo (agora chamado de Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN) e um órgão executivo (a Fundação Nacional Pró-Memória - FNPM). No entanto, ainda segundo Cunha (2010, p. 111):

[...] a transformação efetiva dos novos conceitos em uma renovada prática institucional não se daria de modo automático ou milagroso. De fato, os antigos funcionários do IPHAN sentiam-se mais ameaçados que estimulados pelos novos ares que sopravam no Patrimônio e o que deveria ser uma fórmula de cooperação entre a nova SPHAN e a Pró-Memória, acabou por se constituir em instâncias não-comunicantes de ação. Tudo isso agravado pela morte prematura do novo líder institucional, Aloísio Magalhães, em junho de 1982.

Em suma, em meio a diversas transformações sofridas desde a incorporação do CNRC ao antigo IPHAN, destaca-se a forte segmentação do trabalho desenvolvido pelos funcionários alocados na SPHAN e aqueles vinculados à Pró-Memória, onde à SPHAN atribuía-se as atividades relacionadas à identificação, aos tombamentos e as intervenções dos monumentos arquitetônicos; enquanto a Pró-Memória dedicava-se às pesquisas sobre o saber fazer das diferentes regiões do país (Cunha, 2010). Assim:

[...] atravessa-se a década de 1980 e chega-se a década de 1990 não propriamente com uma redefinição teórico-conceitual que redundasse em novos métodos de intervenção, mas com uma confusão de princípios e conceitos contraditórios, problema que se toma ainda mais agudo tendo em vista a ampliação do que se considera patrimônio e de seu papel na sociedade contemporânea (Cunha, 2010, p. 121).

A década de 1990 marca então uma nova inflexão na política preservacionista federal brasileira. A área da cultura (historicamente deixada em segundo plano nas políticas públicas brasileiras) sofre com a extinção, em 1990, do Ministério da Cultura, substituído pela Secretaria da Cultura – esta, ligada diretamente à Presidência da República. Ainda em 1990, a SPHAN, seu conselho consultivo e a FNPM são também extintos e é criado o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC. No entanto, em

1992, o Conselho é reconduzido às suas funções⁸ e os seus trabalhos, até então paralisados, são retomados. No mesmo ano, a Secretaria da Cultura é extinta e o MinC é recriado. Por fim, em 1994 extingue-se o IBPC, e o órgão volta a se denominar IPHAN (Cunha, 2010).

Diante de tantas modificações sofridas pelo órgão federal de preservação, Pereira (2021), ao tratar da convivência e das articulações entre as permanências e as renovações no âmbito do IPHAN entre os anos 1990 e 2010, ilumina a existência de disputas na interpretação e na tutela do patrimônio urbano brasileiro. Essas disputas estariam vinculadas, de um lado, à permanência da “tradição institucional” (Pereira, 2021, p. 42); do outro, a ideias arejadas que buscam ampliações dos critérios vinculados ao alargamento do conceito de patrimônio cultural estabelecido na Constituição Federal de 1988, derivado das discussões internacionais da década de 1960. No entanto, apesar da presença de diferentes narrativas, a autora enfatiza a força do discurso produzido na fase heroica do órgão, que ainda ecoa nas narrativas de reconhecimento do patrimônio cultural brasileiro na época mais recente.

No mesmo sentido, Vieira-de-Araújo e Nascimento (2012) apontam – assim como Gonçalves C. (2010) – que se estabeleceu, com o tempo, certa parametrização das ações intervencionistas no patrimônio edificado brasileiro, encarada como uma “receita” a ser seguida: que passou a ser chamada de “estilo patrimônio”. Nesse momento, faz-se necessário destacar mais cuidadosamente tal termo – o “estilo patrimônio”. Introduzido por Lia Motta (1987), o termo teria sido utilizado pelos próprios moradores de Ouro Preto para tratar das ações iniciais do antigo SPHAN na cidade, ou seja, ainda na fase heroica do órgão (Motta, 1987). No entanto, destacamos que tal termo introduzido por Motta volta-se principalmente às **novas construções** nos centros

⁸ Conforme a página oficial do IPHAN, o Conselho possui a seguinte estrutura: o presidente do IPHAN ocupa a sua presidência, contando ainda com nove representantes de instituições públicas e privadas e 13 representantes da sociedade civil, indicados pela presidência do instituto e designados pelo Ministério da Cultura. O mandato dos conselheiros é de quatro anos, permitida a recondução. Compete ao Conselho examinar, apreciar e decidir sobre questões relacionadas a tombamentos, a registros de bens culturais de natureza imaterial, a saídas temporárias de bens culturais protegidos por lei do país, além de opinar acerca de outras questões relevantes propostas pelo presidente do IPHAN.

⁹ Termo utilizado por Pereira (2021) ao tratar da busca pela “homogeneidade” do espaço urbano por meio de ações alinhadas à postura do IPHAN nos anos primeiros da sua atuação e que parece permanecer na realidade preservacionista brasileira apesar das tentativas de alargamento dos conceitos relacionados ao patrimônio urbano.

antigos e, posteriormente, também sobre projetos situados fora do centro histórico da cidade. Nesse sentido, Motta (1987) identifica que, naquele momento, a questão da arquitetura nova nos centros antigos era abordada pelos órgãos de preservação patrimonial a partir de uma visão modernista e que visava à manutenção da cidade como objeto idealizado: “As supostamente poucas edificações novas no conjunto eram encaradas como um retoque, devendo ser executadas de forma a diluir-se no contexto antigo ou ser contemporâneas (modernistas), desde que de *boa arquitetura* [...]” (Motta, 1987, p. 110).

No entanto, com o passar do tempo, o uso do termo “estilo patrimônio” se popularizou na academia a partir de uma extensão da ideia inicial introduzida por Motta na década de 1980. Inicialmente, o termo se referia à “normas” definidas pelo então SPHAN para aprovação de novas construções no centro antigo de Ouro Preto e que exigiam a utilização de elementos relacionados à arquitetura tradicional brasileira. Posteriormente, ele teria passado a se referir mais popularmente a uma atuação do IPHAN caracterizada por reconstituições de caráter estilístico em intervenções sobre bens em contexto de preservação patrimonial por todo o país: uma parametrização de ações que passou a ser reconhecida como um “estilo” marcante do órgão, o “estilo patrimônio”.

Podemos identificar uma aproximação em ambos os sentidos atribuídos ao termo: a manutenção de certos estilos e estéticas (como a do período colonial) priorizados diante das transformações atravessadas pelos bens, muitas vezes sem justificativas teórico-metodológicas consistentes e que acarretam a confusão dos sujeitos acerca da autenticidade dos bens a serem protegidos. No entanto, faz-se relevante apontar, neste trabalho, a origem do termo e a transformação do seu sentido ao longo do tempo – a fim de apresentar o real significado a ser considerado na reflexão proposta. Aqui, consideramos importante trazer o termo “estilo patrimônio” tendo em vista o seu amplo uso na literatura brasileira acerca do tema. Destacamos que o sentido adotado na presente dissertação ao tratar do “estilo patrimônio”, a partir da investigação de diversos autores (como Vieira e Nascimento (2012)), refere-se à parametrização de ações com forte caráter estilístico sobre intervenções sobre bens reconhecidos como patrimônio no Brasil a partir das exigências e definições do IPHAN.

Dessa maneira, verificamos que, apesar de décadas de atuação e ampliações de abordagens conceituais pelas quais o IPHAN atravessou, certas práticas que foram estabelecidas na fase de consolidação do órgão aparentam permanecer – e seguir ressoando em suas regionais pelo Brasil¹⁰. Assim, diversas intervenções em bens de valor patrimonial pautam-se numa abordagem de tratamento do patrimônio onde prevalece o entendimento de que, para garantir sua “identidade”, deve-se afirmar seus aspectos formais (Vieira-de-Araújo e Nascimento, 2012). Identifica-se, portanto, a existência de uma prática intervencionista brasileira importante que se baseia na busca por um “modelo idealizado”, indo de encontro às reflexões teóricas contemporâneas no campo da preservação (Vieira-de-Araújo, 2014) e reconhecidas pelo próprio IPHAN¹¹.

Ainda no que se refere à reflexão acerca das ações relacionadas ao campo da preservação, para Cunha (2010), graças a superexposição midiática atualmente, o tema do patrimônio cultural tem sido tratado como natural ou acabado; quando, em verdade, é uma prática social historicamente estabelecida com necessidade e reelaboração permanente. Por isso, a autora enfatiza que a problematização dos discursos e práticas relacionadas à preservação é tarefa permanentemente necessária.

Assim, considerando o contexto supracitado e a necessidade e reflexão constante acerca do campo do patrimônio, propõe-se discutir, aqui, a prática intervencionista brasileira no âmbito do Programa Monumenta – desenvolvido e executado entre meados da década de 1990 e o início da década de 2010. Com atuação nacional, o programa atingiu grande importância no cenário preservacionista brasileiro – com consequências para o funcionamento atual do campo do patrimônio e de instituições públicas envolvidas (Giannecchini, 2019) - devido ao grande investimento

¹⁰ Quanto aos casos em que a prática do “estilo patrimônio” parece ter sido parâmetro de atuação, tem-se, dentre outros, a intervenção na Casa de Câmara e Cadeia de Atibaia por meio dos estudos de Gonçalves C. (2004) tratando da atuação de Luís Saia no SPHAN em São Paulo entre 1937-1975; o caso da “restauração” da Igreja da Sé de Olinda (PE) entre os anos 1974-1983 no âmbito do PCH ilustrado por Brendle (2017); e as obras no Convento de Santo Antônio, no Largo da Carioca, no Rio de Janeiro (RJ) em 2012 citado por Vieira e Nascimento (2012).

¹¹ Dentre as diversas Cartas Patrimoniais reconhecidas pelo IPHAN ao longo do tempo como importantes recomendações gerais acerca da preservação do patrimônio cultural, destaca-se a Carta de Veneza de 1964, que apresenta um importante alinhamento ao restauro crítico – distanciando-se, portanto, de formulações teóricas voltadas para a recuperação de um “estado idealizado do bem”. Nos debruçaremos sobre tal assunto no cap. 01 deste documento.

aplicado¹²; a variedade de intervenções propostas; e ao alcance atingido ao contemplar 26 cidades por todo o país.

No fim dos anos 1990, bens de reconhecido valor patrimonial localizados em diversas cidades históricas brasileiras encontravam-se em situação de abandono. Faltavam políticas públicas eficientes voltadas ao campo patrimonial, recursos, planos de conservação e manutenção dos bens, além de uma política de gestão compartilhada entre Estado e sociedade (Farias, 2018). Nesse momento, começa a desenvolver-se o Programa Monumenta, um programa do Ministério da Cultura (MinC) cujo objetivo era unir a recuperação e a preservação do patrimônio histórico ao desenvolvimento econômico e social, privilegiando o uso turístico e cultural através de projetos que envolvessem bens tombados pelo Governo Federal. Sua estrutura central era formada pelo MinC, BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento - e a UNESCO-Brasil. No plano local, as ações foram desempenhadas por instâncias relacionadas aos estados e municípios voltadas à execução de obras públicas. Aos organismos de preservação, como o IPHAN, foi reservada uma função burocrática, em geral restrita ao cumprimento de suas competências legais (Sant'anna, 2017a).

O Programa Monumenta se apresentou como uma atualização dos antigos programas de integração do patrimônio com estratégias de desenvolvimento econômico (a exemplo do PCH), com ênfase na relação entre o setor público e o setor privado. Assim como os demais programas nacionais de preservação implementados nos anos 1990, ele possuiu antecedentes nos anos 1970, momento em que teria se firmado, no Brasil, uma concepção de patrimônio cultural como recurso econômico (Sant'anna, 2017a).

Conforme Gianecchini (2019), tal destaque para a exploração do valor econômico do patrimônio, principalmente na fase inicial do Programa, apresenta alinhamento ao contexto neoliberal e empresarial da época, no Governo Fernando Henrique Cardoso. Foi só a partir de 2003 - com as mudanças no executivo federal e o novo contexto político, econômico e institucional do Governo Lula -, por meio das novas

¹² De acordo com o Relatório de Progresso referente ao primeiro semestre de 2012, foram efetivamente gastos cerca de 290 milhões de reais por meio do Programa Monumenta (Gianecchini, 2019).

interlocuções com o IPHAN e diversos Ministérios, que o Monumenta se aproxima mais das potencialidades locais que do retorno econômico. Quanto às suas ações, estendidas até 2012, registram-se, em termos quantitativos: a restauração de 111 imóveis e 65 espaços públicos, além de 478 imóveis privados, a realização de 81 projetos de atividades econômicas, 17 cursos de formação, 80 publicações, 50 projetos educativos, a criação de 26 Fundos de Preservação, a elaboração de 14 Planos Diretores, a publicação de cinco Normas de Preservação e o apoio a seis novos museus (Giannecchini, 2019).

No que se refere às diretrizes a serem adotadas nas ações de intervenção, constam, nas disposições gerais do Manual de Elaboração de Projetos de Preservação do Patrimônio Cultural do Programa Monumenta (2005), recomendações aparentemente alinhadas com a reflexão teórico-metodológica internacional do campo da preservação, a exemplo da Carta de Veneza de 1964, como pode ser notado a partir da passagem a seguir, retirada do Manual citado:

Os projetos deverão ser elaborados respeitando os valores estéticos e culturais do Bem, com o mínimo de interferência na autenticidade do mesmo, seja autenticidade estética, histórica, dos materiais, dos processos construtivos, do espaço envolvente ou outras (Brasil, 2005, p. 15).

No entanto, para Sant'anna (2017a, p. 397), na prática desenvolvida pelo Monumenta “[...] pouco se discutiu sobre valor histórico, artístico e cultural ou, ainda, sobre a autenticidade do objeto patrimonializado”. Ainda conforme a autora, tem-se que as operações de preservação e promoção dos bens culturais reconhecidos a nível nacional foram, durante os anos 1990, fortemente influenciadas pelos usos dados ao patrimônio e por estratégias econômicas e promocionais sobre ele. Assim, tais programas, incluindo o Monumenta, se inseriram num processo de transformação da prática de preservação no país, iniciado na década de 1970 com o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH). Tal transformação acarretaria variações na função institucional dominante do patrimônio na sociedade brasileira, paulatinamente distanciando-se da produção significados voltados à construção de uma identidade nacional, para aproximar-se da busca pela configuração de um produto

de valor econômico agregado. Assim, sobressai uma tendência em que a preservação do patrimônio deixa de ser um fim e transforma-se em meio para alcançar metas geralmente relacionadas a questões econômicas (Sant’anna, 2017a). Para tanto, as intervenções do Monumenta teriam, de forma geral, como instrumentos a:

[...] recuperação, reconstituição e valorização de fachadas principais; o uso das cores dos edifícios como estratégia promocional dos setores sob intervenção. [...] uma ênfase obsessiva na reconstituição ou reinvenção de elementos vistos como de especial valor patrimonial, o que implicou na produção, acima da média histórica, de pastiches (Sant’anna, 2017a, p. 401).

Assim, no que se refere à aproximações e afastamentos teórico-metodológicos do Monumenta, verifica-se, por um lado, a ampliação da diversidade de usos após as reformulações na segunda fase do Programa em 2003, que deu origem a ações voltadas à maior qualidade e habitabilidade do espaço público aliado à fruição do patrimônio¹³, bem como a projetos de maior impacto social com parcerias interministeriais que resultaram na implantação de *campi* universitários federais nas cidades de Laranjeiras/SE e Cachoeira/BA (Figuras 4 e 5). Por outro, verifica-se que certas diretrizes relacionadas ao “estilo patrimônio” ainda podem ser identificadas, como o apelo pelas características formais em detrimento do uso dos princípios fundamentais do campo da preservação. Ainda, destacamos que, apesar do alinhamento teórico-metodológico do Monumenta no que se refere à ampliação de usos, os casos aqui destacados (a saber, os projetos que deram origem aos *campi* em Laranjeiras/SE e em Cachoeira/BA) se tratam de exceções importantes do Programa que, de forma geral, seguiu a tendência brasileira na priorização de projetos voltados à exploração do uso turístico. Sendo este, inclusive, um dos pontos de destaque positivo para as ações aqui objeto de análise, como veremos mais detalhadamente nos capítulos seguintes.

¹³ A exemplo das obras no Mercado de Diamantina (Minas Gerais) e a Orla da Baía de Babilônia em São Francisco do Sul (Santa Catarina). Para maiores detalhes acerca de tais ações, ver Giannecchini, 2019.



Figura 4 – *Campus* da Universidade Federal de Sergipe no Quarteirão dos Trapiches na década de 2010, Laranjeiras/SE. Fonte: acervo IPHAN/SE in Gianecchini, 2022.



Figura 5 – *Campus* da Universidade Federal do Recôncavo Baiano no Quarteirão Leite Alves em 2024, Cachoeira/BA. Fonte: a autora, 2024.

Desse modo, retomando a consideração acerca da necessidade de reelaboração permanente no que se refere ao tema da preservação do patrimônio cultural, Cunha (2010, p. 16) enfatiza que:

Percebe-se um grande descompasso entre as recorrentes discussões a respeito da necessidade de se preservar a memória em suas diferentes formas e manifestações frente à quase inexistência de debates sobre os meios operacionais que deveriam ser utilizados para o cumprimento de tal tarefa. E quando se fala aqui em debater os meios operacionais para a preservação, não se está pensando exclusivamente nas questões técnicas, na escolha de materiais ou procedimentos, mas, sobretudo, nos princípios teóricos que embasam (ou deveriam embasar) a escolha deste ou daquele procedimento, desta ou daquela técnica aplicada sobre um determinado bem cultural.

Chega-se então ao olhar que esta pesquisa pretende lançar sobre a relação entre a reflexão teórico-metodológica e a prática intervencionista brasileira. Como exposto até aqui, nessa complexa dança, verificamos momentos de aproximações e

distanciamentos. No entanto, nesse movimento, identificamos a forte presença de uma postura intervencionista “tradicional” que busca recuperar um “estado idealizado” do bem - iniciada ainda no início da atuação do órgão federal de preservação brasileiro e que parece manter-se influente, apesar da trajetória de desenvolvimento técnico do órgão no decorrer do tempo.

Como recorte de tal problemática, o presente estudo concentra-se nas ações de intervenção sobre o patrimônio edificado urbano recente por meio do Programa Monumenta - programa esse considerando de grande relevância no momento de sua execução e cujas ações ainda repercutem no funcionamento atual do campo do patrimônio. Não se pretende, no entanto, aprofundar-se sobre as questões políticas e econômicas envolvidas nas ações do Programa. Estudos anteriores essenciais para tal análise já foram realizados, como o exposto nas produções de Sant’anna (2017a) e Gianecchini (2022), enquanto há um espaço importante para o desenvolvimento de novas pesquisas sobre o tema. Tais questões serão, sim, aqui consideradas. Contudo, a partir da atuação do Programa Monumenta, que contou propostas aparentemente alinhadas às reflexões internacionais do campo da preservação patrimonial, diversos pesquisadores¹⁴ identificam que suas ações não espelham tais reflexões de forma coesa. Daí, surge o problema central desta pesquisa, que gira em torno do seguinte questionamento: as ações vinculadas ao Programa sobre os conjuntos históricos de Laranjeiras e Cachoeira materializam a reflexão teórico-metodológica do campo preservacionista reconhecida pelo próprio Monumenta? Ou seja, **indagamos se a aparente aproximação na complexa dança entre princípios teórico-metodológicos e a prática intervencionista demonstrada pelas propostas do Monumenta efetivou-se após a conclusão das suas intervenções.**

Diante da grande quantidade ações empreendidas pelo Programa Monumenta em conjuntos urbanos por todo o Brasil, nosso interesse de pesquisa se concentrará em casos de intervenções sobre ruínas urbanas, em especial, os casos do Quarteirão dos Trapiches (Laranjeiras, SE) e do Quarteirão Leite Alves (Cachoeira, BA) como objetos empíricos do presente estudo. Tal escolha se deu a partir da nossa aproximação e

¹⁴ Baeta, Nery e Rodomar (2017), Brendle (2017), e Brendle e Vieira-de-Araújo (2010), dentre outros.

observação dos objetos empíricos, e da nossa inquietação acerca da relação entre os resultados encontrados *in loco* e as reflexões nacionais e internacionais sobre a preservação. Ademais, tal escolha também considera a relevância do uso proposto aos conjuntos que hoje abrigam os *campi* da Universidade Federal de Sergipe - UFS em Laranjeiras (SE) e da Universidade Federal do Recôncavo baiano - UFRB em Cachoeira (BA): aliar a preservação cultural ao desenvolvimento econômico e social por meio da interiorização do ensino público superior – casos que, ao distanciar-se do viés turístico, se apresentam como importantes exceções dentro do Programa Monumenta no que se refere aos usos propostos.

Elas seriam as únicas intervenções oriundas do Programa Monumenta com tal proposição e volta-se ao que Meneses (2006) chamou de “sujeito principal da cultura”: o habitante. Ambos ainda são intervenções celebradas pelo próprio Programa Monumenta (Bonduki, 2010); se realizam sobre o patrimônio urbano reconhecido a nível federal, e tiveram que lidar com edificações com identificado estado de ruína - cujas ações poderiam representar um avanço no percurso brasileiro em busca da relação simbiótica entre a materialidade e a imaterialidade na prática da preservação do patrimônio cultural¹⁵.

Nesse sentido, conforme Rodrigues (2017), as discussões brasileiras desde o século XX enfatizam o recorte da intervenção sobre ruínas em contexto de valorização patrimonial como um problema referente ao estado de conservação dos bens. Assim, de forma geral, a autora aponta que o reconhecimento do estado de ruína a partir dos órgãos oficiais se dá no sentido de “salvar” o bem da destruição, não como uma condição que o agrega valor. Tendo isso em vista, de acordo com a consideração de tal estado como qualificador (ou não) do bem, desenrolam-se posturas voltadas à consolidação ou à sua reconstituição. No entanto, ao longo do tempo, verificou-se uma tendência brasileira para que as marcas da degradação sejam minimizadas ou canceladas. Tal tendência enunciaria, então, a dificuldade brasileira em reconhecer o estado de ruína como qualificador do patrimônio nas ações de intervenção (Rodrigues,

¹⁵ Para aprofundar a questão da relação simbiótica entre materialidade e imaterialidade, Ver Vieira-de-Araújo, 2020.

2017). Qualificação que poderia ser apreendida seja do ponto de vista histórico, estético, simbólico ou de uso.

Nesse sentido, destaca-se o atual contexto nacional e internacional de ampliação da noção de patrimônio a todos os “objetos culturalmente significativos” (Vieira-de-Araújo, 2020). Sob tal ampliação, ainda conforme Vieira-de-Araújo, estariam contempladas as manifestações culturais, o patrimônio material e imaterial. Contudo, apesar da ampliação no campo reflexivo, a operacionalização de ações que tratem da preservação voltando-se à relação simbiótica entre materialidade e imaterialidade ainda se dá de forma dificultada. Como exemplo, tem-se que, no Brasil, o IPHAN possui instrumentos de reconhecimento e departamentos de gestão separados entre o patrimônio material e o imaterial¹⁶. Para Vieira-de-Araújo (2020, p. 10), “Se tal separação é por um lado necessária para dar conta de naturezas específicas do tipo de bem que se deseja salvaguardar, por outro, elas estabelecem uma cisão forte e difícil de ser superada”.

Tendo isso em vista, e considerando ainda a forte relação entre os aspectos simbólicos e documentais característicos das ruínas, Vieira-de-Araújo (2020) apresenta que as reflexões sobre tal recorte patrimonial se fazem importantes para o desenvolvimento do debate em torno de ações de salvaguarda que abarquem a indissociabilidade entre materialidade e imaterialidade. A partir de uma prática alinhada às reflexões teórico-metodológicas do campo da preservação, as intervenções sobre ruínas podem esclarecer a viabilidade de ações que lidem com o suporte material conciliando os aspectos simbólicos e a possibilidade de utilização do espaço.

...

Assim, para o desenvolvimento da pesquisa, partiu-se do contexto de aproximações e distanciamentos entre a reflexão teórico-metodológica e a prática

¹⁶ Como instrumentos de reconhecimento, o IPHAN dispõe do “Tombamento” estabelecido no Decreto-Lei 25 de 1937 para os bens materiais, e o “Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial” para os bens imateriais, estabelecido no Decreto 3551 de 2000. Já quanto à sua gestão, o IPHAN possui departamentos com duas diretorias diferentes: o Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM) e o Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI) (Vieira-de-Araújo, 2020).

institucional brasileira dos momentos primeiros de atuação do IPHAN¹⁷ até o fim dos anos 2010 – este último, recorte temporal relacionado às ações do Programa Monumenta.

A partir da problematização que conduziu o desenvolvimento da dissertação - que versa entre a relação entre os princípios teórico-metodológicos e a prática intervencionista no contexto brasileiro – as reflexões aqui propostas guiaram-se ainda pelas questões fundamentais do campo hoje: **o que? por que? como? e para quem?** preservar (Vieira-de-Araújo, 2020). Assim, tomou-se, como categorias de análise, o reconhecimento de valores e atributos nas ações de preservação sobre os objetos empíricos pelo Monumenta por meio dos seus respectivos processos de tombamento (o que? e por que?), os princípios teórico-metodológicos do campo preservacionista (como?) e as proposições relacionadas ao conceito de conservação integrada (para quem?). No entanto, no que se refere à coleta de dados empíricos, tendo em vista o escopo da presente pesquisa, nos debruçamos mais profundamente acerca de três dessas questões: o que? por que? e como? preservar. Desse modo, a partir do estudo dos objetos empíricos, tais categorias foram aplicadas sobre o recorte do patrimônio urbano e das ruínas de valor patrimonial.

Pretendeu-se, portanto, a realização de uma discussão com caráter de análise do construído sobre os Quarteirões do Trapiche (Laranjeiras, SE) e Leite Alves (Cachoeira, BA), que parecem sustentar uma postura heterogênea, onde certas ações refletem padrões e diretrizes estilísticas relacionadas à “tradição institucional” (Pereira, 2021) do IPHAN; enquanto outras soluções parecem iluminar-se pela discussão teórico-metodológica do campo.

Ao analisar ambos os objetos empíricos de forma relacionada, procura-se contribuir com a reflexão da comunidade acadêmica e dos órgãos de preservação acerca da complexa dança entre a reflexão teórico-metodológica e a prática intervencionista no contexto brasileiro recente, tendo em vista a necessidade de discussão constante acerca dos meios operacionais a serem utilizados na importante

¹⁷ A escolha da trajetória do IPHAN como contexto para a presente análise se dá devido à participação do órgão no Programa Monumenta (Sant’anna, 2017a), bem como a sua forte influência no que se refere aos parâmetros de ação para as intervenções em todo o território nacional (Cunha, 2010).

missão de lidar com o patrimônio cultural e a transmissão de seus valores às gerações futuras.

| Objetivos, procedimentos metodológicos e estruturação da pesquisa

Tem-se como objetivo geral da pesquisa investigar, a partir de uma análise do construído, a relação entre o campo teórico-metodológico da preservação patrimonial e a prática intervencionista nas ações no Quarteirão dos Trapiches (Laranjeiras/SE) e no Quarteirão Leite Alves (Cachoeira, BA) para a instalação de *campi* universitários (UFS e UFRB, respectivamente) no âmbito do Programa Monumenta.

Com caráter operacional para alcançar o objetivo geral supracitado, busca-se cumprir quatro objetivos específicos, sendo eles:

- Verificar os elementos de análise que compreendam as especificidades acerca do recorte teórico do patrimônio edificado urbano, tendo em vista a natureza dos objetos empíricos, identificando ainda os princípios teórico-metodológicos fundamentais norteadores do campo da preservação e as proposições da conservação integrada;
- Indicar as particularidades no tratamento das ruínas em contexto de reconhecimento patrimonial com destaque para a questão do uso dentro das ações de preservação - tendo em vista também a natureza dos objetos empíricos;
- Identificar os valores reconhecidos nos conjuntos urbanos de Laranjeiras (SE) e Cachoeira (BA) - bem como os atributos que transmitiriam tais valores - a partir dos respectivos processos de tombamento e das justificativas do Programa Monumenta para as ações propostas; e
- Caracterizar a prática intervencionista adotada nos casos estudados (estes, inseridos no Programa Monumenta) a partir do resultado construído e relacioná-la com os princípios fundamentais norteadores e as proposições da conservação integrada, tendo em vista as especificidades no tratamento do patrimônio urbano e das ruínas de valor patrimonial;

Como forma de cumprir tais objetivos, propõe-se duas abordagens metodológicas que se complementam. A primeira delas trata de uma perspectiva

amplamente difundida na literatura onde a pesquisa fundamenta-se em dois instrumentos essenciais ao seu desenvolvimento: um estudo teórico e uma investigação empírica.

No que se refere ao estudo teórico do campo da preservação patrimonial, toma-se como fio condutor a reflexão acerca do patrimônio urbano, dada a natureza dos objetos empíricos: bens inseridos dentro de conjuntos urbanos tombados nacionalmente. Assim, propõe-se uma revisão bibliográfica e documental acerca do amadurecimento das reflexões internacionais desde o século XIX até o momento contemporâneo. Debruça-se, ainda, sobre as reflexões do campo quanto ao recorte das ruínas de valor patrimonial, tendo em vista que o estado arruinado dos objetos empíricos foi reconhecido pelo Programa Monumenta no momento pré-intervenção. Nesse sentido, tem-se como referências principais o exposto em Brandi (2004), Carbonara (2008), Riegl (2022), Rodrigues (2017), Rufinoni (2009), Vieira-de-Araújo (2020, 2022), Köhl (2006, 2009, 2023), Nery e Baeta (2012), Meneses (2017), dentre outros. Considera-se, ainda no estudo teórico do campo, documentos internacionais como a Carta de Restauro de Atenas de 1931, a Carta de Veneza de 1964, a Declaração de Amsterdã (1975), os Princípios de La Valleta para a Salvaguarda e Gestão de Cidades e Conjuntos Urbanos Históricos (2011) e a Carta de Lausanne (2009).

Ademais, adentra-se a uma análise documental do Programa Monumenta por meio de pesquisas em publicações oficiais das instituições envolvidas na sua coordenação e execução, bem como uma revisão de literatura sobre o tema. Nesse sentido, destaca-se textos referenciais como, entre outros, Bonduki (2010) e Sant'anna (2017a). Como forma de aprofundamento acerca das ações do Monumenta sobre os objetos empíricos aqui analisados, indica-se a revisão de literatura a partir de Brendle (2010, 2017), Brendle e Vieira-de-Araújo (2010), Costa (2013), Baeta, Nery e Rodomar (2017), Oliveira e Baeta (2012), Farias (2018), Giannecchini (2019), e Nery e Baeta (2022), dentre outros.

Com respeito à investigação empírica, pretendeu-se, inicialmente, debruçar-se sobre os processos de tombamento dos conjuntos urbanos de Laranjeiras¹⁸ e de Cachoeira¹⁹. Também, foi realizada uma investigação sobre o Plano Urbanístico de Laranjeiras (1975), obtido a partir do Ministério da Cultura (MinC) - entendido pela autora como o material base para o tombamento nacional do conjunto urbano histórico da cidade em 1996. Elaborado como parte do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, o Plano teve como órgão executor o Grupo de Restauração e Renovação Arquitetônica e Urbana da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (GRAU-UFBA) e como coordenador e editor geral Paulo Ormino de Azevedo. Nele, há um estudo pormenorizado da cidade, assim como o reconhecimento de valores, atributos e proposições de ações de salvaguarda. Para o caso baiano, debruça-se sobre o Plano de Desenvolvimento Integrado da Cidade Monumento de Cachoeira (1976) - fruto de uma ação do Ministério da Educação e Cultura que teve como coordenação da Universidade Federal da Bahia (UFBA) -, cujo objetivo principal seria promover o desenvolvimento sociocultural e valorização da cidade, e que teve apoio de outras esferas como o IPHAN e instituições locais. Tal plano foi obtido a partir de consultas ao Arquivo Noronha Santos/Iphan e iluminou a presente análise quanto a dados históricos e fotográficos, assim como quanto aos valores e atributos do conjunto urbano de Cachoeira reconhecido a nível nacional.

Já na busca por dados primários referentes a levantamentos fotográficos da intervenção proporcionadas pelo Programa Monumenta, assim como o registro dos projetos e das diretrizes executadas, investigou-se os documentos de autoria vinculada ao Programa para o Quarteirão dos Trapiches, em Laranjeiras (Memorial descritivo - Quarteirão dos Trapiches, PCL – Projetos e Consultoria LTDA, 2010²⁰) e para o Quarteirão Leite Alves, em Cachoeira (Caderno de Estudos – Projeto de Recuperação do Quarteirão Leite Alves, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – Cachoeira/BA, Escritório de

¹⁸ Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; e Livro do Tombo das Artes Aplicadas, processo número “T” 1288, 1996.

¹⁹ Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, processo número “T” 843, 1971.

²⁰ No documento, não consta a data da sua elaboração. No entanto, por meio da leitura do seu conteúdo e da identificação de fotografias datadas de 2010, consideramos esse ano como estimativa do momento em que foi desenvolvido.

Projetos do Programa Monumenta de Cachoeira, 2010²¹), obtidos por meio do Ministério da Cultura (MinC).

A segunda abordagem, complementar à primeira, refere-se também à investigação empírica. Baseando-se no processo metodológico utilizado por Vieira-de-Araújo (2022) ao analisar projetos de intervenção a partir da experiência *in loco*, realizou-se, por meio da experiência da autora no espaço, visitas técnicas aos *campi* de Laranjeiras (SE) e Cachoeira (BA) com o objetivo da obtenção de registros fotográficos e perceptivos das relações estabelecidas entre as ações de intervenção e os conjuntos edificados preexistentes. Para tanto, foi construído um Caderno de Viagem, onde foram registradas as primeiras análises perceptivas, que foram amparadas e completadas pelas análises documentais e pelo referencial bibliográfico, conformando os capítulos 02 e 03 deste volume. Como elementos de tal análise, considera-se as cores; a composição dos traçados urbanos antigos; a incidência dos fatores ambientais; e as relações de escala entre os espaços edificados, vias e praças, além das proposições da conservação integrada²² - com o objetivo de verificar de que forma as ações de intervenção procuraram apreender a “essência” da obra urbana antiga e atuar de forma contemporânea com o intuito de transmitir os seus valores às gerações futuras, ponderando ainda a relação antigo-novo, a aplicabilidade dos princípios fundamentais da preservação e as especificidades para o tratamento de ruínas de valor patrimonial.

Assim, buscando alcançar os objetivos citados e por meio dos procedimentos metodológicos expostos, alcançamos a seguinte estrutura do texto: um capítulo de introdução abrangendo a problemática geral, o recorte de pesquisa e sua justificativa, assim como os objetivos a serem alcançados e os procedimentos metodológicos adotados; três capítulos de corpo envolvendo o percurso teórico a fundamentar as análises empíricas propostas (capítulo 01), e as análises propriamente ditas (capítulos 02 e 03, um para cada objeto empírico); um capítulo para as considerações finais e, por fim; as referências bibliográficas.

²¹ A mesma ausência de datas foi identificada para o Caderno de Estudos do Quarteirão Leite Alves. Assim, também por meio da identificação da data de fotografias, consideramos o ano de 2010 como estimativa do momento de sua elaboração.

²² Elementos identificados após o estudo teórico realizado e exposto no capítulo 01 deste volume.

1.0 | O campo teórico-metodológico da preservação

Inicialmente, faz-se importante esclarecer a escolha, para efeitos do presente estudo, do uso do termo escolhido para tratar da “preservação” do patrimônio cultural. Conforme discorre Kühl (2009), os termos “preservação”, “restauração” e “conservação” possuem diferentes significados quando utilizados em diferentes ambientes culturais. A autora apresenta que, no Brasil – assim como na França –, a palavra “preservação” seria a que melhor abrange os procedimentos de intervenção (dentro dos quais estariam ações de manutenção, conservação e restauração), formas legais de tutela (a exemplo do tombamento no contexto brasileiro), políticas de proteção, de perpetuação da memória e de educação patrimonial. Já no ambiente italiano, usa-se os termos *conservazione* e *tutela* com significado semelhante ao que no Brasil se chama de “preservação”. No entanto, ainda na Itália, de acordo com Vieira-de-Araújo (2020), autores importantes para a reflexão contemporânea reforçam a compreensão acerca do “campo do restauro”, como Giovanni Carbonara, Claudio Varagnoli e Andrea Pane. Para eles, o “campo do restauro” envolveria “[...] todas as ações referentes à preservação patrimonial, tanto do ponto de vista arquitetônico, como urbano e ambiental, considerando seus aspectos materiais e imateriais” (Vieira-de-Araújo, 2020).

A partir dessa variedade de termos, destacamos o referencial do ambiente italiano devido à maturidade da reflexão teórica no campo ao longo dos séculos. No Brasil, tal referencial (ou seja, o uso contemporâneo do termo “restauro”), é colocado por diversos pesquisadores, como visto, por exemplo, na importante produção da professora Beatriz Kühl. No entanto, no ambiente brasileiro, percebe-se a utilização mais recorrente do termo “preservação” para se referir a todas as ações destinadas aos bens culturais (Vieira-de-Araújo, 2020). Assim, buscando evitar confusões quanto ao sentido que se objetiva alcançar no presente estudo, ou seja, o sentido mais amplo e abrangente das ações reservadas aos bens de valor cultural, propomos utilizar o termo “preservação”.

Após tal esclarecimento, partimos para uma breve exposição da trajetória de amadurecimento das discussões nacionais e internacionais acerca do campo da

preservação com o objetivo de identificar elementos que alimentem a análise proposta nos capítulos 02 e 03. No tópico a seguir, tais elementos de análise concentram-se nas especificidades de tratamento acerca do patrimônio urbano, nas proposições da conservação integrada, e nos princípios teórico-metodológicos fundamentais norteadores do campo da preservação.

Tomando-se o patrimônio urbano como fio condutor, indicamos como bibliografia-base para a exposição da trajetória das discussões ao longo do tempo, dentre outros, o produto do doutoramento da professora Manoela Rufinoni pela FAUUSP em 2009: “Preservação e restauro urbano: teoria e prática de intervenção em sítios industriais de interesse cultural”. Quanto ao aprofundamento dos princípios teórico-metodológicos, tomou-se como base os textos da professora Beatriz Kühl “História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos” (2006) e “Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: problemas teóricos de restauro (2009). Por fim, no que se refere às discussões contemporâneas do campo, vale-se do produto de pós-doutoramento da professora Natália Vieira de Araújo pela UFPE em 2022: “Materialidade e imaterialidade do patrimônio construído. Brasil e Itália em diálogo”. Enfatiza-se que estas não foram as únicas referências consultadas, mas se mostraram fundamentais à linha de raciocínio construída – daí o destaque aqui proposto.

1.1. Os princípios que fundamentam a preservação urbana: do século XIX às reflexões contemporâneas

Desde o século XV, as ações de intervenção em edifícios e tecidos urbanos pré-existentes foram alvo de reflexões, cujo desenvolvimento indica o surgimento de diversas posturas de atuação, como o restauro estilístico de Eugène E. Viollet-le-Duc (1814-1879), e a conservação “romântica” de John Ruskin (1819-1900). Até aquele momento, o ambiente histórico era geralmente compreendido como a área construída imediatamente ao redor do monumento. No entanto, com o tempo, construiu-se um entendimento mais amplo acerca dos valores relacionados aos conjuntos antigos, descolando-os da dependência a um monumento principal (Rufinoni, 2009).

Ao longo do século XIX – no contexto das grandes transformações proporcionadas pela Revolução Industrial – despontou, na Europa, o aprofundamento dos questionamentos acerca das intervenções sobre os tecidos urbanos antigos. Delineia-se então o surgimento do novo campo disciplinar do urbanismo, que, conforme Rufinoni (2009), buscava refletir e analisar o ambiente urbano no sentido de compreender sua estrutura, composição e trajetória, além de buscar orientar a transformação necessária para a adaptação sanitária e modernizadora da cidade industrial. Assim, ainda conforme essa autora, ao colocarem em pauta a relação antigo-novo, os campos da preservação do patrimônio urbano e do urbanismo ora se apresentam solidários, ora antagônicos.

Nesse contexto, despontam estudiosos como Camilo Sitte (1843-1903) e Charles Buls (1837-1914). A partir da análise da composição urbana da cidade antiga, Sitte atenta para a dimensão estética dos conjuntos urbanos, enfatizando o seu caráter artístico e a repercussão das suas qualidades compositivas na percepção de quem a vivencia. Por outro lado, volta-se à cidade antiga em busca de conhecimento e historicidade. No entanto, Sitte busca compreender como as soluções empregadas são, ainda, regidas por algum princípio artístico que se podia compreender. Para isso, ele busca analisar os seguintes elementos: a composição dos traçados urbanos antigos; a incidência dos fatores ambientais sobre o projeto urbano; e as relações de escala e efeitos de perspectiva gerados. Tal análise teria o objetivo de apreender a “essência” das obras urbanas antigas para a proposição das adaptações necessárias à modernidade sem sacrificar sua historicidade e artisticidade (Rufinoni, 2009).

Ainda conforme Rufinoni (2009), Charles Buls também se dedicou ao estudo da estética urbana e do seu aspecto documental. Como prefeito de Bruxelas no momento histórico onde havia, por toda a Europa, o problema da abertura de vias que destruíam enormes parcelas do tecido urbano antigo, Buls buscou soluções de mediação entre as reformas necessárias e a preservação da cidade pré-existente. Para tanto, considerou o caráter espontâneo do seu surgimento e desenvolvimento, as contribuições de todas as épocas, e a minimização de intervenções o máximo possível.

Destacamos ainda a contribuição de Camilo Boito (1836-1914) para o chamado “restauro filológico”. Boito propõe uma via moderada e prioritariamente documental, que ia de encontro às ideias de volta a um suposto estado primeiro, recomendando o respeito pela matéria original, pela pátina do tempo e pelas diversas fases atravessadas pelo bem, assim como o cuidado nas ações contemporâneas em não possibilitar um falso histórico. Tal via, interpretada em escala urbana, seria retomada por Gustavo Giovannoni (1837-1947), que desenvolve o chamado *diradamento edilizio* (Rufinoni, 2009).

Por meio do ambiente reflexivo supracitado, delineia-se a expansão do conceito de monumento na direção da “arquitetura menor”, ou seja, além de monumentos excepcionais, buscou-se valorizar a unidade compositiva dos conjuntos urbanos antigos, unidade essa formada por edifícios, ruas, praças, cores e pelas relações dispostas entre tais elementos. Assim, a partir das contribuições anteriores, Gustavo Giovannoni²³ dá um grande passo no sentido da formulação de métodos para a preservação do patrimônio na sua dimensão urbana, ao buscar promover relações entre a cidade moderna e a antiga por meio de usos condizentes com a estrutura urbana pré-existente. Giovannoni desenvolve, então, o que chamou de *diradamento edilizio*, ou “desadensamento construtivo”, um método que propõe adaptações limitadas e microcirúrgicas nos centros antigos. Assim, seriam sanados os problemas sanitários identificados pelos novos tempos, da mesma forma que seriam permitidos usos adequados à estrutura pré-existente e assegurada a preservação do valor de conjunto do tecido urbano antigo. Nessa via de pensamento, entende-se a parcela antiga como parte de um organismo urbano maior que, assim como os mais recentes, também possui um valor de uso. Portanto, para permitir o seu uso qualificado, seriam possíveis - mas apenas quando necessárias - aberturas, supressões e demolições controladas. Dessa forma, Giovannoni promove uma releitura da teoria intermediária de Boito ao apreender o conjunto urbano antigo enquanto documento histórico, valorizar as suas estratificações e determinar a necessidade de evidenciar a atuação contemporânea. No

²³ Entendendo a grande contribuição de Gustavo Giovannoni para o campo da preservação do patrimônio em escala urbana, ressaltamos a publicação “Para além do monumento: Gustavo Giovannoni e as origens da conservação urbana na Itália” (2022), de autoria da professora Renata Campello Cabral, como um importante referencial para a iluminação da obra giovannoniana no ambiente brasileiro.

entanto, tal atuação contemporânea não seria expressiva, mas se daria por meio do emprego das “zonas neutras”, ou seja, simplificações propostas a fim de fugir de hipóteses enquanto seria restabelecido o valor de conjunto. O método giovannoniano priorizava, portanto, a preservação documental. Ao renunciar a expressão contemporânea, não contribuiu para a fruição estética dos tecidos preservados (Rufinoni, 2009).

A influência internacional de Giovannoni se deu na Conferência Internacional sobre Conservação e Restauração de Monumentos Históricos, que resultou na redação da Carta de Restauo de Atenas de 1931. A conferência configurou-se como um marco das formulações intergovernamentais, em nível internacional, de diretrizes voltadas para a preservação do patrimônio cultural (Cabral, 2015). Nesse sentido, a partir da interpretação das falas de dois representantes italianos (Gustavo Giovannoni e Giorgio Nicodemi), Cabral (2015) identifica o levantamento de questões que relacionam os campos do restauro e do planejamento urbano – questões que, apesar de já permearem o debate preservacionista e urbanístico italiano na década de 1930, só aparecerão explicitadas em documentos internacionais a partir da década de 1960. Nesse sentido, conforme Cabral e Andrade (2012), a determinante contribuição de Roberto Pane à elaboração da Carta de Veneza acerca da ampliação do conceito de “monumento histórico”, exposto no seu Artigo 1º²⁴, conta, em parte, com a sua formação com Gustavo Giovannoni.

No entanto, na redação da Carta de 1931, Cabral (2015) destaca que a dimensão urbanística do campo da preservação não alcançou a amplitude dos temas abordados na Conferência. Para Rufinoni (2009) prevaleceu, naquele momento, a ideia de ambiente representativo enquanto “moldura” de um monumento principal. Nesse sentido, Cabral (2015) enfatiza, a partir de Kühl (2010), o fato de que as cartas patrimoniais não expõem toda a fundamentação teórica de um período, mas os consensos possíveis no seu determinado contexto. Tal fato será retomado posteriormente neste tópico.

²⁴ “A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural” (ICOMOS, 1964).

Ademais, no início do século XX, as contribuições das investigações sobre a cidade antiga passam a andar em paralelo com a disseminação dos pressupostos modernistas. Nesse momento, segundo Rufinoni (2009), a preservação ainda era majoritariamente discutida no âmbito dos monumentos, e a expansão do conceito de patrimônio histórico voltaria a receber maior impulso apenas no segundo pós-guerra, quando despontam novos questionamentos que colocaram em suspensão certos conceitos até então suficientes.

A extensão das destruições da Segunda Guerra Mundial gerou discussões sobre a abrangência do termo patrimônio: um novo panorama se apresentava diante das relações antigo-novo, das recomposições e do preenchimento de lacunas. Agora, além da leitura do monumento como objeto documental, buscava-se considerar aspectos relativos à composição estética e à imagem figurativa dos conjuntos urbanos. A partir da perda de estratificações que compunham um conjunto particular de identificação da população de cada local, passa-se a considerar a apreensão dos atributos culturais do patrimônio. Ou seja, passa-se a compreender a preservação enquanto ação cultural (Rufinoni, 2009).

Nesse sentido, mas ainda na virada do século XIX para o século XX, a reflexão do teórico Alois Riegl (1858-1905) faz-se de grande relevância ao propor a consideração de que cada povo, como uma cultura singular, apresentaria princípios estéticos e linguagens artísticas diferenciadas (Rufinoni, 2009). A partir do estudo dos valores do patrimônio, ou seja, da maneira como a sociedade percebe os dados histórico-artísticos dos monumentos do passado, de acordo com preceitos contemporâneos, Riegl auxilia no despontar do entendimento histórico-crítico do patrimônio como um bem cultural. Tal entendimento foi retomado no segundo pós-guerra pela teoria brandiana e pelos representantes do restauro crítico, que lançaram as bases teóricas e práticas para a concepção contemporânea da preservação, em suas múltiplas manifestações.

Assim, a partir dos anos 1960, destaca-se o caráter histórico-crítico da preservação. Nessa interpretação, entende-se que qualquer intervenção interfere, em algum nível, na configuração figurativa da obra. Logo, deve-se sempre partir de investigações para a apreensão da realidade compositiva da mesma, considerar suas

especificidades e indagá-la com sensibilidade, atenção e competência técnica para buscar as melhores formas de atuação a partir das respostas fornecidas pelo próprio monumento (Rufinoni, 2009). Roberto Pane (1897-1987), Renato Bonelli (1911-2004) e Paul Philippot (1925-2016) são os principais representantes do que ficou conhecido como “restauro crítico”, que partiu de uma releitura do percurso teórico da preservação e da sua articulação com as novas contribuições de Cesare Brandi (1906-1988).

A Teoria da Restauração brandiana (1963) apreende a obra na dúplici polaridade estética e histórica²⁵. Conforme Kühl (2023), essa dúplici polaridade deve ser assimilada a dos polos magnéticos, “como manifestações incindíveis num mesmo ímã” (Kühl, 2023, p. 18). De modo que ambas existem no mesmo objeto, mas podem ser analisadas sucessivamente para iluminar diferentes aspectos - para depois serem rearticuladas. Ademais, ainda conforme Kühl (2023), elas devem ser sempre consideradas em conjunto, apesar da indicação da preconização da instância estética sobre a histórica, tendo em vista que da instância estética, considera-se a qualidade artística pela qual a obra é reconhecida como obra de arte e, segundo Brandi, a singularidade da obra dependeria da sua condição artística, não da sua condição material ou histórica. No entanto, como ilumina Rufinoni (2009), esta última não pode ser subestimada: ela se apresenta, na verdade, como uma dupla historicidade: a primeira estaria relacionada ao ato da criação, ao artista, e a um determinado tempo e lugar; enquanto a segunda historicidade fala sobre o fato de a obra incidir no presente de modo contínuo, mas carregando elementos que já se tornaram passado. Da não subestimação da instância história, Kühl (2023) vincula ainda o segundo axioma brandiano: “a restauração deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo” (Brandi, 2004, p. 33)

²⁵ Para maior aprofundamento na teoria brandiana, indica-se o texto “Teoria da restauração, de Cesare Brandi: seis décadas de sua publicação”, de Beatriz Kühl, publicado nos Anais do Museu Paulista em 2023. No texto, a autora apresenta a biografia de Brandi, a estrutura e natureza da Teoria, o conceito de restauração, bem como os seus desdobramentos e suas perspectivas atuais.

Nas palavras de Brandi (2004, p. 30): “[...] a restauração constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplici polaridade estética e histórica, com vistas à sua transmissão para o futuro”. O restauro crítico brandiano apresenta, portanto, um esforço interpretativo caso a caso devido às características próprias da obra e do seu percurso ao longo do tempo. No entanto, Kühl (2006) destaca que, apesar disso, não se deve entender as intervenções como arbitrárias. A teoria brandiana é, antes de tudo, uma teoria, mesmo que ligada a experiências práticas. Portanto, como tal, reflete “[...] sobre o método para se chegar ao conhecimento” (Kühl, 2006, p. 25).

No que se refere aos conjuntos urbanos, a teoria brandiana ofereceu novos argumentos para a compreensão dos atributos patrimoniais da composição urbana, considerando tanto os aspectos materiais quanto os figurativos. Ela questiona, portanto, alguns pressupostos do restauro filológico, e analisa a preservação como um ato crítico dirigido ao reconhecimento da obra de arte. Assim, Brandi ilumina uma retomada das reflexões de Riegl a partir de uma nova abordagem, ultrapassando, inclusive, os limites operativos do restauro filológico evidenciados pelo segundo pós-guerra (Rufinoni, 2009).

Abraçando a contribuição brandiana, o restauro crítico aponta para a necessidade da aproximação criteriosa e fundamentada entre a preservação do antigo e a produção arquitetônica do novo. A partir do entendimento dos conjuntos urbanos antigos como um monumento único, coletivo e vivo, a sua preservação se daria pela manutenção de massas e espaços que o conformam como tal (Rufinoni, 2009). Nesse sentido, a convivência antigo-novo se faria por meio de uma relação harmônica na inserção respeitosa do novo dentro do conjunto antigo. A questão do novo na preservação, portanto, como esclareceria posteriormente Carbonara (2023), seria também uma questão de qualidade projetual.

Como síntese dos debates no campo da preservação patrimonial naquele momento, tem-se a Carta de Veneza de 1964. Com base histórico-crítica, esta carta tratou da formulação de princípios válidos internacionalmente – mas com adaptações a cada contexto cultural – a fim de orientar futuras ações de intervenção no patrimônio.

Dentre as pautas discutidas em seu texto, está a ampliação do conceito de “monumento histórico” a questão antigo-novo. A Carta de Veneza, que faz uma revisão da Carta de Atenas de 1931 e atualiza seus preceitos devido às novas experiências culturais proporcionadas pelo período pós Segunda Guerra, consolida o caráter excepcional da restauração - que deve evidenciar os valores reconhecidos na obra – e o considera um ato crítico e cultural, conforme as contribuições do restauro crítico e da teoria brandiana. O documento assume a concepção conservativa e reveladora da preservação dos bens, com a indicação do uso como favorável à preservação, desde que respeite as especificidades do monumento; e indica os princípios da distinguibilidade, mínima intervenção, e do respeito pelo material autêntico e às contribuições de todas as épocas. Quanto às ações nos conjuntos urbanos, a Carta de Veneza assume a mesma postura indicada para os monumentos isolados. Assim, a carta sintetiza os princípios teórico-metodológicos que continuam, até hoje, a consolidar-se como referenciais no campo da preservação (Rufinoni, 2009), desde que seja realizada uma leitura circunstanciada e não dogmática desta (Kühl, 2010).

Vale destacar que, com o amadurecimento da visão ampla acerca do patrimônio cultural, outros documentos foram elaborados com o intuito de aprofundar os tópicos dispostos na Carta de Veneza. Nesse sentido, faz-se necessário enfatizar, aqui, que as Cartas, Princípios e Recomendações internacionais não são caracterizados por uma relação cristalina ao contexto cultural e temporal no qual foram escritos. Eles são, na verdade, como documentos-síntese das discussões e registram apenas os consensos estabelecidos, não toda a reflexão desenvolvida (Kühl, 2010). Daí, reitera-se o cuidado na leitura e interpretação de tais documentos, cujas frases soltas não devem ser mobilizadas, mas compreendidas como resultado de múltiplas ponderações, inclusive distintas.

Alguns dos documentos elaborados posteriormente à Carta de Veneza que aprofundam seus tópicos voltando-se ao recorte do patrimônio urbano são a Declaração de Amsterdã (Conselho da Europa, 1975), a Carta de Washington – Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas (ICOMOS, 1987), os Princípios de La Valleta para a Salvaguarda e Gestão de Cidades e Conjuntos Urbanos Históricos

(ICOMOS, 2011), e a Recomendação sobre as Paisagens Urbanas Históricas (UNESCO, 2011).

Conforme a Carta de Washington, a preservação deve atentar para a manutenção das relações físicas e imateriais que compõem e qualificam os conjuntos urbanos, ou seja: as relações entre volumes edificados e espaços vazios, o traçado urbano, o parcelamento, as características arquitetônicas, as relações com o entorno natural construído, e as atividades tradicionais. Já os Princípios de La Valleta (ICOMOS, 2011, p. 02), consideram: “[...] o patrimônio como um recurso essencial, como parte do ecossistema urbano. Este conceito deve ser rigorosamente respeitado, a fim de assegurar um desenvolvimento harmonioso das cidades históricas e seus enquadramentos”.

Ainda, para o documento de La Valleta (ICOMOS, 2011), as cidades históricas, assim como qualquer área urbana, estão sujeitas a mudanças, dentre as quais estão alterações no seu ambiente construído. Logo, o encorajamento à introdução de elementos modernos em harmonia e que visem o enriquecimento do conjunto disposto na Carta de Washington é reiterado neste documento. No entanto, alerta-se que tal introdução deve respeitar os valores locais, seus padrões e estratos históricos:

A nova arquitetura deve ser consistente com a organização espacial da zona histórica e respeitar a sua morfologia tradicional, ao mesmo tempo que representa uma expressão válida das tendências arquitetônicas do seu tempo e lugar. Independente do estilo e expressão, toda a nova arquitetura deve evitar efeitos negativos de contrastes drásticos ou excessivos e de fragmentação ou interrupções na continuidade do tecido e do espaço urbanos. Deve ser dada prioridade a uma continuidade da composição que não afete adversamente a arquitetura existente e, ao mesmo tempo, que permita uma criatividade exigente, abraçando o espírito do lugar (ICOMOS, 2011, p. 05).

No mesmo sentido, a Recomendação sobre Paisagens Urbanas Históricas - PUH (UNESCO, 2011) considera as características de diversidade e estratificação histórica do patrimônio urbano que, produzido por sucessivas culturas, tradições e experiências,

é entendido como um capital social, cultural e econômico para a humanidade. Ainda, a Recomendação parte da compreensão, por um lado, da natureza dinâmica das cidades e, por outro, dos problemas relacionados à uma urbanização em escala nunca antes vista – que, quando descontrolada, pode fragmentar e deteriorar o patrimônio urbano. Dessa forma, considera que, para proteger o patrimônio natural e cultural, as estratégias de conservação, gestão e planejamento urbano dos conjuntos históricos devem ser integradas aos processos de desenvolvimento local e planejamento urbano sustentável.

Tendo isso em vista, a abordagem PUH considera como “paisagem urbana histórica”:

[...] a área urbana que resulta da estratificação histórica de valores e atributos culturais e naturais que transcende a noção de centro histórico ou conjunto histórico para passar a incluir o contexto urbano mais abrangente, bem como o respectivo meio geográfico (UNESCO, 2011, p. 03).

Logo, tal contexto alargado inclui as características naturais do local, os elementos construídos (sejam eles com reconhecimento de valores históricos ou as novas inserções ao longo do tempo), a infraestrutura, os espaços livres, os planos de ordenamento e a organização espacial, as práticas e os valores sociais e culturais, os processos econômicos e os aspectos intangíveis do patrimônio enquanto transmissores da diversidade e da identidade de um povo (UNESCO, 2011).

Desse modo, a partir do reconhecimento de valor na própria estratificação característica das áreas urbanas e dos elementos de diferentes épocas que a compõe, a estratégia de intervenção na Paisagem Urbana Histórica tem, por finalidade:

[...] preservar a qualidade do ambiente humano, melhorar a utilização produtiva e sustentável dos espaços urbanos, reconhecendo o seu carácter dinâmico e promovendo a diversidade funcional e social. Conjuga os objectivos da conservação do patrimônio urbano com os do desenvolvimento económico e social. Constitui uma abordagem baseada numa relação equilibrada e sustentável entre o ambiente

urbano e o meio ambiente, entre as necessidades das gerações presentes e futuras e o legado do passado (ICOMOS, 2011, p. 03).

Nesse ponto, faz-se necessário destacar um conceito que permeia as proposições citadas pelos documentos acima no que se refere à associação da preservação do patrimônio ao desenvolvimento urbano: a chamada conservação integrada. Conforme Zancheti (2003), alguns estudiosos (como Choay e Jokilehto) propuseram definições para o termo que giram em torno de um modo de intervenção sobre o patrimônio urbano que considera sua readaptação à vida moderna a partir de escolhas de funções apropriadas a cada contexto histórico, levando em conta a significância cultural dos bens a partir da pluralidade de sujeitos e valores envolvidos.

De fato, a conservação integrada (CI) tem origem no urbanismo reformista na Itália dos anos 1960-70. No entanto, seu impacto ultrapassou os limites do país e foi adotada, em 1975, pelo Conselho da Europa como uma diretriz para o planejamento dos centros históricos europeus. Naquele mesmo ano, o Conselho redigiu a chamada Declaração de Amsterdã com orientações para a sua implantação (Zancheti, 2003).

Em suas considerações essenciais, a Declaração destaca, dentre outras, que:

- A preservação do patrimônio cultural deve ser considerada como objetivo maior do planejamento das áreas urbanas e do planejamento físico territorial;
- Os poderes locais, aos quais compete a maior parte das decisões relacionadas ao planejamento, são particularmente responsáveis pela preservação do patrimônio;
- As ações dispostas sobre os bairros antigos devem ser concebidas e executadas, tanto quanto possível, sem modificações importantes na composição social dos habitantes, de modo que todas as camadas sociais se beneficiem de tal operação;
- Medidas legislativas, administrativas e financeiras necessárias devem ser reforçadas; e

- “Uma vez que a arquitetura de hoje é o patrimônio de amanhã, tudo deve ser feito para assegurar uma arquitetura contemporânea de alta qualidade” (Conselho da Europa, p. 2)

Assim, nos anos 1970-80, os princípios da CI foram aplicados em áreas residenciais antigas nas periferias de diversas cidades do Norte italiano, onde havia uma grande concentração de habitantes de baixa renda - carregando, assim, um forte viés social. Atuando nos bairros históricos centrais, a CI buscava recuperar a área em termos da sua estrutura física, econômica e social, mantendo os antigos habitantes e, com isso, evitando a “gentrificação²⁶”. Ademais, a CI expandiu-se para além do controle da gentrificação quando passou a concentrar-se também em ações sobre espaços públicos, áreas verdes e na transformação de grandes edificações em equipamentos sociais voltados ao uso coletivo (Zancheti, 2003).

Já nos anos 1980-90, Zancheti (2003, p. 111) destaca o uso de mecanismos de mercado introduzidos no âmbito da conservação integrada:

A conservação de áreas históricas passa a ser encarada como uma forma de revitalização ou reabilitação de áreas centrais deprimidas ou obsoletas. Nesse sentido, as políticas urbanas de revitalização foram associadas a propostas de recuperação econômica e do valor imobiliário dos estoques de construções [...], especialmente daqueles protegidos por instrumentos legais de tombamentos localizados em áreas centrais, e a sua conversão a usos do terciário e quaternário moderno. [...] Elas transformaram a conservação urbana em uma estratégia de agregação de valor à economia urbana das localidades e em um instrumento poderoso de atração de investimentos privados supra-regionais ou internacionais.

Assim, a conservação integrada, que partiu de uma concepção inicial centrada no Estado, vem sofrendo modificações e hoje deve lidar com diversas relações entre os diferentes atores sociais sobre os recursos ambientais urbanos, como o setor público e

²⁶ Por gentrificação, entende-se a “substituição de uma população de classe mais baixa que ocupa um bairro urbano, por outra de classe mais alta” (Monteiro, 2002, p. 288, apud Zancheti, 2003, p. 111).

o privado. Nesse contexto, desde meados dos anos 1990, projetos de “revitalização”, “reabilitação” e “requalificação” urbana propostos dentro das iniciativas de planejamento urbano vem se multiplicando no Brasil e na América Latina. Na maior parte dos casos, tais projetos estariam associados a áreas patrimoniais ou de interesse cultural (Zancheti, 2003).

No entanto, Meneses (2017) encara a conservação integrada como uma forma de “revascularizar” o pensamento patrimonial, abrindo novas perspectivas de lidar com a natureza social do patrimônio e com as suas funções como tal. Ela reconhece o habitante como protagonista nos planos de urbanização e introduz a integração dos diversos componentes e atores do território urbano aliado à preservação das edificações. A conservação poderia, portanto, ser entendida como forma de repovoar o patrimônio urbano aliado ao desenvolvimento social, reintroduzindo o seu protagonista ao ambiente cultural de onde ele faz parte.

Como exemplos de tais ações que trazem a revitalização do patrimônio como estratégia de desenvolvimento urbano, pode-se citar o grande número de recursos ofertados por agências multilaterais de fomento como o Bando Mundial e o Banco Inter-Americano de Desenvolvimento. Tais propostas utilizaram, nos seus planos e projetos, o conceito da conservação integrada como guia para as proposições de intervenção nas áreas de interesse patrimonial (Zancheti, 2003). Esse é caso das ações realizadas no Brasil por meio do Programa Monumenta entre o fim da década de 1990 e início da década de 2010 - recorte de pesquisa das ações sobre os objetos empíricos investigados nos capítulos seguintes e que partiram da proposta de aliar a preservação do patrimônio urbano ao desenvolvimento social por meio da implantação de *campi* universitários.

Assim, tendo em vista o longo processo de construção de ideias apresentado até aqui, entende-se que a preservação do patrimônio cultural pode ser alcançada desde que apoiada numa visão multidisciplinar diante da responsabilidade a que se propõe: salvaguardar bens que compõem a identidade de um povo, revelando seus valores e de forma que alcance as gerações futuras, sem proporcionar a transmissão de uma falsa história. Longe de seguir regras fixas ou atitudes guiadas por gostos pessoais, a

preservação dos bens culturais deve seguir uma fundamentada metodologia - ancorada, dentre outros, na filosofia, crítica, história e arte. Para tanto, a partir da longa maturação das noções direcionadas às ações de intervenção sobre bens culturais, sejam eles edifícios isolados ou conjuntos urbanos, Kühl (2009) aponta os princípios fundamentais fortemente estabelecidos no ambiente italiano²⁷, que devem ser seguidos e pensados concomitantemente na prática intervencionista, sendo eles:

- Distinguibilidade, pois a preservação não lida com um tempo reversível e não pode induzir o observador a confundir o que seria existente e o que foi acrescentado (ou retirado) na intervenção. Deve, de fato, facilitar a leitura da obra e documentar todas as ações propostas;
- Retrabalhabilidade, pois as ações de intervenção devem respeitar a obra em sua substância. Não a desconfigurar, e sim facilitar intervenções futuras, pois, como apresentou Riegl, tais ações não podem ser entendidas em sentido absoluto, com uma única solução “correta”, mas com pertinência relativa;
- Mínima intervenção, pois a intervenção “[...] não pode desnaturar o documento histórico nem a obra como imagem figurada” (Kühl, 2009, p. 78) e;
- Compatibilidade de técnicas e materiais, pois deve-se preservar a materialidade do bem por meio de técnicas compatíveis e não nocivas, além de apresentarem eficácia empírica comprovada.

Ademais, como a diversidade de posturas marcou o campo nos séculos passados, o mesmo acontece nos tempos atuais e recentes. Nesse sentido, Vieira-de-Araújo (2022) traz luz ao debate italiano atual, onde permanece a tradição de uma relação próxima entre a prática intervencionista e a reflexão teórico-metodológica. Conforme essa autora, destacam-se, por exemplo, profissionais que buscam, prioritariamente, o princípio da distinguibilidade nas suas intervenções; enquanto outros permanecem com uma visão que preza pela reconstituição estilística. Ela

²⁷ Conforme Kühl (2009), tais princípios são enfatizados por Brandi (2004) e em diversos textos de Giovanni Carbonara. Ademais, aparecem ainda nas reflexões de Camilo Boito e Camilo Sitte, como demonstrado no desenvolvimento deste capítulo.

destaca, então, as três principais posturas intervencionistas no campo da preservação identificadas e denominadas por Giovanni Carbonara na Itália:

- Pura conservação ou conservação integral, representada por Marco Dezzi Bardeschi (1934-2018), que privilegia a instância histórica e entende as novas intervenções como um momento à parte da conservação do bem;
- Crítico-conservativa e criativa. Representada pelo próprio Giovanni Carbonara (1942-2023), que se fundamenta no restauro crítico e na teoria brandiana e;
- Manutenção-repristinação, representada por Paolo Marconi (1933-2013), que busca o retorno a formas e técnicas do passado, para superar o “estado fragmentário” do bem (Carbonara, 1997, apud Vieira-de-Araújo, 2022, p. 190).

No entanto, Vieira-de-Araújo (2022) ressalta que, hoje, as fronteiras entre as posturas estão menos delimitadas, havendo uma interessante contaminação entre elas no que se refere especialmente aos princípios fundamentais da preservação. Logo, essa autora propõe encarar tais posturas a partir de uma noção de escala, onde se passa gradativamente de uma postura a outra, não as compreendendo de forma estanque. Considerando tal noção, Vieira-de-Araújo identifica a vertente crítico-conservativa e criativa como uma posição central nessa escala. Assim, ela validaria, de forma mais equilibrada, os princípios teórico-metodológicos fundamentais, além de incorporar formulações do restauro crítico e da teoria brandiana, reforçados pela Carta de Veneza de 1964. Tal vertente se fundamenta, portanto, no juízo histórico-crítico, na análise das instâncias estética e histórica e contempla os valores documentais e formais da obra como imagem figurada, apresentando ainda os procedimentos de conservação do antigo e o projeto arquitetônico do novo como articulados. Seus princípios gerais são a distinguibilidade, a retrabalhabilidade, a mínima intervenção e a compatibilidade de técnicas e materiais (Kühl, 2009). Além disso, ela absorve o conceito de restauração estabelecido por Brandi (2004, p. 33), que “[...] deve visar ao estabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico”.

De fato, o restauro crítico-conservativo propõe uma interpretação histórico-crítica do monumento hoje, buscando meios de valorizá-lo e transmiti-lo ao futuro.

Toma o respeito pelas especificidades que qualificam o monumento como recurso prévio para uma condução criteriosa para a sua preservação, ressalta os princípios fundamentais e, por fim, entende que qualquer proposta de intervenção, como ato histórico-crítico, carregará parâmetros culturais de uma época.

Isto posto, destaca-se a postura crítico-conservativa e criativa como referencial para as análises empíricas propostas nos capítulos seguintes deste estudo. Tal destaque se justifica, como comentado anteriormente, pelo fato de tal postura abranger os princípios fundamentais da preservação de forma mais equilibrada, possuir raízes na teoria brandiana e, portanto, seguir mais robustamente as proposições do restauro crítico e da Carta de Veneza de 1964, documento-base para o campo até os dias atuais. No entanto, ressalta-se que tal destaque foi feito devido a fins práticos e metodológicos. Reiteramos que as três vertentes contemporâneas mencionadas acima se baseiam, em alguma medida, nos princípios fundamentais e que o objetivo da preservação de bens isolados ou de conjuntos urbanos inteiros pode ser alcançada por diferentes caminhos (ou posturas), desde que apoiados numa visão multidisciplinar e consciente da responsabilidade a que se propõe ao entrelaçar passado, presente e futuro na vida e memória das comunidades.

...

Em seguida, após o percurso reflexivo realizado quanto ao amadurecimento das discussões do campo da preservação tendo o patrimônio urbano como fio condutor, parte-se para o estudo acerca da preservação de ruínas de valor patrimonial como forma de completar o embasamento teórico-metodológico proposto. Assim, ao debruçar-se sobre tal recorte do campo da preservação, objetiva-se identificar os elementos de análise que compreendam suas especificidades, tendo em vista a natureza dos objetos empíricos a serem examinados nos capítulos 02 e 03: ruínas arquitetônicas que fazem parte de um conjunto de reconhecido valor patrimonial. Para tanto, indica-se como bibliografia-base para a seguinte exposição, dentre outros, o produto do doutoramento da professora Angela Rosch Rodrigues pela FAUUSP em 2017 intitulado “Ruína e patrimônio cultural no Brasil” e, mais uma vez, o produto de pós-doutoramento da

professora Natália Vieira de Araújo pela UFPE em 2011 “Materialidade e imaterialidade do patrimônio construído. Brasil e Itália em diálogo”.

1.2. Ruínas: uma possibilidade de integração entre os aspectos documentais, simbólicos, estéticos e de uso nas ações de preservação

Conforme Rodrigues (2017) e Vieira-de-Araújo (2022), tem-se que a importância atribuída às ruínas parte de duas perspectivas principais: a documental e a simbólica. Do ponto de vista documental, as ruínas seriam testemunha material do que um dia já existiu e de onde podem ser retiradas informações sobre o objeto antigo. Além disso, seriam também testemunhos das causas da sua degradação: refletem, portanto, acerca do que permanece e do que já se foi.

Já do ponto de vista simbólico, as ruínas transmitem ideias relacionadas “[...] à vanidade das obras humanas mediante a passagem do tempo, à eternidade do que remanesce, à destruição, à perda e ao abandono” (Rodrigues, 2017, p. 31). Ainda nesse sentido, Vieira-de-Araújo (2022) salienta as reflexões de Augè (2004), Serrão (2011) e Varagnoli (2005) sobre a experiência do tempo proporcionada pelas ruínas, que faz refletir sobre a própria condição humana. Também, como ilumina Rodrigues (2017), as ruínas favorecem o senso de continuidade da história humana, ao materializar o que foi há muito tempo, o que foi ontem e o que é hoje. Assim, no que se refere às intervenções sobre ruínas de valor patrimonial, ressalta-se a importância da proposição de ações que considerem tanto o seu valor documental, quanto a sua dimensão simbólica e evocativa - envolvendo, desse modo, os aspectos materiais e imateriais do patrimônio construído.

Nesse sentido, Rodrigues (2017) e Vieira-de-Araújo (2022) indicam, devido a necessidade de lidar com a forte indissociabilidade entre os aspectos materiais e imateriais exigida pelas ruínas, que esse recorte de estudo do campo da preservação ainda é caracterizado por experimentações práticas - o que torna o seu estudo fundamental para a maturação do campo preservacionista de forma geral, seja na discussão acerca do conceito de monumento histórico, seja quanto às maneiras de como preservá-lo.

Desse modo, para iniciar a discussão acerca das ações voltadas às ruínas em contexto de valorização patrimonial, faz-se necessário compreender o que, de fato, elas são. Quanto ao reconhecimento do estado de ruína, tem-se que “[...] ruína será, pois, tudo aquilo que é testemunho da história humana, mas com um aspecto bastante diverso e quase irreconhecível em relação àquele de que se revestia antes” (Brandi, 2004, p. 65). Também, as ruínas seriam caracterizadas pela matéria edificada numa condição física degradada, com perda de suas características anteriores e, ainda, “conjuntos edificados em diferentes graus de abandono e destruição” (Rodrigues, 2017, p. 32). Ainda para Rodrigues (2017), tais graus de abandono e destruição seriam derivados de uma composição de fatores, como a ação incondicional do tempo, a perda de funções originais e de uso constante, a incúria, ou desastres de origem natural ou antrópica.

No entanto, destaca-se a dificuldade na identificação do estado de ruína em contraposição a um simples bem danificado ou até ao extremo de um amontoado de escombros. Conforme Rodrigues, esse seria um ponto que permanece atual e decisivo para se estabelecer uma relação de valorização a esses bens. Nesse sentido, retoma-se a contribuição de Riegl ao indicar que a degradação do monumento estaria relacionada à apreciação do seu “aspecto pictórico”:

As ruínas tornam-se sempre mais pitorescas, quanto mais partes cedem à degradação; [...]. Mas esse processo tem também o seu limite; porque se ao fim da capacidade extensiva do efeito tenha sido completamente perdida, não restará mais nem sequer uma base para um efeito intensivo. **Um simples monte de pedras não é suficiente para oferecer um valor de antigo: deve existir ao menos ainda um traço claro da forma original da obra humana antiga, de um porvir passado** (Riegl, 1990, p. 56, apud Rodrigues, 2017, p. 57, grifo nosso).

Assim, para tal compreensão, toma-se o conceito brandiano de “unidade potencial”, quando “[...] a obra de arte, não constando de partes, ainda que fisicamente fracionada, deverá continuar a subsistir potencialmente como um todo” (Brandi, 2004, p. 46). Por outro lado, quando algum elemento da obra está rompido, ou seja, degradado, toda a união figurativa passa a apresentar lacunas (Nery e Baeta, 2012).

Assim, tal elemento degradado precisa ser restaurado para recuperar a união figurativa antes existente. Porém, de volta a Brandi, essa unidade figurativa só pode ser restaurada se ainda for entendida como obra de arte, mesmo parte degradada. Ou seja, uma obra só poderia ser restaurada caso ainda persista uma unidade formada pelos seus fragmentos, capaz de ter seu valor percebido pelos indivíduos. Desse modo, para Brandi, essa obra, que em parte se apresenta degradada, mas ainda pode transmitir valor a quem a alcança, não possui mais uma unidade plena, mas sim um potencial a partir do qual percebe-se sua qualificação artística. No entanto, caso a degradação seja considerável de forma que desconfigura definitivamente a unidade estética preexistente, a obra em questão deixa de ser considerada obra de arte e, portanto, não pode ser restaurada. Para ele, a antes obra de arte passa a ser agora uma ruína. Assim, conforme Rodrigues (2017), um ponto crucial para esta reflexão é compreender o grau de destruição do bem:

Conforme Brandi (2004), a complexidade em compreender o grau de destruição e aplicar a noção de ruína a um bem arquitetônico danificado envolve o desafio da avaliação sobre o quanto a unidade potencial do objeto foi de fato perdida e não pode ser reintegrada (Rodrigues, 2017, p. 254).

Nesse ponto, faz-se necessário apresentar o que Brandi aponta como o conceito de obra de arte. Conforme Nery e Baeta (2012, p. 05), para o autor, a essência da obra de arte não estaria vinculada à sua condição material, mas no “valor atribuído por cada indivíduo ao absorver a imagem emanada pelo suporte material da obra”. Ou seja, Brandi ilumina a ideia de que um objeto se torna obra de arte após o seu reconhecimento como tal por um indivíduo que lhe aprecie e perceba seu valor. Sendo assim, tal reconhecimento não depende do artista que produziu a obra, nem do momento em que ela foi criada, mas sim do indivíduo que a percebe. E é exatamente por este fato que podemos vincular sua reflexão ao pensamento desenvolvido por Riegl décadas antes (que também tem a percepção do sujeito como ponto central das suas ideias), mesmo não havendo em Brandi a referência direta ao austríaco.

Tendo isso em vista, a partir do entendimento de que o reconhecimento dos valores do bem é ponto fundamental para a sua preservação, pode-se ampliar o conceito de “obra de arte” convencionalmente apreendido. Atualmente, entende-se que as reflexões do campo da preservação patrimonial passam, necessariamente, pela discussão da significância dos bens, ou seja, do conjunto de valores sobre eles reconhecidos²⁸. Assim, pode-se estender o restauro brandiano do que o autor chamou de “obra de arte” a todo bem material no qual são reconhecidos valores coletivos que contribuem para a construção da memória e da identidade de um povo. Essa ampliação é acompanhada também pelo alargamento da noção de monumento histórico da criação arquitetônica isolada para sítios urbanos ou rurais, como demonstrado já na Carta de Veneza de 1964, no seu Artigo 1º. Nele, tal noção “[...] estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural”.

De volta às reflexões acerca da “unidade potencial” da obra de arte (ou, como visto, do bem cultural), tem-se que, quando uma ruína recebe reconhecimento como um bem patrimonial, seja pelo seu aspecto documental, simbólico, artístico ou evocativo, elas “[...] deveriam, portanto, ser preservadas na condição daquilo que efetivamente são: ruínas” (Andrade Júnior, 2008, p. 9). Ou seja, de forma geral, não deveriam ter seu estado anterior “restaurado”, pois, conforme Brandi (2004), sua unidade potencial teria sido perdida. De fato, quando o reconhecimento patrimonial se dá sobre objetos já em ruínas, a obra de arte não se refere ao seu estado anterior “completo”, mas sim ao seu próprio estado degradado. Andrade Júnior ainda salienta que, em grande medida, as cartas patrimoniais internacionais estabelecem que os mesmos princípios indicados para os sítios e monumentos isolados sejam aplicados também a ruínas. Assim, de acordo com a Carta de Veneza de 1964, as medidas necessárias à preservação desse tipo de monumento devem ser asseguradas, da mesma forma que devem ser tomadas iniciativas para facilitar sua compreensão, sem jamais perturbar seu significado:

²⁸ A discussão acerca da significância pode ser consultada na Carta de Burra (2013). Conforme suas disposições, a conservação dos bens compreende os cuidados a serem dispensados para preservar-lhe as características que transmitem uma significância cultural.

Todo trabalho de reconstrução deverá, portanto, ser excluído *a priori*, admitindo-se apenas a anastilose, ou seja, a recomposição de partes existentes, mas desmembradas. Os elementos de integração deverão ser sempre reconhecíveis e reduzir-se ao mínimo necessário para assegurar as condições de conservação do monumento e restabelecer a continuidade de suas formas (ICOMOS, 1964, Artigo 15º).

Tendo isso em vista, conforme Brandi (2004), a compreensão estética das ruínas partiria da nova relação estabelecida entre elas (no seu próprio estado degradado) e a paisagem na qual estariam inseridas. Assim, pode-se aferir, a partir do estudo da literatura sobre o tema, que a ruína é tomada como um tipo de bem à parte dos tradicionais, pois seu valor como patrimônio estaria vinculado, em grande medida, aos processos de degradação ali presentes. É a partir deles que a história é contada e a edificação integra-se a uma nova paisagem de valor estético e cultural. Dessa forma, as ruínas possuem características e necessidades próprias que devem ser observadas e consideradas numa intervenção de preservação visando não a reconstituição completa da edificação, mas assegurar a sua consolidação e iniciativas que contribuam para facilitar a sua leitura e integração à paisagem da qual faz parte, adotando, assim como os demais bens patrimoniais, os princípios fundamentais da preservação e o respeito pela sua autenticidade²⁹.

Ou seja, a partir do exposto até aqui, entende-se que, ao tratar de ruínas em contexto de valorização patrimonial, devem ser realizadas intervenções que visem a compreensão da nova condição estética estabelecida, e não a “recomposição” do seu estado anterior. Logo, de forma geral, as ruínas não se apresentam passíveis de restauro, mas de integração - com vistas à facilitação da sua compreensão e ao reconhecimento da unidade que agora compõem junto com a paisagem da qual passam a fazer parte como obra de arte.

²⁹ O aprofundamento nos conceitos de integridade, autenticidade e significância, noções balizadoras do campo da preservação do patrimônio cultural nos dias de hoje, foge ao escopo deste trabalho. No entanto, enfatiza-se a relevância das discussões sobre o tema dispostas, dentre outros, em Zancheti *et al*, 2009; Ribeiro e Lira, 2012; Lira, 2020.

Apesar do estado de degeneração característico das ruínas, permanecem válidas as intervenções cujas ações são fundamentadas no juízo histórico-crítico e nos princípios gerais comentados por Kühl (2009), sendo eles: distinguibilidade, retrabalhabilidade, mínima intervenção e compatibilidade de técnicas e materiais (Rodrigues, 2017). Nesse sentido, Baeta e Nery (2014) apresentam diversas possibilidades de ações contemporâneas que partem do tensionamento entre a ruína e o projeto do novo com interessantes resultados. Por outro lado, os autores destacam que outras ações insistem na reconstrução de bens arruinados, ou utilizam-se do seu estado degradado para gerar uma nova obra arquitetônica conflitante com o preexistente e seus significados.

Dentro de tal problemática, Rodrigues (2017) entende que o tipo de ação de preservação tomada sobre ruínas estaria relacionado, principalmente, à maneira como se lê e compreende sua própria condição “arruinada”. De modo que tal compreensão - e, conseqüentemente, as ações tomadas - seriam influenciadas pelos seguintes fatores: o grau de antiguidade do edifício, a causa e grau da sua degradação, a antiguidade do processo de arruinamento, e as condições de uso por ele proporcionadas. Assim, a autora propõe a classificação de três principais grupos em que podem ser divididos os bens caracterizados como ruínas, cujos critérios de classificação seriam a junção dos fatores supracitados. Dessa forma, tem-se (Rodrigues, 2017, p. 63):

- Ruínas do tempo: bens edificados que chegam ao momento de reconhecimento do seu valor cultural já em estado arruinado. O fator tempo seria o principal agente da degradação e há certo distanciamento cronológico [...] em relação ao seu arruinamento.
- Ruínas da incúria: edificações íntegras até o momento do reconhecimento do seu valor cultural e que posteriormente foram acometidas por processos de arruinamento. A deterioração ocorreu lentamente nos últimos anos por fatores que podem ser derivados da negligência com sua manutenção e a falta de um uso contínuo.
- Ruínas do incidente: edificações de reconhecido valor cultural que foram acometidas por um episódio súbito e inesperado – causado

por catástrofes de ordem natural ou antrópica - que gerou a sua degradação.

Destaca-se, para este estudo, as chamadas “ruínas do tempo” e as “ruínas da incúria”, tendo em vista a natureza dos objetos empíricos a serem analisados nos capítulos 02 e 03, cuja classificação trazida por Rodrigues pode auxiliar na compreensão dos tipos de ação de intervenção realizadas.

Assim, a partir da classificação acima no que diz respeito às ruínas do tempo, tem-se que os elementos que configuram o próprio estado degradado – a partir da sua espacialidade e materialidade, por exemplo – carregam a sua valorização enquanto bem cultural. Nesses casos, pode-se considerar as perspectivas documental, simbólica e estética, que direcionam a forma de tratamento a ser empregada para a sua preservação. Sob a perspectiva documental, as ruínas do tempo caracterizam-se como um testemunho histórico e como fonte material de informações. Sob o ponto de vista simbólico e evocativo, os sinais de degradação transmitem, por meio também do aspecto pictórico emanado, a compreensão da passagem do tempo e do que um dia existiu e que não se encerram em sua totalidade nos tempos atuais. Assim, a composição estética da ruína torna-se suporte para a transmissão de valores documentais e simbólicos, e sua preservação deve empreender ações que considerem a simbiose entre materialidade e imaterialidade.

Logo, no que se refere às recomposições, entende-se, de forma geral, que elas podem tornar-se problemáticas e devem ser realizadas apenas a partir de um cuidadoso estudo de caso. Quando baseadas numa volumetria que não pode ser comprovada, podem provocar um falso histórico. Ademais, se realizadas de forma a proporcionar a completa volta a um estado anterior, podem ferir a autenticidade do bem reconhecido. Conforme Rodrigues (2017, p. 270):

Embora as fronteiras entre a restauração e a reconstrução possam parecer difusas, os objetivos são distintos. E ensinam o entendimento explicitado por Brandi (2004) de que a matéria que compõe o objeto reconhecido como obra de arte é o meio físico para a transmissão de sua imagem; desse modo, a restauração ocorre somente na matéria,

visando o '[...] restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo.' (BRANDI, 2004, p. 33). Já operações como o repriming, o refazimento e a reconstrução, cujo principal objetivo é reconstituir uma imagem formal, não são consideradas no escopo do campo disciplinar da restauração³⁰.

Nesse sentido, conforme Rodrigues (2017) as chamadas “ruínas da incúria” despertam questionamentos acerca da valorização do próprio estado arruinado do bem, estado esse que se apresenta como uma consequência, em diversos casos, de falhas de uma política de valorização e salvaguarda do patrimônio. Assim, entendendo a qualificação do estado arruinado como possuidor de forte influência na postura intervencionista a ser adotada, pode-se presumir certa tendência à reconstrução de ruínas ao seu aspecto “original” nos casos em que o próprio estado degradado não é reconhecido como qualificador do patrimônio, que deve ser “salvo” - nesse caso, reconstruído.

Dessa maneira, Rodrigues (2017) destaca que as reflexões acerca das ações de preservação sobre ruínas (seja do tempo, da incúria ou do incidente) partem de posturas originadas no século XIX e que ainda se provam atuais, sintetizadas de forma que: uma volta-se ao objetivo de “salvar” o bem da ruína (em referência às proposições leducianas); enquanto a outra volta-se para a conservação de tal estado arruinado (em alusão às ideias ruskianas). Existiria, portanto:

Por um lado, a necessidade de reportar uma edificação ao momento presente através de intervenções que desconsideram a passagem do tempo e retomam a uma possível e selecionada imagem do passado; por outro, a apreciação do monumento enquanto documento único e

³⁰ Nesse ponto, relativizamos a não possibilidade de reconstituição formal dentro do escopo da preservação tendo em vista, principalmente, as chamadas “ruínas do incidente” denominadas por Rodrigues (2017) - cuja causa e tempo de degradação se dão de forma traumática e/ou abrupta. Nesses casos, as degradações rápidas e, por vezes, em grandes proporções, podem gerar consequências negativas à identidade e ao dia a dia da população, o que pode justificar ações que busquem a reconstituição formal dos conjuntos ou edifícios arruinados. Para maior aprofundamento, ver Vieira-de-Araújo (2022).

irreprodutível que contém a sobreposição de diversas fases (Rodrigues, 2017, p. 65).

Enfatiza-se que tal discussão acerca das intervenções sobre ruínas não é recente – apesar de ainda hoje se apresentar atual. Já em Giovannoni (que amplia as ideias do restauro filológico de Camilo Boito) tem-se uma abordagem crítica e documental, distinguindo, ainda, os tipos de ações voltadas a preservação das ruínas, sendo elas: a consolidação, quando são aplicadas novas técnicas com o objetivo de aumentar a resistência das antigas construções; a recomposição, ou anastilose, quando propõe-se o retorno de elementos à sua posição original com acréscimos secundários; a liberação, quando são retiradas certas partes para retornar ao aspecto artístico original e, por fim; os complementos ou renovações, quando são acrescentados elementos novos para reintegrar a obra antiga.

No que se refere ao estabelecido na Carta de Atenas de 1931, tem-se, como recomendações para ações sobre ruínas, a anastilose e os complementos a partir do princípio da distinguibilidade - com respeito à obra, considerando seus aspectos históricos e artísticos, além da utilização de recursos modernos, quando necessário, sem alterar seu aspecto e caráter. No entanto, com as grandes destruições das Guerras Mundiais, a necessidade de revisão e aprimoramento dos conceitos e princípios da preservação também recaem sobre o recorte das ruínas.

Brandi (2004), ao identificar o ato do reconhecimento da obra de arte como fator primeiro para a operacionalização da preservação, origina um método que se baseia na compreensão do bem na sua totalidade e também na sua consistência material, considerando as instâncias estéticas e históricas. Assim, no que diz respeito à ruína, a teoria brandiana parte do seu reconhecimento como testemunho (utilizando, portanto, o juízo histórico); já quanto a sua instância estética, indica uma postura de tratamento conservativa. Nesse sentido, Brandi parte do reconhecimento da obra de arte a partir da sua própria condição de ruína, onde a sua preservação partiria, portanto, da conservação de tal aspecto – que, como visto anteriormente, não mais poderia ser “restaurado” a um estado anterior, pois não apresentaria mais a “unidade potencial” daquela obra, agora uma ruína.

Nesse ponto, destacamos a premissa brandiana acerca da impossibilidade de ações de “restauro” sobre ruínas. Em Brandi, partindo do entendimento de que, em geral, a condição completa anterior ao estado de ruína não deve ser buscada numa ação de preservação - tendo em vista que a unidade potencial referente a tal estado não mais existe – indica-se o seu tratamento por meio da pura consolidação e conservação da sua condição arruinada, onde tal perspectiva lidaria com os aspectos documental, artístico e simbólico. No entanto, na discussão brasileira, Costa (2021), Vieira-de-Araújo (2022) e Nery e Baeta (2022) iluminam a janela de possibilidades que se abre no que se refere às intervenções que buscam a preservação por meios além da pura conservação. Tais meios tratam da potencialização da leitura tipológica, espacial, formal e compositiva de ruínas que mantém alguma espacialidade referente ao seu estado anterior – considerando, ainda, a manutenção do seu caráter fragmentado.

Nesse sentido, faz-se relevante dar um passo atrás no sentido de esclarecer, na reflexão aqui desempenhada, o tipo de ruína no qual a análise proposta nos capítulos 02 e 03 se debruçará. Conforme a Carta de Lausanne (1990) para a proteção e gestão do patrimônio arqueológico ICOMOS/ICAHM³¹, tem-se que:

Art. 1º O ‘patrimônio arqueológico’ compreende a porção do patrimônio material para a qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos primários. Engloba todos os vestígios da existência humana e interessa todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, não importando quais sejam elas; estruturas e vestígios abandonados de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados.

Ainda segundo a Carta, o patrimônio arqueológico constitui testemunho essencial sobre as atividades humanas do passado, e sua proteção e gerenciamento são indispensáveis para a sua fruição, estudo e interpretação, em nome das gerações presentes e futuras. Ela indica também que a proteção do patrimônio arqueológico não pode ser encarada apenas a partir das técnicas da arqueologia. Como alguns dos seus

³¹ Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) e Comitê Científico Internacional para o Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico (ICAHM).

elementos pertencem a estruturas arquitetônicas, eles devem ser protegidos respeitando os critérios relativos também ao patrimônio arquitetônico enunciados, dentre outros, pela Carta de Veneza de 1964. Exige, portanto, multidisciplinaridade, cooperação de órgãos públicos, pesquisadores, empresas privadas e da população em geral. Ao enunciar os princípios a serem seguidos – no que se refere a construção de inventários, realização de prospecção, escavação, documentação, pesquisa, preservação, conservação, reconstituição, informação, exposição e apresentação ao público, e uso do patrimônio arqueológico -, entende-se que mais do que conservar os vestígios, a preservação e a valorização do patrimônio arqueológico envolvem ainda ações que visam a sua apresentação e informação ao público a fim de revelar e transmitir os valores reconhecidos. Por fim, a Carta indica a preservação do patrimônio arqueológico dentro da conservação integrada, de forma a ser incorporada às políticas relacionadas ao uso e ocupação do solo, à cultura, ao meio ambiente e à educação, com participação do público em geral.

Faz-se relevante destacar que, ao tratar do patrimônio arqueológico a partir dos conceitos supracitados, lidamos, na verdade, de uma complexa e numerosa gama de bens culturais. Dentro dessa diversa gama, encontra-se o tipo de ruína cujas intervenções serão analisadas na presente pesquisa: ruínas arquitetônicas não reconhecidas individualmente, mas que fazem parte de um conjunto de reconhecido valor patrimonial e que ainda conservam certa espacialidade e certos aspectos formais, principalmente no que se refere às suas fachadas principais. Nesse caso, a partir de tal estado que permite vislumbres do seu estado anterior ao arruinado, o campo teórico apresenta uma frutífera discussão acerca das possibilidades de potencializar a leitura da ruína no conjunto – este último entendido como obra de arte caracterizada pela composição entre o objeto arruinado e o meio no qual está inserido, considerando os aspectos documentais, simbólicos, estéticos e de uso.

Assim, consideramos que, ao seguir uma nova perspectiva sobre a máxima brandiana de que “ruína não se restaura”, esta não é anulada. De fato, a partir do pormenorizado estudo caso a caso e da consideração de ambas as instâncias estética e histórica iluminadas pelo próprio Brandi (2004), consideramos a possibilidade de encarar o estado arruinado – no caso do tipo de ruína aqui analisado - não apenas como

um fim a ser protegido e conservado, mas como ponto de partida de um projeto de preservação onde os princípios teórico-metodológicos do campo servem como farol para as decisões projetuais a serem tomadas sobre a materialidade do bem em vias de sua salvaguarda e transmissão dos valores reconhecidos ao presente e às gerações futuras. Tal consideração da ruína como ponto de partida do projeto de preservação será retomado no fim deste tópico.

Tratando agora do contexto brasileiro, verifica-se que, ainda nas primeiras discussões acerca das ruínas no século XX, a questão é enfatizada como um problema referente ao estado de conservação dos bens. Elucida-se, então, a associação entre ruína e urgência na salvaguarda - que, desde o início da atuação preservacionista brasileira, permeia e norteia as políticas nacionais de preservação desse recorte patrimonial (Rodrigues, 2017). Nesse sentido:

[...] a necessidade de salvar a ruína foi um ponto nodal para a estruturação da política de salvaguarda no Brasil; a constatação de uma iminente perda de bens arquitetônicos potencialmente representativos do passado que se pretende valorizar tem induzido a abertura de processos de tombamento com o propósito de salvaguardá-los de um latente processo de degeneração (Rodrigues, 2017, p. 153).

Assim, o tombamento – o principal instrumento de salvaguarda no Brasil até os dias atuais – mostra-se como um elemento importante para analisar o reconhecimento e atribuição de valor aos objetos em ruína. Na sua análise, Rodrigues (2017) verificou algumas características intrínsecas ao processo de identificação das ruínas enquanto bens culturais no Brasil, sendo elas: a inclinação em associá-la a um problema e a um estado físico degradado a ser “salvo”, que orienta a sua salvaguarda; e que a apreciação do seu próprio estado arruinado ainda é limitada e se estabelece essencialmente através do valor histórico de estruturas relacionadas a determinadas tipologias arquitetônicas vindas do período colonial, principalmente. Ou seja, de forma geral, o reconhecimento como ruína a partir dos órgãos oficiais se dá no sentido de uma forma de “salvar” o bem da destruição, não como uma condição que o agrega valor – com exceção de casos relacionados aos vestígios da arquitetura colonial, cujo valor

documental da fase “inicial” da história brasileira é qualificado também pela sua condição estética. Disto tira-se que, de acordo com a consideração do estado de ruína como qualificador (ou não) do bem, desenrolam-se posturas voltadas à consolidação ou à sua reconstituição.

Rodrigues destaca então a recorrência do impasse entre a conservação do *status quo* das ruínas *versus* a sua reconstituição formal nas discussões dos órgãos de preservação no Brasil:

Os impasses conceituais que se desenrolaram nos debates dos técnicos dos órgãos de preservação (IPHAN, CONDEPHAAT, DPH e CONPRESP) evidenciam a confluência de duas opções antagônicas (consolidação ou reconstituição) que se resumem na aceitação ou não da ruína de um bem arquitetônico tombado e na necessidade de reconstituir um objeto que remete a uma determinada imagem de passado que configura a identidade local (Rodrigues, 2017, p. 212).

No entanto, apesar de tal impasse, Rodrigues (2017) demonstra que, ao longo do tempo, a ruína continua sendo entendida, de forma geral, como um estado de degradação a ser sanado ou até eliminado. Verificando-se, portanto, uma tendência para que as marcas da degradação sejam minimizadas ou canceladas. Tal tendência enuncia a dificuldade em reconhecer o estado de ruína como qualificador do patrimônio a ser considerado nas ações de intervenção, seja do ponto de vista histórico, simbólico ou estético.

Ademais, pode-se entender, a partir do exposto por Rodrigues (2017), que a maioria das intervenções no Brasil que se voltam, de certa forma, à consolidação do estado arruinado – indo contra a tendência de negação da ruína como qualificador - dão-se sobre as chamadas “ruínas do tempo”, cujo valor foi reconhecido pelo tombamento sobre o bem já arruinado. Geralmente, nesses casos, as ruínas estão situadas em espaços abertos e integrados à natureza, cujos valores identificados referem-se tanto aos aspectos materiais quanto imateriais na composição ruína-paisagem. Tal postura de consolidação relaciona-se, como visto anteriormente, à compreensão brandiana estética das ruínas, que parte da nova relação estabelecida entre elas e a paisagem na

qual estariam inseridas. Em tais casos, considera-se que o valor da ruína como patrimônio estaria vinculado, em grande parte, aos processos de degradação ali presentes.

Rodrigues (2017) demonstra ainda que o tema das ações sobre ruínas é de grande atualidade e se faz presente em discussões por diversos órgãos de preservação brasileiros, tornando-se parte do cotidiano de muitas cidades pelo país. Assim, destaca-se aqui o questionamento acerca do **como** agir para a salvaguarda das ruínas de valor patrimonial. Como discorrido, a partir do tipo da interpretação sobre a ruína (ou seja, se seu estado qualifica ou não o bem), diferentes formas de intervenção apresentam-se – fazendo uso de operações mais conservativas a reconstituições completas. Logo, as ruínas mostram-se não como elementos estáticos do passado, mas como registros vivos e cheios de possibilidades para o presente e o futuro, possibilitando um novo tipo de fruição na contemporaneidade. Isto é:

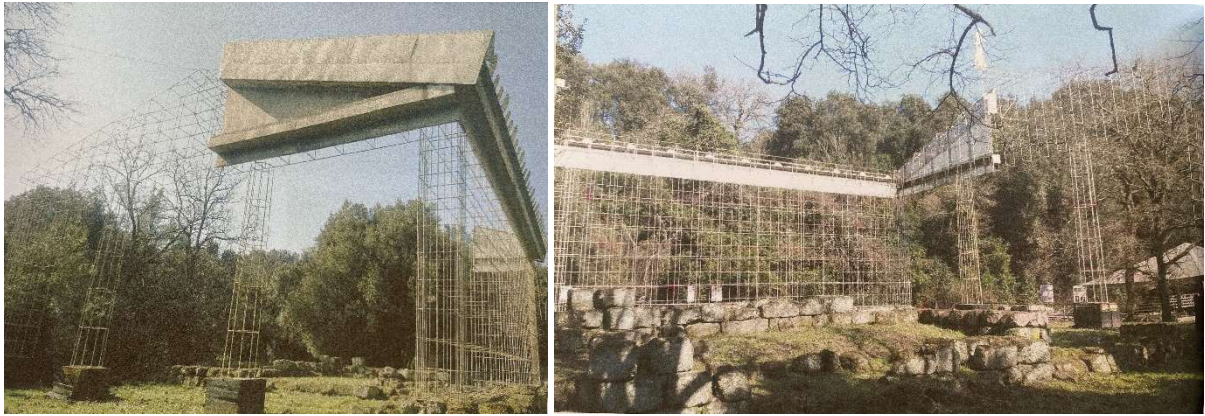
A ruína não é uma condição pronta e acabada; deve ser entendida a partir das novas relações que se estabelecem num modo contínuo, renovando-se em cada momento presente. Portanto, a ruína não precisa ser interpretada somente como um fim, mas também pode ser interpretada como um novo começo (Rodrigues, 2017, p. 282).

Em consonância, Vieira-de-Araújo (2022) defende o entendimento da ruína como um ponto de partida do projeto arquitetônico por meio de uma abordagem interdisciplinar e que lide com a materialidade ao mesmo tempo que considera seus aspectos simbólicos e a possibilidade de fruição do espaço. Contudo, a autora também traz luz ao fato de que, no Brasil, a solução reconstrutiva foi apresentada muitas vezes como a saída para atender ao valor simbólico, quando, na verdade, tratar de tal dimensão não possui uma resposta rápida, direta ou única. Haveria, ao contrário, uma riqueza de possibilidades para o tratamento de ruínas com vistas à sua preservação - sem distanciar-se da reflexão teórico-metodológica do campo. Enfatiza-se que tal reflexão não deve ser interpretada como regras estáticas a serem cumpridas, mas, como frisa Vieira-de-Araújo (2022, p. 02), deve-se utilizar da teoria a partir do seu “[...]”

forte potencial operacional para a definição de procedimentos metodológicos projetuais”.

Nesse sentido, ao tratar da experiência italiana, Vieira-de-Araújo (2022) cita as principais formas de atuação sobre ruínas de valor patrimonial a partir do século XX. Conforme a autora, nos anos 1930, sob a forte influência de Giovannoni, destacam-se as intervenções voltadas principalmente ao aspecto documental. Já nos anos 1950, realizam-se intervenções que buscam resgatar a unidade volumétrica perdida a fim de proporcionar uma melhor percepção pela comunidade sobre o patrimônio fragmentado. Enquanto nos anos 1980 sucedem ações do que passaria a ser conhecido como “anastilose indireta”, contando com um papel facilitador da leitura dos vestígios. Por fim, no século XXI, a autora destaca a ferramenta da reconstrução virtual-digital como um recurso a ser progressivamente mobilizado nas intervenções sobre ruínas.

Trazendo exemplos de intervenções variadas e que fogem da reconstituição da materialidade tal qual um estado anterior como a única opção possível, Vieira-de-Araújo ilumina um caminho no sentido de uma prática teórico-projetual que considera a indissociabilidade entre materialidade e imaterialidade. Nesse sentido, tem-se, como exemplos, a reconstituição volumétrica evocativa (Figuras 6 e 7) proposta por Franco Ceschi no Templo de Apolo em Veio, Roma (1992); a recomposição de uma das arcadas do antigo teatro existente (Figuras 8 e 9) na Crypta Balbi (Roma), por Franco Ceschi (1999-2000), que busca permitir um vislumbre do estado anterior; e a intervenção que utilizou recursos digitais para a exploração das Termas de Carcalla (Figuras 10, 11 e 12), também em Roma (2018), permitindo a fruição do complexo pelo visitante “em seu momento de uso pelo império romano” (Vieira-de-Araújo, 2022, p. 265).



Figuras 6 e 7 – Proposta de reconstituição volumétrica no Templo de Apolo a Veio em Roma (1992). Fonte: Natália Vieira-de-Araújo, 2022.



Figuras 8 e 9 – A recomposição de uma das arcadas do antigo teatro existente na Crypta Balbi, em Roma (1999-2000). Fonte: Natália Vieira-de-Araújo, 2022.



Figura 10 – As ruínas das Termas de Carcalla e a possibilidade de fruição por meio dos óculos de realidade virtual. Fonte: Natália Vieira-de-Araújo, 2022.



Figuras 11 e 12 – Comparativo entre as ruínas de Carcalla e sua reconstituição virtual. Fonte: Natália Vieira-de-Araújo, 2022.

No Brasil, destaca-se também a atualidade do debate acerca de **como** intervir sobre objetos em ruínas em vias da sua preservação, sejam elas encontradas em meio natural ou no contexto urbano histórico. Atualmente, diversos são os bens considerados “em ruínas” reconhecidos a nível federal, estadual ou municipal – seja de forma individual ou como parte de um conjunto - e, portanto, sujeitos a ações voltadas a sua preservação. Como exemplos, tem-se antigas igrejas, conventos, fortes ou complexos industriais que não sustentam mais seus elementos estruturais e arquitetônicos originais, mas sim a materialização da passagem do tempo e uma relação de composição estética e simbólica na paisagem na qual estão inseridos. Ainda, na maioria dos “centros históricos” por todo o país, podem ser encontrados edifícios que já não

apresentam sua materialidade anterior completa, com elementos como coberturas, vedações internas e esquadrias faltantes, crescimento de vegetação, ou manutenção apenas de partes das suas fachadas, com altos graus de degradação. Destacam-se então, com grande pertinência, as reflexões acerca das questões de ações de intervenção sobre tais bens no país - discussão apresentada, dentre outros, por Rodrigues (2017), Baeta e Nery (2022) e Vieira-de-Araújo (2022).

Nesse cenário, apontamos um interessante caso atual de intervenção sobre ruínas de valor patrimonial no Brasil: o projeto desenvolvido sobre as ruínas da antiga igreja de São Miguel Arcanjo e convento Jesuíta em Extremoz/RN (Figura 13). Nesse caso, o conjunto arquitetônico (e sítio arqueológico) do qual as ruínas fazem parte é reconhecido e tombado a nível nacional, mas enfrenta um comum cenário de negligência ao longo do tempo, não contando com iniciativas de salvaguarda, conservação e perpetuação do seu papel social (Fernandes, Olimpio e Vieira-de-Araújo, 2023).



Figura 13 – Ruínas da antiga igreja de São Miguel Arcanjo e convento Jesuíta em Extremoz/RN.

Fonte: Ramon Fernandes, 2021.

Num movimento gerado a partir da discussão entre teoria, projeto e ensino dentro do escopo da preservação patrimonial no âmbito acadêmico³², o arquiteto Ramon Fernandes desenvolveu, em 2021, um projeto de preservação (Figuras 14 e 15) que se volta à busca pela tradução da preexistência das ruínas citadas, resultando numa intervenção em consonância com os princípios da postura contemporânea do restauro crítico e conservativo ao propor uma reintegração imagética - em outras palavras, uma proposição volumétrica evocativa e alusiva em vias da sua preservação (Fernandes, Olimpio e Vieira-de-Araújo, 2023).



Figuras 14 e 15 – Imagens foto realistas do projeto. Fonte: Ramon Fernandes, 2022.

³² Tal discussão deriva do grupo de pesquisa certificado pelo CNPq intitulado “Patrimônio Cultural: Teoria, Projeto e Ensino”, coordenado pela professora Natália Vieira de Araújo (UFPE) e com participação, dentre outros, da professora Monique Olimpio (UFERSA).

Em 2024, o projeto recebeu recursos para o desenvolvimento dos estudos arqueológicos e dos projetos complementares pela primeira etapa do Novo PAC do Governo Federal. Além disso, firmou-se um tratado de cidades irmãs entre a cidade de Extremoz no Rio Grande do Norte (Brasil), e a cidade de Extremoz em Évora (Portugal), cujos recursos, dentre outros, direcionam-se ao fomento do turismo e da cultura numa relação de troca entre os países, envolvendo também a intervenção proposta sobre as ruínas citadas.

Conforme Fernandes (2023), por meio da estrutura metálica que remete à fragmentariedade e transparência, o conceito do projeto toma as ruínas como protagonistas, aliando à proposição de usos que possibilitem a aproximação da população local com o bem reconhecido e à fruição das ruínas integradas ao seu entorno, favorecendo a unidade paisagística formada ao longo dos anos. Assim, a partir de tal caso, pode-se identificar a viabilidade de ações de intervenção sobre ruínas geradas a partir de discussões fundamentadas no campo da preservação e que visam a transmissão dos valores documentais, simbólicos, estéticos e de uso, tomando os princípios teórico-metodológicos do campo como instrumentos operativos para alcançar a preservação cultural.

Por outro lado, Nery e Baeta (2022) destacam ainda a polêmica discussão sobre o lugar do uso dentro das ações de preservação do patrimônio edificado, seja ele arruinado ou não. Nesse sentido, apesar de ser o meio mais eficiente para a manutenção do objeto arquitetônico, além de um compromisso ético e social, os autores enfatizam que, sob a perspectiva contemporânea da preservação:

[...] a intervenção de restauro, mesmo se portando como uma ação criativa e atual – um ato projetual –, não pode se colocar à frente da obra preexistente, modificando o seu caráter; ou seja, não deve alterar a imagem fruída anteriormente para a inclusão de um novo aspecto (o que seria a recriação) (Nery e Baeta, 2022, p. 31).

Conforme os autores, a proposição de uma função deve ser deslocada para uma posição subordinada às características e configurações preexistentes do bem, assim como aos seus significados para o local e a comunidade que se insere. No que se refere

ao recorte das ruínas em contexto de valorização patrimonial, diversos são os casos em que a utilização original – e que, portanto, apresentaria compatibilidade às características originais da edificação -, não se faz possível seja devido à própria degradação do estado de ruína, seja pela demanda de uso não mais presente na sociedade contemporânea. Assim, tendo em vista a importância da função social do patrimônio edificado - principalmente no que se refere ao patrimônio urbano -, diversos novos usos fazem-se relevantes nas proposições de intervenção e que promoveriam maior integração sujeito-objeto, como equipamentos públicos de serviços coletivos (a exemplo de teatros, bibliotecas, associações, centros culturais, espaços de ensino) e espaços voltados à habitação. No entanto, tais usos, conforme citado anteriormente, devem respeitar o bem em seu caráter, de forma a revelá-lo e não o desconfigurar, preservando seus atributos (materiais ou imateriais) a fim de transmitir os valores reconhecidos. Essa seria a possibilidade ressaltada, dentre outros, por Andrade Júnior (2008), Vieira-de-Araújo (2022) e Nery e Baeta (2022) onde seria possível a preservação das ruínas enquanto ruínas ao mesmo tempo em que são incorporadas novas características que lhe agregam o valor utilitário, considerando seu *status quo* como ponto de partida de um projeto, e não um estado de degradação a ser revertido.

Assim, entendemos que o recorte da preservação de ruínas em contexto de valorização patrimonial apresenta uma importante necessidade de reflexão no que se refere ao reconhecimento dos atributos da própria condição degradada como transmissores da sua significância cultural. No entanto, a partir de tal entendimento, surgem alguns questionamentos. Como aliar o respeito a tal condição à adaptação de novos usos aos bens, de forma a aplicar os conceitos da conservação integrada e os princípios teórico-metodológicos do campo? Em outras palavras, como lidar com a importante possibilidade de adaptações de ruínas de valor patrimonial reconhecido ao uso contemporâneo, cuja transmissão de valores documentais, simbólicos e estéticos depende da preservação do seu caráter fragmentado e pertencente a uma nova unidade potencial, agora integrada ao meio do qual faz parte?

Nesse cenário, tratando de ruínas em contextos urbanos mais densos (tendo em vista a natureza dos objetos empíricos a serem analisados nos capítulos 02 e 03), destaca-se as ações que valorizam a ruína em seu *status quo* e sua relação com a

paisagem, bem como a integração entre a transmissão da sua significância e a proposição de uso, como o proposto no projeto de Lina Bo Bardi para a Ladeira da Misericórdia em Salvador/BA, na década de 1980.

Segundo uma publicação da revista *Arquitectura Viva* (2015), o sítio era composto por cinco propriedades e um lote vazio, contando com três tipos de ruínas presentes em diversas outras áreas da cidade: uma casa demolida, um edifício parcialmente danificado, e um lote invadido pela vegetação (Figura 16). Tais ruínas eram, ainda, habitadas (Zollinger, 2017).



Figura 16: Vista da Ladeira da Misericórdia, Salvador/BA no estado pré-intervenção.

Fonte: *Arquitectura Viva* (2015).

Conforme Zollinger (2017), Lina, que viveu a Segunda Guerra na Itália, conviveu com diversas formas de destruição e ruínas, sejam elas derivadas do tempo, das guerras ou até da natureza. Assim, para a recuperação do casario da Ladeira da Misericórdia, uma das premissas do seu projeto era evitar a destruição do patrimônio, da natureza ou do entorno, considerando ainda a proteção da memória local e do significado daquela paisagem para os moradores da cidade. A proposta de intervenção (Figura 17) seria voltada então ao uso das residências por meio de um Projeto de habitação de interesse social, contando ainda com a implantação de um restaurante – o Coaty –, um bar, e a proteção da vegetação existente. Preservaria, dessa forma, o que Lina chamou de “alma do lugar” (Zollinger, 2017).



Figura 17: Elevação do projeto de Lina Bo Bardi para a Ladeira da Misericórdia, Salvador/BA.

Fonte: Marcelo Ferraz, Org. (1993) in Zollinger (2017).

Como comentado anteriormente, as ruínas, devido ao seu estado de degradação, possuem forte integração com o entorno, formando uma nova paisagem e proporcionando uma experiência estética única capaz de caracterizar o lugar onde se encontram. Tal integração teria sido considerada no projeto de Lina, como ilumina Zollinger (2017, p. 12-13):

Na Ladeira da Misericórdia, a mangueira, meticulosamente cadastrada e desenhada por Lina, foi abraçada pela construção. Uma obra de encaixe, de engrenagens. Necessário conhecer muito bem o terreno, não apenas tecnicamente, com os instrumentos de medir, mas sobretudo, sua essência, sua alma, seu pulsar, para que uma construção entrasse em simbiose com a vegetação e com as pessoas, com a vitalidade de um entorno como esse.

No que se refere à materialidade da intervenção, Lina desenvolveu, com a colaboração de Figueiras Lima (Lelé), um sistema de argamassa armada para estabilizar as estruturas antigas e suportar os novos elementos propostos. Esse sistema possuía ainda um acabamento estriado, inspirado nas folhas de curculigo (uma planta tipicamente tropical), que, junto com a textura de pedra, proporcionou ao conjunto a percepção de uma imagem unitária, completa (Arquitetura Viva, 2015), conforme pode ser visto nas Figuras 18 e 19 a seguir.



Figura 18: Vista do projeto de Lina Bo Bardi executado para a recuperação da Ladeira da Misericórdia, Salvador/BA. Fonte: Arquitectura Viva (2015).



Figura 19: Detalhe projeto de Lina Bo Bardi executado para a recuperação da Ladeira da Misericórdia, Salvador/BA. Fonte: Arquitectura Viva (2015).

Assim, no projeto para a Ladeira da Misericórdia, Lina incorporou o estado de ruína do casario ao seu projeto de preservação. Nesta investigação, entendemos que, a partir da lacuna, ela buscou ações que proporcionam a legibilidade da paisagem sem possibilitar um falso histórico, privilegiando a experiência estética gerada pela

integração ruína-paisagem. Logo, podemos aferir que a arquiteta identificou a paisagem (não as ruínas de forma isolada) da Ladeira como uma “obra de arte” que, apesar das lacunas existentes, ainda apresentava uma unidade potencial. Dessa forma, por meio de recursos criativos e baseados nos princípios teórico metodológicos amadurecidos no campo da restauração (distinguibilidade, compatibilidade de técnicas e materiais e mínima intervenção), entendemos que ela desenvolveu um projeto que não buscou a volta a um ideal formal anterior, mas sim valorizar a nova condição estética estabelecida entre a ruína, a paisagem, e as relações que caracterizam esse lugar. Podemos aferir, portanto, que ela utilizou recursos e metodologias que demonstram a aplicabilidade das reflexões teórico-metodológicas do campo na preservação urbana tratadas neste trabalho. É importante ressaltar que esta é uma interpretação realizada por nossa análise e que não encontramos nenhum texto da própria arquiteta fazendo referência a conceitos e princípios do campo da preservação. Apesar disso, sabemos que, em sua formação na escola romana, a arquiteta teve acesso a tais discussões teórico-metodológicas.

No entanto, conforme o Dossiê do 4º Seminário Internacional de Projeto – Requalificação Urbana e Cultura da Cidade promovido pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA, 2019), nos anos seguintes à execução, o projeto sofreu com o abandono e descaracterização. Hoje, a Ladeira da Misericórdia se encontra negligenciada e com fortes restrições de acesso. Contudo, em setembro de 2024, a prefeitura de Salvador anunciou a retomada do projeto em parceria com a Associação Cultural Pivô, que alcançou uma permissão de uso do espaço por dez anos num movimento de retomada da Ladeira da Misericórdia com o objetivo de reabrir espaços arquitetônicos históricos ao público ao aliar cultura contemporânea, patrimônio histórico e pensamento crítico (Mena, 2024). Destacamos aqui o alerta para acompanhamento dos desdobramentos de elaboração e execução deste projeto, em vias de evitar uma possível gentrificação e garantir a preservação da essência do lugar, alcançada pela intervenção de Lina nos anos 80.

Todavia, no que se refere ainda às ruínas urbanas, mas voltando-se agora ao exposto em Rodrigues (2017), ressalta-se, como citado anteriormente, que, no Brasil, há uma tendência de ações voltadas à reconstituição estilística em vias de uma pretensa

preservação do conjunto histórico, indo no caminho oposto ao indicado nos casos citados acima. Conforme Andrade Júnior (2008), a visão de alguns arquitetos e gestores do patrimônio levam, constantemente, ao surgimento de edifícios, quarteirões e trechos urbanos que podem ser entendidos como falsos históricos e falsos artísticos, que enganam o observador comum. Criam-se, por exemplo, “novos sobrados coloniais recém-construídos” (Andrade Júnior, 2008, p. 10). Conforme o autor, um exemplo de tal postura foram as primeiras etapas do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, implementadas a partir de 1992 pelo Governo do Estado da Bahia. Nesse caso, as intervenções resultaram:

[...] em um conjunto de sobrados íntegros, resgatando a unidade estilística de um sítio que, antes das intervenções, era caracterizado pelos sobrados em péssimo estado de conservação e, em muitos casos, reduzidos a ruínas, a partes remanescentes das construções outrora existentes no local.

Dessa maneira, propomos o questionamento, então, acerca dos resultados encontrados hoje nos Quarteirões do Trapiche (Laranjeiras/SE) e Leite Alves (Cachoeira/BA), derivados das ações do Programa Monumenta executados na década de 2010. Apesar dos casos citados nesse tópico mostrarem as diversas possibilidades – inclusive multidisciplinares – no tratamento de ruínas em vias da sua preservação, a prática intervencionista sobre bens de valor patrimonial no Brasil aparenta sustentar uma postura ainda pouco consistente e, de certa forma, frágil, no que se refere à aproximação das reflexões teórico-metodológicas do campo.

1.3. Considerações parciais

Tendo em vista o tema abordado na presente pesquisa, fez-se necessário iniciar o estudo a partir das reflexões, conceitos e proposições do campo da preservação do patrimônio cultural, construídos ao longo dos séculos. Ademais, dada a natureza dos objetos empíricos a serem analisados nos capítulos seguintes, decidimos tratar das reflexões teórico-metodológicas tendo a preservação urbana como fio condutor da exposição, com destaque ainda para o particular caso do tratamento das ruínas em

contexto de valorização patrimonial. Dessa maneira, neste capítulo, buscou-se cumprir os dois primeiros objetivos específicos propostos, sendo eles:

- Verificar os elementos de análise que compreendam as especificidades acerca do recorte teórico do patrimônio urbano, tendo em vista a natureza dos objetos empíricos, identificando ainda os princípios teórico-metodológicos fundamentais norteadores do campo da preservação e as proposições da conservação integrada;
- Indicar as particularidades no tratamento das ruínas de valor patrimonial com destaque para a questão do uso dentro das ações de preservação, tendo em vista também a natureza dos objetos empíricos;

No que se refere ao primeiro objetivo específico, identificamos a valorização da **unidade compositiva** dos conjuntos urbanos antigos (unidade essa formada por edifícios, ruas, praças, cores e pelas relações dispostas entre tais elementos). Assim, ao considerar tais conjuntos como um monumento vivo, a sua preservação se daria pela manutenção de massas e espaços que o conformam como tal, com o objetivo de apreender a sua “essência” na proposição de adaptações necessárias à vida contemporânea. Nesse sentido, indica-se a construção de uma relação harmônica na inserção respeitosa do novo dentro do conjunto antigo, considerando as contribuições de todas as épocas, a minimização de intervenções o máximo possível, o respeito pela matéria original e pela pátina do tempo. Destacamos, ainda, a questão do novo na preservação, encarada aqui também como uma questão de qualidade projetual. Por fim, consideramos que a preservação deve atentar também para a manutenção das relações imateriais que compõem e qualificam os conjuntos urbanos, isto é, as práticas tradicionais, os valores sociais e culturais locais, seus padrões e estratos históricos - ou seja, os aspectos intangíveis do patrimônio enquanto transmissores da diversidade e da identidade de um povo.

Identificamos, também, como princípios teórico-metodológicos fundamentais norteadores do campo da preservação do patrimônio cultural: a distinguibilidade, a retrabalhabilidade, a mínima intervenção, e a compatibilidade de técnicas e materiais. Como discorrido, tais princípios enfatizados por Kühl aparecem desde as reflexões de

Camilo Boito a Giovanni Carbonara e na redação das cartas patrimoniais, passando pelas ponderações de Camilo Sitte, Gustavo Giovannoni e Cesare Brandi.

Por fim, destacamos a escolha metodológica realizada acerca da postura teórica contemporânea a ser considerada nas análises realizadas nos capítulos 02 e 03: a postura do restauro crítico e conservativo. Por meio do exposto, entendemos que tal postura válida, de forma equilibrada, os princípios teórico-metodológicos fundamentais, além de incorporar formulações do restauro crítico e da teoria brandiana, reforçados pela Carta de Veneza de 1964. No entanto, ressaltamos que tal destaque foi feito devido a fins práticos e metodológicos.

Já em relação às proposições da conservação integrada (CI), propomos encará-la como um modo de intervenção sobre o patrimônio urbano que considera sua readaptação à vida moderna a partir de escolhas de funções apropriadas a cada contexto histórico, levando em conta a significância cultural dos bens a partir da pluralidade de sujeitos e valores envolvidos. Ademais, a CI marca como fundamental a inserção de uma arquitetura contemporânea de qualidade, seja como forma de respeito ao antigo, seja como forma de assegurar o patrimônio do amanhã.

No que se refere ao segundo objetivo específico, ou seja, ao recorte das ruínas de valor patrimonial, consideramos, aqui, as ações de intervenção sobre ele propostas dentro do campo da preservação do patrimônio cultural. No entanto, a partir da sua nova condição estética (estabelecida entre a ruína, no seu próprio estado fragmentado, e a paisagem na qual está inserida), aferimos que tal recorte patrimonial possui características e necessidades próprias que devem ser observadas numa intervenção em vias da sua preservação. Assim, entendemos que intervenção não visa, de forma geral, a reconstituição completa da edificação tal qual um estado anterior; mas assegurar a sua consolidação e propor iniciativas que contribuam para facilitar a sua leitura e integração, adotando ainda o respeito pela sua autenticidade.

Ainda no que se refere ao **como** preservar as ruínas que sustentam valor patrimonial, consideramos, na presente pesquisa, as mesmas premissas dispostas na Carta de Veneza de 1964. Tais premissas, aliadas à uma detalhada análise caso a caso, enfatizam os princípios teórico-metodológicos fundamentais, que servem como farol

para as decisões projetuais a serem tomadas sobre a materialidade do bem em vias de sua salvaguarda. Por outro lado, identificamos que as intervenções sobre ruínas deveriam seguir ainda as disposições da Carta de Lausanne (1990) no que diz respeito a considerar a preservação por meio de ações interdisciplinares que mais do que conservar os vestígios, envolvem ainda a sua revelação, apresentação, informação e utilização ao público, a fim de transmitir os seus valores de forma efetiva.

Além disso, dentro da diversa gama de bens relacionados ao patrimônio arqueológico, identificamos o tipo de ruína cujas intervenções serão analisadas na presente pesquisa: ruínas arquitetônicas não reconhecidas individualmente, mas que fazem parte de um conjunto de reconhecido valor patrimonial, e que ainda conservam certa espacialidade e certos aspectos formais, principalmente no que se refere às suas fachadas principais. A partir de tal identificação, iluminou-se a janela de possibilidades que tratam da potencialização da sua leitura tipológica, espacial, formal e compositiva – considerando, ainda, a manutenção do seu caráter fragmentado. Logo, verificamos que as ruínas se mostram não como elementos estáticos do passado, mas como registros vivos e cheios de possibilidades para o presente e o futuro, possibilitando um novo tipo de fruição na contemporaneidade por meio de uma abordagem interdisciplinar e que lide com a materialidade ao mesmo tempo que considera seus aspectos simbólicos e a possibilidade de fruição do espaço³³.

Por fim, destacamos ainda a discussão acerca da questão do uso dentro das ações de preservação do patrimônio edificado, seja ele arruinado ou não. Tendo em vista a importância da função social do patrimônio edificado - principalmente no que se refere ao patrimônio urbano -, diversos usos fazem-se relevantes nas proposições de intervenção e que se mostram capazes de desempenhar uma interessante integração sujeito-objeto. No entanto, tais usos devem ser implementados respeitando o bem em

³³ De forma complementar ao aqui exposto, destacamos um tema pouco abordado neste trabalho, mas que se apresenta intrinsecamente ligado ao recorte das ruínas em contexto de valorização patrimonial: a percepção da população frente às ruínas e a dificuldade da sociedade brasileira em reconhecer os valores vinculados à pátina e à passagem do tempo como condição a ser preservada. Devido ao escopo desta pesquisa, tal questão cultural não foi abordada dentro da nossa análise, mas merece atenção e aprofundamento em outros trabalhos.

seu caráter, de forma a revelá-lo e não o desconfigurar, preservando seus atributos a fim de transmitir os valores reconhecidos.

Assim, ao cumprir os dois primeiros objetivos específicos propostos relacionados à reflexão teórico-metodológica do campo da preservação, foi possível identificar os elementos capazes de fundamentar as análises acerca das intervenções nos conjuntos urbanos de Laranjeiras/SE e Cachoeira/BA, a serem realizadas nos capítulos seguintes. Partimos, então, para o estudo das ações de intervenção sobre as ruínas urbanas nos conjuntos históricos citados para a implantação de *campi* universitários no âmbito do Programa Monumenta, desenvolvido e executado entre o fim da década de 1990 e início da década de 2010. Objetiva-se investigar, a partir de uma análise fenomenológica do construído, a relação entre as reflexões atuais do campo da preservação do patrimônio cultural e a prática intervencionista brasileira nos casos estudados – casos esses que despontam como objetos que parecem materializar grande parte das discussões aqui desempenhadas.

2.0 | A intervenção no Quarteirão dos Trapiches em Laranjeiras/SE

Tendo em vista que o “Quarteirão dos Trapiches” está inserido no conjunto urbano do município de Laranjeiras/SE (este reconhecido como patrimônio nacional) faz-se relevante percorrer, mesmo que brevemente, a trajetória de origem e desenvolvimento da cidade. No tópico 2.1, a partir do mergulho em seu percurso no tempo, objetivou-se apreender o reconhecimento nacional atribuído ao conjunto do qual o “Quarteirão dos Trapiches” faz parte. Para tanto, tomamos a investigação dos valores identificados pelo tombamento, bem como dos atributos que transmitiriam tais valores. Já no tópico 2.2, busca-se refletir acerca das ações de intervenção realizadas no quarteirão-estudo por meio do Programa Monumenta, a fim de relacionar a prática intervencionista adotada com os princípios fundamentais norteadores do campo da preservação e as proposições da conservação integrada, tendo em vista as especificidades no tratamento do patrimônio urbano e das ruínas de valor patrimonial – identificados no capítulo 01.

2.1. O Porto das Laranjeiras

As primeiras ocupações portuguesas no território hoje pertencente ao estado de Sergipe deram-se a partir do fim do século XVI, no momento da “doação³⁴” das férteis terras da região chamada de “Vale do Cotinguiba”. Assim, em torno de 1606, num sítio entre colinas onde despontavam exuberantes laranjeiras – a cerca de 20km da atual capital Aracaju (Figura 20) -, os primeiros habitantes construíram um pequeno porto fluvial às margens do rio Cotinguiba, que seria chamado de Porto das Laranjeiras (Azevedo, 1975, v. 1). Hoje, o conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico da cidade é reconhecido como patrimônio nacional brasileiro (Figura 21).

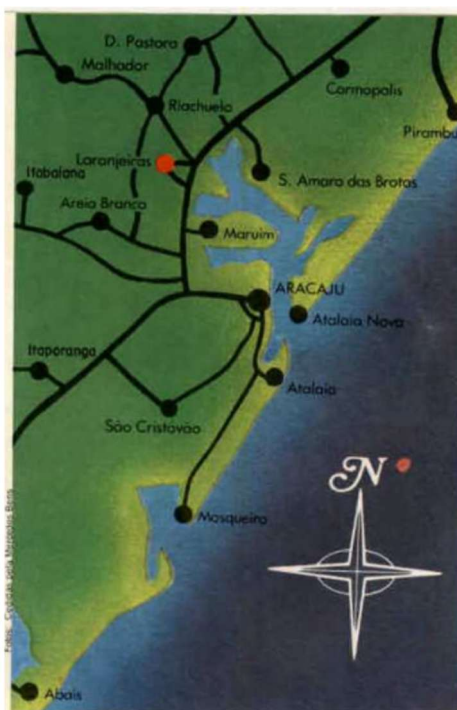


Figura 20 – Mapa com recorte do estado de Sergipe com destaque para a posição de Laranjeiras em relação à Aracaju. Fonte: Laranjeiras: cidade patrimônio do povo de Sergipe - Processo Nº 1.288-T-89 I.P.H.A.N./DID Arquivo Central, v. 2, p. 89.

³⁴ Termo utilizado no Plano Urbanístico de Laranjeiras (Azevedo, 1975, v. 1, p. 50).



Figura 21 – Parte do Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Laranjeiras, às margens do Rio Cotinguiba. Fonte: Léo Figueiredo, 2013.

A partir de 1637, a povoação das Laranjeiras sofreu as ações do domínio holandês, que deixou grandes marcas de destruição na incipiente prosperidade que brotava. Foi só em 1645, bastante devastada, que a região volta às mãos dos portugueses. Assim, tendo o pequeno porto como base, o povoamento se desdobrou com o surgimento das primeiras casas e armazéns. Já no início do século XVII, às margens de um rio navegável (o que facilitava a tendência portuguesa para o transporte fluvial) o início da ocupação efetiva do solo se apresentava, marcada pela presença dos europeus e africanos – estes últimos trazidos escravizados para trabalhar nas atividades vinculadas à economia açucareira, tendo em vista que, na região, irrompiam diversos engenhos a partir da concessão de sesmarias pela Coroa Portuguesa (Azevedo, 1975, v. 1).

Posteriormente, “[...] em consequência da vantajosa posição geográfica de Laranjeiras, o seu sítio tornou-se o centro da colonização, evangelização e emancipação política futura, daí resultando a criação do Povoado, nos fins do século XVIII” (Azevedo, 1975, v. 1, p. 53). Destaca-se, nesse momento, a rápida expansão da agroindústria do açúcar na região: devido à sua localização e características que favoreciam o cultivo da cana, em 1824 já havia, em torno da povoação, mais de sessenta engenhos açucareiros.

Dessa maneira, ao findar o século XVIII, as atividades agroindustriais centralizadas no florescente povoado das Laranjeiras já eram significativas no quadro econômico regional. Reconhecia-se, naquele momento, grandes perspectivas para o povoado, que se consolidava como porto regional com importante papel nas trocas comerciais entre o litoral e o interior da Colônia (Azevedo, 1975, v. 1).

Já no início do século XIX, considerado o seu “século de ouro³⁵”, começaram a aparecer cada vez mais edifícios térreos e sobrados na paisagem urbana, demonstrando o seu crescente desenvolvimento econômico e social. Aos sábados, acontecia a grande Feira Regional, para onde se deslocava um número de pessoas maior do que o da própria povoação para “afeirarem suas mercadorias rurais e produções” (Azevedo, 1975, v. 1, p. 70). Assim, nas Laranjeiras, a área urbana ao lado do Cotinguiba configurava-se como setor comercial básico de embarque e desembarque de pessoas e mercadorias, assim como do comércio de produtos dos mais variados tipos: surgia o empório da Província, polo do desenvolvimento dos oitocentos sergipano. Com isso, Laranjeiras se tornaria a aglomeração mais rica e florescente de Sergipe: devido a sua situação geográfica de fundo de baía, permitia o acesso tanto de barcos quanto de navios da época - situação essa favorável a um intenso intercâmbio fluvial e marítimo (Azevedo, 1975, v. 1). Quanto a esse papel de destaque:

Sem ser a capital, na época era Laranjeiras o lugar mais importante da Província, com o maior porto exportador, fazendo comércio com a Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, justa sendo a escolha, em 1836, para sede da primeira alfândega de Sergipe. E por longos anos conservou a sua hegemonia. A próspera situação comercial e industrial bafejava-lhe o invejado brilho social. Imprensado entre cinco colinas, o núcleo não podia alargar, mas conseguiu enriquecer, para ostentar e fazer-se reconhecer por terra de mui alta classe (Azevedo, 1975, v. 1, p. 91).

Dessa maneira, a partir do segundo quartel do século XIX, desponta um grande desenvolvimento urbano no local, alcançando a elevação à Vila em 1832 e tornando-se cidade em 1848 (Azevedo, 1975, v. 1). Assim:

³⁵ Termo utilizado no Plano Urbanístico de Laranjeiras (1975, v. 1, p. 60).

Em pouco tempo se constroem trapiches, igrejas, teatros, cadeia, mercados e outros edifícios para atender a uma cidade que se expandia rapidamente. A população adquire hábitos de vida caracteristicamente urbanos, espelhando os padrões e valores culturais da Corte, ou mesmo da Europa. Surge uma elite intelectual formada por políticos, artistas e literatos que se projetam nacionalmente. São fundados numerosos jornais a partir de 1841, e as ideias republicanas e abolicionistas tem em Laranjeiras um centro de irradiação (Azevedo, 1975, v. 1, p. 12-13).

Desse modo, a partir da elevação de Laranjeiras à cidade (1848), a atividade econômica, social, cultural e política firma a sua primazia na Província e reivindica a execução de diversas obras públicas. Ademais, com o tempo e o desenvolvimento crescente, houve ainda a substituição de parte das edificações datadas dos tempos primeiros de povoamento da região. Nas áreas mais próximas ao porto e à praça da feira, algumas das edificações mais antigas deram lugar a imponentes sobrados dos proprietários rurais que se transferiram para a cidade à medida que a qualidade de vida ali melhorava - considerando aspectos culturais, sociais e econômicos. Enquanto isso, comerciantes também construía seus sobrados que abrigavam, no mesmo edifício, negócio (no pavimento térreo) e residência (no pavimento superior). Assim, ao longo do século XIX, a cidade (Figura 22) alcança condições de vida e trabalho compatíveis com as cidades interioranas mais progressistas do país na época, mesmo possuindo uma área relativamente pequena (Azevedo, 1975, v. 1).



Figura 22 – Feira de Laranjeiras em meados do século XX. Fonte: Arquivo pessoal de Jorge Luís dos Santos, s.d. *in* Costa, 2013.

No que diz respeito às características da nova urbe que surgia, pode-se aferir que ela foi construída em função do rio e tendo o antigo porto como marco inicial da ocupação. Os primeiros arruamentos apresentam eixos paralelos ou normais em relação ao traçado fluvial, desenvolvendo-se de forma centrífuga à medida em que o povoado crescia, como ilustram as Figuras 23 a 25 (Azevedo, 1975, v. 1).

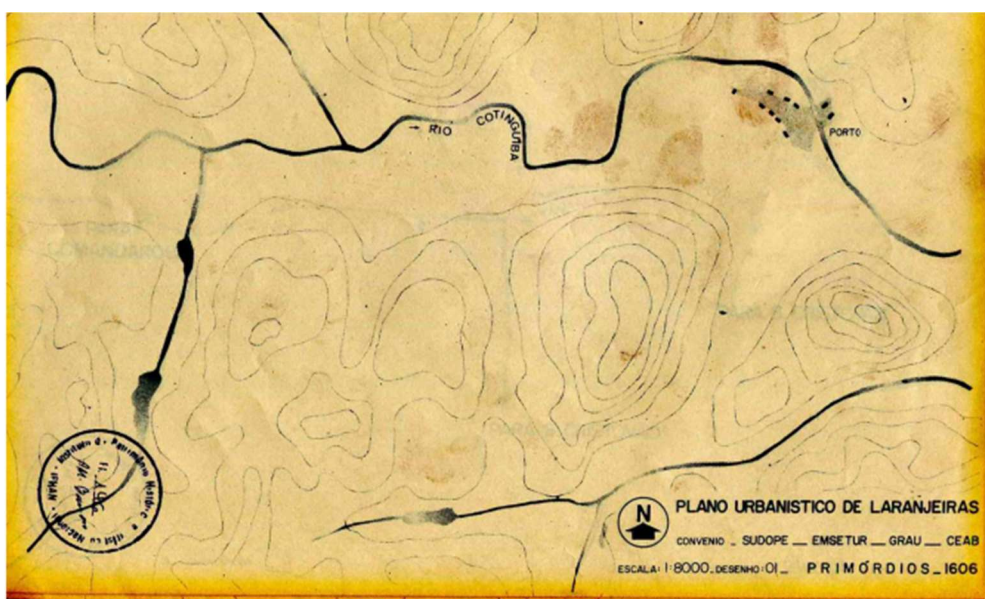


Figura 23 – Representação do ponto de origem da formação urbana de Laranjeiras em 1606.

Fonte: Azevedo, 1975, v. 1, p. 147.

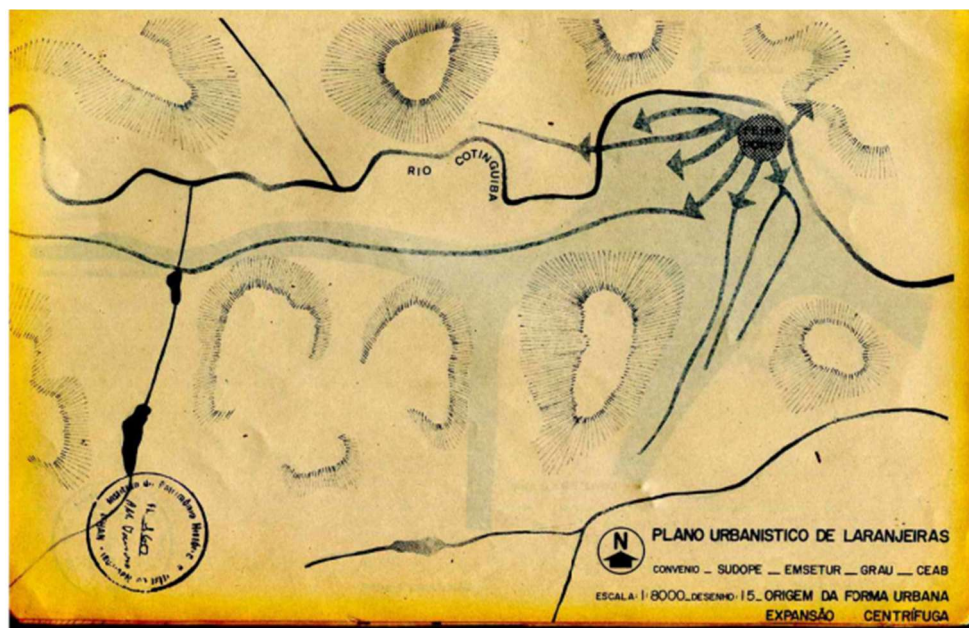


Figura 24 - Representação dos eixos de expansão urbana de Laranjeiras entre 1606 e 1800.

Fonte: Azevedo, 1975, v. 1, p. 161.



Figura 25 - Representação da evolução urbana de Laranjeiras em 1800. Fonte: Fonte: Azevedo, 1975, v. 1, p. 150.

O Plano Urbanístico de Laranjeiras (Azevedo, 1975) destaca, portanto, os elementos urbanísticos fundamentais da cidade, sendo eles:

- o centro direcional, onde se localizavam as atividades portuárias e a feira. Ali, instalaram-se armazéns, trapiches e edifícios comerciais;
- o eixo normal ao anterior, ligando a praça da Feira (Samuel de Oliveira) à praça da Matriz, onde localizavam-se as mais importantes casas comerciais, as residências dos mais destacados cidadãos e, mais tarde, edifícios de finalidades diversas, como templos e escolas; e
- a trama urbana, formada pela expansão do tecido urbano da cidade e inserida de forma paralela, normal e oblíqua aos eixos citados anteriormente.

No primeiro eixo de ocupação, ou seja, o centro direcional onde situava-se o Porto das Laranjeiras e a grande Feira Regional, encontra-se o chamado “Quarteirão dos Trapiches³⁶” (Figura 26), um dos objetos empíricos a serem analisados na presente pesquisa e que abriga, hoje, um *campus* da Universidade Federal de Sergipe. Tal área será detalhada no tópico 2.2, bem como sua relação com a cidade.



³⁶ Nomenclatura adotada pelo Programa Monumenta acerca do conjunto de seis edifícios implantados ao lado do edifício do Mercado e às margens do Rio Cotinguiba, e que receberam as principais ações do Programa para a conversão ao uso universitário.

Figura 26 - Situação do Quarteirão dos Trapiches em Laranjeiras: antigo centro direcional da formação da cidade, às margens do Rio Cotinguiba. Fonte: Adaptado do Programa Monumenta, 2005.

Faz-se relevante ressaltar ainda os costumes locais, característicos da sociedade canavieira de senhores e escravos. Sob grande influência da religião, a cultura da cana de açúcar originou manifestações culturais presentes ainda hoje em Laranjeiras, como os grupos de Taieiras, dos Lambe-Sujos e Caboclinhos e dos Cacumbis (Figuras 27, 28 e 29):

Através das irmandades incorporavam-se os negros e os mulatos à comunidade de fé católica e estas associações religiosas, florescentes de Laranjeiras no século XIX, seguiam as linhas de cor e classe então vigentes. Assim, os aristocratas cultuavam seus santos nos altares domésticos, na Igreja do Sagrado Coração de Jesus, sede da Irmandade do Santíssimo Sacramento, que associava os ricos da localidade, enquanto os pobres e pretos congregavam-se na Irmandade de São Benedito, sediada na igreja do mesmo nome, para cultuar seus patronos com ruidosos festejos realizados no dia de Reis (6 de janeiro) apresentando Cheganças, Cacumbis, Taieira, Maracatu e outros folguedos populares, organizados pelos pobres e patrocinados pelos ricos, que se divertiam ainda frequentando os teatros de Santo Antônio e São Pedro, os saraus de reuniões familiares, as festas de Igreja com suas procissões solenes ou as festas profanas como as cavalhadas (Azevedo, 1975, v. 1, p. 104-105).



Figuras 27 e 28 – À esquerda, cortejo das Taieiras subindo a escadaria da Igreja de São Benedito em Laranjeiras para louvar aos santos São Benedito e N. Sra do Rosário. À direita, encenação dos Lambe-Sujos e Caboclinhos pelas ruas da cidade, reafirmando a influência negra e indígena na cultura sergipana. Fonte: Falcón [org.], 2010.



Figura 29 – Grupo de Cacumbi, composto exclusivamente por homens, em homenagem aos padroeiros dos negros, São Benedito e N. Sra. do Rosário. Fonte: Falcón [org.], 2010.

Conforme o Plano Urbanístico de Laranjeiras (Azevedo, 1975, v. 1, p. 12), a estrutura típica do ciclo do açúcar é reproduzida também na estrutura edificada urbana de Laranjeiras (Figuras 30 a 32): “[...] de uma parte, a aristocracia rural instalada nos altos sobrados, [...] de outra, o povo em suas pequenas casas de porta e janela [...]”.



Figura 30 – Casa de “porta e janela” em Laranjeiras, 1947. Fonte: Arquivo Noronha Santos.



Figura 31 – Sobrado em Laranjeiras, 1947. Fonte: Arquivo Noronha Santos.



Figura 32 – Conjunto urbano de Laranjeiras, 1974. Fonte: Arquivo Noronha Santos.

No entanto, como aconteceu nas demais regiões do Brasil Império, a crise da economia açucareira e a abolição da escravidão transformou a sociedade e a cidade de

Laranjeiras. Com a necessidade de pagamento da mão-de-obra, as pequenas propriedades não puderam arcar com os novos custos e foram compradas pelos mais ricos. Ademais, em 1855, a capital do estado foi transferida de São Cristóvão para Aracaju, que passa a abrigar um porto diretamente ligado ao mar. Por fim, a construção de ferrovias e a posterior abertura de rodovias tira de Laranjeiras a centralidade no comércio de Sergipe. Assim, devido à proximidade de Laranjeiras com Aracaju (cerca de 20km) e à crescente influência exercida por esta, o antigo empório sergipano passa a se esvaziar progressivamente em direção à nova capital (Azevedo, 1975, v. 1). Com isso:

Da próspera atividade comercial, que tinha como suporte a produção de açúcar e o porto fluvial, resta apenas uma usina, e lojas e trapiches vazios. Da vida cultural, que se desenvolveu à sobra de sua riqueza material, ficaram como testemunhos o seu acervo arquitetônico e a memória de alguns de seus filhos, como Felisberdo de Oliveira Freire, João Ribeiro e Horácio Hora (Azevedo, 1975, v. 1, p. 13).

De forma geral, por não seguir as tendências de transformação aos moldes da modernidade em decorrência do esvaziamento de pessoas e dos recursos financeiros, o acervo arquitetônico do núcleo original da cidade se manteve o mesmo. Assim, no início do século XX, entrega-se a última grande obra pública à cidade: o edifício eclético com características neogóticas do Mercado Municipal (Figuras 33 e 34), na Praça Samuel de Oliveira. A partir daquele momento, a praça que abrigou o desenvolvimento e apogeu da cidade passa a testemunhar também a sua decadência e estagnação (Azevedo, 1975, v. 1).



Figuras 33 e 34 - À esquerda, detalhe para a cobertura central do Mercado Municipal em 2007. Fonte: Donizeti *in* Nunes e Nogueira [org.], 2009. À direita, fachada principal atual do Mercado Municipal voltada à Praça Samuel de Oliveira. Fonte: a autora, 2024.

Assim, pelo abandono social (e, principalmente, econômico), se mantém, até hoje, grande parte do seu acervo de edificações (Figuras 35 a 42) com destaque para os edifícios que datam do século XIX, quando Laranjeiras alcançou seu apogeu.



Figuras 35 e 36 - À esquerda, edificação do século XIX com uso atual como centro de tradições. À direita, igreja de N. Sra. da Conceição dos Pardos, hoje abandonada. Fonte: a autora, 2024.



Figuras 37 e 38 - À esquerda, edifício do Paço Municipal. À direita, sobrado que abriga o atual colégio estadual Prof.^a. Zizinha Guimarães. Fonte: a autora, 2024.



Figuras 39 e 40 – Casario no centro de Laranjeiras. Fonte: a autora, 2024.



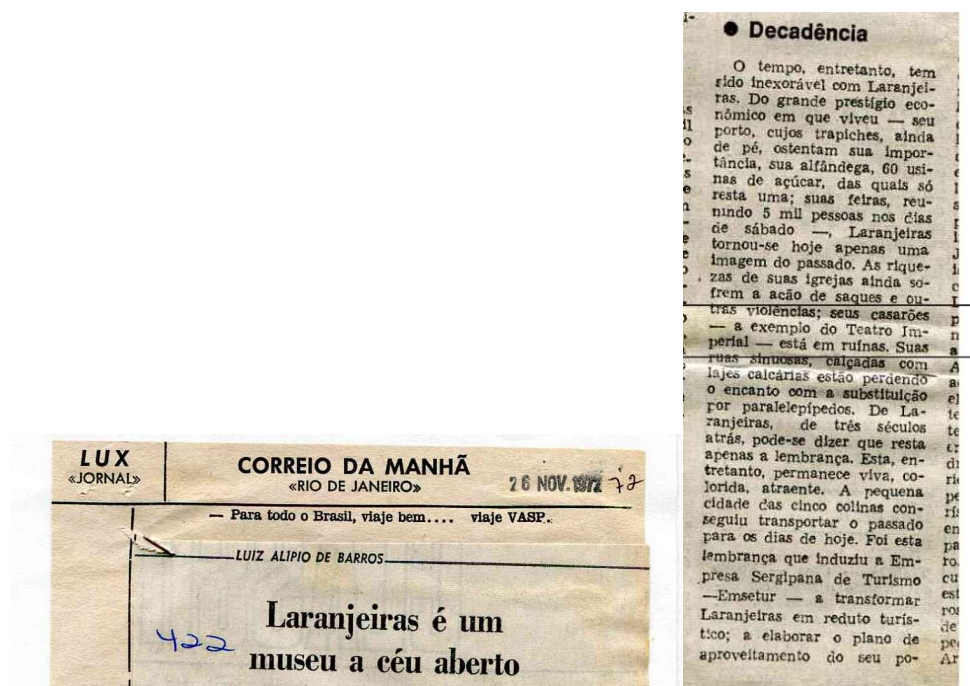
Figuras 41 e 42 – À esquerda, edifício que abriga o Museu Afro-Brasileiro em Laranjeiras. À direita, o conjunto arquitetônico do Calçadão Getúlio Vargas. Fonte: a autora, 2024.

No entanto, o acervo arquitetônico de Laranjeiras apresenta diversas edificações em considerável estado de ruína (Figuras 43 e 44), algumas delas com tal estado difundido pela imprensa ainda em 1972 (Figuras 45 e 46) e notadas no documento intitulado “Laranjeiras, cidade patrimônio do povo de Sergipe”, parte integrante do

conjunto de registros do processo de tombamento do conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico da cidade pelo IPHAN em 1996 (Figura 47).



Figuras 43 e 44 - À esquerda, ruínas da antiga cadeia e do antigo Teatro São Pedro. À direita, ruína no centro da cidade entre edificações com diferentes graus de conservação. Fonte: a autora, 2024.



Figuras 45 e 46 – Recortes do Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 1972. Destaque para a presença das ruínas na cidade naquela época. Fonte: Arquivo Noronha Santos.

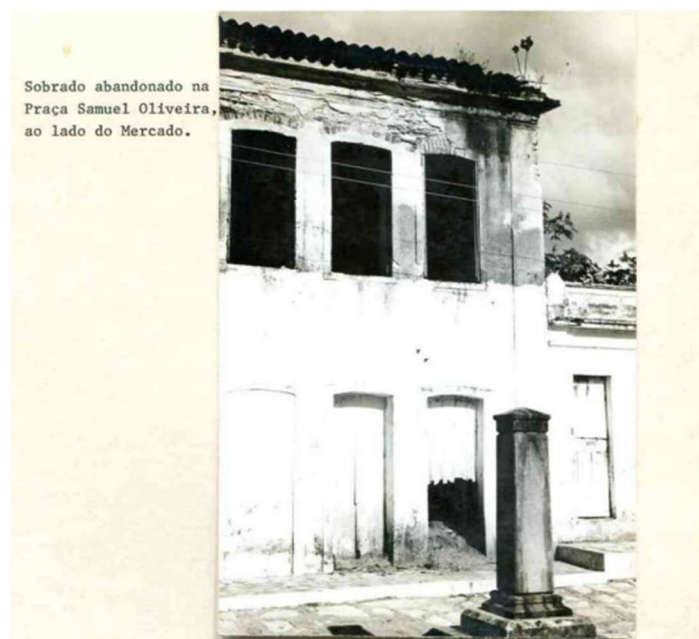


Figura 47 - Ruínas do Sobrado 159, que compõe o Quarteirão dos Trapiches, na década de 1990. Fonte: Laranjeiras, cidade patrimônio do povo de Sergipe, Processo N 1.288-T-89 I.P.H.A.N./DID Arquivo Central, v.2, fl. 185.

Conforme o Plano Urbanístico de Laranjeiras (Azevedo, 1975), tal arruinamento seria resultado do abandono gerado pela perda das funções tradicionais da cidade devido aos fatores aqui mencionados: a crise da economia açucareira e a influência da nova capital Aracaju. Sobre certos exemplares localizados no centro comercial da cidade, pode-se encontrar, hoje, reconstituições de fachadas arruinadas por meio de materiais incompatíveis com a técnica construtiva das edificações de pedra e cal, como o cimento Portland (Figuras 48 a 50).



Figura 48 – Outros exemplares de edificações em ruínas, agora no Calçadão Getúlio Vargas.
 Detalhe para o tratamento na fachada de uma edificação a partir da reconstituição em cimento
 Fonte: a autora, 2024.



Figuras 49 e 50 – Detalhe para fachada reconstituída em cimento no Calçadão Getúlio Vargas,
 visível também na figura 48. Fonte: a autora, 2024.

No que se refere às manifestações da cultura popular, como os grupos folclóricos e religiosos, pode-se aferir que sua preservação se deu também como uma consequência do isolamento da cidade no decorrer do tempo. No entanto, atualmente, ameaças ao seu desaparecimento se fazem presentes, principalmente devido a dificuldades econômicas enfrentadas para dar continuidade às atividades e, assim, à constante valorização de tais costumes laranjeirenses no cotidiano local. No entanto, apesar do tempo transcorrido e das transformações sociais e econômicas sofridas pela cidade, as manifestações da cultura popular imaterial, o Rio Cotinguiba e o patrimônio edificado urbano da cidade persistem como um lembrete da ebulição característica do antigo Porto das Laranjeiras.

Foi nesse cenário de estagnação socioeconômica e de arruinamento de parte do acervo material da cidade que, em 1971, a sua salvaguarda começa a ser buscada por meio do reconhecimento patrimonial a nível estadual e, posteriormente, nacional. Como forma de condensar a trajetória que culmina na inscrição do seu conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico nos Livros do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Histórico; e de Belas Artes como patrimônio nacional, elaborou-se uma linha do tempo (Figura 51), a partir dos dados dispostos no seu processo de tombamento (Processo 1288-T-89).

Linha do Tempo

Reconhecimento de Laranjeiras como Patrimônio Nacional

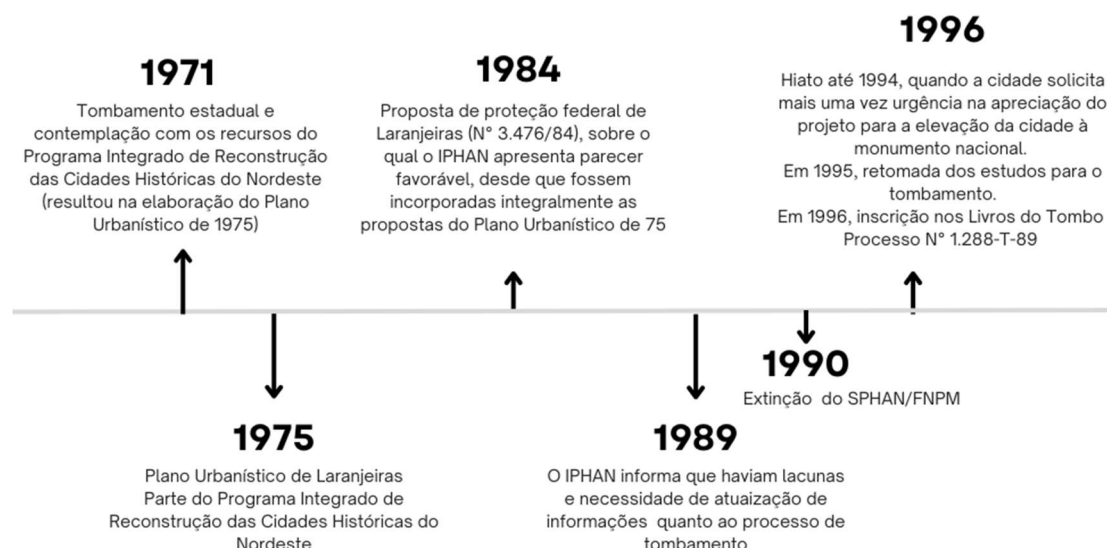


Figura 51 – Linha do tempo do reconhecimento de Laranjeiras como patrimônio nacional.

Fonte: a autora, 2024.

Nas considerações finais relativas à reivindicação do tombamento, tem-se a exposição do técnico e historiador da arte Marcus Tadeu Daniel Ribeiro (IPHAN/DEPROT/1995) no que se refere a importância da cidade como participante do desenvolvimento histórico do país: ela derivaria, de fato, da “exemplaridade” do seu conjunto arquitetônico.

[...] considero oportuno submeter, ao egrégio Conselho Consultivo do IPHAN, este processo de tombamento com recomendação favorável a sua inscrição nos livros de tombo 1) Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; 2) Belas-artes e 3) Histórico, lembrando também que **Laranjeiras é detentora de patrimônio edificado, em boa parte ainda mantenedor de suas características originais e, portanto, autênticas, e que ela deve ser considerada pela exemplaridade que a cidade denota como testemunho da formação histórica do povo brasileiro.** [...] (Parecer DEPROT/Iphan nº 07/95, Processo de Tombamento de Laranjeiras, v. 3, fl. 249, grifo nosso).

Do ponto de vista histórico, identificamos o caráter cognitivo transmitido pelo seu acervo urbanístico e arquitetônico que, ao manter considerável parte das suas características “originais”, anuncia o começo da formação do país a partir da colonização portuguesa. Assim, como atributos capazes de transmitir tal valor histórico, tem-se o acervo arquitetônico civil e religioso, e o traçado urbano característico das colônias portuguesas. Destaca-se, então, no que se refere à arquitetura civil, as antigas edificações à margem do rio; o edifício do mercado, também numa posição privilegiada entre o rio e a praça onde acontecia a Grande Feira Regional; e os edifícios de usos residenciais e de uso misto nos setores primeiros de ocupação da cidade, divididos entre os altos sobrados dos mais ricos e as casas térreas modestas de porta e janela ocupados pelos menos abastados. Já no que se refere ao traçado urbano, destaca-se o desenho das vias paralelas ao rio, com praças e lotes que seguem o mesmo alinhamento; seguido ainda por vias normais a este e, por fim; a difusão da trama do decorrer da expansão urbana. Ademais, as igrejas, situadas no topo das colinas que circundam Laranjeiras, se mostram como pontos referenciais e localizam-se em pontos de destaque no sítio, características urbanísticas essas, conforme o Parecer DEPROT/Iphan nº 07/95 (Processo de Tombamento de Laranjeiras, v. 3), comuns às cidades originadas no Brasil colonial. Entende-se, portanto, que os acervos arquitetônico e urbanístico da cidade se mostram como atributos físicos capazes de versar sobre a organização socioeconômica do Brasil Colônia, fruto da economia açucareira e do comércio marítimo e fluvial.

Já do ponto de vista artístico, identificamos que o patrimônio edificado urbano laranjeirense mantém formas, volumes e características autênticas vinculadas ao momento histórico da origem e desenvolvimento da cidade. Nesse sentido, seus ritmos de aberturas e coberturas coloniais; os adornos barrocos religiosos; e as platibandas e elementos decorativos relacionados ao ecletismo; revelam-se como atributos capazes de expressar o caráter artístico reconhecido nacionalmente.

Por fim, no que se refere aos atributos materiais responsáveis pela transmissão do valor paisagístico, destaca-se a composição como **conjunto** entre os diversos elementos citados nos dois parágrafos anteriores (ou seja, traçados, formas, volumes, cores e características do patrimônio edificado urbano laranjeirense) emoldurados

ainda pelo rio e as verdes colinas do Vale do Cotinguiba. Ademais, por meio do trecho exposto a seguir retirado do processo de tombamento citado, identificamos um aceno aos aspectos imateriais que contribuem para a transmissão do valor paisagístico³⁷:

Laranjeiras hoje é, sem sombra de dúvida, um centro cultural que preserva muitas das ações, tradições e costumes da cultura canavieira, sendo a prefeitura de lá responsável pelo incremento de atividades culturais que não se restringem tão-somente à preservação do patrimônio histórico edificado, mas também, fundamentalmente, ao esforço de se manterem vivas as tradições folclóricas daquela região [...] (Parecer DEPROT/Ipphan nº 07/95, Processo de Tombamento de Laranjeiras, v. 3, p. 65).

Assim, apesar de sabermos que o instrumento do tombamento se volta ao patrimônio material, verifica-se a consideração das tradições e costumes originados da cultura açucareira (a exemplo das manifestações religiosas, folclóricas e a feira regional da cidade) como elementos imateriais que compõem, junto com os atributos materiais citados anteriormente, a identidade laranjeirense. Aspectos imateriais que, apesar de não estarem contidos no escopo de proteção a partir da inscrição nos Livros do Tombo, apresentam-se de forma indissociável ao conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico laranjeirense³⁸.

No que se refere ao reconhecimento nacional acerca dos aspectos imateriais, encontrou-se um levantamento preliminar acerca do patrimônio imaterial da cidade realizado em 2007 de autoria vinculada ao IPHAN, disponível no Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC)³⁹. No entanto, ao investigar o Registro de Bens Culturais de

³⁷ Aqui, partimos do entendimento de “paisagem” a partir, dentre outros, do exposto por Besse (2014). Nessa ideia, a paisagem não se limitaria a aspectos materiais, mas inclui ainda a participação do ser humano e a interação entre ele e o ambiente em que se encontra.

³⁸ Para maior aprofundamento em tal questão cita-se, dentre outros, a dissertação intitulada “A cidade histórica de Laranjeiras (SE): inter-relações entre o patrimônio material e o imaterial”, de Oliveira (2012). Nela, o autor analisa, sob um olhar antropológico, a indissociabilidade entre materialidade e imaterialidade no patrimônio cultural de Laranjeiras, que apresenta seu conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico como palco dos rituais folclóricos – ambos configurando uma representação coletiva e cultural da cidade.

³⁹ Para mais informações, ver o inventário na íntegra. Disponível em: < <https://inrc.iphan.gov.br/documentos/anexo-bibliografia-municipio-de-laranjeiras-se-7/>>. Acesso em: 21 abr de 2025.

Natureza Imaterial (instrumento criado para o reconhecimento e preservação dos bens culturais imateriais pelo Decreto nº 3.551 de 4 de agosto de 2000), não foi encontrado nenhum registro referente aos costumes e manifestações culturais laranjeirenses. Assim, tem-se que, apesar da consideração dos aspectos imateriais da cidade se fazer relevante na apreensão dos valores do seu conjunto, eles ainda não obtiveram registro nacional como patrimônio imaterial brasileiro.

De forma complementar, a partir da análise do Plano Urbanístico de Laranjeiras (1975) - que parece ter iluminado o seu processo de tombamento - entende-se que os atributos materiais que transmitem os valores nacionalmente reconhecidos sobre o seu conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico não se limitam a elementos isolados e excepcionais. Partiria, na verdade, da composição dos seus diversos elementos, cores, texturas e volumes – conformando um todo único e indivisível que Brandi apresenta como “obra de arte”.

Ademais, o Plano Urbanístico de Laranjeiras (1975) também destaca a importante presença (quantitativa e qualitativamente) de fósseis do período Cretáceo na região. Conforme o documento, tal ocorrência gerou grande interesse científico desde o século XIX, quando o próprio imperador Dom Pedro II recolheu fósseis na cidade em 1865. Estes, teriam sido estudados por F. Hartt (1865), J. C. Branner (1875-1876) e C. I. Maury (1936). Assim, aliado aos valores supracitados, identifica-se, ainda, o reconhecimento do valor arqueológico de caráter cognitivo da cidade.

Já no que se refere à busca pelo reconhecimento das ruínas como atributos que agregariam valor ao conjunto urbano de Laranjeiras, investigou-se também o processo de tombamento supracitado. Finalizado em 1996, ele não reconhece a presença das ruínas registradas no centro urbano da cidade já no Plano Urbanístico de 1975 como bens que carregam valor patrimonial. Pelo contrário: em algumas passagens, esclarece apenas acerca da necessidade de “restauração” de imóveis “[...] com o intuito de recuperar, não apenas um bom estado de conservação, mas também suas feições originais” (parecer DEPROT/Iphan nº 07/95, Processo de Tombamento de Laranjeiras, v. 3, p. 65).

Assim, entende-se que não há indicação direcionada ao reconhecimento nacional dos valores histórico, artístico ou simbólico acerca das ruínas urbanas de Laranjeiras como parte do conjunto urbano da cidade. Mas sim a necessidade de lidar com tais ruínas como um estado de degradação a ser sanado – e até revertido, pois se configuraria apenas como uma consequência do abandono socioeconômico sofrido pela cidade.

No tópico seguinte, buscar-se-á investigar de que forma o Programa Monumenta, já na década de 2000, interpretou e lidou com alguns dos edifícios mais notáveis do conjunto urbano edificado de Laranjeiras, e que se apresentavam em estado de ruína naquele momento: os edifícios que compõem o chamado “Quarteirão dos Trapiches”, localizado no setor mais antigo da cidade - a área do antigo Porto das Laranjeiras.

2.2. O “Quarteirão” à margem do Cotinguiba e sua transformação em *campus* universitário

O Programa Monumenta partiu da premissa de tentar reverter a situação de estagnação socioeconômica de diversas cidades brasileiras – dentre elas Laranjeiras/SE e Cachoeira/BA - ao mesmo tempo em que buscou a salvaguarda do patrimônio cultural reconhecido a nível nacional. Conforme Bonduki (2010), ao propor a vinda de *campi* universitários para as duas cidades aqui citadas, a ideia seria intervir e recuperar o patrimônio edificado urbano, propor-lhe um novo uso e fazer das ruínas ali encontradas um centro universitário. Tal uso também teria como objetivo fomentar o desenvolvimento de atividades indiretas, como o aumento na demanda e oferta de comércio de bens e serviços relacionados à nova dinâmica socioeconômica buscada.

Neste capítulo, propõe-se o estudo das ações realizadas no “Quarteirão dos Trapiches” em Laranjeiras/SE. De maneira complementar, o estudo das ações relacionadas ao “Quarteirão Leite Alves” em Cachoeira/BA encontra-se no capítulo 03.

...

Em Laranjeiras, a área contemplada pelo Programa Monumenta para a implantação do *campus* da Universidade Federal de Sergipe é chamada, nos

documentos oficiais do Programa⁴⁰, de “Quarteirão dos Trapiches”, e está localizada no eixo mais antigo da cidade: a área onde se encontrava o antigo Porto das Laranjeiras, à margem do Rio Cotinguiba (Figuras 52 e 53).



Figura 52 - Localização do “Quarteirão dos Trapiches” no setor de formação da cidade, dentro do Polígono de Tombamento do conjunto urbano de Laranjeiras e com indicação como “Imóveis de preservação integral” pelo IPHAN. Fonte: Adaptado de IPHAN, 2019.

⁴⁰ Os documentos aqui analisados foram a publicação “Intervenções Urbanas na Recuperação de Centros Históricos”, de Nabil Bonduki, 2010; e o Memorial Descritivo da intervenção no Quarteirão dos Trapiches, PCL, 2010), ambos de autoria relacionada ao Programa Monumenta.



Figura 53 - Posição de destaque do “Quartirão dos Trapiches” em Laranjeiras na situação pré-intervenção, em 2003. Fonte: Adaptado do acervo da prefeitura de Laranjeiras *in* Nery e Baeta, 2022.

O “quartirão” é formado, na verdade, por um conjunto de seis edificações contíguas que, no momento pré-intervenção, encontravam-se “[..] em boa parte em situação de ruína” (PCL, 2010, p. 5). Havia, ainda, uma construção residencial mais recente disposta ao lado da fachada oeste do Trapiche Santo Antônio - não considerada como “parte” do conjunto a ser preservado (Nery e Baeta, 2022).

As edificações contíguas reconhecidas como parte do “Quartirão dos Trapiches” foram denominadas⁴¹ como: o Sobrado na Praça Samuel de Oliveira 159, Ruínas ao lado do Sobrado 159, Ruínas em frente ao Mercado, o edifício que abrigava a Exatoria, o Sobrado na Praça Samuel de Oliveira 117 e o Trapiche Santo Antônio, dispostas de forma que (Figuras 54 e 55):

⁴¹ Denominação utilizada, dentre outros, pelos autores do anteprojeto para a intervenção no Quartirão dos Trapiches; bem como no Memorial Descritivo (PCL, 2010) das ações realizadas e por Bonduki (2010).



Figuras 54 e 55 - Disposição das edificações que conformam o “Quarteirão dos Trapiches” no momento pré-intervenção. Fonte: Adaptado de Bonduki, 2010.

A partir do estudo do Plano Urbanístico de Laranjeiras (1975), constatamos que o “quarteirão” apresenta edificações datadas dos seguintes períodos:

- Início do século XIX: Ruína em frente ao Mercado, Sobrado 159, edifício da Exatoria e Sobrado 117;

- Fim do século XIX: Trapiche Santo Antônio; e
- Transição entre os séculos XIX e XX: Ruína ao lado do Sobrado 159.

No Plano Urbanístico (1975) há também a indicação das tipologias de um pavimento (Ruína ao lado do Sobrado 159 e edifício da Exatoria), dois pavimentos (Sobrado 159, Sobrado 117 e Trapiche Santo Antônio), e ausência da indicação da tipologia referente à Ruína em frente ao Mercado - ausência provavelmente derivada do estado avançado de degradação em que se encontrava já nos anos 1970. Nesse sentido, o Plano ainda identifica o padrão de construção médio simples para a maioria das edificações do “quarteirão”, com exceção do Sobrado 117 (considerado padrão econômico baixo) e da Ruína em frente ao Mercado (estas, únicas com estado de “ruína” propriamente reconhecido no momento da elaboração do Plano, em 1975).

Como forma de permitir a melhor compreensão das fases atravessadas pelo Quarteirão dos Trapiches ao longo do tempo reuniu-se, por meio da pesquisa iconográfica, as imagens a seguir (Figuras 55 a 64):



Figura 55 – Feira de Laranjeiras na década de 1920. No canto direito, o edifício do Mercado; no canto esquerdo, o Quarteirão dos Trapiches. Fonte: Silva *in* Costa, 2013.



Figura 56 – Praça Samuel do Oliveira com o Quarteirão dos Trapiches no canto esquerdo, em 1974. Fonte: Arquivo Noronha Santos.



Figura 57 – Beco entre o Mercado e o Quarteirão dos Trapiches na década de 1990. No canto esquerdo, parte do Sobrado 159, visualmente já em estado de degradação avançado naquele momento. Fonte: IPHAN, 1996.



Figura 58 - Vista do "Quarteirão dos Trapiches" a partir da margem oposta do Rio Cotinguiba em 2003. Fonte: Rodrigo Baeta *in* Nery e Baeta (2022).



Figura 59 - Fachada arruinada do Trapiche Santo Antônio com destaque para o acréscimo recente de tijolos em parte da sua fachada principal em 2003. Fonte: Rodrigo Baeta *in* Nery e Baeta (2022).



Figuras 60 e 61 – Acima, fachada do Sobrado 159 voltada à Praça Samuel de Oliveira em 2008. Abaixo, fachada do Sobrado 159 voltada ao Mercado na década de 2000. Fonte: Marcelo Maciel (acima); Anderson Schneider, acervo IPHAN, década de 2000 (abaixo).



Figuras 62 a 64 – Vistas do Quarteirão dos Trapiches em 2008. Detalhe para a lacuna existente na fachada principal do Trapiche Santo Antônio (acima) e para os pilares de pedra remanescentes (abaixo). Fonte: Marcelo Maciel.

Como tratado anteriormente, o “Quarteirão dos Trapiches”, por estar localizado na praça Samuel de Oliveira, se encontra num importante setor do centro histórico. Conforme o Plano Urbanístico de Laranjeiras (Azevedo, 1975, v. 3, p. 55-56):

Antigo Largo da Feira, este foi tradicionalmente o local das atividades comerciais e portuárias. Seus sobrados e trapiches refletem, ainda hoje, o apogeu econômico de Laranjeiras. Embora um pouco árido, é o espaço mais nobre da cidade. Sua forma em arco cria uma sequência muito rica em perspectiva. [...] A praça Samuel de Oliveira forma com a Rua Direita do Comércio o mais importante conjunto monumental de Laranjeiras.

Nesse sentido, a volumetria do “quarteirão” destaca-se dentro do conjunto urbano da cidade. Sua imponente composição de edifícios de diferentes tipologias e relações de cheios e vazios, localizada numa posição de destaque na praça, pode ser vista sob variadas perspectivas - sendo, inclusive, uma das primeiras imagens a serem percebidas por quem chega à cidade pela Avenida Rotary, braço da BR 101 que liga Laranjeiras a diversas outras cidades do estado de Sergipe - como apontam Nery e Baeta (2022) e confirma-se a partir da vivência no espaço. Também conforme os autores, com ritmo regular e elegante, os extensos armazéns e casarões do “quarteirão” deflagram a condição de Laranjeiras como empório de Sergipe no século XIX. Assim, o “Quarteirão dos Trapiches” pode ser apreendido como um ponto marcante no conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico do qual faz parte.

Por outro lado, a partir das imagens colhidas e aqui expostas no que se refere à passagem do tempo pela qual o Quarteirão dos Trapiches atravessou, pode-se identificar um progressivo estado de arruinamento⁴², com destaque para as décadas de 1990 e 2000 - período esse situado imediatamente antes e depois do tombamento nacional (finalizado em 1996). Apoiando-se no exposto no tópico 2.1 acerca dos registros do processo de reconhecimento nacional, verificou-se que tal arruinamento não obteve reconhecimento como condição que agregaria valor ao conjunto; mas se

⁴² Com exceção do Sobrado 117 e o edifício da Exatoria, que se apresentavam em razoável estado de conservação. Conforme Nery e Baeta (2022), o edifício da Exatoria havia sofrido uma intervenção interna e recuperação da sua caixa mural nos anos 1980.

configuraria como uma consequência do abandono socioeconômico sofrido pela cidade, mesmo após o reconhecimento nacional do seu conjunto urbano. Nesse contexto, a importante intervenção visando a preservação de um dos arranjos mais marcantes do conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Laranjeiras seria executada no fim da década de 2000, com o Programa Monumenta – e caracteriza-se como um dos objetos empíricos desta análise.

...

Em Laranjeiras, a área de ação do Programa Monumenta deu-se no núcleo central da cidade que, como comentado anteriormente, abriga o conjunto de valores reconhecidos nacionalmente no seu próprio **conjunto** arquitetônico, urbanístico e paisagístico. Conforme Nery e Baeta (2022, p. 426), dentro de tal contexto urbano, o conjunto da Praça Samuel de Oliveira foi escolhido para concentrar os recursos do Programa⁴³, devido “[...] à excepcionalidade do espaço e à urgência de sua recuperação, bem como pelas características históricas, morfológicas e estéticas de Laranjeiras”; além da sua localização privilegiada no conjunto urbano; do seu agravado estado de degradação; e da compatibilidade do “quarteirão” em receber estruturas que abrigassem um curso universitário de licenciatura. No que se refere a tal proposição de uso, a escolha se deu a partir da Oficina de Planejamento vinculada às ações do Monumenta, que, realizada em 2002, contou com a participação da Unidade Executora de Projeto (UEP), braço do Programa na cidade; do IPHAN; do grupo de professores e alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Tiradentes – UNIT/Aracaju (que desenvolveu as primeiras propostas de intervenção); além do envolvimento e da comunidade local (Nery e Baeta, 2022).

Nesse sentido, no início das tratativas do Programa na cidade, a implantação de um curso universitário de licenciatura partiu de demandas locais e se apresentava como uma possível “ponte” entre as propostas do Monumenta e a comunidade de Laranjeiras.

⁴³ Conforme Nery e Baeta (2022), outras edificações na Praça Samuel de Oliveira, externas ao Quarteirão dos Trapiches também seriam objeto de ação do Programa Monumenta, sendo incluídas no anteprojeto inicial: o Casarão dos Rollemberg e Sobrado ao lado (localizado no cruzamento entre a Praça e a Rua Getúlio Vargas, em frente ao Sobrado 159), que teriam um uso proposto como restaurante para uso universitário, local e turístico; e o Casarão de Oitão da Praça da República (localizado entre a Praça Samuel de Oliveira, a Praça da República e a Rua Professor de Oliveira, em frente ao Trapiche Santo Antônio), cujo espaço funciona hoje como biblioteca universitária.

Assim, a ideia de propor uma nova dinâmica urbana associada às ações de preservação do patrimônio buscava garantir a sua salvaguarda, bem como a sua utilização de forma sustentável e duradoura. Ademais, o projeto teria como premissa básica ser fonte propulsora de futuras intervenções, de forma a atingir o contexto urbano de forma mais abrangente, e, distanciando-se do foco turístico, visava a utilização da cidade pelos seus próprios habitantes, incorporando novas atividades ao cotidiano laranjeirense (Nery e Baeta, 2022).

Assim, chega-se à primeira proposta de intervenção voltada ao “Quarteirão dos Trapiches”, de autoria dos arquitetos e professores Fernando Márcio de Oliveira e Rodrigo Baeta, em 2003. Naquele momento, conforme os autores, buscou-se a reintegração volumétrica dos edifícios que compunham o “quarteirão”. No entanto, tal reintegração não seria caracterizada por ações de restauro dos edifícios isolados, mas se voltaria à [...] “restauração da unidade estética do ‘fato urbano’ em questão [o “Quarteirão dos Trapiches”], o que apontaria, finalmente, para um primeiro impulso de restauro da unidade plena da paisagem urbana da cidade de Laranjeiras” (Nery e Baeta, 2022, p. 432).

Para Nery e Baeta (2022), a unidade figurativa de Laranjeiras era formada, principalmente, pela “continuidade perspectiva” oferecida pelo seu casario – que se apresentava, no entanto, profundamente fragmentada. Contudo, ainda conforme os autores, de forma geral, as perdas ao patrimônio urbano edificado da cidade poderiam ser revertidas, tendo em vista que grande parte dos edifícios em ruínas preservavam sua caixa mural. Assim, para a intervenção do Monumenta no “Quarteirão dos Trapiches”, os autores do anteprojeto buscaram a sua “[...] reintegração volumétrica por meio de operações de remodelamento da unidade figurativa dos edifícios a partir do resgate de suas caixas murais e do ‘redesenho’ contemporâneo das suas cavidades internas” (Nery e Baeta, 2022, p. 432). Para eles, o resultado seria a criação de novas obras de arquitetura fundadas, ainda, no respeito pela unidade artística da cidade. Ademais, com o objetivo de valorizar a estrutura remanescente na qual seriam realizadas as ações de intervenção (ou seja, os edifícios em ruínas que conformavam o “quarteirão”), buscou-se ainda uma linguagem que privilegiasse os espaços vazios.

No entanto, no que se refere à maior edificação integrante do “quarteirão”, o Trapiche Santo Antônio, o anteprojeto propôs uma solução diferente do que foi indicado para as outras edificações. Tal diferença de abordagem se deu, segundo os autores, devido ao seu avançado estado de degradação: além da perda do interior e da cobertura, como verificou-se nos demais edifícios, parte relevante da sua caixa mural já não mais existia: havia, de fato, uma grande lacuna na fachada principal voltada para a Praça Samuel de Oliveira (Figura 65).



Figura 65 – Edifício do Trapiche Santo Antônio por volta da década de 2000 e a lacuna na sua fachada principal. Fonte: Anderson Schneider/Acervo IPHAN, s.d.

Assim, no que se refere às ações voltadas ao Trapiche Santo Antônio, os autores do anteprojeto entenderam que a recuperação da sua caixa mural não seria “legítima” (Nery e Baeta, 2022); optando-se por preservar sua condição de ruína e transformar seu interior (ocupado por notáveis pilares de pedra) em uma praça aberta voltada tanto à universidade quanto à comunidade local de forma geral. Destaca-se a seguinte justificativa dos autores do anteprojeto para a escolha de incorporar o estado de ruína à intervenção de preservação do conjunto:

Na verdade, a imagem arruinada do trapiche já estava plenamente incorporada na apreensão da unidade figurativa da cidade de Laranjeiras, sendo parte de uma nova obra de arte formada pela junção do sítio natural com o casario, com as igrejas e com a própria ruína do trapiche como elemento de destaque [...] (Baeta, Nery e Rodomar, 2017, p. 10).

Assim, os autores do anteprojeto identificaram uma nova configuração artística atribuída à cidade que dependia do próprio estado de ruína:

[...] considerando que o objetivo da intervenção não era resgatar o aspecto original do prédio e reconhecendo, por outro lado, o grande valor estético que a estrutura arruinada propiciava como experiência individual e em relação à cidade e à paisagem circundante – a equipe entendeu que deveria manter a condição degradada do edifício, já que este não apresentava mais ‘unidade em potencial’ frente à sua anterior conformação tipológica. Se o aspecto arquitetônico da obra preexistente havia se perdido irremediavelmente, uma nova imagem de alta expressividade artística submergira das ruínas pitorescas do emaranhado de pilares lançados por dentro da estrutura arruinada do antigo trapiche – elementos que também se integravam com as paredes arruinadas que também povoavam o interior do quarteirão, na área lançada entre os antigos sobrados a serem recuperados e o Pavilhão de Aulas proposto. Nesse sentido, qualquer intervenção que pudesse cobrir a área na qual se estendia o armazém decretaria a perda desta nova configuração plástica que naturalmente se produziu com o processo de arruinamento da construção (Nery e Baeta, 2022).

Dessa maneira, o anteprojeto propôs a transformação do espaço em uma praça municipal que não afetasse a arquitetura pré-existente, preservando a trama completa de pilares a partir da consolidação da estrutura arruinada. No entanto, seriam inseridos ainda os equipamentos necessários para busca de integração entre o novo ambiente universitário a ser inserido no cotidiano local e o uso público da cidade de Laranjeiras – dentre outros, eixos de integração com rampas e pavimentos em diferentes níveis, bares, café, anfiteatro e banheiros⁴⁴ (Nery e Baeta, 2022).

No que se refere ao programa arquitetônico, o anteprojeto de 2003 (Figuras 65 a 67), voltado à proposição de uso como instalações de nível superior para um curso de licenciatura pela Universidade Tiradentes (UNIT), previu a apropriação dos espaços internos dos edifícios preexistentes para a inserção das instalações necessárias ao novo

⁴⁴ Para maior detalhamento do anteprojeto, assim como suas justificativas, ver Nery e Baeta, 2022.

uso, como salas administrativas, auditórios, áreas de circulação e convivência, auditório e banheiros. Ainda, foi proposto a construção de um novo Pavilhão de Aulas de três pavimentos dentro do “quarteirão”, à beira do Rio Cottinguiba, e parcialmente oculto dentro do conjunto. Nele, seriam contidas salas de aula, banheiros, circulação vertical e horizontal. Sua arquitetura seria claramente contemporânea, mas pensada para não ferir a paisagem urbana preexistente⁴⁵ (Nery e Baeta, 2022).

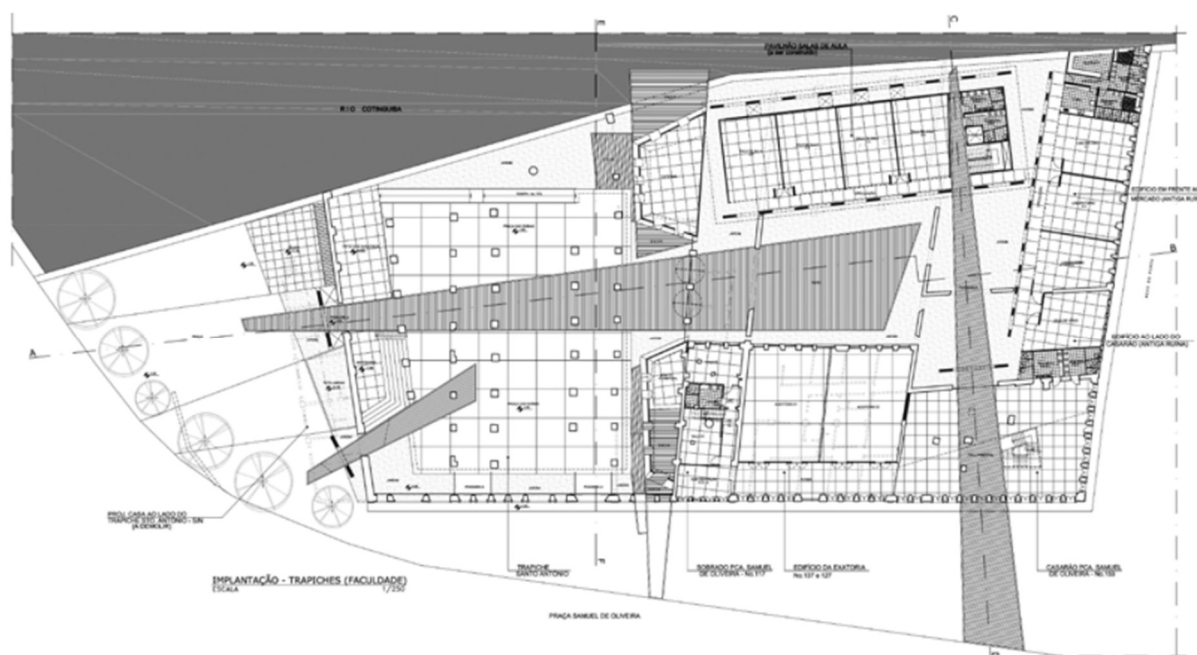


Figura 65 – Planta do pavimento térreo do anteprojeto desenvolvido para a intervenção no Quarteirão dos Trapiches. Destaque para a Praça dos Pilares na área do Trapiche Santo Antônio (à esquerda), para o novo Pavilhão de Aulas (acima) e para os eixos diagonais de integração. Fonte: Baeta e Oliveira (2003) *in* Baeta e Nery (2022).

⁴⁵ Ibidem.

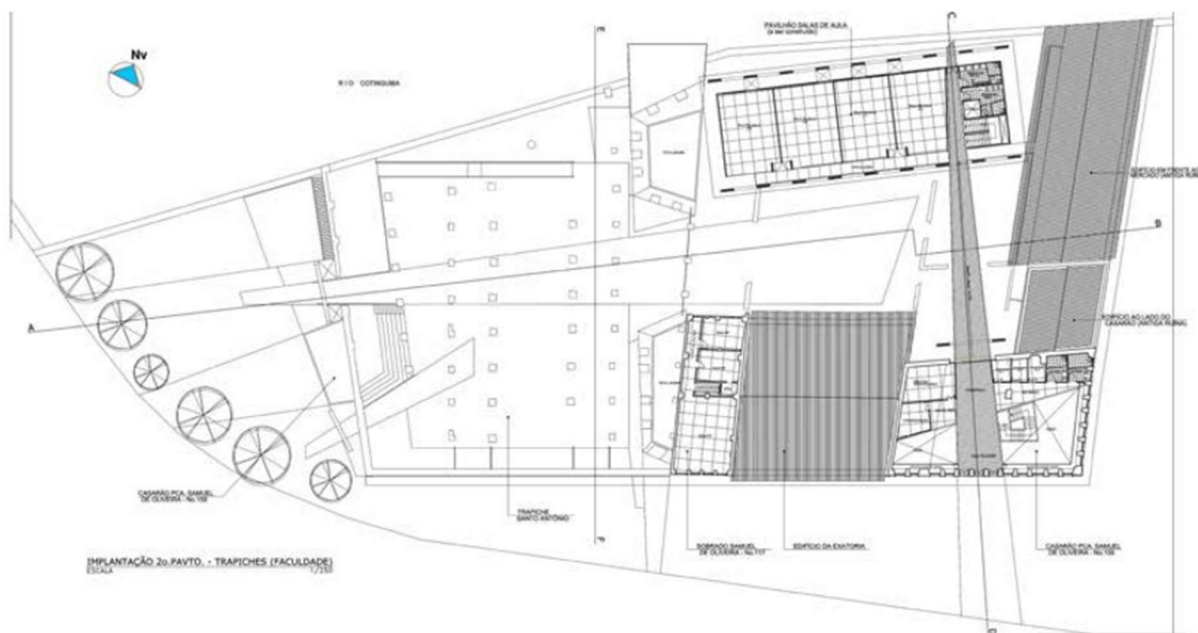


Figura 66 – Planta do pavimento superior do anteprojeto desenvolvido para a intervenção no Quarteirão dos Trapiches. Fonte: Baeta e Oliveira (2003) *in* Baeta e Nery (2022).

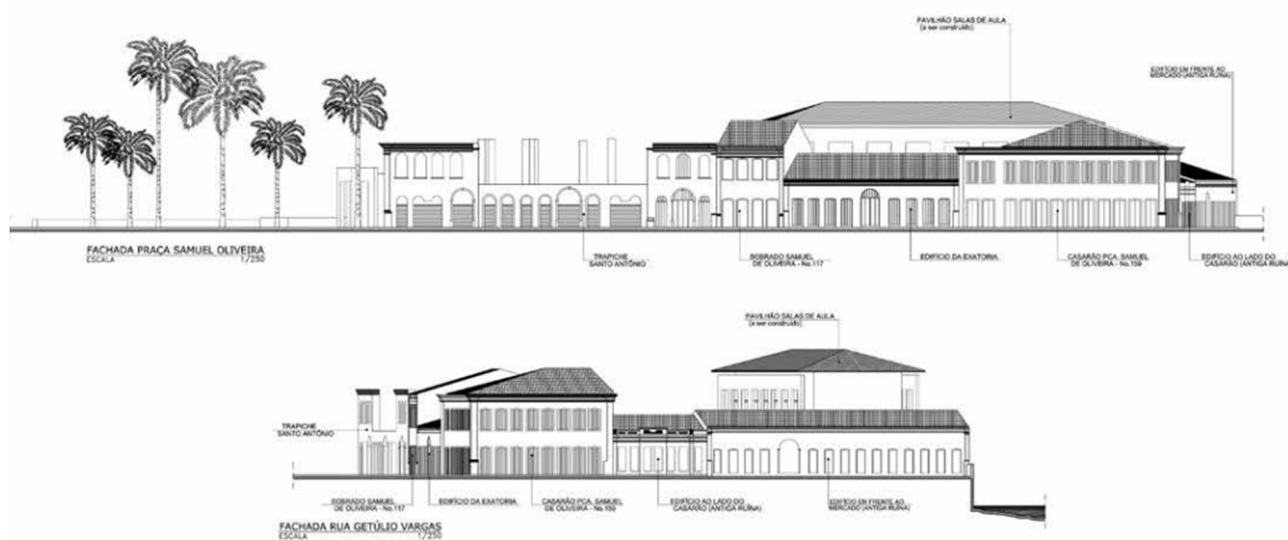


Figura 67 – Acima, elevação principal do anteprojeto desenvolvido para a intervenção no Quarteirão dos Trapiches, com destaque para a fachada arruinada do Trapiche Santo Antônio.

Abaixo, elevação Leste do anteprojeto desenvolvido. Em ambas, nota-se a presença parcialmente oculta do novo Pavilhão de Aulas. Fonte: Baeta e Oliveira (2003) *in* Baeta e Nery (2022).

No entanto, conforme Nery e Baeta (2022), logo após a conclusão do anteprojeto descrito, a direção da 8ª Seção Regional do IPHAN - sediada em Aracaju e apoiada por um emissário da superintendência nacional de Brasília - decidiu por embargar uma série

de soluções do partido inicial. Como exemplo, tem-se a exclusão do novo Pavilhão de Aulas do projeto, cujo complexo de salas de aula deveria ser transferido para a área ocupada pelas ruínas do Trapiche Santo Antônio, sendo imposta sua reconstrução “tal qual era” (Nery e Baeta, 2022, p. 468).

A equipe responsável pelo anteprojeto partiu então para uma revisão, buscando contemplar as exigências do IPHAN por meio de uma reinterpretação da primeira proposta, sem perder o cuidado com as inserções contemporâneas. Assim, no que se refere à nova proposta para a intervenção no Trapiche Santo Antônio (Nery e Baeta, 2022), p. 469):

[...] estaria previsto a recuperação da fachada principal, voltada para a Praça Samuel de Oliveira, buscando uma reintegração da parte central perdida do segundo piso, a ser substituída por uma expressão arquitetônica tímida, mas, pelo menos, reconhecível como contemporânea.

Seria criado então, conforme os autores, um edifício de dois andares que seguiria a lógica da constituição da fachada principal do Trapiche Santo Antônio, distribuído no seu sentido voltado à Praça Samuel de Oliveira. Por fim, propôs-se outro pavilhão perpendicular ao primeiro, afastado da fachada lateral oeste do “quarteirão” – fachada esta considerada um “interessante muro de pedra cego que deveria ser preservado em seu aspecto arruinado” (Nery e Baeta, p. 469). Esse segundo pavilhão também estaria dentro da área arruinada e se mostraria parcialmente visível, mas não estaria conectado fisicamente com o primeiro - a não ser pela presença de passarelas, uma escada e uma rampa que os uniria -, a fim de “reforçar a independência entre as partes e deixar claro que um sobrado seria fruto da recuperação de parte do antigo trapiche e o outro prédio, uma construção moderna” (Nery e Baeta, 2022, p. 469).

Destaca-se ainda, a manutenção de todos os pilares de pedra remanescentes: alguns seriam incorporados no desenho da nova distribuição do espaço, a partir de reforços metálicos que envolveriam dois dos seus lados (mantendo parte da sua leitura preexistente) e que seriam, estes, responsáveis pela estrutura da nova edificação; outros seriam consolidados e deixados como “totens jogados” (Nery e Baeta, 2022, p. 470) no pátio interno do complexo, travados por vigas de aço distribuídas em diversas

alturas - simulando as antigas peças de madeira que amarravam a estrutura. No entanto, conforme Nery e Baeta (2022, p. 470):

Esta reelaboração da proposta inicial seria uma solução paliativa para amenizar o dano conceitual e funcional causado pelo ‘desaparecimento’ da Praça Pública das Ruínas do Trapiche; dano que comprometeria toda a lógica subjacente à proposta. Não obstante, se mantinha a ideia da intervenção contemporânea no interior das edificações, bem como três dos eixos diagonais de integração [...]

Em seguida, tem-se as plantas vindas do anteprojeto revisado a partir das exigências do IPHAN (Figuras 68 a 71).

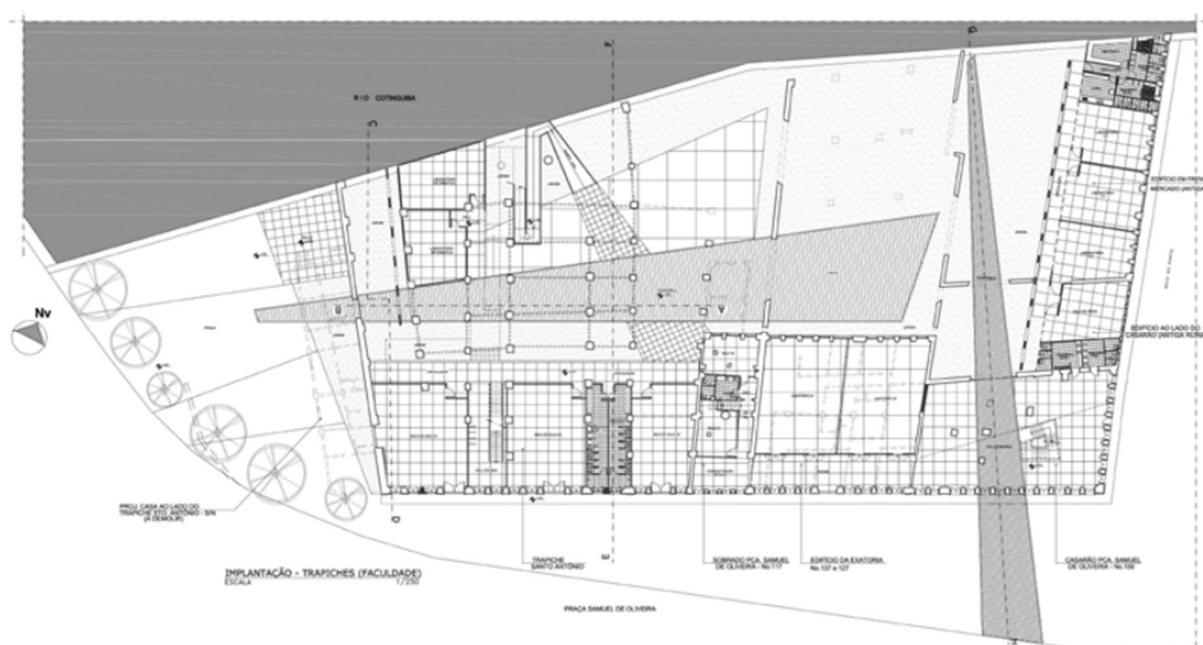


Figura 68 – Pavimento térreo no projeto revisado a partir das exigências do IPHAN para o Quarteirão dos Trapiches. Fonte: Baeta e Oliveira (2003) *in* Baeta e Nery (2022).

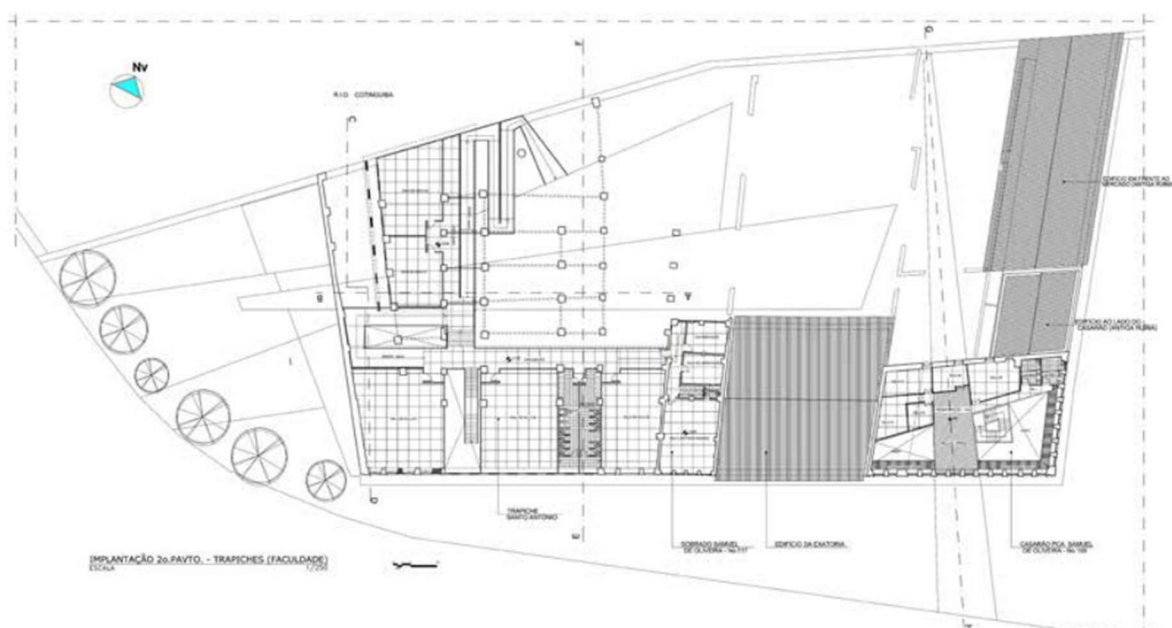


Figura 69 – Pavimento superior no projeto revisado a partir das exigências do IPHAN para o Quarteirão dos Trapiches. Fonte: Baeta e Oliveira (2003) *in* Baeta e Nery (2022).

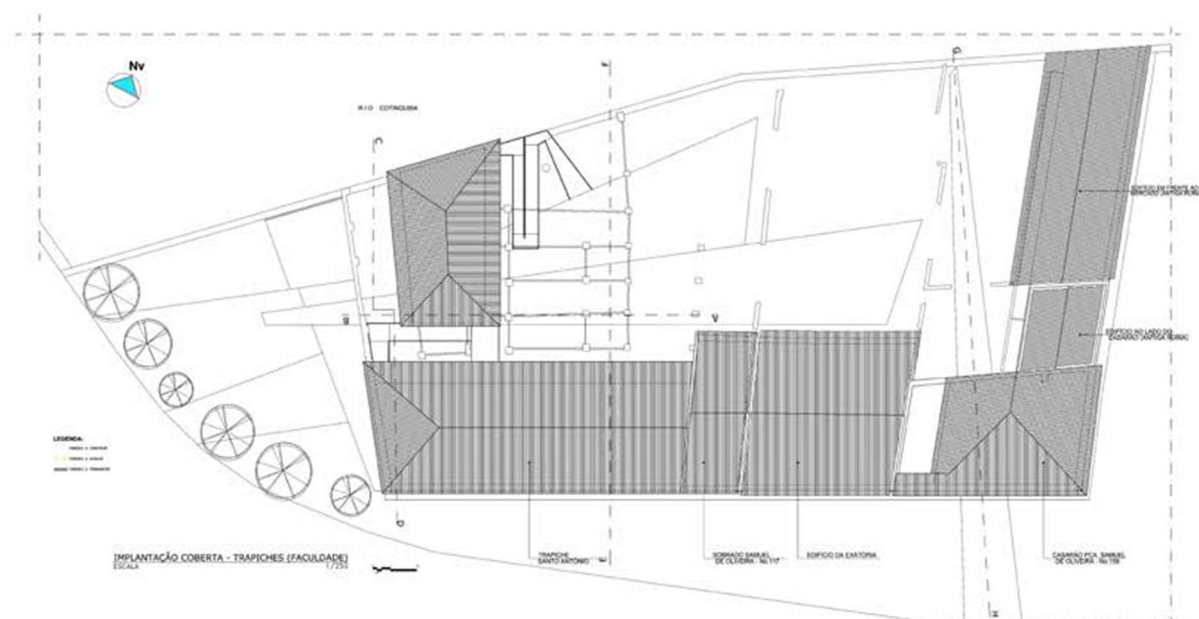


Figura 70 – Diagrama de cobertura no projeto revisado a partir das exigências do IPHAN para o Quarteirão dos Trapiches. Fonte: Baeta e Oliveira (2003) *in* Baeta e Nery (2022).

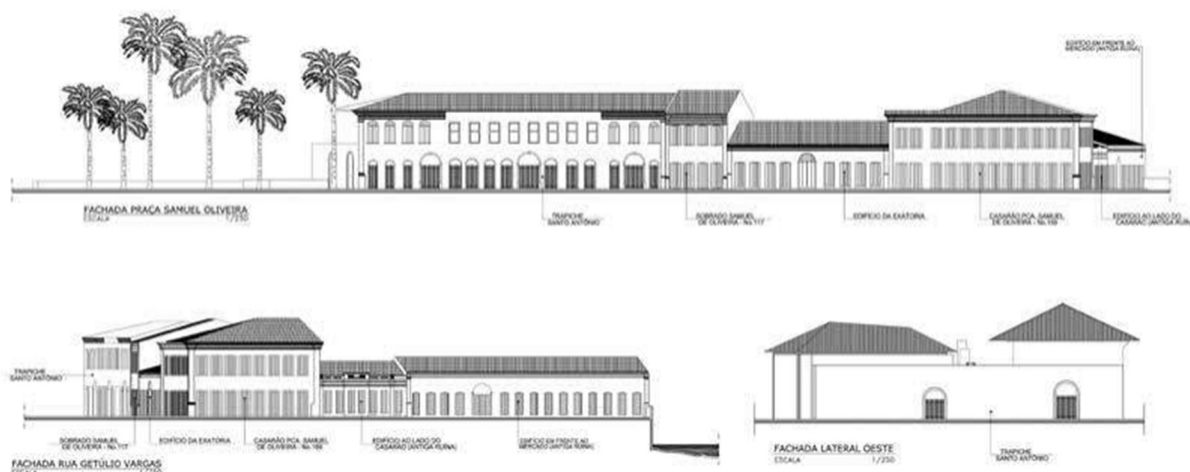


Figura 71 – Estudo das fachadas projeto revisado a partir das exigências do IPHAN para o Quarteirão dos Trapiches. Fonte: Baeta e Oliveira (2003) *in* Baeta e Nery (2022).

No entanto, após a entrega do anteprojeto revisado em 2003 e a aprovação do perfil de implementação efetiva do programa, outras alterações seriam desenvolvidas por consultores locais do Monumenta sob a orientação de técnicos do Escritório Regional do IPHAN - sem o conhecimento prévio da UEP e dos autores do anteprojeto aprovado. Após os conflitos gerados a partir de tal situação e da saída da arquiteta Juliana Nery da UEP em 2005, tais alterações, que visavam a recuperação tipológica de algumas das edificações do “quarteirão”, prevaleceriam e se multiplicariam (Nery e Baeta, 2022).

Ademais, no decorrer do desenvolvimento dos projetos e assinatura do contrato, a UNIT acabaria perdendo o interesse pela possibilidade de utilizar as estruturas recuperadas para abrigar um curso presencial licenciatura (Nery e Baeta, 2022; Gianecchini, 2019). Assim, a UEP Laranjeiras apresentou o projeto à Universidade Federal de Sergipe que, em 2006, aceitou dar uso ao complexo como “*Campus da Artes*”, abrigando, no contexto da ampliação do projeto universitário federal no estado, os novos cursos de Arquitetura e Urbanismo, Arqueologia, Dança, Museologia e Teatro (Gianecchini, 2019).

Contudo, conforme Gianecchini (2019, p. 245), a instalação dos novos cursos em Laranjeiras parece ter sido “[...] repentina, de modo a aproveitar a oportunidade que vinha pronta e com recursos nacionais próprios, via Ministério da Cultura”. Não sendo fundada num estudo realista do território, “tratou-se de uma proposição de gabinete

prontamente absorvida pelas partes responsáveis como ótima solução” (Gianneccchini, 2019, p. 246). Gianneccchini, ao tratar dos “desajustes” do projeto do Monumenta em Laranjeiras, aponta o próprio planejamento e instalação do *campus*, incluindo o projeto executado, como parte da origem dos problemas posteriores às ações empreendidas. Nesse sentido:

Quando a Unit elaborou os projetos, não havia definição de curso específico a ocupar o Quarteirão dos Trapiches, mas trabalhava-se com o programa referente a um curso apenas, uma licenciatura, que não requeresse muitos laboratórios. [...] Apesar disso, de modo a não perder o recurso do Monumenta, a UFS foi orientada a não rever em profundidade antes da licitação da obra e a buscar se adaptar ao existente (Gianneccchini, 2019, p. 246).

Assim, ao abrigar cinco cursos de necessidades específicas (como as salas de ateliê, diversos tipos de laboratórios, espaços de ensaio e maquiagem), o espaço tornou-se, em certa medida, inadequado e insuficiente (Gianneccchini, 2019; Dias, 2022). Aliado a isso, as obras realizadas de 2008 a 2009⁴⁶ culminariam num resultado que pode ser entendido como simplificado e fragmentado da concepção inicial com pontos críticos no que se refere a reconstituições pouco justificadas (Nery e Baeta, 2022). Por meio da transferência dos projetos e das obras a empresas terceirizadas (Nery e Baeta, 2022), o produto final (Figuras 72 a 74) desperta críticas, como refletem Brendle e Vieira (2010, p. 07): “[...] o resultado foi a produção de um pastiche de proporções gigantescas onde a imitação brutal do passado é colocada ao lado de soluções projetuais e construtivas muito pobres”.

⁴⁶ Conforme Gianneccchini (2019), os atrasos para a realização das obras teriam sido gerados por questionamentos na primeira licitação (2006) e na realização da nova licitação após a mudança na administração estadual (2007).

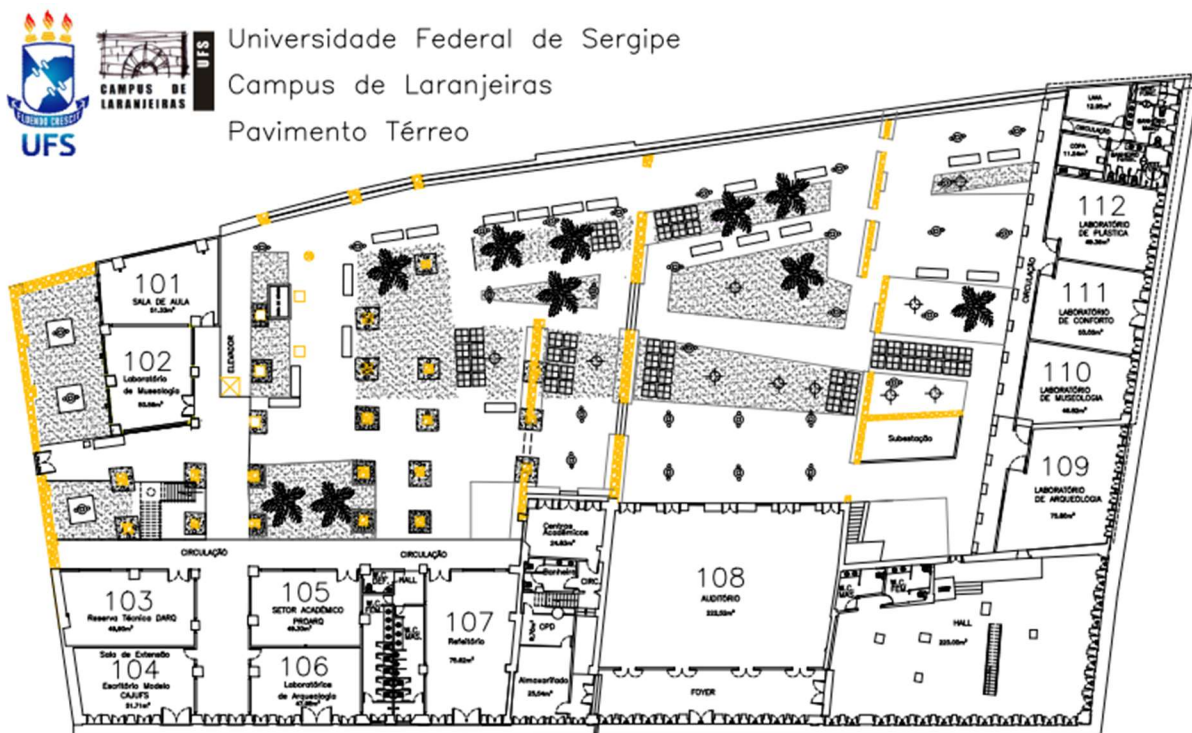


Figura 72 – As *built* do pavimento térreo da intervenção no Quarteirão dos Trapiches. Fonte: Campuslar/UFS, 2015.

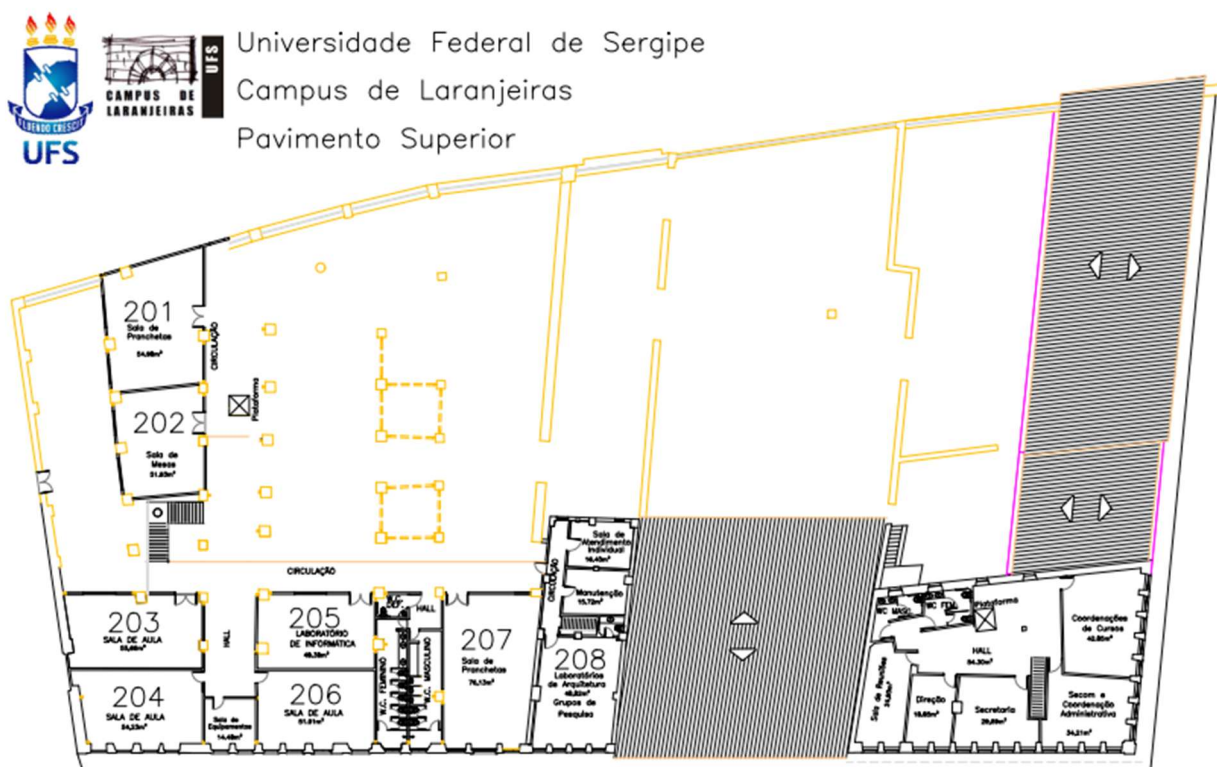


Figura 73 – As built do pavimento superior da intervenção no Quarteirão dos Trapiches. Fonte: Campuslar/UFS, 2015.

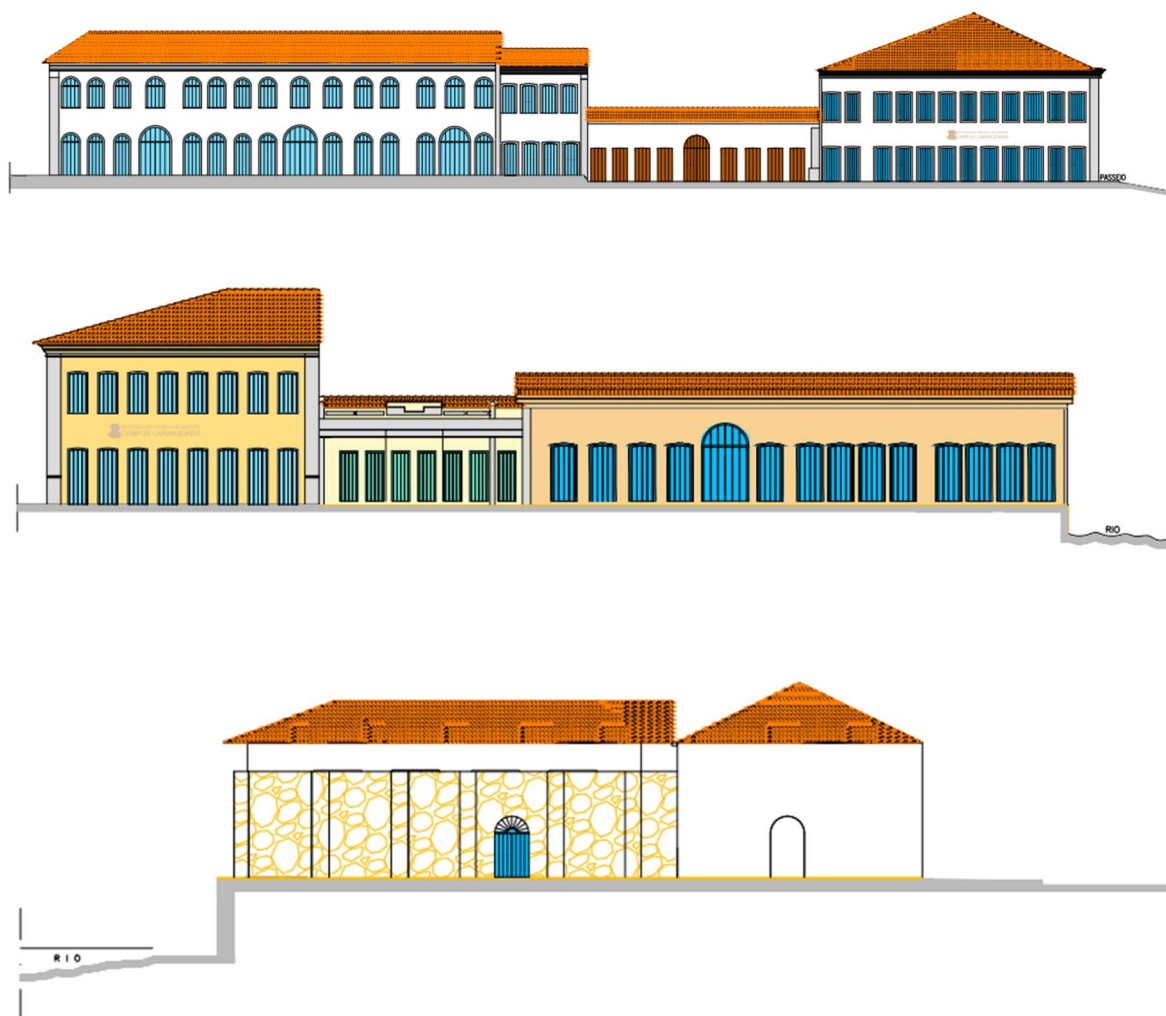


Figura 74 – Fachadas do Quarteirão dos Trapiches voltadas à Praça Samuel de Oliveira (acima), ao Mercado (meio) e à praça criada ao lado do Trapiche Santo Antônio (abaixo). Fonte: Campuslar/UFS, 2015.

Como tratado na introdução deste volume, metodologicamente, esta pesquisa propõe dois movimentos: um, volta-se ao estudo bibliográfico e documental do campo da preservação; outro, debruça-se sobre os objetos empíricos na realidade brasileira recente. Tratando do segundo movimento, no que se refere às investigações *in loco*, toma-se como caminho a vivência no espaço urbano e, mais especificamente, à experiência perceptiva ao visitar os “quarteirões” estudados e seu entorno. Assim, convida-se, a partir desse momento, a visitar o Quarteirão dos Trapiches atualmente⁴⁷ e

⁴⁷ No que se refere às visitas *in loco*, as percepções e reflexões aqui propostas derivam do Caderno de Viagem construído pela autora durante as visitas à cidade de Laranjeiras nos dias 08 de março de 2024,

à reflexão acerca das relações entre a prática intervencionista encontrada e a discussão teórico-metodológica do campo.

A seguir, tem-se plantas esquemáticas do *campus* da UFS no “Quartirão dos Trapiches” (térreo e pavimento superior). Tais plantas representam o percurso realizado pela autora por meio da indicação de pontos numerados (Figuras 75 e 76). A sequência crescente dos números reflete a ordem em que os pontos foram visitados e as setas indicam o sentido da visada das fotos registradas. Em cada visada a ser detalhada a seguir, a planta esquemática referente será retomada.



Figura 75 – Planta esquemática do percurso realizado referente ao pav. térreo do Quartirão dos Trapiches. Fonte: adaptado de CampusLar/UFS, 2015.

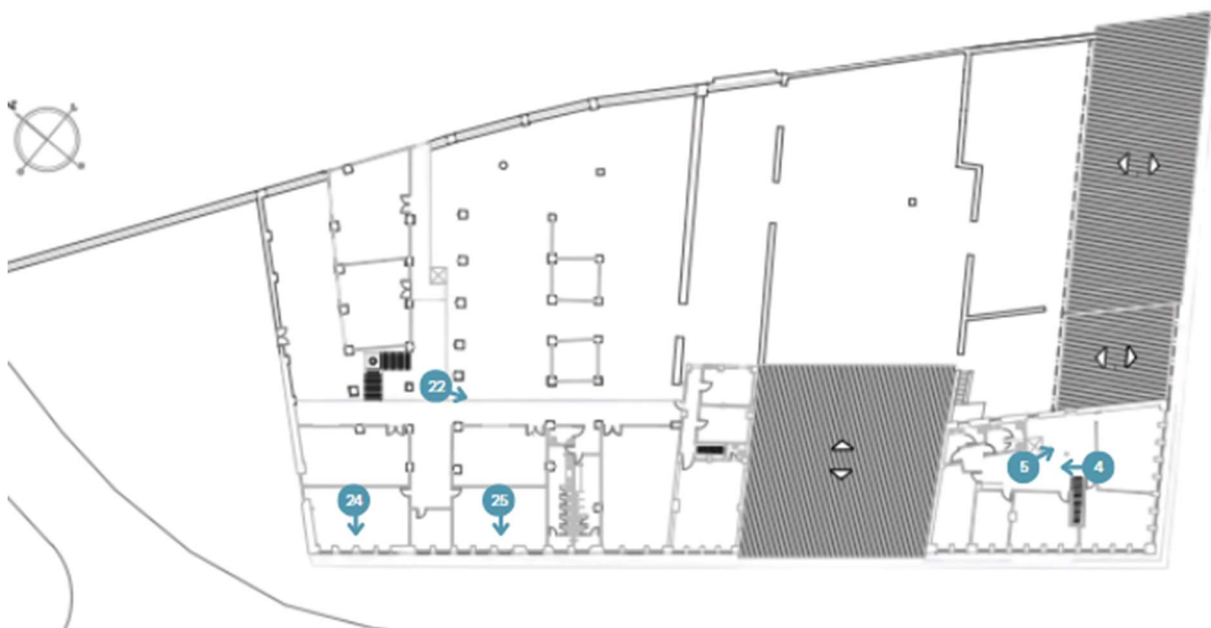


Figura 76 – Planta esquemática do percurso realizado referente ao pav. superior do Quarteirão dos Trapiches. Fonte: adaptado de CampusLar/UFS, 2015.

...

Apesar da grande quantidade de aberturas dispostas por toda a fachada principal do “Quarteirão dos Trapiches” voltada à Praça Samuel de Oliveira e na fachada voltada ao Mercado, apenas as localizadas no Sobrado 159 encontravam-se abertas no momento das visitas (Figura 77) – este, o *hall* de acesso ao “quarteirão”. No pavimento superior, as janelas encontravam-se fechadas.



1

Figura 77 – Sobrado 159, no Quarteirão dos Trapiches. Detalhe para as portas abertas e janelas fechadas. Fonte: a autora, 2024.

Ao adentrá-lo (Figura 78), encontramos, no pavimento térreo: um vão livre com banheiros; plataforma elevatória; escada de madeira de um só lance que dá acesso ao pavimento superior; estrutura contemporânea de vigas, lajes e pilares; piso de pedras calcárias; portas de vidro internas às portas de madeira maciça; e nenhuma indicação acerca do tipo de alvenaria de vedação. Conforme apontam Nery e Baeta (2022), os degraus da escada inserida no *hall* de acesso partem de uma distância mínima em relação aos acessos do Sobrado 159 (Figuras 78 a 82).



Figura 78 – Percurso realizado ao adentrar o pav. térreo do Sobrado 159. Fonte: adaptado de CampusLar/UFS, 2015.



2

Figura 79 – *Hall* de acesso ao “Quartirão dos Trapiches” no pavimento térreo do Sobrado 159.
Detalhe para a plataforma elevatória, a estrutura de concreto armado e o piso em pedras calcárias. Fonte: a autora, 2025.



3

Figuras 80 e 81– *Hall* de acesso ao “Quartirão dos Trapiches” no pavimento térreo do Sobrado 159. Detalhe para as esquadrias em vidro (internamente), em madeira ao modelo “antigo” (externamente) e escada. Fonte: Baeta, 2012 *in* Nery e Baeta, 2022 (acima) e a autora, 2024 (abaixo).

A partir do acesso ao interior do Sobrado 159, nota-se o princípio da distinguibilidade, dentre outros, nas portas de vidro e na marcação da estrutura contemporânea de concreto armado que reforça as antigas alvenarias (Figura 82). Nesse sentido, a distinguibilidade sustentada pela nova estrutura parece ter derivado de decisões de caráter essencialmente executivo, não por uma decisão que parte da construção de argumento teórico - tendo em vista a ausência de justificativa conceitual do Memorial Descritivo das obras (PCL, 2010) acerca de tal definição.



Figura 82 – Exposição da nova estrutura inserida no Sobrado 159 no momento de execução das obras (2008). Fonte: Marcelo Maciel.

Já no que se refere à inclusão das portas de vidro, tal escolha parece ter derivado da possibilidade de permitir a entrada de luz no espaço, bem como para suscitar a ideia de “abertura” do edifício à cidade a partir da abertura das portas em madeira, mesmo quando a maior parte das portas de vidro permanecem fechadas para o controle de entrada ao complexo – como foi o caso no momento das visitas. No entanto, também não foram encontrados maiores esclarecimentos acerca de justificativas para tal escolha no Memorial. Para Nery e Baeta (2012), tal solução teria sido replicada do indicado no anteprojeto para as ações voltadas ao edifício que abriga hoje a biblioteca do *campus* na cidade, o Casarão de Oitão da Praça da República⁴⁸.

Ademais, tratando da escolha dos revestimentos internos do Sobrado 159, a intervenção distancia-se do princípio da distinguibilidade e da mínima intervenção. Propondo a mesma solução para as estruturas novas e antigas, são geradas possíveis fragilidades na legibilidade do bem. Assim, destaca-se o exposto em Brendle, Vieira e Teixeira (2011) no que se refere aos danos à autenticidade material das estruturas preexistentes do antigo sobrado, que se replicam em outros edifícios do “quarteirão”:

⁴⁸ Para maiores detalhes acerca do anteprojeto voltado ao Casarão do Oitão, ver Nery e Baeta, 2022.

conforme os autores, por meio da aplicação dos rebocos e pintura de forma uniformizada, foram anulados vestígios da sua historicidade e processos construtivos, e, com eles, a possibilidade de leitura e transmissão dos valores relacionados à sua trajetória do longo do tempo.

Nesse sentido, Kühl (2004) apresenta a questão do tratamento de superfícies como uma questão de primordial importância a ser considerada nas intervenções em edifícios de interesse histórico e estético. Questão essa que deve ser tratada, conforme a autora, por meio de análises pormenorizadas do edifício ou conjunto de edifícios e do ambiente em que estão inseridos. Assim, o tratamento das superfícies deveria ser encarado como um problema histórico-crítico, e não uma decisão baseada em critérios arbitrários. Posteriormente neste tópico, ao tratar a intervenção de forma geral a partir do “resgate” das suas caixas murais, abordaremos mais detalhadamente acerca da questão do tratamento das superfícies nas ações de preservação do patrimônio edificado.

A partir do discutido no cap. 01, consideramos preservação do patrimônio edificado como um ato histórico-crítico. Também, a partir da vertente contemporânea do restauro crítico e conservativo, verificou-se a questão do novo dentro da preservação como uma questão de qualidade projetual capaz de promover o diálogo com o antigo - postura esse definida como referencial para as reflexões aqui propostas⁴⁹. Feitas tais considerações, ao nos voltarmos ao “Quarteirão dos Trapiches”, entendemos que, a partir das sucessivas alterações de projeto, um diálogo antigo-novo consciente e fundamentado parece ter se enfraquecido entre as simplificações e inconsistências adotadas, e a qualidade projetual da intervenção pode ser questionada, assim como o sucesso no cumprimento do objetivo principal da preservação: facilitar, valorizar e perpetuar a leitura do bem de forma autêntica.

⁴⁹ Como comentado no capítulo 01, tal escolha deriva do entendimento de que a vertente do restauro crítico e conservativo se apresenta como uma posição central que segue mais claramente as proposições do restauro crítico e da Carta de Veneza de 1964 e utilizar-se dos princípios fundamentais do campo de forma mais equilibrada. Destaca-se, ainda, que tal decisão foi feita por questões metodológicas, e que as demais posturas também se apresentam válidas, desde que fundamentadas nos princípios fundamentais e na reflexão teórica do campo da preservação.

Nesse sentido, como exemplo dos questionamentos que surgem ao nos debruçarmos sobre o resultado construído no “quarteirão”, tomamos o uso da distinguibilidade no pavimento térreo do Sobrado 159. Tal princípio foi aplicado, por exemplo, por meio da exposição da nova estrutura em concreto armado e na escolha de novos materiais como o vidro. No entanto, tais soluções parecem ter sido consequência de simplificações executivas, não da aplicação teórica do campo. Assim, apresentam fragilidades no que se refere à valorização e facilitação da leitura do bem.

Ainda sobre o percurso realizado no pavimento térreo do Sobrado 159, a partir do estudo arqueológico realizado no “Quarteirão dos Trapiches” em 2008 e tratado por Costa (2013), Brendle (2017) aponta falhas na recuperação do antigo piso em pedras calcárias evidenciado pelas sondagens realizadas. Conforme a autora, as pedras já existiam originalmente no local – mas foram, durante a intervenção, removidas e recolocados numa paginação diferente após a execução das obras. Assim, identificamos a pouca dedicação da intervenção no que se refere ao tratamento do bem enquanto documento histórico em favor da utilização aparentemente decorativa das pedras calcárias pré-existentes (Figuras 83 e 84).



Figuras 83 e 84 – À esquerda, piso em pedras calcárias no Sobrado 159 revelado após as sondagens arqueológicas no momento pré-intervenção. À direita, o piso “recuperado” numa organização diferente da original. Fonte: Castro, 2008 *in* Costa, 2013 (à esquerda); a autora, 2025 (à direita).

Já no pavimento superior do Sobrado 159, situam-se algumas das salas administrativas do *campus* e banheiros, contendo forro e assoalho de madeira. Nesse pavimento, verifica-se um diálogo antigo-novo a partir da escolha dos materiais da escada que o liga ao pavimento térreo; e da recuperação do forro e assoalho do pavimento superior - em madeira, remetendo às características do casario do século XIX. No entanto, percebe-se a falta de documentação da intervenção sobre si mesma: sem conhecer o estado pré-intervenção, a ausência de clareza acerca das novas inserções pode levar o sujeito a confusões sobre o que foi inserido e o que já existia originalmente, tendo em vista que o pavimento superior não mais existia devido ao estado de degradação em que a edificação se encontrava (Figuras 85 a 88).

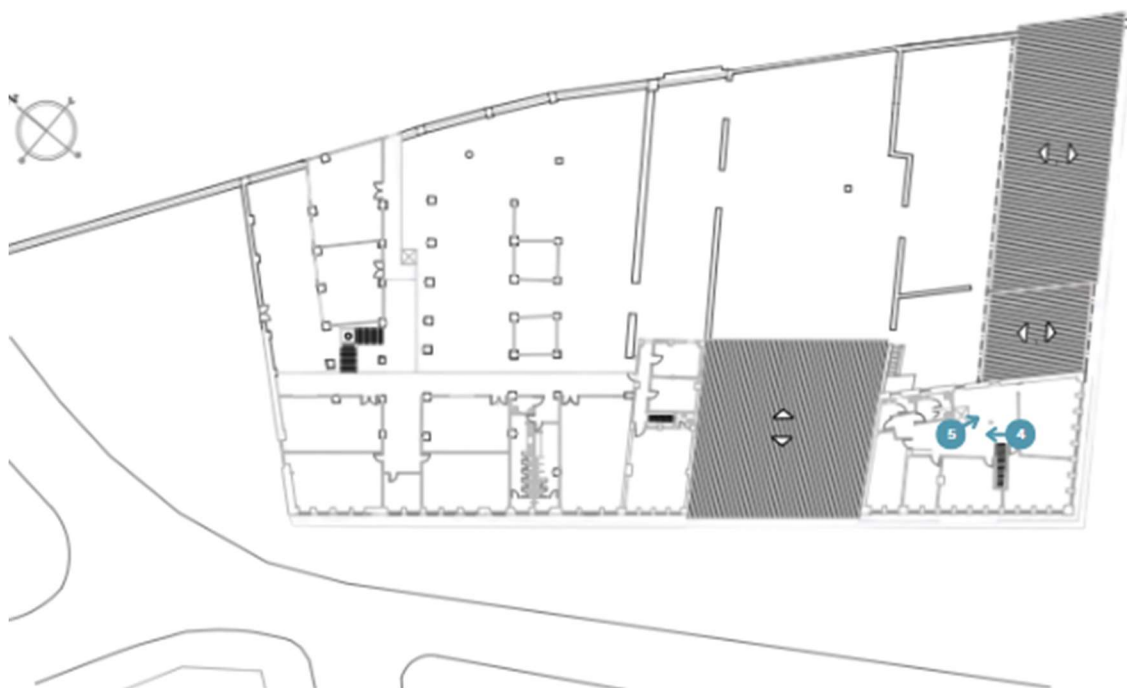


Figura 85 – Percurso realizado ao adentrar o pav. superior do Sobrado 159. Fonte: adaptado de CampusLar/UFS, 2015.



4



5

Figuras 86 e 87 – Pavimento superior do Sobrado 159 em 2025. Detalhe para o piso e o forro em madeira. No entanto, indica-se o possível falso histórico gerado a partir da ausência de clareza acerca da indicação das ações contemporâneas na recuperação do pavimento. Fonte: a autora 2025.



Figura 88 – Vazio interno do Sobrado 159 em 2008. Destaque para o fato de que o pavimento superior proposto foi recuperado a partir do resgate da antiga tipologia. Fonte: Castro, 2008, *in* Costa, 2013.

Dando continuidade ao percurso, ao atravessar o Sobrado 159 em direção ao interior do *campus* (Figura 89), depara-se, ao lado direito, com uma série de laboratórios, copa e banheiro construídos na área das antigas Ruínas ao lado do Sobrado 159 e Ruínas em frente ao Mercado (Figuras 90 a 92).

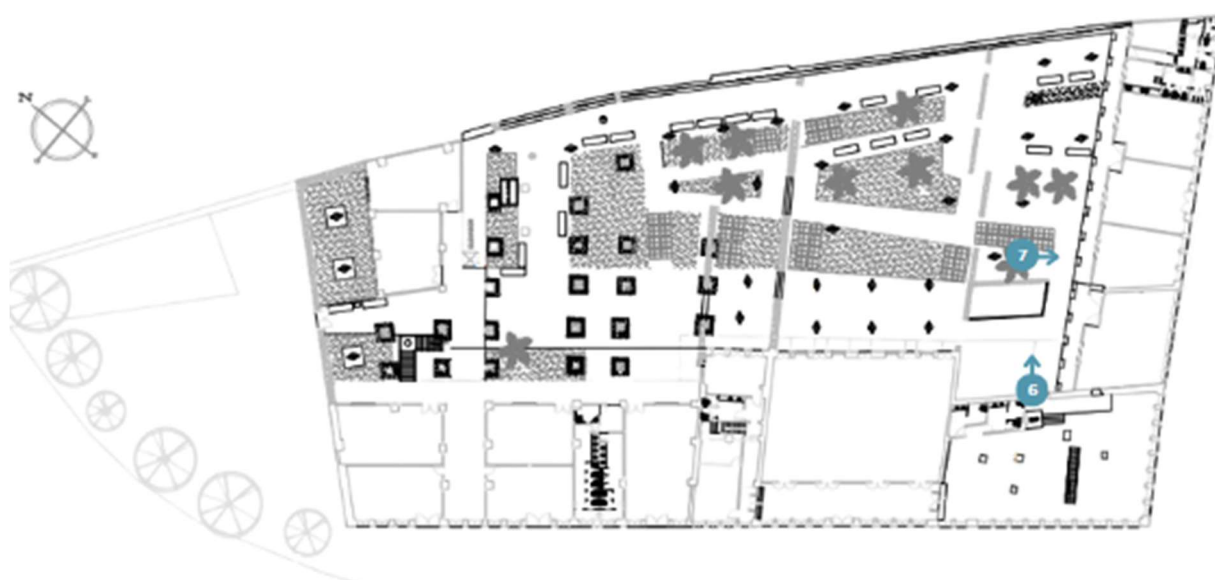


Figura 89 – Percurso realizado ao atravessar o Sobrado 159 e alcançar o interior do *campus*, voltando-se à área das Ruínas ao lado do Sobrado 159 e Ruínas em frente ao Mercado. Fonte: adaptado de CampusLar/UFS, 2015.



6



7

Figuras 90 e 91: Vistas a partir do pav. térreo do Sobrado 159 em direção ao pátio interno (acima). Destaque para a solução de pórticos vinda do anteprojeto inicial e mantida na execução das obras (abaixo). Fonte: a autora, 2025.



Figura 92 – O remodelamento interno das Ruínas em frente ao Mercado e das Ruínas ao lado do Sobrado 159 com a solução de pórticos incorporada do anteprojeto. Fonte: Rodrigo Baeta, 2008, in Nery e Baeta, 2022.

Como justificativa para as ações tomadas sobre as Ruínas ao lado do Sobrado 159 e em frente ao Mercado, destaca-se o exposto no Memorial Descritivo da intervenção (PCL, 2010, p. 15, grifo nosso):

Sua volumetria original, uma vez não mais recuperável, será alterada em função do novo uso, **com novos materiais de acabamento, para evitar o choque entre o novo e o pré-existente**. A linguagem de suas fachadas será parcialmente recuperada, uma vez que serão recuperadas a linguagem de seus telhados cerâmicos (agora suportados por estruturas metálicas), beirais, cimalhas e platibanda, e as linhas em argamassa das fachadas.

Entende-se, a nível teórico-metodológico, a proposição de nova divisão interna do espaço devido ao grau de descaracterização em que a área das ruínas ao lado do Sobrado 159 e em frente ao Mercado se encontravam; a necessidade de adaptações necessárias ao uso contemporâneo; e sua recuperação volumétrica e formal tendo em vista a preservação do patrimônio urbano por meio do respeito a sua imagem compositiva. Por outro lado, propõe-se refletir acerca do **como** tais ações seriam executadas, suas justificativas e resultados encontrados *in loco*. Verifica-se, na citação

anterior destacada em negrito, falta de clareza conceitual: afinal, de que maneira a simples aplicação de novos materiais (diferentes, portanto, dos antigos) seria uma justificativa para evitar o choque antigo-novo? Pode-se conjecturar que a ideia de tal justificativa seria, na verdade, apesar do uso de novos materiais, fazer escolhas harmônicas e que buscassem o princípio de mínima intervenção. No entanto, frases soltas e superficiais aparecem por todo o Memorial Descritivo das obras, como, por exemplo, na apresentação geral da proposta executada no “Quarteirão dos Trapiches”:

Esta proposta **se resume a uma reabilitação do espaço supracitado**, a funções mais atuais, e se apresenta aqui na forma de análises técnicas **dentro das teorias mais difundidas do restauro** para definir diretrizes de intervenção que resultam em um projeto arquitetônico de reabilitação do mesmo para função institucional de caráter cultural, que é a implantação de uma faculdade (PCL, 2010, p. 07).

No documento que se apresenta como a descrição de todos os procedimentos “[...] de forma detalhada com o objetivo de poder ser verificado a qualquer tempo por qualquer estudioso e de poder contribuir de forma efetiva a esta tão respeitada ciência que é a da restauração” (PCL, 2010, p. 07), nota-se a ausência de embasamento teórico-metodológico na apresentação da intervenção sobre o construído. Em nenhum momento, por exemplo, o material faz referência às “teorias mais difundidas do restauro” nas quais se basearia, assim como os princípios e as justificativas teórico-metodológicas que guiariam as decisões tomadas. Ausência conceitual essa refletida em diversas soluções executadas e na inconsistência tratada neste capítulo. Ademais, a indicação de que a intervenção se resumiria a uma “reabilitação” do espaço tombado a funções atuais também não nos parece seguir o objetivo principal posto pelo campo da preservação: salvaguardar o bem a fim transmitir os valores reconhecidos às gerações futuras.

Nesse momento, faz-se relevante destacar a autoria do Memorial Descritivo aqui referenciado e dos projetos executivos da intervenção como um todo. Nas páginas do Memorial, constam as logomarcas do IPHAN, Ministério da Cultura, Programa Monumenta, Governo Federal, governo do estado de Sergipe, e da empresa vinculada à elaboração do Memorial (PCL Projetos e Consultoria Ltda.). No entanto, a partir da

verificação do campo de atuação da PCL, não foram encontradas referências a experiências anteriores e posteriores à intervenção no Quarteirão dos Trapiches no que se trata de intervenções sobre bens de valor patrimonial reconhecido: ela se apresenta como “centro de soluções em arquitetura e engenharia⁵⁰”. Identificamos, aqui, a provável causa da fragilidade conceitual encontrada no Memorial Descritivo das obras: ele teria sido elaborado por uma empresa com aparente falta de experiência no campo da preservação. Campo esse que, como visto no capítulo 01, não deve sustentar ações empíricas e sem uma profunda fundamentação nas reflexões desempenhadas há séculos, tendo em vista a responsabilidade na atuação sobre bens de valor patrimonial.

Ademais, por meio da investigação aqui empreendida, identificou-se a empresa responsável pela execução das obras do “Quarteirão dos Trapiches”: Camel empreendimentos e construções⁵¹. No que se trata da sua área de atuação, segundo a própria empresa⁵²:

A Camel destaca-se em diversas áreas com respaldo e experiência na execução de diferentes tipos de obras, como: infraestrutura, abastecimento de água/ reservatórios, esgotamento sanitário, artes especiais e restauros, terraplanagem, urbanização, pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e canal, obras hospitalares, obras de prédios comerciais, pontes, departamentos universitários, edificações públicas.

A partir da verificação do seu amplo escopo de trabalho, levanta-se a possibilidade de um método generalista sobre intervenções que exigem tamanha especificidade de tratamento quanto as ações sobre o patrimônio urbano reconhecido. Assim, propomos refletir acerca das possíveis origens da relação distanciada entre teoria-prática no caso em questão a partir de três dimensões: imposições pouco justificadas vindas do IPHAN em relação a um primeiro projeto fundamentado nas reflexões teóricas do campo da preservação; elaboração de um projeto executivo por

⁵⁰ Disponível em: < <https://pcl.com.br/>>. Acesso em: 29 abr 2025.

⁵¹ Ver, no site da empresa, o Quarteirão dos Trapiches no seu catálogo de obras entregues. Disponível em: https://www.camelempreendimentos.com.br/nossas_obras/quarteirao-dos-trapiches/. Acesso em: 29 abr 2025.

⁵² Disponível em: < <https://www.camelempreendimentos.com.br/sobre/>>. Acesso em: 29 abr 2025.

uma empresa aparentemente afastada das especificidades do campo, bem como execução das obras por uma empresa de caráter generalista; e aproveitamento de oportunidades políticas e econômicas vindas do Programa Monumenta no momento de expansão das universidades federais pelo interior do Brasil, que traziam também limitações e exigências definidoras (como visto a partir de Giannecchini, 2019). Ou seja, por meio da investigação empreendida, identificamos que a intervenção no “Quartirão dos Trapiches” apresentou fragilidades nos âmbitos de projeto, fiscalização e execução.

Voltando à solução de pórticos executada na área das Ruínas em frente ao Mercado e das Ruínas lado do Sobrado 159, compreende-se que ela foi absorvida do anteprojeto inicial como uma referência contemporânea ao ritmo de aberturas do século XIX, mas isolada e desacompanhada da fundamentação de tal escolha. Conforme Nery e Baeta (2022), esta seria mais uma solução “perdida” dentre outras escolhas arquitetônicas desconexas no *campus*, resultado das simplificações executivas adotadas na intervenção. Logo, por falta de coerência das soluções empregadas, as ações dispostas no “Quartirão dos Trapiches” sofreriam com a ausência de uma linha conceitual que guia as ações dispostas (Nery e Baeta, 2022).

Ainda, retomamos o exposto por Brendle (2017) acerca da falta de compatibilização entre a nova cobertura da área das antigas ruínas ao lado do Sobrado 159 e em frente ao Mercado e o próprio Sobrado 159. A nova cobertura executada aparece cortando esquadrias no pavimento superior do Sobrado 159, desconfigurando a preexistência que se pretendia preservar (Figuras 93 a 95).

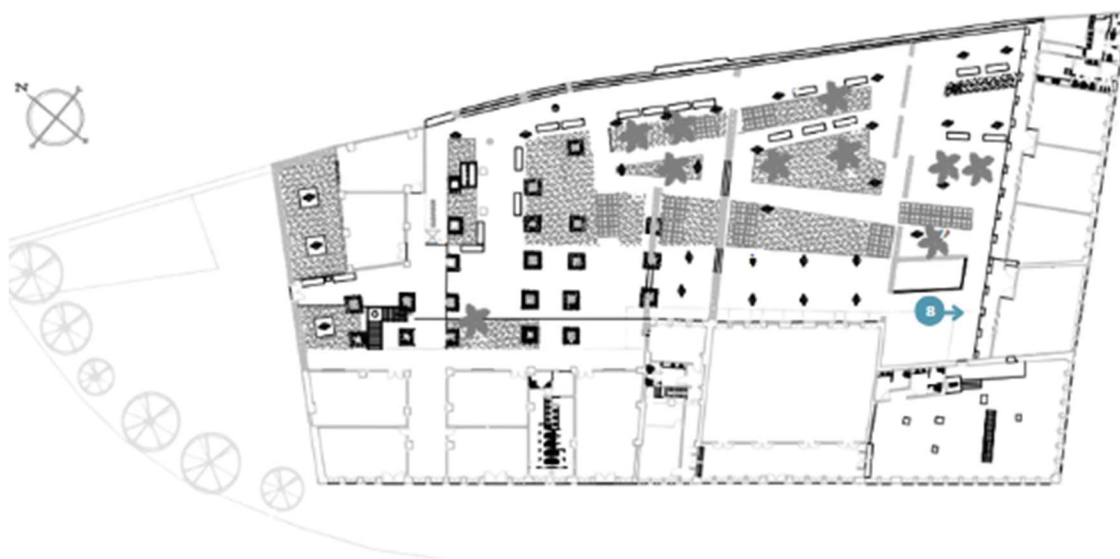


Figura 93 – Indicação da visada referente à percepção do encontro entre a nova cobertura e a preexistência do Sobrado 159. Fonte: adaptado de CampusLar/UFS, 2015.



Figuras 94 e 95: A nova cobertura cortando a antiga janela do Sobrado 159.

Fonte: a autora, 2025 (à esquerda); Brendle, 2012 (à direita).

Por fim, verifica-se ainda o exposto por Brendle (2017) acerca da manutenção desarticulada de extratos originais relevados pela pesquisa arqueológica, como, dentre outros, uma escada em pedra calcária que dava acesso a uma antiga cozinha situada no pavimento superior do Sobrado 159 (Costa, 2013). A escada, rebocada em gesso, teve o acesso ao pavimento superior encerrado (Brendle, 2017) e demonstra, assim como no caso da reorganização das pedras calcárias no pavimento térreo do Sobrado 159, a pouca atenção ao estudo arqueológico desempenhado e à preexistência enquanto documento histórico. Produz, ao invés da facilitação da leitura dos fragmentos, o deslocamento do seu significado (Figuras 96 a 98).

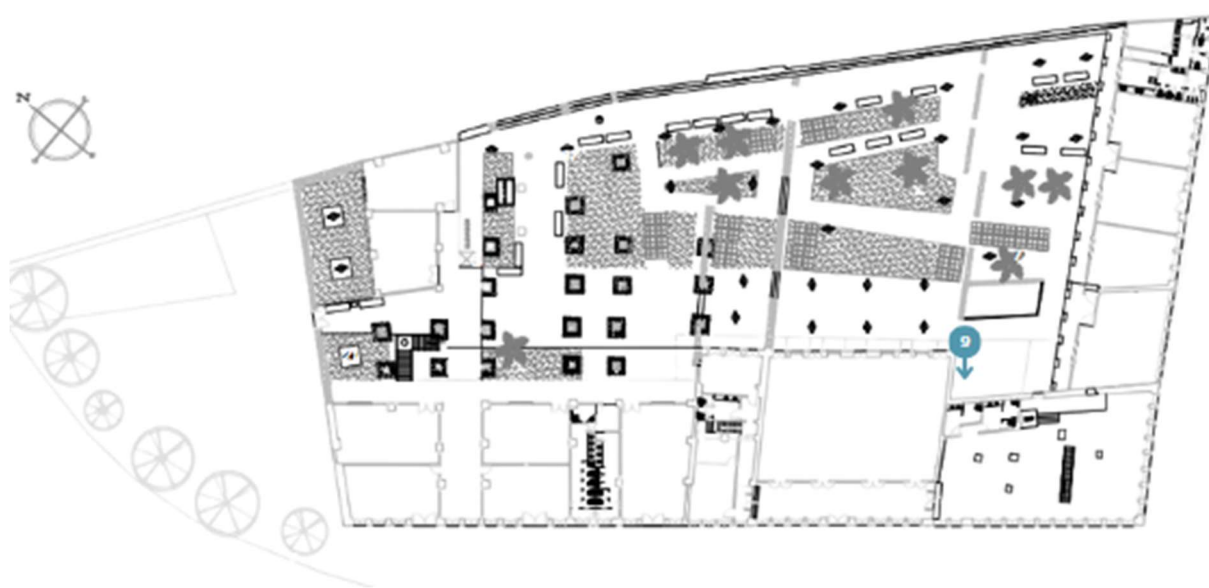


Figura 96 - Indicação da visada à antiga escada que levava à cozinha no pav. superior do Sobrado 159. Fonte: adaptado de CampusLar/UFS, 2015.



Figuras 97 e 98 – À esquerda, estado da escada no momento pré-intervenção em 2008. À direita, a escada hoje. Fonte: Castro, 2008, *in* Costa, 2013 (à esquerda); a autora, 2025 (à direita).

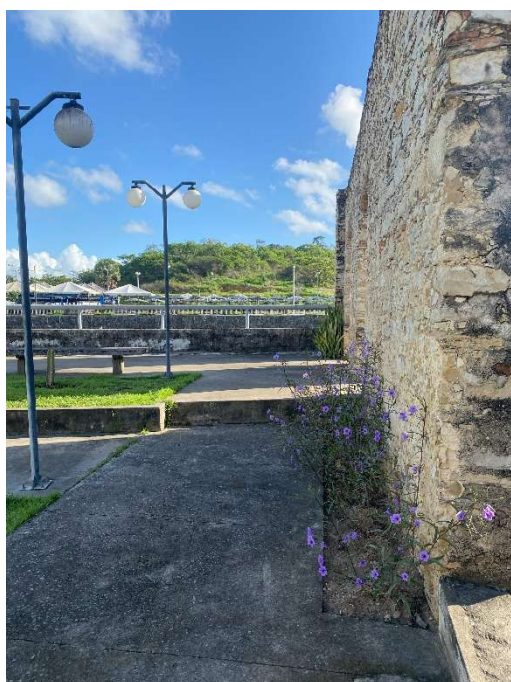
Dando continuidade ao percurso, tem-se, em frente à solução de pórticos citada, uma grande área descoberta: trata-se da área de circulação e convivência do *campus*, voltada ao rio Cotinguiba (Figuras 99 a 103).



Figura 99 – Percurso realizado ao alcançar área de circulação e convivência do *campus*. Fonte: adaptado de CampusLar/UFS, 2015.



Figura 100 – Área aberta para convivência e circulação do *campus* em 2009. Destaque para os muros e pilares de pedra remanescentes. Fonte: Marcelo Maciel.



10



11



12

Figuras 101, 102 e 103 – Área aberta para convivência e circulação do *campus* com vista para o rio Cotinguiba e para as colinas que circundam Laranjeiras em 2024. Fonte: a autora.

Nela, encontram-se antigos muros de pedra remanescentes da aparente divisão dos lotes dos edifícios que compunham o “quarteirão” em tempos passados. A escolha em manter o espaço fragmentado e com parte da estrutura preexistente parece despontar como um ponto de destaque da intervenção executada no que se refere à aproximação à reflexão teórica no recorte da preservação de ruínas. A partir da

manutenção de tal caráter fragmentado, a materialidade apresenta autenticidade e integridade suficiente para transmitir os valores relacionados ao “quarteirão”: edificações que representam a trajetória histórica da cidade, mas estabelecidos numa nova condição material e estética no momento da intervenção. Ao incorporar o estado de ruína numa área de convivência, preservou-se atributos materiais na condição em que chegaram ao momento de intervenção, transmitindo os valores históricos, estéticos e simbólicos ao espaço.

Atravessando a área aberta de circulação e convivência, descortina-se a “Praça dos Pilares”, onde estão os pilares de pedra remanescentes da estrutura do antigo Trapiche Santo Antônio - consolidados pela intervenção e que podem ser encarados, hoje, como elementos-marco do complexo universitário (Figuras 104 a 109).



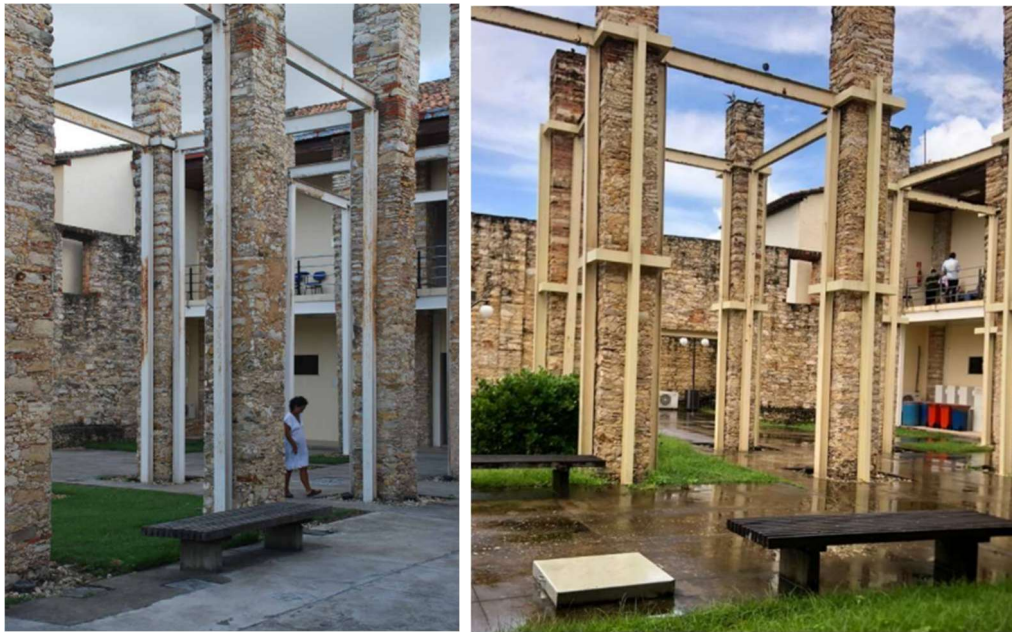
Figura 104 – Percurso realizado ao alcançar a “Praça dos Pilares”. Fonte: adaptado de CampusLar/UFS, 2015.



Figura 105 – Vista da área de convivência aberta no *campus* a partir da margem do rio Cotinguiba, com destaque para a “Praça dos Pilares” ao fundo e à direita. Fonte: a autora, 2024.



Figuras 106 e 107 – Pilares de pedra a serem consolidados e preservados na Praça dos Pilares. À esquerda, no momento pré-intervenção em 2003. À direita, já no momento de execução das obras em 2008. Fonte: Rodrigo Baeta *in* Nery e Baeta, 2022 (à esquerda); Marcelo Maciel (à direita).



Figuras 108 e 109 – Pilares de pedra já consolidados na Praça dos Pilares. Detalhe para o reforço metálico progressivamente acrescentado e que prejudica a apreensão dos valores emanados pelos antigos pilares. À esquerda, condição em 2012. À direita, em 2022. Fonte: Rodrigo Baeta *in* Nery e Baeta, 2022 (à direita); a autora (à esquerda).

A partir da visualização dos antigos pilares no momento pré-intervenção, nota-se que o “valor de antigo” de Riegl parece materializar-se nas peças (assim como nos muros de pedra remanescentes tratados anteriormente) cuja imagem emanada a partir do espaço fragmentado à margem do rio desperta o caráter pitoresco característicos dos objetos em ruínas. No entanto, a oportunidade de intervir de forma a criar um diálogo antigo-novo que permitiria a plena leitura de tal valor - ao mesmo tempo em que se apresentaria como uma ação do seu tempo e capaz de manter as antigas peças de forma segura - parece ter sido deixada de lado.

Apesar de uma solução baseada na adoção de vigas metálicas horizontais ter sido indicada no anteprojeto inicial⁵³, o resultado *in loco* é outro: além da inserção das vigas metálicas horizontais, perfis metálicos verticais “abraçam” os pilares de pedra – solução que parece destacar mais seu papel de suporte do que o objeto a ser suportado (este sim atributo material capaz de transmitir valores históricos, estéticos e simbólicos relacionados ao antigo edifício em ruína). Ademais, com passar do tempo, tal estrutura

⁵³ Com o objetivo de remeter ao madeiramento do antigo trapiche e capazes de travar as os pilares de pedra (Nery e Baeta, 2012).

de consolidação foi reforçada por meio do acréscimo de novas peças metálicas horizontais na altura média dos antigos pilares, que, apesar de sustentarem o princípio de distinguibilidade, faltam com o princípio de mínima intervenção - prejudicando ainda mais a apreensão da imagem a ser preservada.

Por outro lado, pouco parece ter sido feito acerca da potencialização da leitura tipológica, espacial e compositiva do antigo edifício arruinado – sem furtar-se do seu caráter fragmentado que caracteriza o estado em que o bem chegou ao momento presente. A partir de ações que lidassem com as ruínas como elementos vivos e como ponto de partida de um projeto do novo por meio de sugestões (mas nunca reconstituições) e referências à antiga configuração do espaço, a intervenção poderia alcançar a preservação do conjunto urbano em que se encontra de forma mais profunda: não apenas pela recuperação formal das suas fachadas, mas também pela sua composição interna. Incorporar a ruína de forma fundamentada no campo da preservação de tal recorte patrimonial seria uma maneira de unir passado, presente e futuro, integrar antigo e novo, e atuar também acerca dos valores históricos e estéticos e na possibilidade da fruição do espaço (Figura 110).



15

Figura 110 – Vista Panorâmica da Praça dos Pilares na área do antigo Trapiche Santo Antônio em 2022. Detalhe para a estrutura metálica que prejudica a apreensão da imagem dos pilares de pedra. Fonte: a autora.

Após atravessar a Praça dos Pilares, visualizamos o pavilhão de dois pavimentos inserido no quarteirão para abrigar salas de aula, laboratório, varanda e uma escada que leva ao seu pavimento superior, bem como a um segundo edifício que se projeta no sentido da disposição da fachada principal do Trapiche Santo Antônio e se apresenta

como o segundo pavilhão de salas de aula, laboratórios e salas administrativas. As varandas dos novos pavilhões construídos funcionam como uma área de circulação que permite uma visão livre da área da Praça dos Pilares e da paisagem laranjeirense sobre e além do rio Cotinguiba. Sua forma resume-se à disposição da estrutura mista de concreto armado, peças metálicas e alvenaria de vedação (Figura 111 a115).



Figura 111 – Percurso realizado ao alcançar os dois pavilhões de salas de aula do *campus* ao nível térreo. Fonte: adaptado de CampusLar/UFS, 2015.

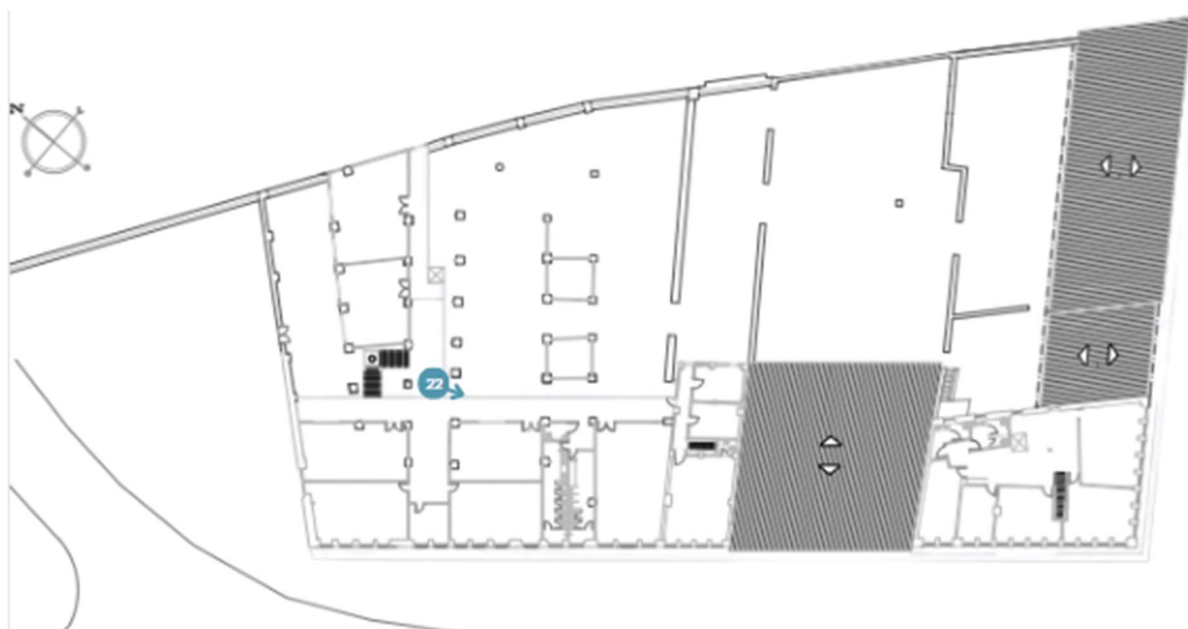


Figura 112 – Percurso realizado ao alcançar os dois pavilhões de salas de aula do *campus* ao nível do pav. superior. Fonte: adaptado de CampusLar/UFS, 2015.



16



17

Figuras 113 e 114 – À esquerda, integração entre os dois pavilhões que abrigam salas de aula no campus. À direita, vista do pavilhão construído perpendicularmente ao sentido da fachada principal do Trapiche Santo Antônio e com uma das fachadas voltada ao rio Cotinguiba. Fonte: a autora, 2025.



18

Figura 115 – Vista interna ao *campus* do pavilhão de aulas construído a partir da fachada preexistente do Trapiche Santo Antônio. Fonte: a autora, 2025.

Como tentativa de integração novo-antigo, a nova construção inserida na área do Trapiche Santo Antônio no sentido perpendicular à sua fachada principal se afasta do muro de pedra preexistente (Figura 116) e incorpora parte dos

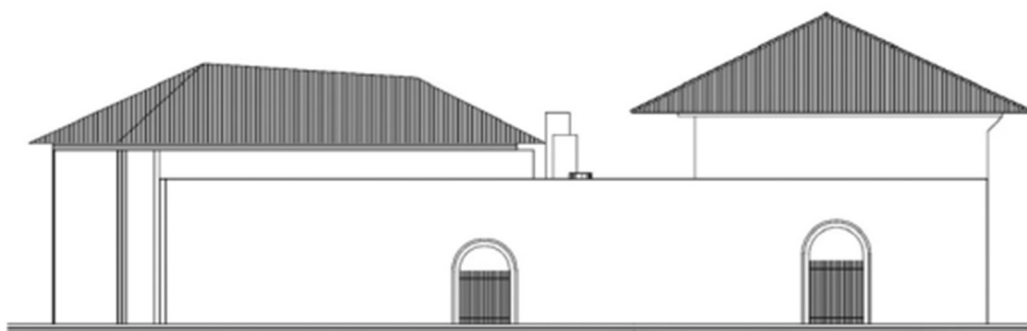
antigos pilares remanescentes à nova estrutura (esta, consolida a antiga e absorve as novas cargas geradas).



19

Figura 116 – À esquerda, o muro de pedra remanescente consolidado que limita o “quarteirão”. À direita, a incorporação dos antigos pilares ao novo edifício. Fonte: a autora, 2025.

No entanto, o novo edifício apresenta soluções simplificadas como, por exemplo, na distribuição das aberturas das salas que transmitem pouco cuidado estético (Nery e Baeta, 2022; Brendle, 2017), além do baixo aproveitamento da ventilação e iluminação natural. As simplificações aparecem também no encerramento dos antigos pilares, que parecem “apertados” pelas novas alvenarias (Brendle, 2017) e na ligação entre este novo pavilhão e o edifício construído no sentido da fachada principal do Trapiche Santo Antônio a partir da recuperação da sua caixa mural. Ligação (Figuras 117 a 121) esta que, conforme Nery e Baeta (2022), pode ser entendida como uma improvisação no que se refere à junção dos telhados dos dois edifícios que se tocam de forma desarmônica; bem como ao aproveitamento da fachada lateral oeste do quarteirão a partir da interrupção “incompreensível” (Nery e Baeta, 2022, p. 487) do muro de pedra que se estenderia por toda a testada.



20

Figuras 117 e 118 – Acima, proposição para a fachada oeste do Quarteirão dos Trapiches no anteprojeto revisado em 2003. Abaixo, a intervenção executada. Detalhe para as relações entre as coberturas nas duas configurações e no tratamento do antigo muro de pedra e suas aberturas. Fonte: Baeta e Oliveira, 2003 (acima) e a autora, 2025 (abaixo).



Figuras 119, 120 e 121 – Detalhe da integração entre os dois edifícios a partir da escada e para o “toque” das suas coberturas por meio das instalações de drenagem pluvial. Fonte: a autora (2025).

Aqui, ressaltamos, mais uma vez, a contribuição de Carbonara no que se refere à questão do novo dentro do projeto de intervenção como uma questão de qualidade projetual. No caso da inserção dos novos pavilhões que abrigam usos essenciais à proposta de *campus* universitário (Figura 122), sua execução parece ter sido realizada

com pouca atenção a detalhes projetuais que, para além de estarem inseridos numa área de preservação patrimonial (que exige atenção específica), versariam ainda sobre um fazer arquitetônico comprometido com um uso qualificado estética e funcionalmente.



Figura 122 – Solução de composição de fachadas de um dos pavilhões de aulas inseridos na área do antigo Trapiche Santo Antônio. Conforme Nery e Baeta, a solução adotada substituiu a proposta do anteprojeto inicial para uma elevação com pórticos com proporções derivadas das usuais fenestrações da cidade, semelhante ao proposto para a área das ruínas ao lado do Sobrado 159 e em frente ao Mercado – esta, sim, executada. Fonte: Rodrigo Baeta, 2012 *in* Nery e Baeta, 2022.

Tratando agora das ações executadas a partir da recomposição da fachada principal do Trapiche Santo Antônio, destaca-se o reconhecimento pelo Programa Monumenta acerca do alto estado de degradação em que ele se encontrava, assim como das diversas alterações sofridas ao longo do tempo:

Já no inventário de 1975 são acusadas alterações diversas na fachada principal, como a modificação dos vãos do primeiro pavimento, e o acréscimo de uma parede de tijolos em parte da fachada que havia desmoronado, anteriormente construída em pau-a-pique. [...] A falta de cobertura contribuiu substancial para o **arruinamento irreversível do prédio** (PCL, 2010, p. 13, grifo nosso).

No entanto, apesar do reconhecimento da irreversibilidade quanto à recuperação do estado original do edifício, a intervenção (Figuras 123 a 129) partiu da reconstituição da fachada voltada à praça Samuel de Oliveira e parte da sua volumetria (PCL, 2010). Nesse sentido, a fachada principal foi reconstruída de forma a servir como fechamento do segundo pavilhões de salas de aula, coberto ainda por um “telhado equivalente ao que fechava primitivamente a parte interna da frente do armazém” (PCL, 2014, p. 14)



Figura 123 - Percurso realizado referente ao pav. térreo do Trapiche Santo Antônio. Fonte: adaptado de CampusLar/UFS, 2015.

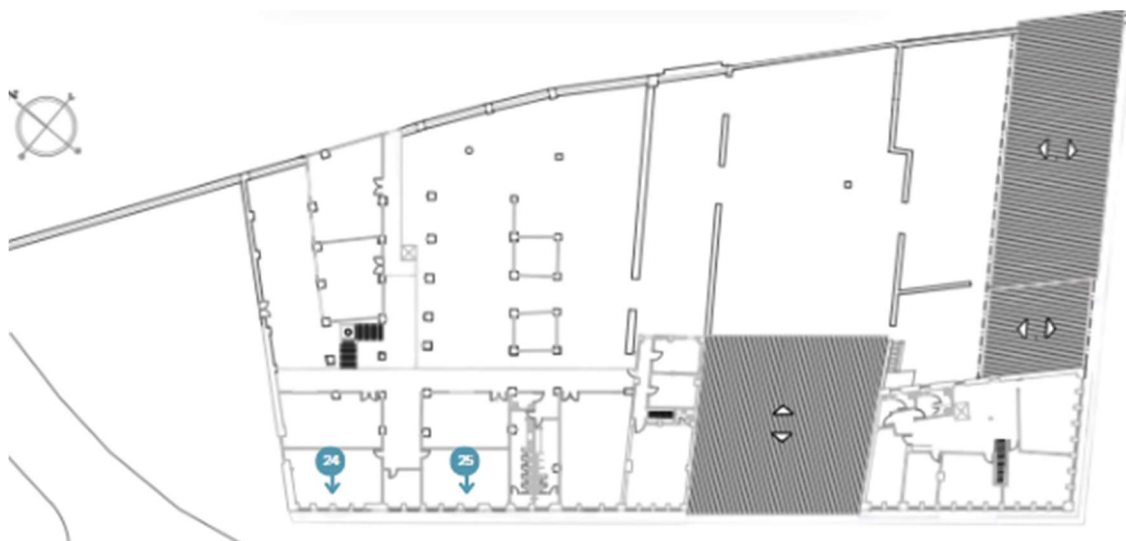


Figura 124 - Percurso realizado referente ao pav. superior do Trapiche Santo Antônio. Fonte: adaptado de CampusLar/UFS, 2015.



Figura 125 – Reconstituição de parte da fachada do Trapiche Santo Antônio em 2008. Externamente, não é possível identificar a parte reconstituída. Fonte: Marcelo Maciel.



Figuras 126 e 127 – Fachada principal do Trapiche Santo Antônio em 2012 (acima) e em 2022 (abaixo), já reconstituída após as intervenções. Fonte: Rodrigo Baeta *in* Nery e Baeta, 2022; a autora, 2022.



24



25

Figuras 128 e 129 – Salas de aula no pavimento superior do Trapiche Santo Antônio. À esquerda, sala LAR 204 (localizada no setor remanescente), possui como uma das paredes de vedação a fachada principal do Trapiche Santo Antônio com estrutura de alvenaria em pedra calcária remanescente exposta. À direita, sala LAR 206 (localizada no setor reconstituído). Internamente, a intervenção pode ser notada a partir da diferença do revestimento proposto sobre as duas condições. Detalhe para as novas esquadrias de madeira (estas, executadas aos moldes “antigos”). Fonte: a autora, 2022.

Convidamos à reflexão, então, acerca do distanciamento teórico-metodológico de tal ação de reconstituição. Por meio do resultado *in loco*, derivado das exigências do IPHAN (como tratado anteriormente neste capítulo), pode-se verificar a busca pela reversibilidade do irreversível: eleva-se uma nova fachada “antiga”, incoerente com sua própria justificativa (como exposto na citação anterior retirada do Memorial Descritivo elaborado pela PCL), em vias da “recuperação” do conjunto urbano. No entanto, sem nenhum tipo de documentação exposta no próprio *campus* ou distinguibilidade a partir da visada principal na Praça Samuel de Oliveira, a recuperação formal e volumétrica se

dá a partir da reconstituição na fachada do maior componente do conjunto, gerando um importante falso histórico sobre o quarteirão.

Longe da mínima intervenção, o tratamento de reconstrução “tal qual era” nega as inúmeras possibilidades de preenchimento da lacuna disposta na unidade figurativa do conjunto a partir de ações críticas, simbióticas e autênticas, como apresenta a vertente teórica contemporânea do restauro crítico conservativo. Ademais, considerando ainda a validade das diferentes posturas contemporâneas que se baseiam nos princípios fundamentais do campo, como a vertente da conservação integral, a lacuna poderia ser abraçada num projeto sinceramente contemporâneo, sem deixar de lado o respeito e conservação pelo material antigo tal qual chegou ao momento de intervenção. Já numa via voltada à manutenção-repristinação, a solução de recuperação formal poderia ser alcançada de forma silenciosa, mas sem furtar-se da responsabilidade na transmissão de uma verdadeira história por meio de cuidadosa documentação e exposição das ações realizadas.

O caso da reconstrução da fachada principal do Trapiche Santo Antônio parece tratar, na verdade, de um vazio conceitual gerado a partir de uma prática afastada, mas não desconhecida, da reflexão teórico-metodológica do campo da preservação do patrimônio edificado - tendo em vista o reconhecimento dos documentos e recomendações internacionais exposto no Manual de Elaboração de Projetos do Programa Monumenta (2005), principalmente no que se trata das disposições da Carta de Veneza de 1964. Ademais, apesar de versões anteriores terem sido elaboradas fundamentadas na discussão teórico-metodológica do campo, a exigência do IPHAN acerca da recuperação estilística da sua fachada principal se mostra como uma “herança” da antiga postura em busca do “estado idealizado” do bem, tão comum na fase inicial de atuação do órgão.

Nesse ponto, propomos a reflexão acerca da recuperação da caixa mural de todo o “Quarteirão dos Trapiches”. No que se refere às ações sobre as esquadrias, tratando do caso das fachadas das Ruínas ao lado do Sobrado 159 e em frente ao Mercado, o Memorial Descritivo da intervenção aponta que elas seriam propostas da seguinte maneira: [...] em madeira maciça do tipo calha, sem, contudo, apresentar detalhes que façam uma falsa alusão ao pré-existente (PCL, p. 15). Com aparente cuidado no que se

refere à distinguibilidade, mas de forma a respeitar a unidade do contexto urbano reconhecido, tal justificativa esbarra na realidade. Hoje, ao deparar-se com a composição de esquadrias não só desse setor, mas de todo o “quarteirão”, e sem conhecer a sua história ao longo do tempo, a falsa alusão a ser evitada é, de fato, facilmente apreendida (Figuras 130 a 134).

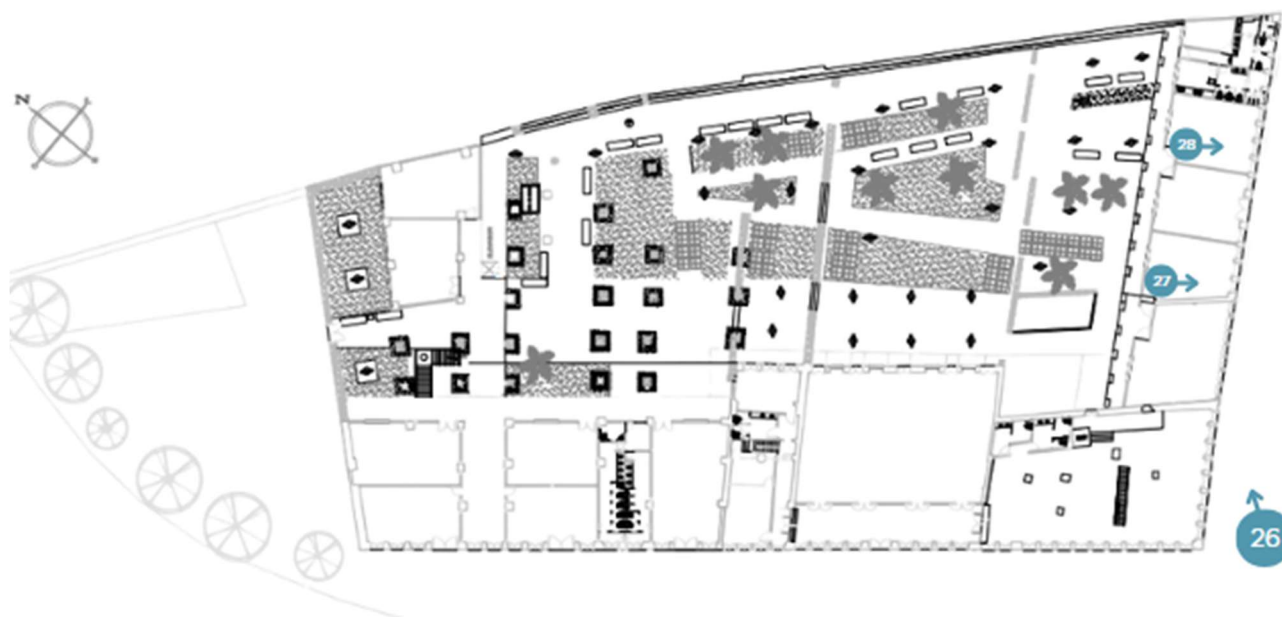


Figura 130 – Indicação das visadas referentes à recuperação das fachadas das Ruínas ao lado do Sobrado 159 e das Ruínas em frente ao Mercado a partir do percurso realizado. Fonte: adaptado de CampusLar/UFS, 2015.



26

Figuras 132 e 132 – Fachada Leste do Quarteirão dos Trapiches voltada ao Mercado em 2006 (acima) e em 2025 (abaixo). Fonte: Marcelo Maciel (acima); a autora (abaixo).



Figura 133 – Fachada Leste do Quarteirão dos Trapiches voltada ao Mercado no momento pré-intervenção no fim dos anos 2000. Destaque para o estado de ruínas das edificações. Fonte: PCL, 2010.



Figura 134 – Recuperação da fachada Leste do Quarteirão dos Trapiches voltada ao Mercado durante as obras em 2008. Fonte: Marcelo Maciel.

Ademais, a recuperação das portas e janelas deu-se de forma aparentemente desvinculada ao uso proposto. A partir da exclusividade do acesso aos laboratórios se dar pelo interior do *campus*, bem como pelo uso de ar-condicionado, as aberturas são pouco ou nunca utilizadas. Em alguns laboratórios, as portas são então adaptadas a estantes para armazenamento de material (Figuras 135 e 136)



27

Figura 135 – Portas utilizadas como estantes de armazenamento de material no laboratório na sala Lar 112 onde funciona o laboratório de Plástica do curso de Arquitetura e Urbanismo.

Fonte: a autora, 2025.



28

Figura 136 – Aberturas utilizadas locais armazenamento de material na sala Lar 109 onde funciona um dos laboratórios de Arqueologia do *campus*. Fonte: a autora, 2025.

Já no que se refere à recuperação dos revestimentos da caixa mural do “quartirão” de forma geral, retoma-se o exposto por Kühl (2004) no que se refere à

necessidade de encarar o tratamento de superfícies como um legítimo problema de restauração, ou seja, como um ato histórico-crítico.

No entanto, em muitas intervenções recentes, o tratamento das superfícies não tem sido encarado dentro desse processo, predominando repintes aleatórios, substituições e refazimentos superficiais [...], sem nenhum tipo de reflexão sobre o estado em que se encontram as superfícies nem sobre seu papel como testemunho privilegiado do transcurso de um dado bem, ou seja, como documento histórico e como palco de transformações figurativas. Na maioria das vezes, nem mesmo se cogita a utilização de técnicas para se consolidar e tratar o existente, que visassem a preservar as marcas da translação da obra no tempo (Kühl, 2004, p. 321).

Ainda conforme Kühl (2004), essa busca pelo “rejuvenescimento” forçado dos bens culturais faz parte de um fenômeno mais amplo, acentuado nos tempos recentes. Retomando Riegl e o seu estudo sobre as maneiras que uma dada sociedade percebe e se apropria do seu patrimônio edificado, Kühl destaca os “valores de contemporaneidade” introduzidos pelo austríaco. Dentre eles, tem-se o “valor de novidade”, que lida com o bem patrimonial como uma criação recente, exigindo dele uma “integridade perfeita de formas e cores” (Kühl, 2004, p. 320). Nesse sentido, a autora ilumina o fato de que, em nossa sociedade, os sinais do transcurso do tempo são cada vez menos apreciados, desenrolando-se uma tendência à renovação e à pasteurização de superfícies.

O problema ganha então mais uma camada de complexidade ao ser aplicado sobre bens em estado de ruína – cujos atributos materiais capazes de transmitir os valores históricos, estéticos e simbólicos dependem da própria condição de degradação, como visto no tópico 1.2. No entanto, a partir da leitura do Memorial Descritivo das obras, verificou-se que tal estado não foi reconhecido como condição a ser incorporada ao projeto devido a possibilidade de resgate de sua caixa mural. Ou seja, apreende-se que, acerca do tratamento das fachadas, a intervenção executada pelo Programa Monumenta reconheceu o estado de ruína da maioria das edificações que compõem o “quarteirão” apenas como um estado de degradação a ser revertido em vias

da preservação do conjunto urbano, não como condição particular de tratamento no campo da preservação.

Ainda no que se refere à recuperação dos revestimentos das fachadas externas do “Quarteirão dos Trapiches” de forma geral, nos valem do exposto em Kühl (2004, p. 321):

Deve-se lembrar que o objetivo de uma restauração não é oferecer uma imagem do passado facilmente consumível, simplificada de forma grosseira para se tornar mais palatável ao gosto massificado. É, ao contrário, explorar e valorizar toda a riqueza das diversas estratificações da história. Isso pode ser alcançado por meio do ato histórico-crítico, antídoto para a tendência atual de se voltar para as cores frívolas [...] ou para cores amorfas [...]. O interesse em preservar as marcas do tempo não é mero “ruinismo” ou necrolatria, mas é, sim, uma apreciação estética, crítica, histórica, que não considera o tempo como reversível.

Assim, busca-se aqui refletir sobre as diversas possibilidades de tratamento das superfícies, baseadas no juízo histórico-crítico e diferenciando os aspectos positivos (a pátina, que transmite parte dos valores reconhecidos) dos negativos (manifestações patológicas a serem tratadas). Possibilidades essas que fogem à recuperação superficial e simplificada, e se aproximam à pátina como uma materialização do seu transcurso ao longo do tempo. Ou seja, ao compreender a preservação como um ato histórico-crítico, tal compreensão estende-se ao tratamento das superfícies, sejam elas sobre objetos cujos valores dependem da própria degradação (como os objetos em ruína), ou não:

Deve-se, pois, de um modo geral, preservar o que existe, sem procurar regularizar e “embeleazar”. Philippot afirma que o que se deve buscar numa restauração é revelar o estado atual das matérias originais e jamais pretender restabelecer seu estado original numa tentativa de abolir o tempo atravessado pela obra. É necessário respeitar as argamassas e cores existentes, em suas várias estratificações, mantendo-as e consolidando-as, tratando lacunas, protegendo as superfícies sem que isso implique automaticamente um refazimento total ou parcial da argamassa e da sua cor (Kühl, 2004, p. 324).

Logo, ao aproximar-se do resultado construído da intervenção no “Quarteirão dos Trapiches” no que se refere à recuperação da sua caixa mural – ação coerente com a perspectiva de encarar a preservação do conjunto a partir da ideia de patrimônio edificado urbano – verifica-se ações que desconsideram a pátina como atributo qualificador do conjunto a favor de uma imagem do passado com aspecto de novo. A partir da falta de justificativas acerca da escolha de cores e para o tratamento dos revestimentos e esquadrias (ausentes no Memorial Descritivo das ações), pode-se aferir pouca dedicação à uma atuação crítica e fundamentada na análise pormenorizada da obra. Assim, verifica-se, no caso em questão, a pasteurização no tratamento das superfícies de bens de valor patrimonial reconhecido tão comum em diversos centros históricos reconhecidos no Brasil, que priorizam a recuperação do aspecto “novo” dos edifícios antigos e, com isso, possibilitam falhas na apreensão e leitura dos bens (Figura 137).



Figura 137 – Vista da fachada principal do Quarteirão dos Trapiches pós-inauguração em 2009.

Fonte: Camel empreendimentos e construções.

Dando continuidade ao percurso pela intervenção, tem-se, no Memorial Descritivo (PCL, 2010) a indicação da decisão de demolição da casa erguida recentemente ao lado da fachada oeste do Quarteirão dos Trapiches, pois ela não seria

considerada parte do conjunto a ser preservado (Figura 138). Assim, a demolição proporcionaria a “restauração” da ambiência preexistente, permitindo ainda a liberação da área para a criação de uma pequena praça (Figura 139) na confluência da Samuel de Oliveira com a via que leva a uma ponte que atravessa o Rio Cotinguiba. Solução essa que, conforme Nery e Baeta (2022) e considerando a primeira proposição de utilização da área do Trapiche Santo Antônio como uma praça de integração entre a cidade e a universidade, parece ter se desenrolado como mais uma simplificação da proposta inicial.



Figura 138 – Casa demolida situada ao lado da fachada oeste do Trapiche Santo Antônio. Fonte: Rodrigo Baeta, 2003.



Figura 139 – Praça hoje. Fonte: a autora, 2025.

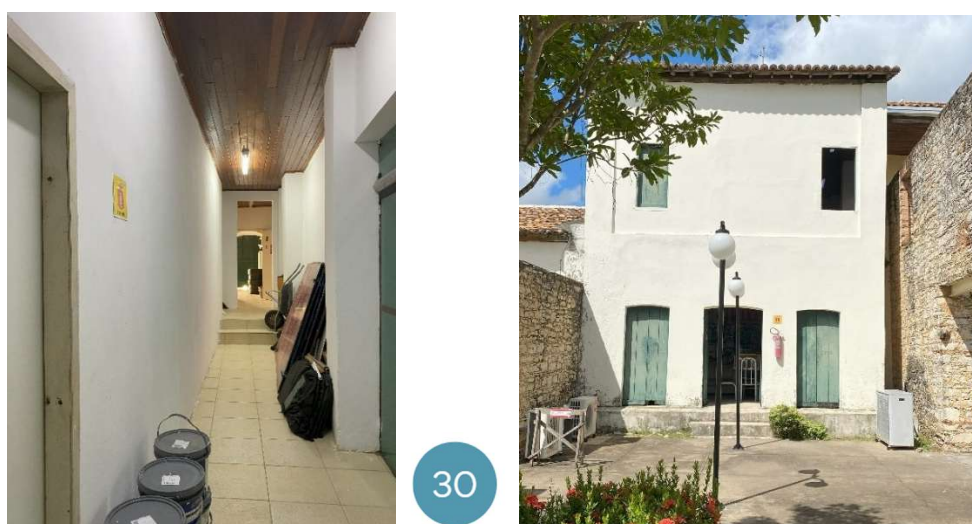
Nosso percurso nos leva agora ao edifício ao lado do Trapiche Santo Antônio, o Sobrado 117. Por meio do Memorial Descritivo (PCL, 2010) tem-se que ele se encontrava em estado ruim de conservação, mas não em ruínas - preservando suas características originais formais, esquadrias e a sua volumetria. Assim, a intervenção propôs, a partir da mínima intervenção, a recuperação e conservação da sua fachada e cobertura para abrigar salas de apoio material e discente, laboratório, banheiros e área de circulação (Figuras 140 e Y).



Figura 140 – Percurso realizado ao adentrar o Sobrado 117. Fonte: adaptado de CampusLar/UFS, 2025.



Figuras 141 e 142: À esquerda, fachada principal do Sobrado 117 em 2008, antes da intervenção. À direita, a mesma fachada em 2025, pós intervenção. Fonte: Marcelo Maciel (à esquerda); a autora (à direita).



Figuras 143 e 144 – Divisão interna com salas e corredor principal que também leva ao pavimento superior (à esquerda) e fachada interna (à direita) pós-intervenção. Fonte: a autora, 2025.

Por fim, no que se refere ao edifício da antiga Exatoria, o Memorial Descritivo (PCL, 2010) reconhece a realização de uma grande intervenção na década de 1970, que gerou uma nova cobertura e nova distribuição interna sobre a edificação erguida em meados do século XIX. No entanto, o Memorial também reconhece o edifício como mantenedor de parte das suas características formais e volumétricas originais, apesar do estado de conservação considerado ruim. Assim, a intervenção propôs um

remodelamento interno e alterações na cobertura a fim de abrigar um vão mais livre para receber um *foyer* e um auditório, utilizado hoje tanto pela universidade quanto pela comunidade local (Figuras 145 a 148).



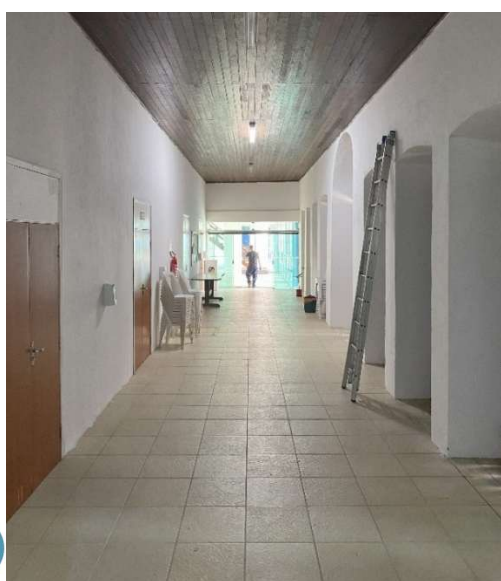
Figura 145 – Percurso realizado ao adentrar o edifício da antiga Exaterra. Fonte: adaptado de CampusLar/UFS, 2015.



32



33



34

Figuras 146 a 148 – Fachada principal do edifício da Exatonia (acima), interna (abaixo e à esquerda) e *foyer* interno (abaixo e à direita) localizado entre a fachada principal e o auditório.

Fonte: a autora, 2025.

Assim, no que se refere à recuperação da volumetria e das fachadas principais dos últimos edifícios citados, pode-se entender que a intervenção lidou com a preexistência a partir dos princípios da mínima intervenção e da compatibilidade de técnicas e materiais tendo em vista as condições físicas em que eles se encontravam no momento da intervenção. Por outro lado, a distinguibilidade pode ser apreendida numa perspectiva interna, principalmente no que se refere ao edifício da exatonia e sua adaptação ao uso contemporâneo. Já no Sobrado 117, sua tipologia e distribuição interna preservadas foram mantidas. Desse modo, aferimos que tais ações se deram de forma conservativa (externamente em ambos os edifícios e também internamente no

que se refere ao Sobrado 117) e distinguível (internamente, principalmente no edifício da antiga exatoria). Identificamos, então, a preservação dos atributos reconhecidos, mas poucos recursos voltados à documentação de si mesma.

Após todo o percurso realizado pelo “quarteirão”, propomos agora a discussão acerca do uso dentro das ações de preservação. No cap. 01, verificamos a pertinência do aproveitamento da função social do patrimônio edificado, principalmente no que se refere ao patrimônio urbano. No entanto, constatou-se que tais usos deveriam ser implementados respeitando o bem em seu caráter, de forma a revelá-lo e não o desconfigurar – tendo em vista que a finalidade principal das ações sobre o patrimônio trata da sua preservação e considera a atribuição de uso, apesar de fundamental, como subordinada à pré-existência. Assim, se compatível com as especificidades do bem, o uso se apresentaria como uma interessante forma de preservação, pois afasta o abandono e possibilita a constante integração entre sujeito-objeto.

No entanto, voltando-se à intervenção no Quarteirão dos Trapiches, pode-se verificar manobras políticas e econômicas que, aliadas a fiscalização e execução de ações que sustentam uma postura distanciada das reflexões teórico-metodológicas do campo, culminaram numa intervenção que parece inverter a hierarquia entre preservação e atribuição de uso ao patrimônio edificado. A partir do exposto por Giannecchini (2019), verifica-se o “aproveitamento” de três oportunidades: (1) recursos e iniciativa do Programa Monumenta, (2) um conjunto edificado reconhecido com necessidade de intervenção em vias da sua preservação e (3) a oportunidade política de expansão das universidades federais pelo país. Assim, o resultado não parece ter gerado uma ação de caráter essencialmente preservacionista, mas de combinação de oportunidades.

No caso do “Quarteirão dos Trapiches”, a intervenção se apresenta como fruto de ações simplificadas que parecem ter tido como objetivo principal a facilitação da execução e a possibilidade de uso. No entanto, a partir de falhas na escolha de cursos no que se refere às demandas espaciais compatíveis às dimensões e estrutura remanescente do “Quarteirão dos Trapiches” (como tratado neste capítulo), o que pareceu uma solução para a preservação do patrimônio abandonado gerou, de fato, conflitos funcionais entre uso e preexistência.

Assim, como exemplo de tal descolamento entre uso proposto e preservação do patrimônio, destaca-se a adaptação de salas a partir, dentre outros, da inutilização de esquadrias (como já tratado anteriormente), da proposição de divisórias adaptadas (Figuras 149 a 152), e do acréscimo de quantidade de salas por meio do uso contêiners instalados próximos ao *campus* (Figuras 153 e 154).



Figura 149 – Visada voltada a registrar a inutilização de esquadrias na fachada principal do Trapiche Santo Antônio a partir do percurso realizado. Fonte: adaptado de CampusLar/UFS, 2025.





Figuras 150, 151 e 152 – Sala LAR 106, com uma das portas recuperadas da fachada principal do Trapiche Santo Antônio como estrutura de vedação a partir da sua não utilização, uso de divisórias internas e espelho – este último ainda fruto da atribuição de uso para os cursos de Dança e Teatro, que não mais são ofertados no *campus*. Na foto, destacamos ainda a nova estrutura que corta o arco preexistente – observação já feita por Brendle (2017). Fonte: a autora, 2025.

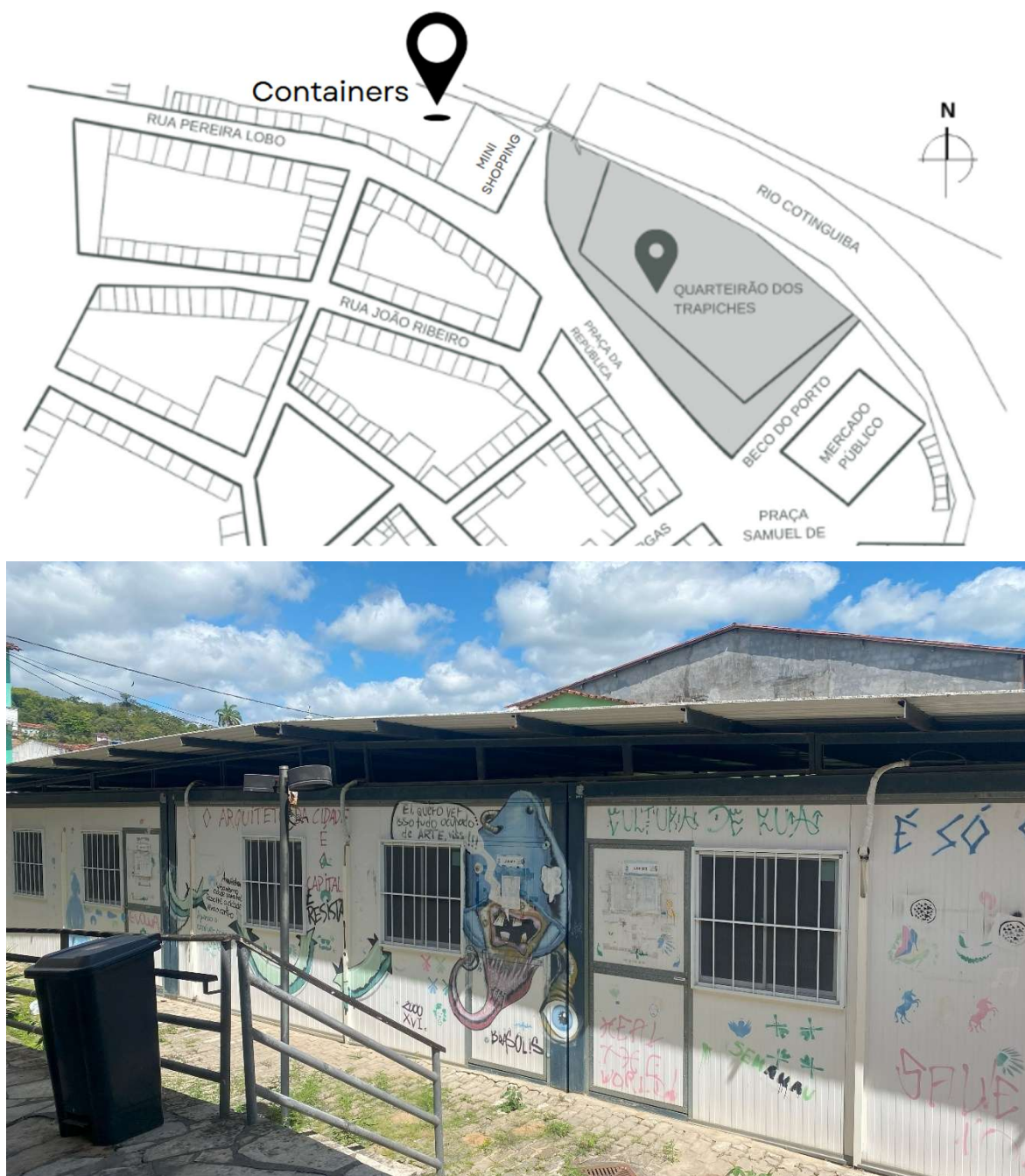


Figura 154 – Localização e estrutura de containers localizadas atrás do minishopping e utilizadas como uma forma de atender as demandas da universidade, tendo em vista a quantidade de salas insuficiente no *campus*. Fonte: a autora, 2025.

Ademais, a reconstituição da caixa mural do antigo Trapiche Santo Antônio e as soluções projetuais que sustentam a desvinculação entre pré-existência e uso proposto⁵⁴ levam à percepção da criação de um ambiente “cenográfico” (Brendle,

⁵⁴ Como grande parte das portas e janelas “recuperadas” nas fachadas principais que, por fazerem parte da vedação de salas de aula climatizadas por ar-condicionado, não são utilizadas.

2010), vedado em relação ao exterior e que se volta a si mesmo (Figura 155). A partir da criação de uma “casca” que envolve e “disfarça” o novo uso (com fragilidades de integração à preexistência, como tratado até aqui), a intervenção parece dificultar a permeabilidade necessária para alcançar o desenvolvimento de uma relação próxima entre cidade-universidade, um dos objetivos apresentados pelo Monumenta relacionados à conservação integrada.



Figura 155 – Maquete da intervenção no “Quartirão dos Trapiches” que evidencia o seu caráter enquanto invólucro. Fonte: Marcelo Maciel, 2008.

Nesse sentido, destaca-se que a fundamentação teórico-metodológica da prática intervencionista sobre o patrimônio deve ser entendida para além do **o que** e do **como** preservar; volta-se ainda para o **para quem?** Desse modo, as intervenções nas edificações e conjuntos urbanos reconhecidos como bens culturais deveriam, segundo Meneses (2006), privilegiar projetos cujos usos direcionados aos habitantes locais. Para o autor, uma cidade culturalmente qualificada – inclusive pela integração dos seus bens patrimoniais – é aquela que pode ser reconhecida, contemplada, esteticamente fruída e apropriada na plenitude do seu potencial.

Para tanto, Meneses (2009, p. 39) afirma que uma relação “contínua, permanente, cotidiana, demorada e que o tempo adensa” é necessária. Assim, ele apresenta que tal relação está concentrada principalmente entre o bem cultural e o

habitante local – portanto, o agente principal da cultura -, uma relação caracterizada pela constância, identificação e pertencimento.

Ao refletir acerca da intervenção no Quarteirão dos Trapiches sob tal olhar, pode-se aferir que, além do projeto de reconstituição das fachadas, outro ponto fundamental também contribuiu para os conflitos e a sensação de distanciamento da universidade perante a cidade e seus moradores⁵⁵: a escolha dos cursos ofertados no *campus*. Apesar da proposta inicial de um curso de licenciatura ter sido baseada em demandas e identificação da população local (Nery e Baeta, 2022), ocorreram alterações quanto à tal definição e a intervenção gerou pouca identificação entre moradores e alunos - em sua maioria vindos de outras cidades (Gianecchini, 2019). Ao não abarcar cursos de interesse da população, mas sim voltados aos chamados “usos culturais”, a intervenção acabou por lidar com a preservação do patrimônio da cidade como algo fora do alcance diário dos moradores de Laranjeiras, excluindo-o da nova dinâmica sociocultural proposta pela chegada de uma universidade federal. Nova dinâmica essa buscada desde as tratativas iniciais para as ações do Monumenta como um dos objetivos da intervenção, considerando as premissas da própria conservação integrada.

No entanto, após a fragilidade em tal relação a partir dos pontos destacados para implantação do Campuslar, faz-se relevante comentar que, após 16 anos da sua inauguração e apesar das diversas dificuldades enfrentadas pelos alunos, funcionários e corpo docente⁵⁶, verifica-se um inegável ganho na movimentação econômica da cidade após a chegada no *campus*. Ademais, a construção de uma relação positiva entre cidade-universidade mostra-se como um caminho ainda possível.

⁵⁵ Com a entrega do campus à cidade em 2009, desenrolaram-se diversos conflitos a partir da diferença de modos de vida escancarado pela vinda dos novos usuários (estudantes e professores vindos de fora), dentre os quais alguns passaram a viver na cidade, enquanto grande parte fazia um movimento pendular entre Laranjeiras e Aracaju. A chegada de estudantes vindos de outras realidades socioculturais resulta da definição dos cursos abrigados no campus, alternativos à realidade local. Assim, poucos discentes eram da própria cidade nos primeiros anos de funcionamento do campus, o que passou a causar uma sensação de distanciamento na relação cidade-universidade. Para maior aprofundamento das questões que passaram por problemas de segurança e que culminaram na saída dos cursos de Dança e Teatro do campus de Laranjeiras, ver, dentre outros, Gianecchini (2019); Baeta e Nery (2022).

⁵⁶ Por estar localizada ainda na região metropolitana de Aracaju, o *campus* de Laranjeiras não pôde ser contemplado pelas ações do Reuni, no contexto da “interiorização” do ensino superior no estado. Assim, depende financeiramente e administrativamente do campus São Cristóvão. Por conta de tal dependência, Laranjeiras é encarado como um “apêndice” do campus de São Cristóvão e sofre com dificuldades de cumprimento de suas demandas (Gianecchini, 2019).

Cita-se, como exemplo, a atuação EMAU TRAPICHE, Escritório Modelo do Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Sergipe, voltada à assessoria técnica e extensão universitária popular. Em 10 anos de atuação com a comunidade de Laranjeiras e de outras regiões do estado de Sergipe, o TRAPICHE dedica-se ao enfrentamento das desigualdades sociais por meio do desenvolvimento de inovações tecnológicas, formação e capacitação de profissionais (EMAU TRAPICHE). Superando os limites da sala de aula e ao voltar-se à comunidade, o escritório contribui para a criação da importante relação cidade-universidade (Figuras 156 e 157) buscada no início das tratativas do Programa Monumenta apesar dos distanciamentos gerados inicialmente por falhas na execução do projeto de intervenção.



Figuras 156 e 157 – Ações do EMAU TRAPICHE voltadas à comunidade local no post de comemoração aos 10 anos de atuação. Fonte: perfil do EMAU no Instagram.

2.3. Considerações Parciais

Neste capítulo, nos debruçamos na investigação empírica a fim de cumprir os dois últimos objetivos específicos propostos (aqui, voltados ao primeiro caso de estudo, o “Quarteirão dos Trapiches”), sendo eles:

- Identificar os valores reconhecidos no conjunto urbano de Laranjeiras (SE) – bem como os atributos que transmitiriam tais valores – a partir do respectivo processo

de tombamento e das justificativas do Programa Monumenta para as ações propostas; e

- Caracterizar a prática intervencionista adotada nos casos estudados, inseridos no Programa Monumenta, a partir do resultado construído e relacioná-la com os princípios fundamentais norteadores e as proposições da conservação integrada, tendo em vista as especificidades no tratamento do patrimônio urbano e das ruínas de valor patrimonial;

Após a investigação empreendida no tópico 2.1 relacionada ao conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Laranjeiras, verificamos, a partir do estudo do seu processo de tombamento, que o conjunto de valores reconhecidos nacionalmente alcança os aspectos históricos, artísticos e paisagísticos referentes a sua própria composição como **conjunto**. Assim, identificamos os atributos materiais capazes de transmitir os valores reconhecidos: as características formais, tipológicas e compositivas do seu acervo arquitetônico e arranjo urbano, assim como a relação formada entre estes e o meio natural do Vale do Cotinguiba. Nesse sentido, destaca-se o objeto empírico da presente reflexão: o “Quarteirão dos Trapiches”, localizado no eixo mais antigo da cidade, a área do antigo Porto das Laranjeiras e à margem do rio – cujos edifícios que o conformam apresentam uma importante volumetria e composição formal que, por estar localizada numa posição de destaque na Praça Samuel de Oliveira, podem ser vistas sob variadas perspectivas.

Tratando acerca dos atributos imateriais capazes de transmitir os valores reconhecidos pelo conjunto urbano laranjeirense, identificamos as tradições e os costumes originados na cultura açucareira e que permanecem no cotidiano local por meio das manifestações religiosas, folclóricas e da feira regional – apesar dos aspectos imateriais não alcançarem ainda o reconhecimento nacional. Ou seja, os atributos imateriais recairiam sobre os habitantes locais e sua relação com a cidade, construída ao longo de séculos. Assim, a partir do referencial teórico tratado no capítulo 01, verificamos a pertinência da proposição de ações sobre a cidade em vias de preservar os atributos reconhecidos à luz do conceito de patrimônio edificado urbano e da conservação integrada, com foco na relação cidade-habitante.

Já no que se refere à busca pelo reconhecimento dos edifícios em ruínas como atributos que agregariam valor ao conjunto urbano de Laranjeiras, investigamos também o processo de tombamento supracitado. Finalizado em 1996, identificamos que este processo não reconhece a presença das ruínas registradas na cidade já no Plano Urbanístico de 1975 como bens que carregam valor patrimonial.

Assim, entendemos que não há indicação voltada ao reconhecimento nacional dos valores histórico, artístico ou simbólico (valores esses relacionados aos objetos em ruínas em contextos patrimoniais, como visto no capítulo 01) acerca das ruínas urbanas de Laranjeiras. Logo, o estado arruinado parece não estar incluído nas características a serem preservadas dentro do conjunto urbano. Pareceu haver, por outro lado, a necessidade de lidar com tais ruínas como um estado de degradação a ser sanado – e até revertido, pois se configuraria apenas como uma consequência do abandono socioeconômico sofrido ao longo das décadas.

Ainda, a partir do estudo de valores e atributos referentes ao reconhecimento do conjunto histórico de Laranjeiras como patrimônio nacional, identificamos que o “Quarteirão dos Trapiches”, estando na zona de preservação integral e caracterizando-se como uma composição de destaque no conjunto laranjeirense, configura-se, por meio da sua materialidade, como um atributo de grande importância na transmissão dos valores reconhecidos. Sob a luz do conceito de patrimônio urbano, as intervenções sobre ele impostas deveriam, então, assegurar a unidade do conjunto e preservar a sua forma e composição. Por outro lado, as ações sobre ele desempenhadas tiveram que lidar ainda com um estado de ruína reconhecido pelo Próprio Programa Monumenta.

Nesse sentido, num primeiro olhar sobre a intervenção, identificamos ações voltadas à recuperação volumétrica e formal do “quarteirão”, tendo em vista a preservação do patrimônio urbano por meio do respeito a sua imagem compositiva. Externamente, a condição enquanto ruína que caracterizava a maioria dos edifícios não foi incorporada, mas revertida. Internamente, verificamos a proposição de nova divisão do espaço devido ao grau de descaracterização em que a área se encontrava (em ruínas) e da necessidade de adaptações necessárias ao uso contemporâneo. No entanto, também internamente, parte dos fragmentos preexistentes foram consolidados,

enquanto outros foram incorporados ao novo projeto – pode-se apreender, então, o reconhecimento da intervenção acerca da condição de ruína enquanto qualificador do conjunto a ser preservado. No entanto, o que pode levar ao entendimento de uma relação aproximada entre as ações dispostas e a reflexão teórico-metodológica mostra-se na verdade como uma relação inconsistente e fragmentada quando se toma um olhar mais aproximado sobre a intervenção de forma geral e, principalmente, ao tratar das ações tomadas sobre o edifício do Trapiche Santo Antônio.

A partir do tratamento de pasteurização geral das superfícies, da alteração exigida pelo IPHAN quanto a imposição da reconstrução estilística da parte perdida da fachada principal do Trapiche Santo Antônio, e das adaptações ao projeto inicial representadas já no projeto executivo, o resultado se mostra hoje como um compilado de simplificações importantes e não fundamentadas que não propiciam e muitas vezes prejudicam a leitura do patrimônio edificado a ser recuperado e valorizado, assim como não favorecem o uso eficiente das suas instalações. Ademais, sob um olhar mais aproximado e considerando a questão do novo na preservação também como uma questão de qualidade projetual (a partir da vertente contemporânea do restauro crítico e conservativo), as estruturas inseridas apresentam falhas tanto na integração antigo-novo, pois pouco conversam harmonicamente com a preexistência; quanto na proposição de diretrizes comprometidas com o fazer projetual contemporâneo qualificado.

Dessa maneira, no que se refere à percepção inicial e externa geral do Quarteirão dos Trapiches, entendemos que dificilmente um observador desinformado identificaria a intervenção ali realizada – posto que não há indicações das ações, nem distinguibilidade de técnicas ou materiais que a documentem. A intervenção aparenta resgatar a “integridade” formal do quarteirão, pois ele se mostra, sim, um conjunto coeso. No entanto, tal resgate se deu a custos de confundir quem não conhece as camadas históricas e estéticas que o conformaram com o passar do tempo. Como exemplo do falso histórico proporcionado, destaca-se, dentro das ações de recuperação das caixas murais que conformam o “quarteirão”, a reconstituição da metade superior da fachada principal do Trapiche Santo Antônio - quando, por um tempo, além de não mais existir, sua ausência possibilitou percepções de uma nova

configuração estética na paisagem a partir da própria condição de ruína e da sua relação com o contexto urbano e paisagístico da cidade.

Assim, externamente, a intervenção demonstra ignorar o material autêntico e histórico da própria condição arruinada; bem como a possibilidade de integração e fruição estética e simbólica por ela proporcionada. Por outro lado, as inconsistências teóricas possibilitaram a separação exterior-interior também no que se refere ao tratamento das ruínas: as ações de consolidação dos antigos pilares e muros de pedra internos - soluções vindas do anteprojeto inicial que incluía também a incorporação do estado de ruína da fachada do Trapiche Santo Antônio – parecem valorizar a nova condição estética estabelecida. No entanto, pouco foi feito acerca da potencialização de sua leitura histórica e espacial dentro do “quarteirão”; bem como a solução de consolidação por vigas e pilares metálicos cada vez mais grosseiros vai de encontro às indicações da mínima intervenção e facilitação da apreensão de sua imagem, características do recorte teórico-metodológico das ações voltadas a ruínas de valor patrimonial reconhecido.

Ademais, ao promover o refazimento estilístico com aspecto “novíssimo” (e por que não, cenográfico?) do “Quarteirão dos Trapiches”, a intervenção do Monumenta parece ter seguido a tendência anunciada por Meneses no que se refere às ações brasileiras no campo patrimonial que se baseiam na concepção da cidade como um “artefato”, distanciada de ações de apropriação do bem de forma autêntica e que privilegiem a interação que proporciona uma cidade culturalmente qualificada: a relação que se constrói entre o habitante local e o bem cultural.

No que se refere à questão do uso dentro das ações de preservação do patrimônio urbano e as proposições da conservação integrada, identificamos, também num primeiro olhar, uma aparente aproximação entre as ações dispostas no “Quarteirão dos Trapiches” e a reflexão teórica do campo. Por meio da definição do uso do complexo a ser preservado tratar-se de um *campus* de uma universidade federal, afere-se que a intervenção se voltaria ao cotidiano e a interações contínuas entre sujeitos e o bem a ser preservado, distanciando-se dos usos caracterizados por uma relação mais superficial entre sujeito-objeto, como os usos turísticos. Contudo, após a entrega das obras, verificamos que a intervenção se aproximou, de fato, da tradição

brasileira em priorizar ações voltadas aos “usos culturais da cultura” - tendo em vista os cursos a serem efetivamente ofertados: distantes da realidade da população local, mas próximos dos chamados “usos culturais” (Arquitetura e Urbanismo, Museologia, Arqueologia, Dança e Teatro, à época da sua inauguração). Ademais, verificamos ainda que, a partir da frágil compatibilização entre a estrutura do “quarteirão” e as necessidades dos novos cursos a serem abrigados, o espaço demonstra-se hoje como fruto de uma adaptação insuficiente para o pleno funcionamento das suas atividades diárias.

Ainda, por meio da investigação da autoria do Memorial Descritivo (PCL, 2010), bem como dos projetos executivos, foi possível identificar indícios de fragilidades conceituais que passam pela falta de clareza acerca da capacitação das empresas e profissionais contratados no que se refere ao campo da preservação patrimonial. Aliado a isso, o afastamento de um primeiro projeto fundamentado nas reflexões do campo; as exigências do IPHAN, que parece sustentar ainda uma importante influência da sua “fase heroica”; e o aproveitamento de oportunidades políticas e econômicas vindas do Programa Monumenta e do incentivo à expansão das universidades federais podem explicar o resultado construído no “Quarteirão dos Trapiches”. Três dimensões (projeto, fiscalização e execução) que parecem interferir de forma importante a relação entre as reflexões teórico-metodológicas do campo e a prática preservacionista brasileira recente, tema da presente pesquisa.

No entanto, apesar de conflitos iniciais e que ainda permeiam a relação da cidade com a universidade, destacamos o inegável benefício das ações do Monumenta em Laranjeiras, embora não se tenha alcançado o pleno potencial de transformação da realidade socioeconômica local. Ademais, destacamos que, também apesar dos conflitos iniciais, ambos corpos discentes e docentes buscam construir uma importante relação de troca entre a universidade e a população local, demonstrando as possibilidades de vincular sujeito e objeto como base das ações de preservação. Nesse sentido, destacamos as ações de extensão que partem da capacitação universitária e que alcançam as demandas da população, como bem demonstra o escritório modelo de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Sergipe - ações que sustentam

o brilhante resultado que as ações guiadas pelas reflexões teórico-metodológicas desempenhadas no campo podem alcançar.

3.0 | A intervenção no Quarteirão Leite Alves em Cachoeira/BA

Durante o início das pesquisas acerca da experiência do Programa Monumenta em Laranjeiras, objeto inicial de pesquisa da autora, outro caso despontou dentre as diversas intervenções propostas pelo Programa no país: a implantação de um *campus* da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) no chamado “Quarteirão Leite Alves”, localizado na cidade de Cachoeira/BA. Alguns paralelos podem ser traçados entre os dois casos, como, dentre outros, ambos se realizarem sobre o patrimônio edificado urbano reconhecido a nível nacional e lidarem com edificações em avançado estado de degradação, sendo reconhecidas, pelo próprio Monumenta, como ruínas. Juntas, ainda, as duas intervenções receberam destaque pelo Programa por meio de publicações oficiais⁵⁷ como casos de sucesso no que se refere, principalmente, aos pressupostos da conservação integrada. Assim, ao debruçar-se de forma mais cuidadosa sob a luz dos conceitos teórico-metodológicos relacionados ao patrimônio urbano e às ruínas de valor patrimonial, aliado ao privilégio da observação após mais de 10 anos de inauguração, os dois casos parecem complementar-se em vias de fornecer uma interessante reflexão acerca da prática intervencionista brasileira recente. Propõe-se, então, conhecer também as particularidades do caso baiano, a ser investigado no presente capítulo.

De maneira semelhante ao exposto no capítulo anterior referente à intervenção no Quarteirão dos Trapiches, faz-se relevante percorrer, agora no capítulo que se inicia, a trajetória de origem e desenvolvimento da cidade onde está localizado o Quarteirão Leite Alves: Cachoeira, situada no estado da Bahia. No tópico 3.1, a partir do conhecimento da sua trajetória no tempo, objetivou-se apreender o reconhecimento nacional atribuído ao conjunto do qual o Quarteirão Leite Alves faz parte – por meio da investigação dos valores identificados pelo tombamento, bem como dos atributos que transmitiriam tais valores. Destacamos, como importante referencial utilizado para o estudo dos aspectos históricos e culturais de Cachoeira, bem como dos seus atributos imateriais, o texto intitulado “Rotas da Alforria. Trajetória da população afrodescendente na região de Cachoeira, Bahia”, de 2008, organizado por Márcia Regina

⁵⁷ A exemplo de Bonduki, 2010.

Romeiro Chuva e vinculado ao IPHAN/COPEDOC/RJ (Coordenação-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência). Conforme o próprio texto, ele se trata de um número da série de Cadernos de Pesquisa e Documentação e apresenta o relatório da primeira etapa do projeto “Rotas da Alforria” concebido como projeto-piloto de caráter estratégico para o IPHAN em 2004. Seu objetivo principal seria construir um olhar integrado sobre o patrimônio cultural material e imaterial para subsidiar a formulação de estratégias de inclusão das populações afrodescendentes (que ocupam historicamente a região de Cachoeira) no processo de preservação do patrimônio cultural (Chuva, 2008).

Já no tópico 3.2, buscamos refletir acerca das ações de intervenção realizadas no quarteirão-estudo por meio do Programa Monumenta, a fim de relacionar a prática intervencionista adotada com os princípios fundamentais norteadores do campo da preservação e as proposições da conservação integrada, tendo em vista as especificidades no tratamento do patrimônio urbano e das ruínas de valor patrimonial – identificados no capítulo 1. Destacamos, ainda, como importantes referenciais acerca dos resultados pós-intervenção na relação cidade-universidade, os trabalhos de dissertação de Farias (2018) pela FAUUNB e Freitas Neto (2018) pela UFRB. O primeiro trata dos ciclos de formulação da política pública do Programa Monumenta, sua implementação e avaliação em Cachoeira/BA; enquanto o segundo aborda os indicadores de desenvolvimento socioeconômico na cidade no período de 2002-2016 e trata das contradições e perspectivas geradas a partir as ações do Programa Monumenta em Cachoeira, sob um olhar antropológico. Ambos reúnem dados importantes para a construção das reflexões aqui dispostas acerca da aplicação dos pressupostos da conservação integrada no caso em estudo. Por fim, destacamos ainda o conjunto de fotografias reunido em Brendle (2017) acerca das obras realizadas pelo Monumenta no Quarteirão Leite Alves em meados dos anos 2000, fundamentais para a investigação do estado pré e durante intervenção - considerando os poucos dados iconográficos disponíveis ao acesso até o presente momento.



Figura 159 – Vista do conjunto urbano e paisagístico de Cachoeira/BA. Fonte: Portal Capoeira, 2021.

O início do povoamento de Cachoeira se deu majoritariamente por brancos e negros, posto que os povos indígenas tupinambás foram expulsos de suas terras a partir de um massacre liderado por Mén de Sá, 3º Governador-Geral da Bahia, na noite de São Miguel, em 29 de setembro de 1557 (Escritório de Projetos do Programa Monumenta de Cachoeira, 2010). Contudo, mesmo após a expulsão, houve resistência indígena, com constantes ataques que dificultavam o assentamento português definitivo. Foi só com o fidalgo português João Rodrigues Adorno, já no século XVII, que se desdobraram os primeiros passos para a origem da freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, posteriormente Vila (1698) e, em 1837, cidade (Figura 160) de Cachoeira (UFBA, 1976).

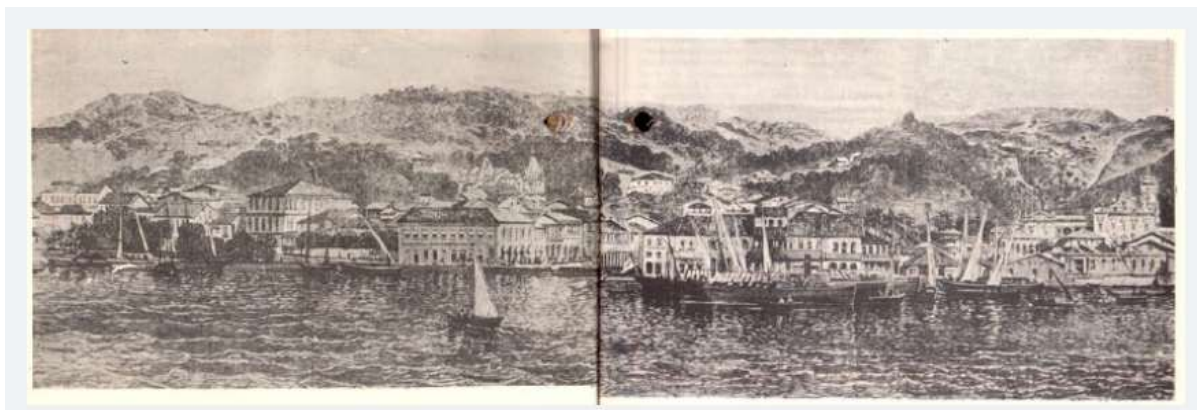


Figura 160 - Ilustração do frontispício de Cachoeira. Fonte: Acervo Noronha Santos, série inventário Cachoeira-BA, s.d.

Em 1637, Adorno reconstruiu, a partir de um pequeno santuário erguido entre 1596 e 1606, a capela Nossa Senhora do Rosário, consagrando ali a Nossa Senhora D'Ajuda. Em 1638, construiu então em sobrado acastelado, ao longo da capela. Este, junto com a capela, conforma o marco inicial do povoamento de Cachoeira, situado num pequeno monte protegido das águas do Paraguaçu. Ao redor desse núcleo, edificou-se o Engenho dos Adorno. A cidade cresceria, então, nesse entorno (Figura 161), nos caminhos que ligavam seu porto ao interior (Chuva, 2008).

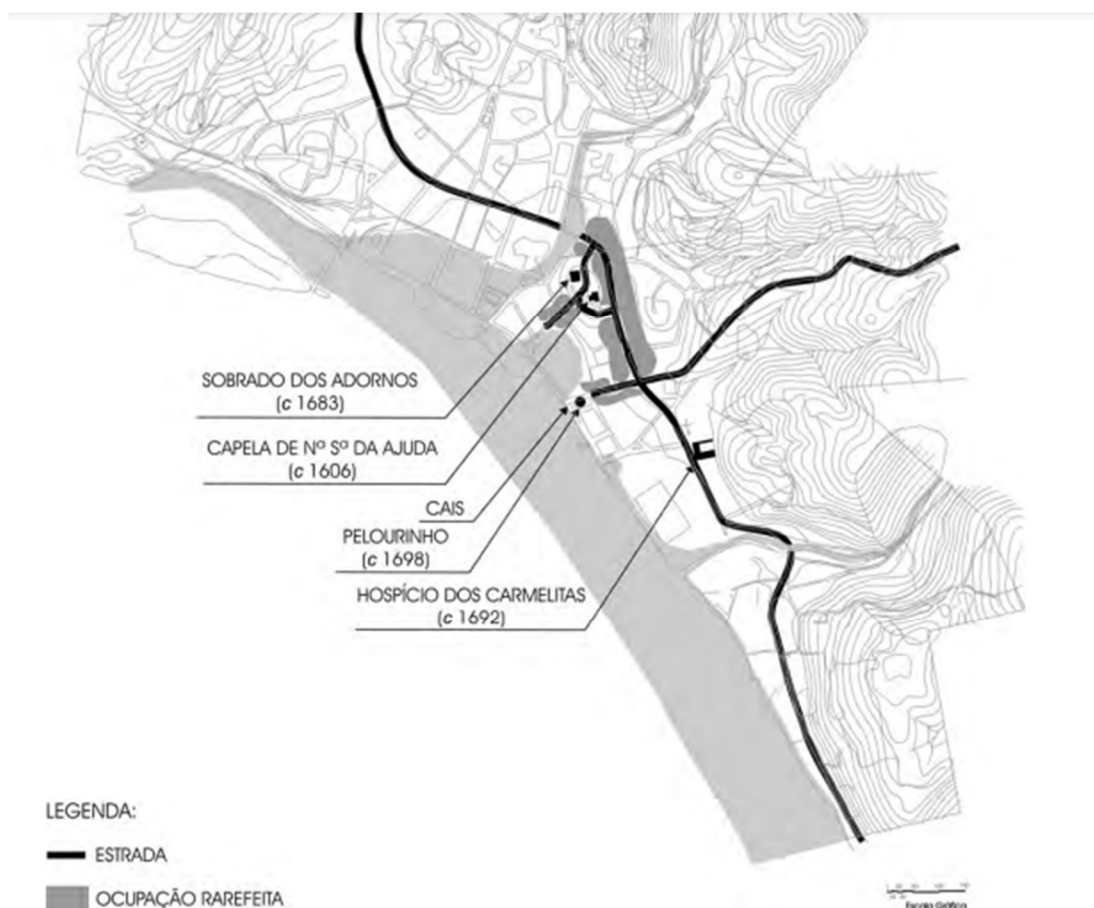


Figura 161 – Vila de Cachoeira em 1698. Detalhe para a indicação da capela da N. Sra. Do Rosário (na figura, N. Sra. Da Ajuda) e do sobrado dos Adorno, núcleo central do Engenho que deu origem à posterior cidade de Cachoeira. Fonte: Rafael Winter e Beatriz Nogueira *in* Chuva, 2008, p. 40.

Como se sabe, a exploração do açúcar - o “ouro branco brasileiro⁶⁰” - no período colonial foi extensa e lucrativa. Assim, inúmeros foram os engenhos implantados no nordeste brasileiro e, nesse caso, na região do Recôncavo. Nesse sentido, o grande uso da mão de obra escrava na lavoura do açúcar, nos armazéns comerciais e nas atividades domésticas explica a elevada população negra na região. Cachoeira é considerada, portanto, uma das mais antigas concentrações de africanos e afrodescendentes do país, junto com Salvador e demais áreas do Recôncavo (Chuva, 2008).

Já nos terrenos da área hoje conhecida como Belém de Cachoeira, que não contavam com o solo tipo massapê (sendo, portanto, impróprios para o plantio da cana),

⁶⁰ Termo utilizado por Chuva, 2008, p. 38.

desenvolveu-se a lavoura do tabaco (Figura 162), mercadoria amplamente utilizada na troca por escravos na costa africana (Chuva, 2008).

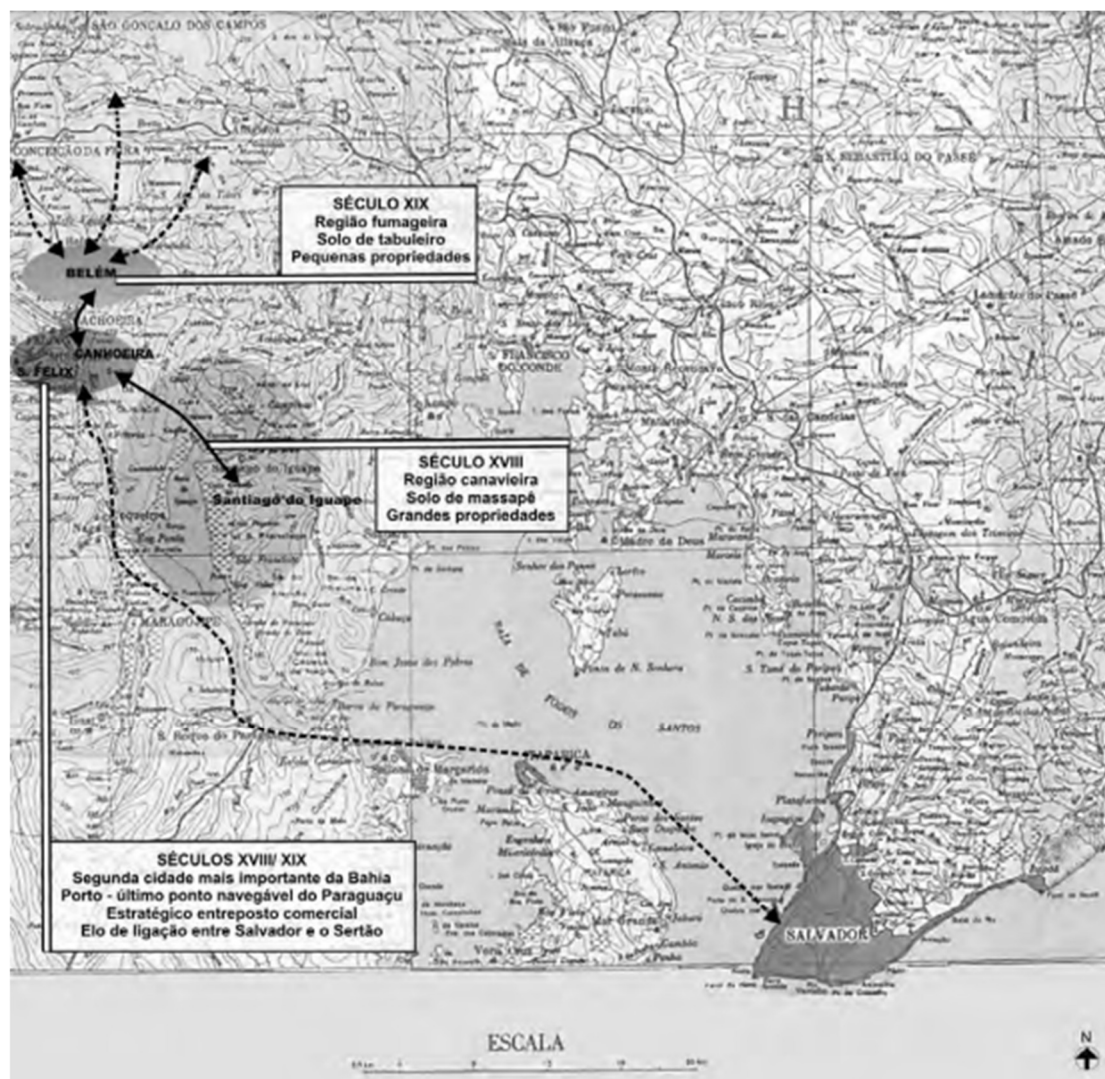


Figura 162 – Ocupação de Cachoeira na região do Recôncavo entre os séculos XVIII e XIX.

Fonte: Rafael Winter e Beatriz Nogueira *in* Chuva, 2008, p. 46.

No que se refere à expansão do povoado (Figura 163), Chuva (2008) esclarece:

Quando o povoado foi elevado à categoria de vila, em 29 de janeiro de 1698, Cachoeira já possuía um adensamento populacional consolidado, delimitado entre o Paraguaçu e a encosta que forma o vale escavado pelo rio, paralela a este, sendo os limites noroeste e sudoeste da povoação limitados pelos riachos Pitanga e Caquende, respectivamente [...]. Passado quase um século, ela já havia rompido essas barreiras. [...] com isso, o povoado se expandiu para além do

riacho, seguindo o caminho que já existia. O adensamento da ocupação dessa nova área também foi incentivado com a construção da Igreja de Nossa Senhora do Monte. Além do sentido paralelo ao rio, a vila também se expandiu sobre a encosta; as áreas do Alto do Rosarinho e da Recuada começaram então a ser ocupadas principalmente por uma população de origem africana [...] (Chuva, 2008, p. 39).

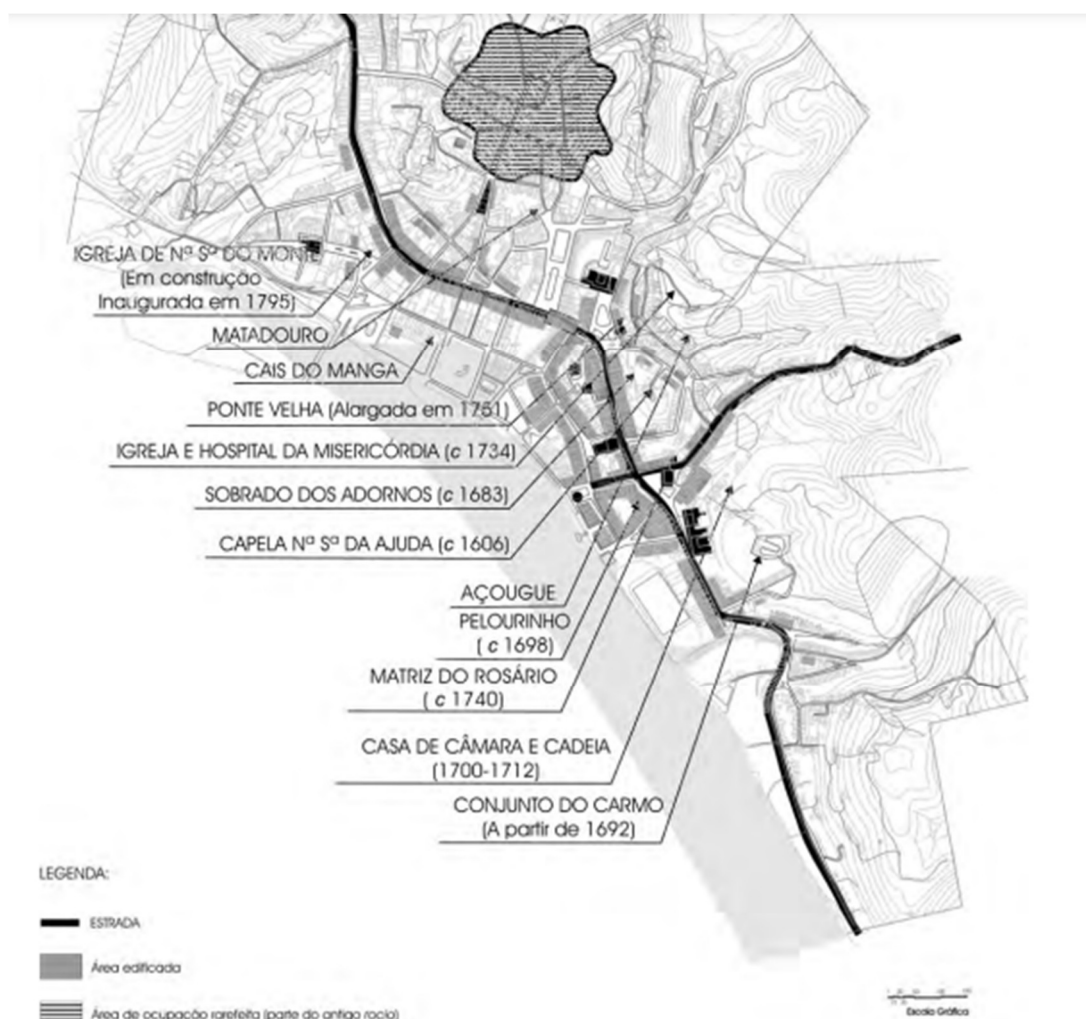


Figura 163 – Indicação dos pontos referenciais da Vila de Cachoeira em 1792. Fonte: Rafael Winter e Beatriz Nogueira *in* Chuva, 2008, p. 41.

Ainda conforme Chuva (2008), naquele momento, a economia baiana era liderada pelo comércio de Salvador – porto que recebia os navios portugueses e europeus. No entanto, as mercadorias que chegavam não partiam dali já para o interior do país. Elas passavam, antes, por Cachoeira:

As mercadorias chegavam em grandes navios e eram novamente reembarcadas em saveiros ou outras embarcações menores, compatíveis com a navegação fluvial pelo Paraguaçu. Num período em que as vias marítima e fluvial detinham o monopólio como meios mais eficientes de transporte, a navegação fluvial pelo Paraguaçu respondia pelo transporte de mercadorias e pessoas até o limite natural determinado geograficamente por Cachoeira. Da mesma forma, os produtos vindos do sertão por terra e, posteriormente, vindos das minas, eram embarcados em Cachoeira, seguindo de lá para Salvador (Chuva, 2008, p. 39).

Nesse período, a então freguesia alcança posição de destaque como um dos principais portos fluviais da Bahia, e, em 1698, eleva-se a Vila. Cachoeira tornou-se então um importante empório da região, abastecendo o interior da Bahia e demais províncias a partir dos barcos que traziam mercadorias e escravos: pelas estradas que partiam de Cachoeira e arredores (Figura 164), passavam os sertanistas baianos, desbravadores das “minas geraes⁶¹” e, posteriormente, das minas diamantinas (Chuva, 2008). Cachoeira tornou-se, então, centro de grande influência econômica, política e social (UFBA, 1976).

⁶¹ Termo utilizado por Chuva, 2008, p. 39.



Figura 164 – Indicação dos principais caminhos que partiam de Cachoeira no século XIX. Fonte: Acervo Biblioteca Nacional *in* Chuva, 2008, p. 28.

Assim, no que diz respeito às comunicações litoral-interior, até o início do século XIX utilizava-se prioritariamente a via fluvial - quando os rios apresentavam uma navegabilidade que proporcionasse tal dinâmica. No entanto, nem sempre essa via era possível. Nesse último caso, os caminhos eram traçados pelos próprios tropeiros e suas mulas. Contudo, na metade do século XIX, o quadro transformou-se inteiramente: a chegada das ferrovias multiplicou a capacidade e a velocidade dos deslocamentos, seja de mercadorias, seja de pessoas (Chuva, 2008):

As ferrovias se irradiavam a partir dos principais portos da Bahia: Salvador, Nazaré, Santo Amaro e Cachoeira. Em 1865, foi autorizada por lei a concessão de uma estrada de ferro que, partindo de Cachoeira e seguindo o Paraguaçu, se dirigia às lavras diamantinas (Chapada

Diamantina), com um ramal para Feira de Santana. Foi assim estabelecida a ligação do litoral fluvial com os sertões da antiga província da Bahia. [...] Os primeiros 25 km da estrada de ferro começaram a ser construídos já em 1867. [...] Em 1875, foi inaugurado o ramal de Feira de Santana; em 1885, a ponte D. Pedro II; e, em 1888, o trecho Queimadinhos-Machado Portela [...] (Chuva, 2008, p. 42).

Nesse contexto, destaca-se a relevância da construção da Ponte D. Pedro II ligando os centros urbanos de Cachoeira e São Félix, separados pelas águas do rio Paraguaçu (Figura 165): conforme o Plano de Desenvolvimento Integrado da Cidade Monumento de Cachoeira (UFBA, 1976), a ponte foi considerada, na época, a mais importante da América do Sul.

Conforme o IPHAN⁶², localizada entre o rio e a serra, São Félix tem sua história de origem e desenvolvimento ligada à Cachoeira, apesar do rio que as separa: são consideradas cidades-irmãs do recôncavo baiano devido a sua interação histórica, urbanística e paisagística desde o momento do início de ambas as ocupações.



Figura 165 – Vista de Cachoeira e da Ponte D. Pedro II a partir de São Félix. Fonte: a autora, 2024.

No ano seguinte, em 1876, inaugura-se a Estação Ferroviária de Cachoeira, consolidando a expansão da cidade. A partir daquele momento, a antiga área do porto, até então a mais dinâmica da Cachoeira, passou a sofrer a concorrência do setor próximo à nova Estação e à ponte D. Pedro II, gerando a transferência da área comercial para as suas proximidades (Figura 166).

⁶² Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/476/>>. Acesso em: 29 abr de 2025.

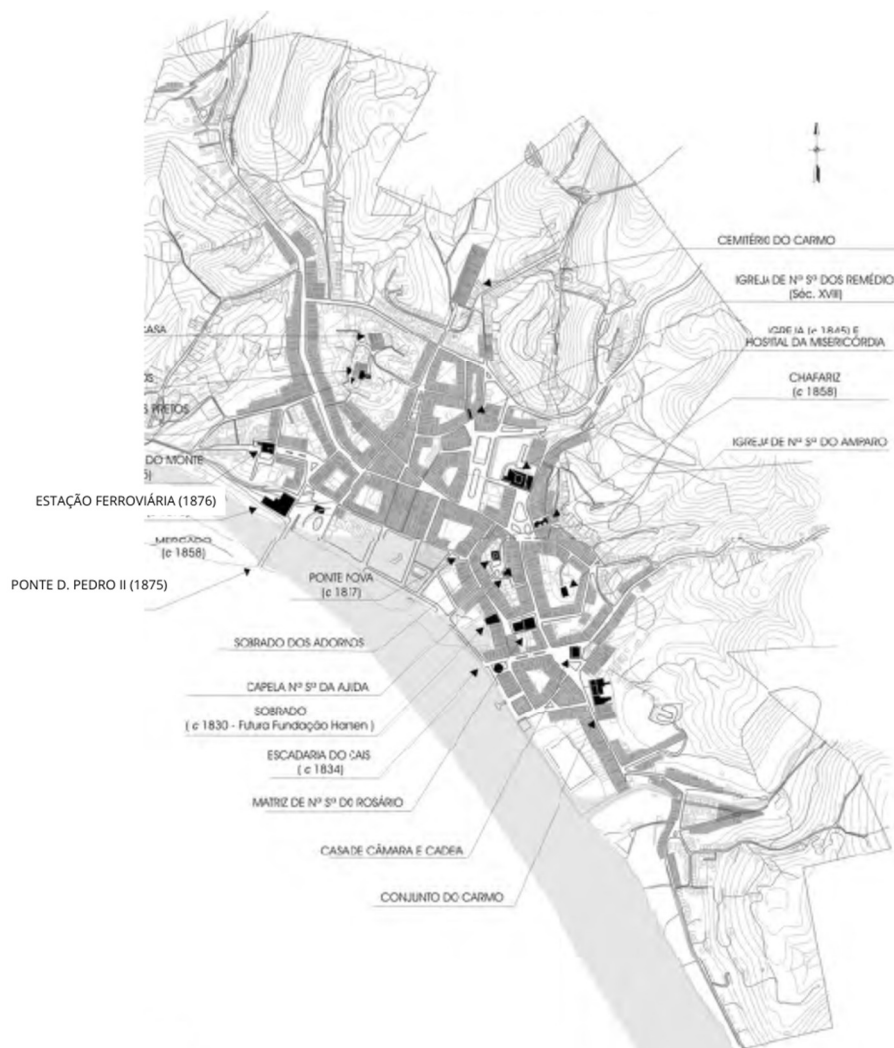


Figura 166 – Mapa da cidade em 1885. Destaque para a indicação da Estação Ferroviária e da Ponte D. Pedro II. Fonte: Adaptado de Rafael Winter e Beatriz Nogueira *in* Chuva, 2008, p. 45.

No que se refere à caracterização do sítio urbano de Cachoeira, destaca-se a sua relação com movimentos comerciais e populacionais da época de sua origem e desenvolvimento. Conforme Chuva (2008, p. 47):

O próprio arruamento da cidade estende-se na direção dos principais caminhos utilizados pelos tropeiros, sertanistas, mineiros e bandeirantes. São os caminhos de Belém, que seguem a rua da Cadeia (atual Benjamin Constant), e do Capoeiruçu, cujo final dava início à rua da Matriz (atual rua Ana Nery). As edificações da rua de Baixo, mais próxima ao rio, consistem majoritariamente de antigos armazéns, construídos de modo peculiar – com um andar intermediário de pequena altura entre os rés do chão e o segundo andar – para proteger

as mercadorias armazenadas das súbitas enchentes do Paraguaçu, que eram conduzidas para lá. Ou seja, a conformação urbana da cidade se liga à sua função de entreposto comercial – o principal da Bahia durante o período colonial e imperial brasileiro, junto com Salvador.

Assim, por meio do grande comércio proporcionado pela localização estratégica de Cachoeira no Recôncavo, a cidade teria alcançado uma posição singular em relação ao seu desenvolvimento urbano e comercial entre os séculos XVIII e XIX. Sobre tal posição de destaque socioeconômico, tem-se que:

A riqueza da cidade, nos séculos XVIII e XIX, contribuiu grandemente para o desenvolvimento do seu patrimônio arquitetônico, tanto religioso como civil. Muitos dos seus templos figuravam entre as obras mais notáveis do País. Seus admiráveis sobrados, sobreviventes dos dias mais áureos da velha cidade, constituem um conjunto de extraordinário significado na área baiana. Com justiça, a última constituição da Bahia reconheceu que a cidade era um Monumento Estadual, e, em 1971, o Governo Federal considerou Cachoeira um Monumento Nacional (UFBA, 1976, p. 07).

Como forma de complementar o exposto até aqui acerca da compreensão do núcleo urbano de Cachoeira, foram reunidas fotografias antigas e atuais da cidade (Figuras 167 a 179). A partir delas, pode-se verificar as características formais e volumétricas de alguns dos seus edifícios, assim como a conformação urbana de parte do seu núcleo central.



Figuras 167 e 168 – Casario do século XIX em 1974. Fonte: Arquivo Noronha Santos.



Figura 169 – Conformação urbana de Cachoeira em um momento estimado entre os anos 1950-1980. Fonte: Acervo Noronha Santos.



Figura 170 – No primeiro Plano, vista de Cachoeira. Ao fundo, do outro lado do rio, a cidade de São Félix, 1955. Fonte: Acervo Noronha Santos.



Figura 171 – Navegação no rio Paraguaçu, s.d. Fonte: Arquivo Ordem Carmelita *in* Flexor [org.], 2007.

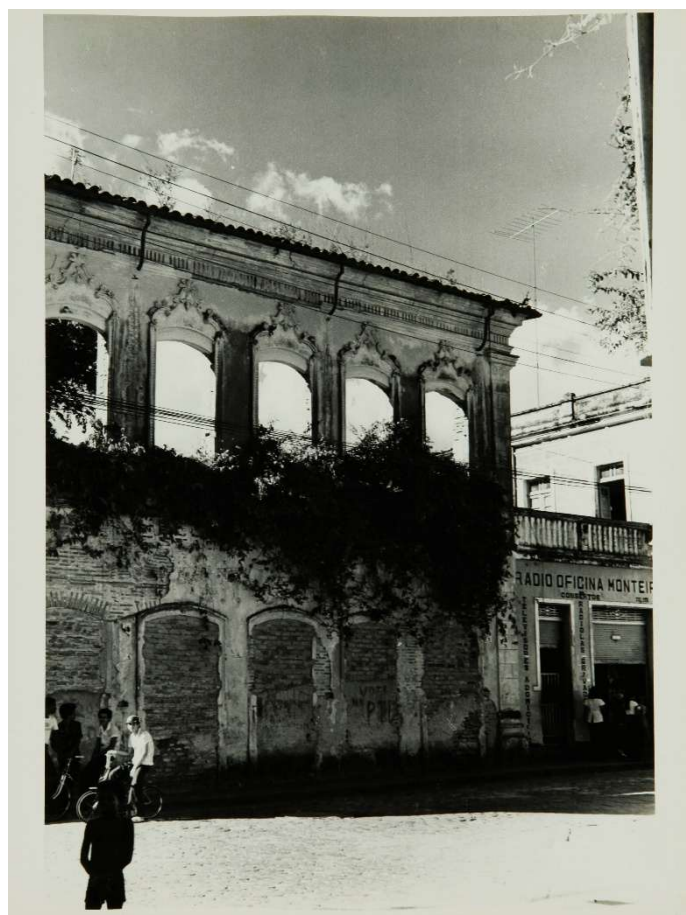


Figura 172 – Edifício em ruínas em 1974. Fonte: Acervo Noronha Santos.



Figuras 173 e 174 – Conjunto da Ordem Terceira do Carmo. Fonte: A autora, 2024.



Figura 175 – Casa de Câmara e Cadeia e seu entorno em Cachoeira, entre as ruas Benjamin Constant e Ana Nery. Fonte: A autora, 2024.



Figuras 176 e 177 – Estação Ferroviária de Cachoeira. Detalhe para a ponte D. Pedro II ao lado esquerdo da Estação (Figura 176), assim como para o Colégio do Santíssimo Sacramento ao fundo e a antiga fábrica de charutos Leite & Alves no canto direito (Figura 177). Fonte: A autora, 2024.



Figuras 178 e 179 – Edifício dos Correios e Telégrafos e casario do século XX em Cachoeira.

Fonte: A autora, 2024.

Para além dos aspectos socioeconômicos, Cachoeira destaca-se também na história política do Brasil. Durante a Guerra da Independência, a então Vila abrigou, em 1822, o Governo Provisório, local de debates políticos e de reunião de combatentes. Em 1826, numa visita à cidade, D. Pedro I concedeu-lhe o título de “cidade heroica”, como prêmio ao papel desempenhado ali durante a campanha para a independência. Por fim, durante o período da Sabinada⁶³, entre 1837 e 1838, Cachoeira também abrigou a sede do Governo Legal. Assim, ao ser elevada à cidade em 1837, era considerada uma das mais importantes do Império do Brasil (UFBA, 1976).

Voltando aos aspectos econômicos, o *status* de cidade ainda resultou num processo crescente de desenvolvimento industrial – mais especificamente da manufatura do fumo –, com o incentivo da Província da Bahia e atraindo capital alemão. Na mesma linha, São Félix, cidade-irmã de Cachoeira do outro lado do Paraguaçu, ficou conhecida por “cidade industrial” por ter sido a maior cidade exportadora de charutos

⁶³ A Sabinada foi uma revolta de caráter separatista que ocorreu na província da Bahia, tendo como líderes o médico, professor e publicista Francisco Sabino e o proprietário de terras e escravos João Carneiro da Silva. De caráter transitório, a revolta propôs a independência da Bahia em relação ao governo central do Rio de Janeiro até que D. Pedro II fosse coroado (Lopes, 2010).

da República (IPHAN)⁶⁴. Nela, foram instaladas diversas fábricas charuteiras como a Suerdieck, Damnnemann, Costa Ferreira & Pena, Stender & Cia, e Alberto Waldheis⁶⁵.

De volta a Cachoeira, como ilumina Chuva (2008), a sua importância como entreposto comercial estava diretamente ligada ao porto e ao sistema ferroviário. No entanto, tais meios de transporte foram, na primeira metade do século XX, gradualmente substituídos pelo sistema rodoviário. Com a modernização do Brasil “selada” pelo Governo Kubitschek e seu plano baseado no tripé rodovia/petróleo/montadoras, cidades não abrangidas pela nova malha rodoviária foram fortemente afetadas por essas mudanças - e Cachoeira foi uma delas:

Sem a tradicional serventia de porto local e situada à margem do traçado da malha rodoviária, Cachoeira perdeu sua posição de centralidade no Recôncavo Baiano. Esse fato transformou sobremaneira a dinâmica sociocultural da cidade, que desde então vem tentando se reerguer (Chuva, 2008, p. 47).

Assim, a área da cidade que mais sofreu tal isolamento posto pela mudança no sistema de transportes foi a área do antigo porto, que já havia perdido parte da sua função comercial para a área próxima à estação ferroviária. Agora, o antigo porto também deixava de ser a ligação entre a ferrovia e o rio Paraguaçu (Chuva, 2008). Por outro lado, a área próxima à estação também perdeu importância, mas conservou certa dinâmica alcançada por meio da centralização do comércio local cachoeirano. Ademais, no período entre a construção da Ponte D. Pedro II – no apogeu do transporte ferroviário e fluvial – e a abertura das rodovias, por volta da década de 1940, a cidade continuou se expandindo para a área da estação (Figura 180), com a construção de grandes edifícios, hoje marcos desse período em Cachoeira, como o Colégio do Santíssimo Sacramento e a Fábrica de Charutos Leite & Alves (Chuva, 2008).

⁶⁴ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/476/>. Acesso em: 29 abr de 2025.

⁶⁵ Disponível em: < <https://www.saofelix.ba.gov.br/historia> >. Acesso em: 29 abr 2025.

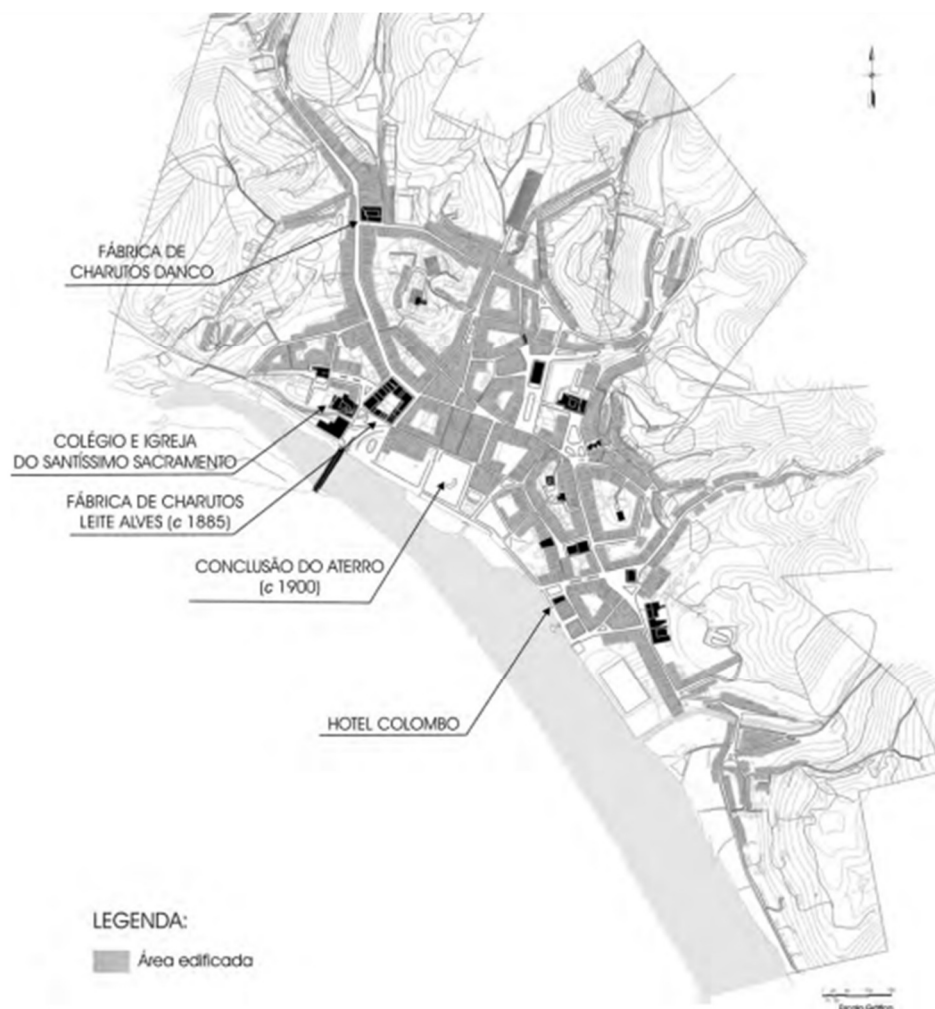


Figura 180 – Mapa de Cachoeira com os principais edifícios construídos em torno de 1940.

Fonte: Rafael Winter e Beatriz Nogueira *in* Chuva, 2008, p. 49.

Aqui, faz-se relevante destacar a área antes ocupada pelas instalações da Fábrica de Charutos Leite & Alves, hoje não mais ativa: depois de décadas de abandono, ela recebeu uma grande intervenção na segunda metade da década de 2000 por meio do Programa Monumenta para abrigar um *campus* da Universidade Federal do Recôncavo Baiano e é o segundo objeto empírico do presente estudo. No tópico 3.2 deste capítulo, trataremos mais detalhadamente de tal área, bem como da intervenção sobre ela executada, que passou a ser chamada pelo Programa Monumenta de “Quarteirão Leite Alves⁶⁶”. Por ora, volta-se à trajetória de ascensão, estagnação e declínio socioeconômico da cidade que o abriga.

⁶⁶ Denominação encontrada em Bonduki (2010), no Caderno de Estudos da intervenção (Escritório de Projetos do Monumenta em Cachoeira, 2010), pela Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) e em trabalhos acadêmicos realizados sobre o “quarteirão”.

Conforme Chuva (2008), diversos foram os fatores que contribuíram para o isolamento econômico de Cachoeira:

O geógrafo Milton Santos, em *A rede urbana do Recôncavo* (1959), fixa o ano de 1940 como o marco de uma inflexão definitiva da posição de Cachoeira na hierarquia regional, sendo que os indícios dessa mudança são notados desde o final do século XIX e avançam pelo início do século XX. Fatores diversos contribuíram para esse declínio, sendo o principal deles a lenta decadência e consequente fim da economia açucareira. Houve também outros fatores isolados, como a epidemia de cólera que dizimou de um quarto a um terço da população, em 1855/1856, e a Guerra do Paraguai (1870), que também respondeu pelo decréscimo substantivo de parte da população masculina em idade reprodutiva. Além disso, Feira de Santana se afirmava como a principal feira de gado da região desde o segundo quartel do século XIX (Chuva, 2008, p. 48).

Logo, com a diminuição do fluxo de pessoas, comércio e serviços, a cidade perdeu a centralidade alcançada nos séculos anteriores – centralidade agora deslocada para Feira de Santana. Ademais, durante a Segunda Guerra Mundial, muitas fábricas de fumo da região encerraram suas atividades, produzindo reflexos negativos para a economia local. Por fim, a partir da década de 1960, o impacto da implantação do Polo Petroquímico em Camaçari e do Centro Industrial de Aratú gerou impactos em Cachoeira e suas proximidades: desenrolou-se o êxodo de parte da sua população, assim como o subemprego de outros (Chuva, 2008).

No entanto, conforme Chuva (2008), o isolamento da cidade pode ser entendido como um fator de contribuição para a preservação de algumas práticas culturais tradicionais de Cachoeira, como as festas religiosas com forte presença afro-brasileira, a exemplo da Festa da Boa Morte; as formas de expressão, como as irmandades negras (Figura 181) e as filarmônicas (Figura 182); e os ofícios tradicionais, como o das charuteiras e do cultivo da mandioca e produção de farinha⁶⁷.

⁶⁷ Para maior aprofundamento, ver “Rotas da Alforria” (Chuva, 2008), que faz um mapeamento das referências culturais do território de Cachoeira, com interessante destaque acerca da indissociabilidade entre a materialidade e a imaterialidade do patrimônio cultural.



Figura 181 – Senhoras componentes da Irmandade da Boa Morte. Fonte: Adenor Gondim, 2004
in Flexor [org.], 2007.



Figura 182 – Filarmônica Lyra Ciciliana na Festa da Irmandade da Boa Morte. Fonte: Renata
Gonçalves, 2005 in Chuva [org.], 2008.

Pode-se estender tal pensamento também ao patrimônio edificado da cidade que, abandonado pelas elites que o construíram e o utilizavam, atravessou as décadas (Figuras 183 e 184) até os dias atuais - não sem danos ao seu estado de conservação.

O tempo parou. Mas a cidade continua linda

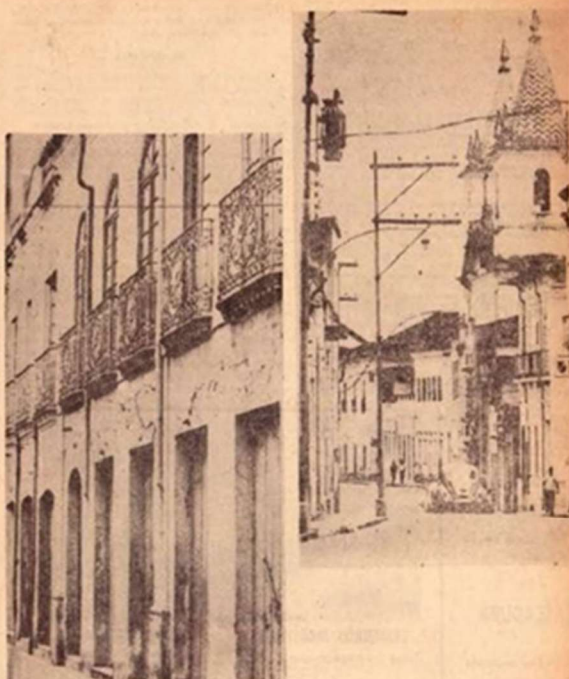
O tempo quase que parou em Cachoeira, que no ano passado comemorou os 150 anos de emancipação política, mas que começou a surgir ainda no Século XVI, quando Antonio Adorno ganhou parte das terras oferecidas pelo Rei de Portugal, em

1557, a Dom Alvaro da Costa, como prêmio pela expulsão dos indígenas. Ador no instalou um engenho de açúcar e construiu uma capela, a atual Igreja de Nossa Senhora da Ajuda. O prédio se mantém praticamente inalterado, e, ao lado da capela, funciona a fechada Irmandade de

Nossa Senhora da Boa Morte, criada no século passado por escravas alforriadas. Os festejos dessa irmandade em homenagem à santa protetora, no mês de agosto — data móvel —, atraem milhares de turistas à cidade.

③

Aqui o tempo parou



Trata-se, portanto, de uma pesquisa exploratória e de natureza qualitativa, tendo como unidade de análise o rio, visto como "Cachoeira do São Francisco".

[illegible]

FORD DE BRISQDE

Aspeto urbano de Curitiba é formado por vários blocos grandes de desenho rigoroso e refinado. Há, ali, a quintessência da rua e da igreja. Os edifícios pertencem de um tempo melhor que passou, o do fim do século de 1920, anacronismo e prisão, crua e sem uma liberdade da cidade, oferecendo ao viajante, em 1977, também um aspecto, exaltado a simulação e não exatamente de beleza por onde se deve passar, mas que nos dá um ar de um local.

[illegible]

TEMPO DAS MODAS

Em 1909, foi João de Paiva a apara escrever o primeiro volume do jornal de São Paulo. Para ele: "O trabalho de escrever era bem melhor para todos os dias. A cidade era pequena e os jornais eram a única fonte de notícias da cidade e em pouco tempo já se conheciam os fatos e os acontecimentos."

a espera de peças. O professor Godofredo Filho diz que "há cinco anos não existem verbas para aquisição de peças." O nome de Manoel remete de uma universidade, uma casa, um estudante de direito, uma mesa de trabalho, um trabalho científico e uma comunidade de letrados.

BARRA-058001 E EXU

[illegible]

A 133 quilômetros de Belém, Coutimbo está em plena zona de fronteira e reassentamento. O que são favelas de milhares de pessoas vivendo em condições precárias por causa da violência. Os dois lados, o Colômbio e a Venezuela, que sempre estão muito próximos. A favela possui 2000 famílias, mas pode não ser assim, trata-se de um botequim não tem nada de favela. O Sr. Antonio Costa, 46 anos, diz que não sabe o que é uma favela. Já o Sr. Carlos, 34 anos, diz que não sabe o que é uma favela. Mas os dois são muito simpáticos. O Sr. Carlos, 34 anos, diz que não sabe o que é uma favela. Mas os dois são muito simpáticos. O Sr. Carlos, 34 anos, diz que não sabe o que é uma favela. Mas os dois são muito simpáticos.



Figuras 183 e 184 – Recortes de jornais nos anos de 1988 (acima) e 1969 (abaixo) que enfatizam a permanência das características originais do conjunto urbano de Cachoeira apesar do passar do tempo. Fonte: Arquivo Noronha Santos.

Com o deslocamento da elite econômica para as regiões que concentravam a nova dinâmica econômica, permaneceram, em Cachoeira, as camadas sociais menos favorecidas. Assim, a falta de dinheiro para a modernização das edificações pode explicar o arruinamento do seu conjunto arquitetônico e urbanístico – estado esse reconhecido pelo Monumenta nos anos 2000. Conforme o Plano de Desenvolvimento Integrado da Cidade Monumento de Cachoeira (UFBA, 1976, p. 08):

As igrejas, algumas abandonadas, foram transformadas em ruínas. Os sobrados, em grande parte, ficaram vazios e ganharam fama de “casas mal-assombradas”, à proporção que crescia o êxodo dos seus moradores, quase sem meios de vida a fim de permanecerem na terra de berço. [...] Tornou-se, assim, necessária a intervenção do poder público para defender o patrimônio da velha cidade.

Nesse sentido, conforme o Caderno de Estudos do Projeto Cachoeira (Escritório de Projetos do Monumenta em Cachoeira, 2010), a decadência sofrida pelo conjunto edificado só teria sido contida, em parte, devido ao reconhecimento do valor artístico e cultural da cidade que, aliado aos valores históricos e simbólicos relacionados à independência do país, motivaram o seu tombamento em 1971 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

Conforme Chuva (2008), há registros de processos de tombamento referentes à edifícios em Cachoeira desde o fim da década de 1930 e início da década de 1940, ainda na fase inicial de atuação do IPHAN⁶⁸. No entanto, foi só em 1971 que a cidade recebeu a condição de Monumento Nacional. Pode-se aferir então que, nesse momento, Cachoeira passa a ser vista não apenas a partir das suas unidades isoladas, mas em seu conjunto arquitetônico e paisagístico:

Comparando os dois momentos de atuação do IPHAN em Cachoeira, com base nos argumentos contidos nos processos de tombamento, podem ser identificadas duas leituras da cidade que remetem a duas diferentes construções de memória. Num primeiro momento, a cidade foi alvo de uma ação preservacionista que visava, a partir do tombamento de algumas unidades mais significativas de sua arquitetura e mobiliário urbano, salvaguardar um passado situado na passagem do século XVIII para o XIX. Nesse momento, sobressaiu a valorização da arquitetura religiosa e dos remanescentes dos engenhos de açúcar agregados aos casarões nos centros urbanos. Passados não

⁶⁸ Datam, de 1938, o tombamento da Casa de oração da Ordem Terceira do Carmo e Igreja da Ordem Terceira do Carmo, e do Convento de Nossa do Carmo e Igreja de Nossa Senhora do Carmo; e de 1939, dentre outros, o tombamento da capela da Ajuda, da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, do Paço Municipal, do Chafariz da Praça Dr. Milton, e diversas casas e sobrados, como a casa natal de Ana Nery, Rua Ana Nery, 7 (Lista de processos de tombamento obtida por meio de solicitação ao Arquivo Noronha Santos).

muitos anos, a cidade foi novamente alvo de uma investida com fins de salvaguarda. O olhar nesse segundo momento é redirecionado. A cidade não é mais pensada como conjunto de algumas células, mas em um sentido totalizante que acarreta sua elevação a Monumento Nacional. [...] A narrativa proposta pelo tombamento faz referência a uma dimensão cívica da cidade que remete sua arquitetura e paisagem às lutas pela independência ocorridas entre 1822 e 1823 (Chuva, 2008, p. 16-17).

Nesse sentido, ao consultar o processo de tombamento de Cachoeira⁶⁹, confirma-se o apresentado por Chuva (2008) no que se refere ao reconhecimento da cidade como uma união de elementos que conformam um “todo” a ser preservado: na Informação nº 166 de 1971, cuja redação parte da autoria de Augusto da Silva Telles, há a indicação da conveniência do tombamento “[...] por se tratar de **conjunto urbano do maior valor arquitetônico e paisagístico**, e que se acha bastante íntegro” (grifo nosso). Aliado a isso, identifica-se, no decreto que converte a cidade em Patrimônio Nacional⁷⁰, a ênfase de Cachoeira como a capital da província durante as lutas de independência do país. Daí, pode-se aferir ainda o reconhecimento dos valores históricos e simbólicos sobre o conjunto urbano da cidade.

Após a identificação dos valores reconhecidos por meio do tombamento, partimos então para a identificação dos atributos capazes de transmiti-los e que, portanto, deveriam ser preservados. Iniciando pelos atributos materiais, diante do levantamento histórico exposto até aqui, constatamos que os primeiros arruamentos da cidade se deram na direção dos principais caminhos comerciais traçados pelos tropeiros, o que faz do traçado urbano cachoeirano um atributo capaz de transmitir valor histórico cognitivo referente à organização do Brasil colônia. Ademais, as edificações mais próximas ao rio apresentam características singulares relacionadas às necessidades de uso como antigos armazéns e proteção das mercadorias contra as enchentes do Paraguaçu por meio da construção de andares intermediários. Tipologia

⁶⁹ Processo Administrativo nº 843-T-71/IPHAN.

⁷⁰ Decreto nº 68.045 de 1971.

essa que também podem ser entendidas como atributos que transmitem os valores históricos e arquitetônicos da antiga cidade.

De maneira semelhante, destaca-se os grandes sobrados - sobreviventes dos dias mais áureos da cidade -; a tipologia das casas mais modestas; a imponência dos edifícios públicos como a Casa de Câmara e Cadeia; as curvas características do rococó nos edifícios religiosos como o Conjunto da Ordem Terceira do Carmo; e os elementos *decó* encontrados no edifício dos Correios e Telégrafos e em parte das fachadas da antiga Fábrica de Charutos Leite & Alves. De modo que o seu conjunto urbano edificado de forma geral se apresenta como atributo material que conta parte da história brasileira e que expressa os valores arquitetônicos e artísticos identificados pelo tombamento.

Já no que se refere aos atributos imateriais, identificamos as festas, as irmandades e os ofícios tradicionais da cidade – a exemplo da Festa da Boa Morte, das Filarmônicas e do ofício das Charuteiras – como elementos que compõem, junto com os atributos materiais identificados pelo instrumento do tombamento, a identidade cachoeirana⁷¹. Acerca de tal reconhecimento a nível nacional, investigou-se o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. No entanto, não foram encontrados registros referentes às festas, irmandades e ofícios tradicionais cachoeiranos até o presente momento. Por outro lado, verificou-se o reconhecimento da Festa de Nossa Senhora D'Ajuda (uma das mais antigas manifestações religiosas e populares do recôncavo e de Cachoeira), como Patrimônio Imaterial da Bahia no Livro de Registro Especial dos Eventos e Celebrações do Estado⁷², bem como o reconhecimento estadual de diversos terreiros localizados na cidade por meio de Registro Especial⁷³.

⁷¹ A partir do levantamento organizado por Chuva, 2008.

⁷² Por meio do decreto nº 17.590, publicado no dia 4 de maio de 2017. Disponível em: <https://www.ba.gov.br/cultura/noticia/2024-02/54118/festa-de-nsra-dajuda-e-reconhecida-como-patrimonio-imaterial-da-bahia#:~:text=Em%20decreto%20de%20n%C2%B0,Eventos%20e%20Celebra%C3%A7%C3%B5es%20do%20Estado..> Acesso em: 02 mai 2025.

⁷³ A lista com os terreiros reconhecidos como Bem Imaterial do Estado está disponível em: https://www.ba.gov.br/ipac/sites/site-ipac/files/migracao_2024/arquivos/wp-content/uploads/2013/07/Terreiros.pdf. Acesso em: 02 mai 2025.

Logo, identificamos os atributos materiais reconhecidos acerca do conjunto urbano edificado de Cachoeira; sua “moldura” formada pelo Rio Paraguaçu, pela vista de São Felix e pela Ponte D. Pedro II; e os atributos imateriais relacionados a cultura local como componentes da rica paisagem cachoeirana.

Entendemos, ainda, a partir do estudo do seu processo de tombamento, que os valores reconhecidos nacionalmente por meio da conversão do conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de Cachoeira em monumento nacional não recaem sobre bens isolados. Logo, sua preservação deve estar vinculada à tal consideração, buscando salvaguardar, de fato, a combinação dos seus elementos - ou seja, as ações de intervenção propostas deveriam, de forma geral, partir da perspectiva da preservação do patrimônio edificado urbano.

Já no que se refere ao possível reconhecimento de valores transmitidos pelas ruínas presentes na cidade, verificamos que, no caso de Cachoeira, acontece algo semelhante ao encontrado em Laranjeiras: o processo de tombamento não identifica as ruínas que fazem parte do seu conjunto já no momento do reconhecimento nacional como atributos que o agregam valor.

Apesar da Informação nº 166 dos registros do processo de tombamento consultado (de autoria do arquiteto Augusto da Silva Telles, 1971, citada anteriormente) considerar o conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade “bastante íntegro”, ela enfatiza ainda “[...] a necessidade **urgente** de ser assegurada proteção especial ao acervo arquitetônico e natural da tricentenária cidade de Cachoeira, no Estado da Bahia” (grifo nosso). Quanto ao caráter de urgência destacado, pode-se aferir que se trataria da necessidade de consolidação e recuperação dos edifícios cujo abandono proporcionou o desencadeamento dos processos de arruinamento presentes na cidade – estado de arruinamento esse identificado desde a década de 1960, como visto a partir dos recortes de jornal expostos anteriormente.

Assim, em consonância com o exposto em Rodrigues (2017), parece que, pelo fato de que as ruínas de Cachoeira não serem entendidas como qualificadoras do conjunto urbano tombado, também não se identifica, no seu processo de tombamento, indicações de ações visando a preservação de tal estado.

Nesse sentido, depois de três décadas do reconhecimento de Cachoeira como Monumento Nacional, o Programa Monumenta tem, dentre outros setores da cidade, o Quarteirão Leite Alves como foco das ações de preservação do seu conjunto arquitetônico e paisagístico, ao mesmo tempo que propõe uma nova dinâmica socioeconômica por meio da chegada de um *campus* da Universidade Federal do Recôncavo Baiano. A seguir, nos debruçaremos sobre as ações do Monumenta, buscando compreender de que forma ele reconheceu e lidou com as ruínas que conformavam o Quarteirão Leite Alves, segundo objeto empírico da reflexão pretendida nesta dissertação.

3.2. Antiga fábrica de charutos, novo *campus* da UFRB

Conforme o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC)⁷⁴, Cachoeira foi a cidade brasileira, dentre as 26 beneficiadas, que mais recebeu recursos vindos do Programa Monumenta. Dentre as obras executadas na cidade, destacam-se as ações voltadas ao Convento do Carmo, ao Cineteatro Glória, as orlas de São Félix e Cachoeira e ao Quarteirão Leite Alves – este último recebendo a sede do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo Baiano - CAHL UFRB. Ao fim da execução das ações do Programa na cidade, entre o fim dos anos 2000 e início dos anos 2010, 17 edifícios públicos foram contemplados, e 35 obras de imóveis privados foram executadas por meio da disponibilização de financiamentos, além da promoção da “revitalização” de logradouros, num investimento de R\$ 34,5 milhões (Farias, 2018).

Nesse sentido, a Oficina ZOPP⁷⁵ organizada pelos técnicos da Unidade Central de Gerenciamento (UCG⁷⁶) e do IPHAN em Cachoeira ocorreu em março de 2001, na

⁷⁴ Disponível em: <https://www.ba.gov.br/ipac/monumenta>. Acesso em: 02 abr 2025.

⁷⁵ A Oficina ZOPP é parte da metodologia exigida pelo Programa Monumenta para a discussão sobre o patrimônio local e a definição de problemas, soluções e alternativas que alimentariam o Perfil do Projeto a ser executado em cada cidade. A metodologia ZOPP - *Ziel Orientierte Projekt Planung* significa “planejamento de projetos orientado por objetivos” e foi desenvolvida pela Agência Alemã de Cooperação Técnica GTZ - *Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit* (FARIAS, 2018).

⁷⁶ A UCG foi criada pelo Ministério da Cultura para a coordenação do Programa Monumenta, análise e aprovação das solicitações de financiamento, supervisão e acompanhamento das ações (Gianecchini, 2019).

Fundação Hansen Bahia⁷⁷, com o objetivo de levantar os problemas relacionados ao patrimônio da cidade e servir de insumo para a elaboração da Carta Consulta⁷⁸ que seria apresentada ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. Além dos técnicos da UCG e do IPHAN, participaram também membros da administração pública a nível estadual e municipal, da sociedade civil cachoeirana e do setor privado (Farias, 2018).

Conforme Farias (2018), as atividades econômicas que predominaram na discussão desempenhada na ocasião da Oficina foram o setor de comércio e serviços, bem como o turismo. Este último alcançando o principal destaque, ancorado pelo patrimônio urbano e as manifestações culturais tradicionais como as festas juninas e da Boa Morte. Assim, começaram as preparações e definição das ações do Perfil do Projeto⁷⁹ na cidade, bem como na seleção de técnicos voltados a gestão e execução do Projeto de Cachoeira. Ainda segundo Farias (2018, p. 84):

O Projeto de Cachoeira tinha como um dos objetivos fazer com que a cidade se tornasse referência em preservação de centros históricos. Para atingir tal objetivo, a administração pública deveria observar as seguintes condições: i) melhoria da qualidade de vida da comunidade que trabalha e/ou mora na área; ii) melhoria do acesso daqueles que queiram desfrutar dos bens culturais existentes; iii) estímulo à produção e a circulação de riquezas tangíveis e intangíveis naquela área; e iv) auto sustentabilidade econômica principalmente no que se diz respeito à manutenção do patrimônio histórico.

Ou seja, de acordo com Farias (2018), o Projeto Cachoeira partiu da ideia de que os planos de preservação do patrimônio deveriam estar associados a outros programas de governo, relacionados à habitação, turismo, geração de emprego e renda, com foco em estratégias que visassem a permanência dos habitantes no centro tombado.

⁷⁷ A Fundação Hansen Bahia é uma instituição privada destinada a colaborar com a produção cultural da região. Ela foi responsável pelo apoio técnico e administrativo na execução do Programa Monumenta nas cidades de Cachoeira e Lençóis, ambas na Bahia (Farias, 2018).

⁷⁸ A Carta Consulta foi um documento preparado por cada município convidado pelo Ministério da Cultura para candidatar-se ao Programa, baseado nos resultados da oficina de planejamento e em levantamentos e estudos iniciais (Giannecchini, 2019).

⁷⁹ O Perfil do Projeto foi um documento preparado pelas UEPs (Unidades Executoras de Projeto) com o objetivo de fornecer uma síntese do projeto e sua fundamentação a partir dos resultados de estudos de viabilidade técnica, institucional, financeira, econômica e socioambiental (Giannecchini, 2019).

Assim, naquele momento, definiu-se a Irmandade e a Festa da Boa Morte como Projeto Âncora das ações do Monumenta em Cachoeira. A expectativa era de que as festas religiosas se mostrassem como motores de geração da renda suficiente para ser aplicada na manutenção do patrimônio edificado, tendo em vista o princípio da sustentabilidade buscado pelo Programa (Farias, 2018).

No entanto, com o início da execução das ações propostas, a UEP de Cachoeira apresentou a primeira revisão do Perfil do Projeto em 2004. Tal proposta se baseava na ampliação da Área de Projeto, expandindo para além do núcleo original da cidade, a fim de atender às reivindicações da comunidade. Alcançou-se, então, a área da antiga estação ferroviária e incluiu-se da orla da cidade de São Félix dentro do escopo de ações a serem executadas. Foi só nesse momento que o Quarteirão Leite Alves passou a integrar o Perfil do Projeto de Cachoeira - já como novo Projeto Âncora das ações propostas para a cidade (Farias, 2018). Tal revisão traria então o incremento em 4x dos recursos financeiros em relação ao valor inicialmente pactuado em 2002 e, conforme Farias (2018, p. 92), teria sido “o diferencial do Projeto, promovendo a reaquecimento da economia local e elevando Cachoeira ao *status* de cidade universitária⁸⁰”.

Isto posto, trataremos, a partir daqui, das ações executadas no Quarteirão Leite Alves em Cachoeira, buscando relacionar a prática intervencionista adotada sobre o segundo objeto empírico proposto às reflexões teórico-metodológicas do campo da preservação dispostas no cap. 1.

...

O conjunto que recebeu as ações do Monumenta para abrigar um *campus* da UFRB recebeu a nomenclatura de “Quarteirão Leite Alves” em referência a antiga fábrica que ocupava a área a ser objeto de intervenção. No entanto, conforme Mota (2014), as antigas instalações fabris não ocupavam o quarteirão inteiro, mas parte dele: possuíam, na verdade, fachadas voltadas à Praça Manoel Vitorino, à Rua Monsenhor Tapiranga, à

⁸⁰ Nesse sentido, faz-se relevante destacar a importante adesão de Cachoeira ao Programa de Financiamento para a Recuperação de Imóveis Privados pelo Monumenta: dentre as 25 cidades contempladas, Cachoeira foi a cidade com maior nº de contratos assinados (28) até 2008 (Diogo [org.], 2009). Dado que alimenta o entendimento acerca da aplicação de investimentos integrados pela cidade.

Travessa Comendador Albino e à Rua Engenheiro Lauro de Freitas, de forma que (Figura 185):

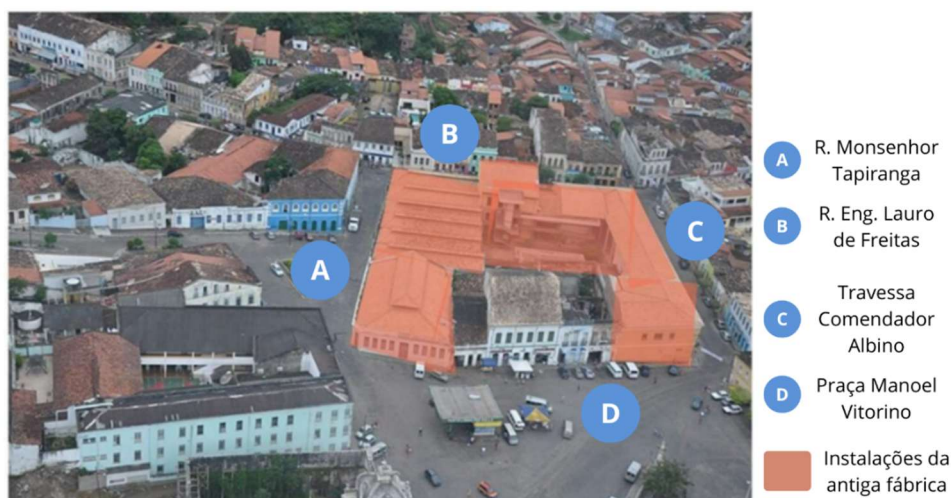


Figura 185 - Instalações da antiga fábrica de charutos Leite & Alves. Fonte: adaptado de Malheiro, 2012.

Próximo a marcos importantes no conjunto urbano cachoeirano – como a Estação Ferroviária e a Ponte D. Pedro II – o Quarteirão Leite Alves localiza-se, como comentado, no setor alcançado a partir da ampliação da Área de Projeto na cidade (Figura 186):

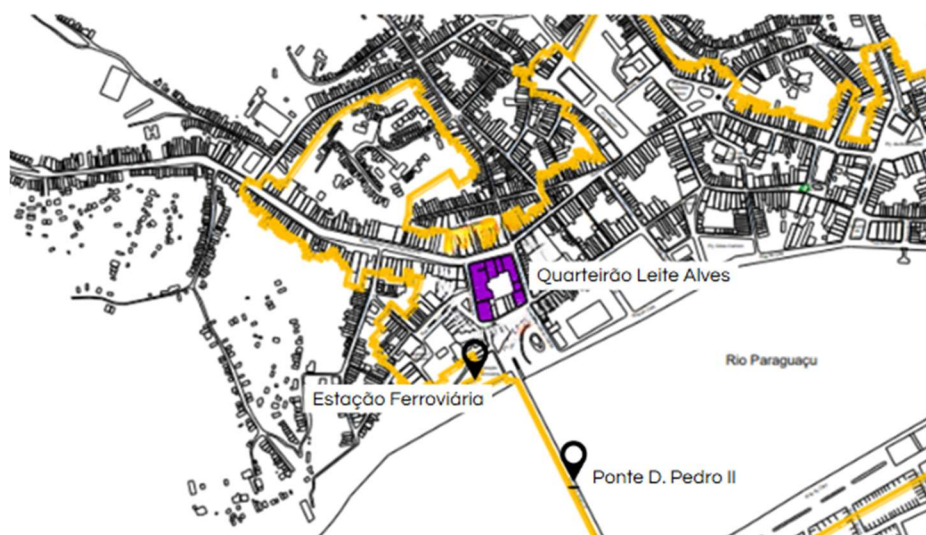


Figura 186 - Localização das instalações da antiga fábrica de charutos Leite & Alves (em roxo) no conjunto urbano de Cachoeira. Em amarelo, recorte da área de projeto alcançada a partir da revisão de 2004. Fonte: Adaptado de Escritório de Projetos do Programa Monumenta de Cachoeira, 2010.

A partir das Figuras 187 a 190, observa-se o “quarteirão” no seu estado pré-arruinamento:



Figuras 187 e 188 – Vistas aéreas do conjunto de edifícios que conformavam o Quarteirão Leite Alves, por volta das décadas de 1940-1960. À esquerda, a fachada voltada à Praça Manoel Vitorino. À direita, a fachada voltada à R. Monsenhor Tapiranga. Detalhe para as águas dos telhados e a complexa configuração interna ao quarteirão. Fonte: Escritório de Projetos do Programa Monumenta de Cachoeira, 2010.



Figuras 189 e 190 – Vistas aéreas do conjunto de edifícios que conformavam o Quarteirão Leite Alves, por volta das décadas de 1940-1960. À esquerda, a fachada voltada à Tv. Comendador Albino. À direita, a fachada voltada à R. Eng. Lauro de Freitas. Detalhe para o ritmo das aberturas na fachada (esquerda) e para o edifício de maior gabarito do conjunto (direita).

Fonte: Escritório de Projetos do Programa Monumenta de Cachoeira, 2010.

Fechada após o período de decadência da economia do fumo, bem como do isolamento de Cachoeira desencadeado pelo desenvolvimento dos novos meios de

transporte⁸¹, a área antes ocupada pela fábrica de charutos chegou aos anos 2000 em estado de ruína reconhecido pelo Programa Monumenta (Figuras 191 a 196):

O quarteirão encontra-se arruinado com poucos remanescentes da edificação original. As fachadas ainda se mantêm com trechos desabados e raros vestígios de alvenarias internas. O miolo representa um vazio, atualmente ocupado com usos impróprios para o local, pondo em risco as fachadas que se encontram com estabilidade precária (Escritório de Projetos do Programa Monumenta de Cachoeira, 2010, p. 17).



Figura 191 – Vista das fachadas do “quarteirão” em ruínas. Detalhe para o vazio interno no início dos anos 2000. Fonte: Escritório de Projetos do Programa Monumenta de Cachoeira, 2010.

⁸¹ Conforme Farias (2018), o “quarteirão” em questão abrigou a Fábrica Leite & Alves até meados dos anos 1970.



Figura 192 – Vista da fachada voltada à R. Eng. Lauro de Freitas no início dos anos 2000. Detalhe para os vãos das esquadrias preservados. Fonte: Escritório de Projetos do Programa Monumenta de Cachoeira, 2010.



Figura 193 – Vista da fachada voltada à Tv. Comendador Albino no início dos anos 2000. Fonte: Escritório de Projetos do Programa Monumenta de Cachoeira, 2010.



Figura 194 – Vista da fachada voltada à R. Monsenhor Tapiranga no início dos anos 2000. Detalhe para a presença de características *art decó* ainda perceptíveis. Fonte: Escritório de Projetos do Programa Monumenta de Cachoeira, 2010.



Figura 195 – Vista interna do “quarteirão” no início dos anos 2000. Detalhe para a fragmentação característica das ruínas, com poucos remanescentes da alvenaria interna e preservação da caixa mural. Fonte: Escritório de Projetos do Programa Monumenta de Cachoeira, 2010.



Figura 196 – Vedação das aberturas em uma das fachadas do quarteirão com tijolo maciço e bloco cerâmico de seis furos no início dos anos 2000. Fonte: Escritório de Projetos do Programa Monumenta de Cachoeira, 2010.

De acordo com o Caderno de Estudos da intervenção (Escritório de Projetos do Programa Monumenta de Cachoeira, 2010), as fachadas remanescentes da antiga fábrica representavam construções do período colonial, imperial e republicano atravessados pela Bahia e pelo Brasil. Destaca-se ainda a fachada noroeste (voltada à R. Monsenhor Tapiranga), executadas com a estética *art déco*. Nesse sentido, conforme Mota (2014), os galpões voltados à R. Monsenhor Tapiranga possivelmente foram construídos para comportar a transferência da fábrica, que funcionava em Salvador – as fachadas possuem datação de meados dos anos 1930, época da transferência. Tais galpões eram térreos, construídos transversalmente à rua, e “[...] apesar de apresentarem uma tipologia industrial, existe uma preocupação com a decoração da fachada” (Mota, 2014, p. 108). Já no que se refere ao sobrado de maior gabarito e a casa vizinha a ele, voltados à R. Eng. Lauro de Freitas, estes provavelmente foram adaptados às atividades fabris (Mota, 2014).

Assim, conforme o Caderno de Estudos (Escritório de Projetos do Programa Monumenta de Cachoeira, 2010, p. 25), a intervenção executada por meio do Programa Monumenta visou “[...] requalificar um conjunto importante, do ponto de vista histórico

e do desenho urbano da cidade, que se encontra arruinado, subutilizado, com ocupações inadequadas para o seu porte monumental” devido, além da sua relevância histórica, ao papel social e econômico desempenhado pela Fábrica de Charutos Leite & Alves.

A partir ainda da leitura do Caderno de Estudos⁸², tem-se acesso ao conceito estabelecido para o projeto de “recuperação e readequação” das ruínas (Escritório de Projetos do Programa Monumenta de Cachoeira, 2010, p. 01) executado no Quarteirão Leite Alves, a saber:

[...] hoje pouco resta daquela riqueza econômica e cultural, apenas a memória tênue da efervescência dos ciclos do açúcar e do fumo, **registrada no acervo monumental construído**, que teima em resistir. **O arruinamento reflete-se a cada esquina da cidade, em cada casa, em cada igreja, em cada quarteirão. A população da cidade apresenta uma baixa expectativa com relação ao valor de seu patrimônio, um fraco sentimento de pertença.**

A chegada de um equipamento cultural como a Universidade do Recôncavo trará um novo movimento na cidade, não mais se recuperará a riqueza dos senhores de engenho, agora a riqueza será proveniente da efervescência cultural que irá definitivamente dinamizar a cidade, para se atingir novos patamares do conhecimento e de que os **espectros do patrimônio edificado, que por seu valor estético e histórico foram a mola propulsora deste novo desenvolvimento e o fator motivador da atração da Universidade para a cidade de Cachoeira no Recôncavo baiano**, denominada pelo seu patrimônio edificado e imaterial de ‘Roma Negra’ (Escritório de Projetos do Programa Monumenta de Cachoeira, 2010), p. 25, grifo nosso).

Por meio do exposto, podemos identificar os valores estético e histórico nomeados pelo Monumenta como motivadores da intervenção na cidade (e, mais

⁸² Elaborado pelo Escritório de Projetos do Programa Monumenta de Cachoeira, foi parte integrante do Projeto de Recuperação de parte dos imóveis do Quarteirão Leite Alves e teve como objetivo apresentar o projeto de recuperação e adequação da “ruína” para a instalação do *campus* da UFRB. Documento obtido por meio de solicitação ao Ministério da Cultura acerca de informações oficiais das ações do Monumenta no Quarteirão Leite Alves.

especificamente, no Quarteirão Leite Alves), por meio da preservação dos atributos materiais que os transmitiriam: o seu acervo urbano construído. Destacamos, ainda, o reconhecimento da presença das ruínas em diversos pontos da cidade. No entanto, interpretamos, a partir da leitura do Caderno, que tais ruínas seriam entendidas pelo Monumenta como reflexo da decadência socioeconômica da cidade, não como atributos que agregariam valor ao conjunto reconhecido.

Contudo, questionamos o exposto pelo Caderno de Estudos acerca do “fraco sentimento de pertença” da população em relação ao seu patrimônio. Em 2005, aproximadamente 300 pessoas deram as mãos em volta das antigas ruínas da Fábrica de Charutos Leite & Alves num abraço simbólico ao conjunto que receberia um novo *campus* da UFRB (Figura 197).



Figura 197 – Reportagem de abril de 2005 sobre o abraço simbólico ao Quarteirão Leite Alves para receber um novo *campus* da UFRB. Fonte: Jornal A tarde Municípios.

Conforme a reportagem acima, participaram do ato representantes de várias entidades e associações culturais e folclóricas, trabalhadores, músicos, artistas, integrantes dos movimentos negros, estudantes das rede pública e particular, políticos, autoridades e moradores em geral. Ato este organizado pela Associação Institucional de Defesa de Direitos e Garantias Constitucionais e Infraconstitucionais da Região do Recôncavo (Acidadã), uma ONG local em defesa da cidadania. Assim, verifica-se o comprometimento de diversos atores cachoeiranos no que se refere à preservação do seu patrimônio aliado à vinda de uma instituição de ensino superior para a cidade.

Logo, ao retomar a afirmação do Caderno de Estudos acerca de um suposto fraco sentimento de pertença dessa população em relação ao seu patrimônio no mesmo parágrafo em que trata do estado de ruína de parte do acervo edificado da cidade, pode-se identificar a construção de uma relação direta entre o abandono dos edifícios antigos e a pouca apropriação dos moradores. No entanto, como tratado no tópico 3.1, compreendemos que tal estado de degradação foi alcançado devido a condições voltadas, principalmente, ao esvaziamento socioeconômico sofrido pela cidade ao longo do tempo, não a um afastamento entre sujeito-objeto – tendo em vista ainda a diversidade de celebrações e manifestações culturais que realizam percursos pela cidade e possuem certos edifícios como parte fundamental das tradições mantidas por gerações, como as filarmônicas e a Festa da Boa Morte.

Ademais, destacamos a proposta apresentada pelo Monumenta para o Quarteirão Leite Alves: de “recuperação e adequação” (Escritório de Projetos do Programa Monumenta de Cachoeira, 2010) para a instalação do *campus* da UFRB. Como visto no capítulo 1 deste volume, compreendemos o termo “preservação” como capaz de conter as diversas ações que objetivam salvaguardar o bem e transmitir seus valores às gerações futuras. Refletimos, portanto, os termos utilizados pelo Caderno e, consequentemente, os tipos de ações realizadas a partir dos objetivos buscados, principalmente no que se refere ao uso do termo “adequação”. Afinal, como visto também no capítulo 1, a atribuição de uso ao bem é uma importante ação para a sua preservação, pois o afasta do abandono e possibilita a constante integração sujeito-objeto. No entanto, tal uso deve ser pensado de forma subordinada às características do bem e não o desconfigurar, a partir de um projeto que alie as novas demandas de

forma compatível com as suas especificidades. Posteriormente neste tópico, retomaremos tal reflexão a partir do resultado construído e das informações levantadas sobre a intervenção no Quarteirão Leite Alves.

Em seguida, tratando do partido projetual adotado para a intervenção no Quarteirão Leite Alves, o Caderno de Estudos reconhece a presença da caixa mural da antiga fábrica, com raros remanescentes das suas alvenarias internas. Nesse sentido:

A intervenção que se propõe pautou-se no respeito à volumetria original da quadra, identificada nas marcas nas empenas das edificações, além da pesquisa iconográfica. **Desta forma, será restaurada a volumetria do quarteirão.** Para o miolo, onde o processo de arruinamento encontra-se em estado muito avançado, que resultou em espaços vazios, com o parcelamento do lote totalmente perdido, **propõe-se uma construção de características marcadamente contemporâneas**, utilizando-se de estruturas metálicas, **que vêm a produzir um interessante diálogo com a monumentalidade pré-existente** (Escritório de Projetos do Programa Monumenta de Cachoeira, 2010, p. 26, grifo nosso).

A partir do exposto, identificamos que o Monumenta apresenta o partido projetual com justificativas que se referem à reflexão teórico-metodológica do campo: a partir do reconhecimento do patrimônio edificado urbano cachoeirano como bens que sustentam um valor estético e histórico como **conjunto**, propõe uma intervenção de resgate da volumetria do quarteirão, cuja caixa mural ainda sustentava certa materialidade, apesar do fechamento de vãos, e da perda de cobertura, esquadrias originais e parte do seu revestimento. Ainda, no que se refere ao vazio interno, irrecuperável devido ao avançado estado de ruína, propõe-se inserções notadamente contemporâneas, sem furtar-se do diálogo com o preexistente: verifica-se, aqui, o reconhecimento do estado de ruína e a necessidade de adaptações às necessidades dos novos tempos a partir do respeito pelo material antigo, considerando ainda o princípio da distinguibilidade. Posteriormente neste capítulo, verificaremos se tais justificativas se refletem (ou não) no resultado construído após a intervenção.

Quanto ao programa adotado, o Caderno de Estudos (Escritório de Projetos do Programa Monumenta de Cachoeira, 2010) apresenta que o uso proposto como *campus* da Universidade Federal do Recôncavo atenderia a uma demanda da região, e contemplaria os cursos de Arquitetura e Urbanismo, Antropologia, Hotelaria e História. No entanto, o Caderno não indica como tal “demanda” foi identificada pelo Programa Monumenta e se ocorreu a partir de um cuidadoso estudo do território. Nesse sentido, retomamos o questionamento levantado durante as investigações sobre o Quarteirão dos Trapiches no capítulo 2: apesar da aproximação do Monumenta, no caso dos objetos empíricos desta pesquisa, às disposições da conservação integrada no que se refere à atribuição de usos voltados ao horizonte do trabalho, do cotidiano e do morador local (*campi* universitários), no que se refere à escolha dos cursos a serem ofertados, ambos os casos estudados parecem se aproximar dos “usos culturais”. Assim, retomaremos também esse tópico a partir das investigações empreendidas na presente pesquisa no que se refere à construção de uma relação concreta entre cidade-universidade a partir dos cursos ofertados no Quarteirão Leite Alves, sob o olhar da conservação integrada.

Ainda conforme o Caderno de Estudos (Escritório de Projetos do Programa Monumenta de Cachoeira, 2010), para atender às novas necessidades, seriam construídos, no interior do “quarteirão”, vinte e três salas de aulas teóricas, quatro laboratórios, sala para apresentação de vídeos, auditório com 240 lugares, galeria de arte no *foyer* do auditório, camarins, biblioteca, área coberta de convivência, praça de alimentação, salas administrativas, banheiros e uma subestação de energia elétrica para atender à demanda universitária (Escritório de Projetos do Programa Monumenta de Cachoeira, 2010). No entanto, destaca-se que nem toda a área antes utilizada pela fábrica foi englobada no projeto para uso como *campus* universitário, como ilustra a Figura 198:



Figura 198 – Área do *campus* da UFRB em 2024 em relação à área total das instalações da antiga Fábrica de Charutos Leite & Alves. Fonte: adaptado de Malheiro, 2011.

Ainda conforme o Caderno, devido à ausência de um código de obras e do Plano Diretor no momento da elaboração dos projetos, eles teriam sido desenvolvidos “[...] de acordo com as normas de preservação e intervenção do IPHAN” (Escritório de Projetos do Programa Monumenta de Cachoeira, 2020, p. 11). No entanto, não foram indicadas, no Caderno, quais seriam tais normas; nem as tratativas realizadas entre os responsáveis pelo projeto e o órgão federal de preservação. Podemos aferir apenas que, por ter sido executado, o projeto passou pela aprovação do IPHAN.

Nesse momento, faz-se necessário ponderar que, durante a realização desta pesquisa, não foi possível encontrar informações acerca de outras versões, bem como solicitações de alterações por parte do IPHAN que levariam ao projeto propriamente executado no Quarteirão Leite Alves, como foi possível ter acesso no caso do Quarteirão dos Trapiches em Laranjeiras, tratado no capítulo 2 deste volume. No entanto, enfatiza-se que essa se apresenta sim como uma possibilidade, tendo em vista que as ações sobre o Quarteirão Leite Alves se deram no mesmo contexto político, econômico e temporal das ações sobre o Quarteirão dos Trapiches. Contexto esse que, como tratado no capítulo anterior, parece interferir na relação entre processo de projeto, processo de aprovação pelo IPHAN e processo de execução das ações sobre o patrimônio edificado.

Assim, para as análises propostas, nos deteremos, no presente capítulo, ao projeto executivo fornecido pela administração do *campus* da UFRB sobre Quarteirão Leite Alves em Cachoeira, com datação de agosto de 2005 (Figuras 199 a 204); bem como à investigação dos seus autores, da empresa responsável pela execução das obras, e as percepções geradas ao visitar o *campus* e a cidade em 2024⁸³.

⁸³ A visita realizada pela autora na cidade de Cachoeira com o objetivo de registrar imagens e percepções acerca da intervenção na preexistência e sua relação com o entorno aconteceu entre os dias 12-14 de abril de 2024.

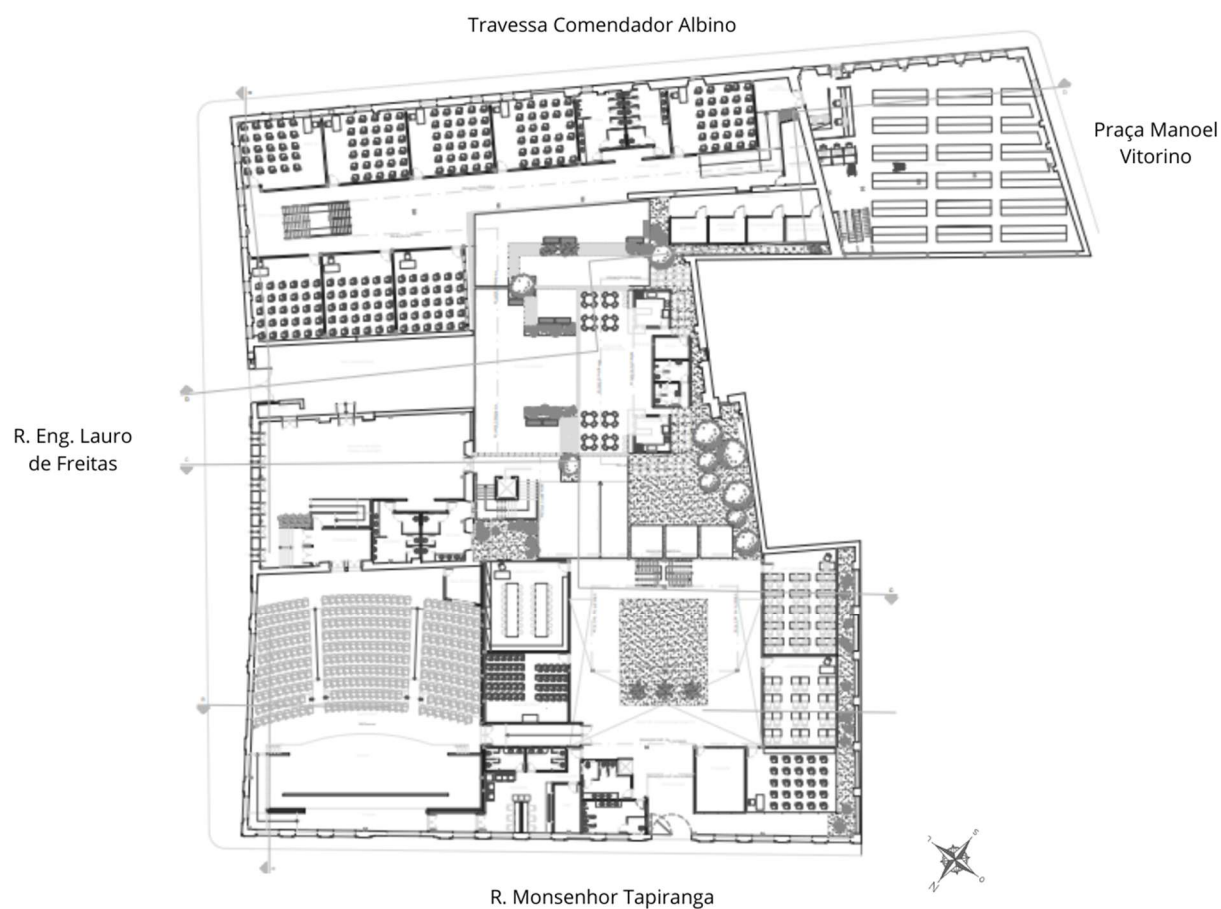


Figura 199 - Planta baixa do pavimento térreo da intervenção sobre parte das instalações da antiga Fábrica Leite & Alves para uso como *campus* universitário. Fonte: adaptado de Monumenta, 2005.

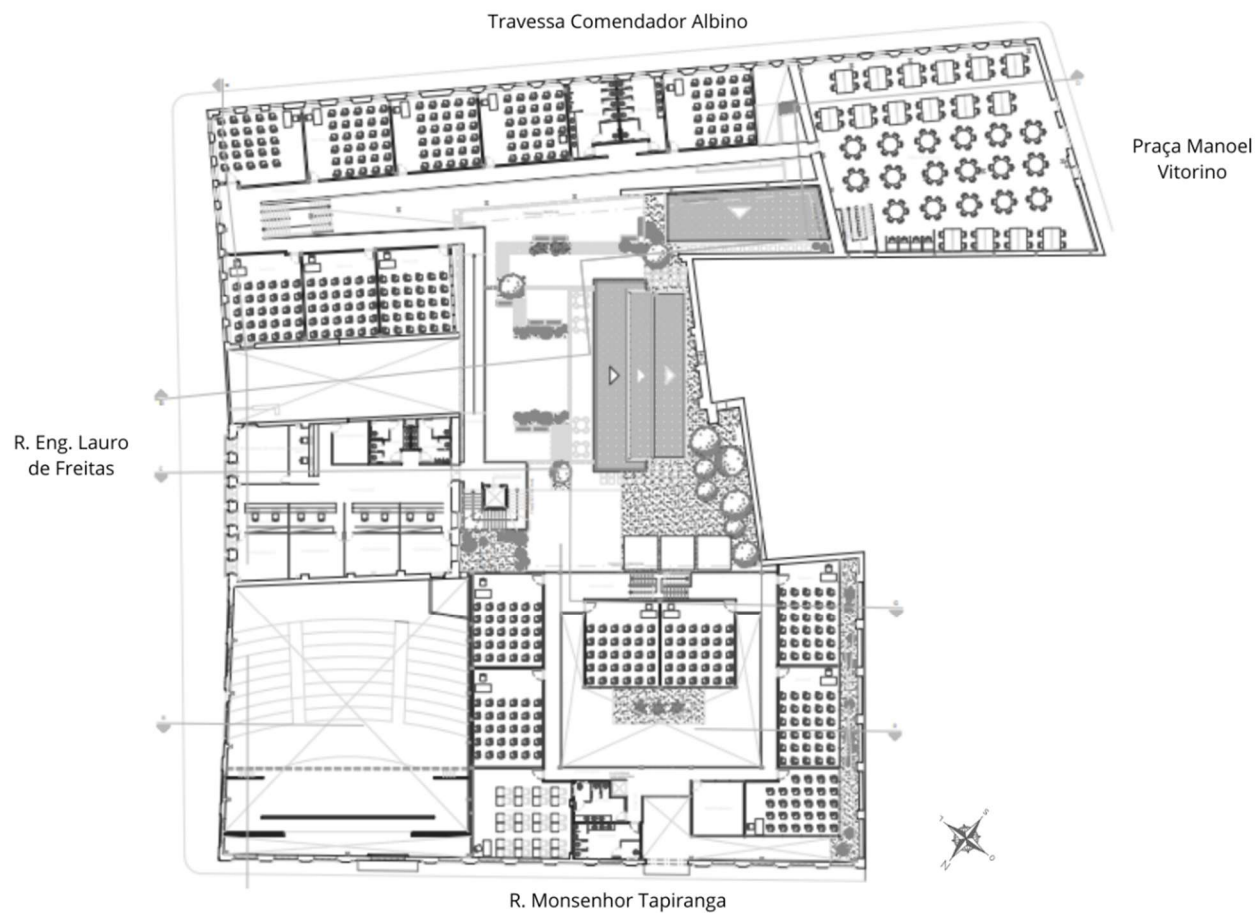


Figura 200 - Planta baixa do 1º pavimento da intervenção sobre parte das instalações da antiga Fábrica Leite & Alves para uso como *campus* universitário. Fonte: adaptado de Monumenta, 2005.

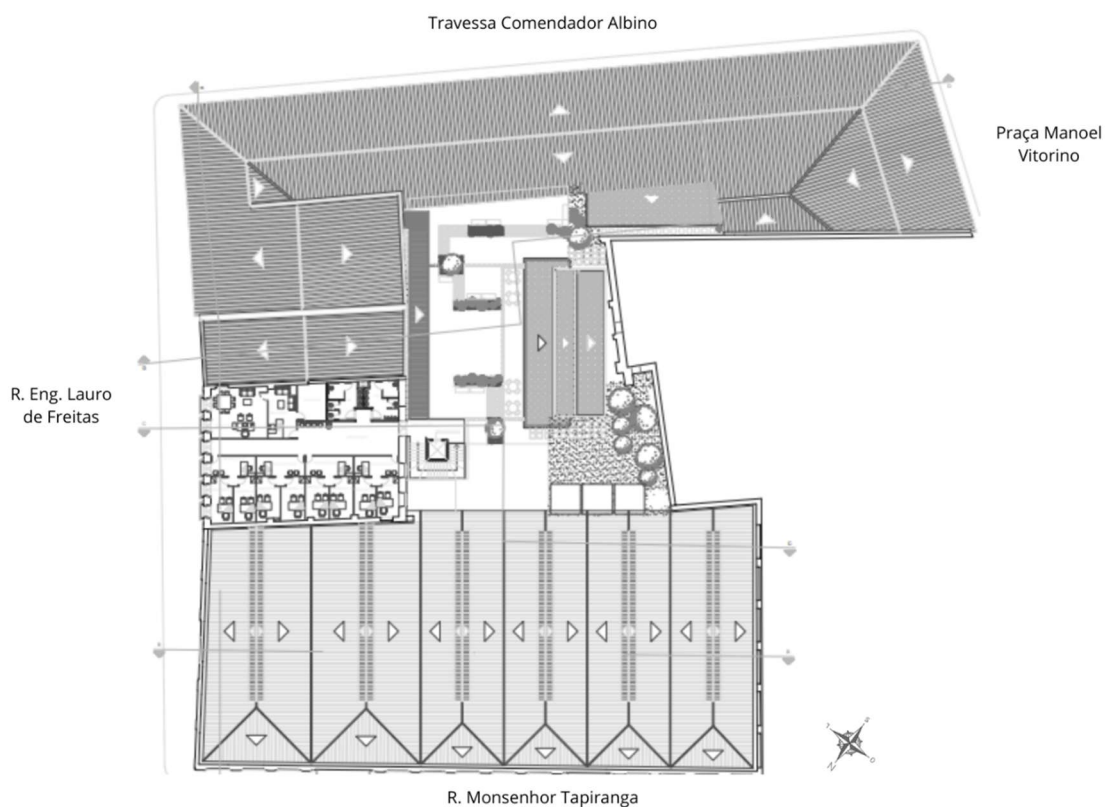


Figura 201 - Planta baixa do 2º pavimento da intervenção sobre parte das instalações da antiga Fábrica Leite & Alves para uso como *campus* universitário. Fonte: adaptado de Monumenta, 2005.

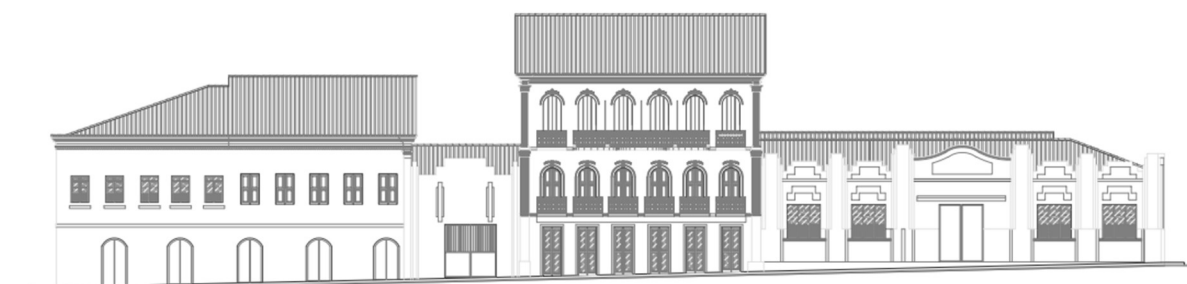


Figura 202 - Elevação voltada à R. Eng. Lauro de Freitas da intervenção sobre parte das instalações da antiga Fábrica Leite & Alves para uso como *campus* universitário. Fonte: adaptado de Monumenta, 2005.

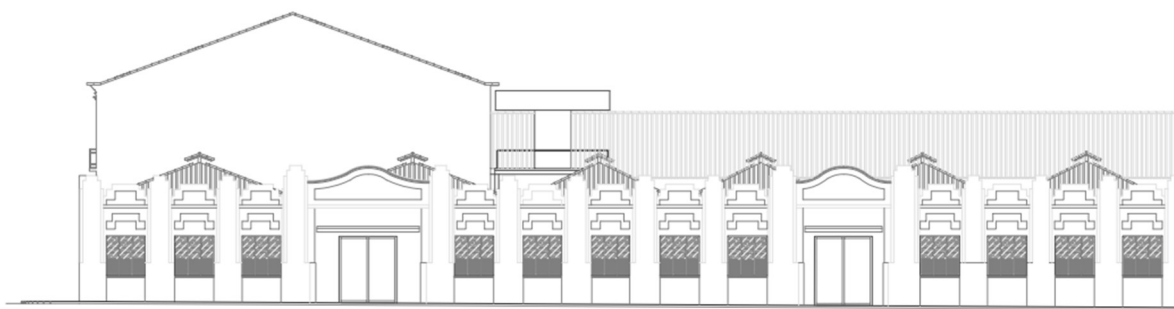


Figura 203 - Elevação voltada à R. Monsenhor Tapiranga da intervenção sobre parte das instalações da antiga Fábrica Leite & Alves para uso como *campus* universitário. Fonte: adaptado de Monumenta, 2005.

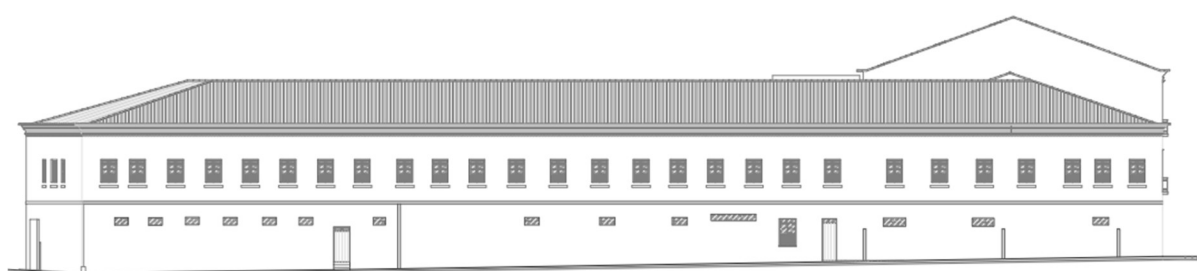


Figura 204 - Elevação voltada à Tv. Comendador Albino da intervenção sobre parte das instalações da antiga Fábrica Leite & Alves para uso como *campus* universitário. Fonte: adaptado de Monumenta, 2005.

Hoje, o Quarteirão Leite Alves abriga a sede do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da UFRB, instalado em diversos edifícios nos municípios de Cachoeira e São Félix. Conforme o site do CAHL⁸⁴, ele conta com onze cursos de Graduação relacionados com as “potencialidades da região”: Comunicação Social – Jornalismo, Comunicação Social – Publicidade e Propaganda, Licenciatura em História, Museologia, Cinema e Audiovisual, Bacharelado em Artes Visuais, Licenciatura em Artes Visuais, Serviço Social, Bacharelado em Ciências Sociais, Licenciatura em Ciências Sociais e o Tecnológico em Gestão Pública; e cinco Programas de Pós-Graduação (PPG): PPG Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas, PPG em Ciências Sociais, PPG em Comunicação, PPG em Arqueologia e Patrimônio Cultural e PPG em Políticas Sociais e Território.

⁸⁴ Disponível em: <<https://www.ufrb.edu.br/cahl/cahl>>.

Destaca-se, então, a mudança no número e nos cursos ofertados no *campus*. Antes, relacionados, segundo o Caderno de Estudos (Escritório de Projetos Programa Monumenta de Cachoeira, 2010, p. 25), a uma “demanda” da região. Hoje, segundo o CAHL, relacionados às suas “potencialidades”. Não foi possível alcançar, na presente pesquisa, a justificativa de tais mudanças – no entanto, no final deste capítulo, trataremos acerca da relação gerada a partir da escolha dos cursos abrigados no *campus* e a adesão dos moradores locais. Nos detemos, nesse momento, à ênfase de que tanto os cursos propostos inicialmente, quanto os efetivamente abrigados no *campus* relacionam-se ao chamados “usos culturais” tratados por Meneses (2017).

A partir de agora, concentraremos a reflexão acerca do projeto executado e como se encontra hoje ao visitar o *campus*. Retoma-se a abordagem metodológica escolhida para o desenvolvimento desta pesquisa no que se refere à investigação empírica *in loco*: um caminho fenomenológico que buscou registrar as percepções ao visitar a intervenção no Quarteirão Leite Alves – assim como tratado no capítulo 2 acerca do Quarteirão dos Trapiches em Laranjeiras/SE -, relacionando o resultado construído às reflexões teórico-metodológicas do campo da preservação.

A seguir (Figuras 205 a 207), tem-se plantas esquemáticas do *campus* da UFRB no Quarteirão Leite Alves (referentes ao térreo, 1º pavimento e 2º pavimento) que representam o percurso realizado por meio da indicação de pontos numerados, semelhante ao proposto para o Quarteirão dos Trapiches no capítulo anterior. A sequência crescente dos números reflete a ordem em que os pontos foram visitados e as setas indicam o sentido da visada das fotos registradas. Em cada visada a ser detalhada a seguir, a planta esquemática referente será retomada.

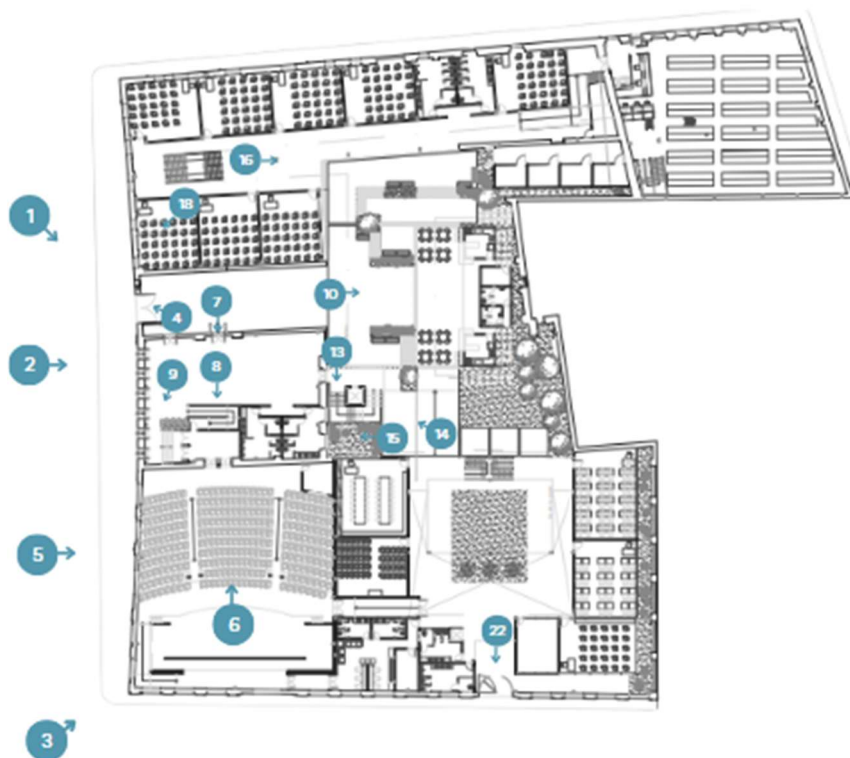


Figura 205 – Planta esquemática do percurso realizado referente ao pav. térreo do Quarteirão Leite Alves. Fonte: adaptado de Monumenta, 2005.

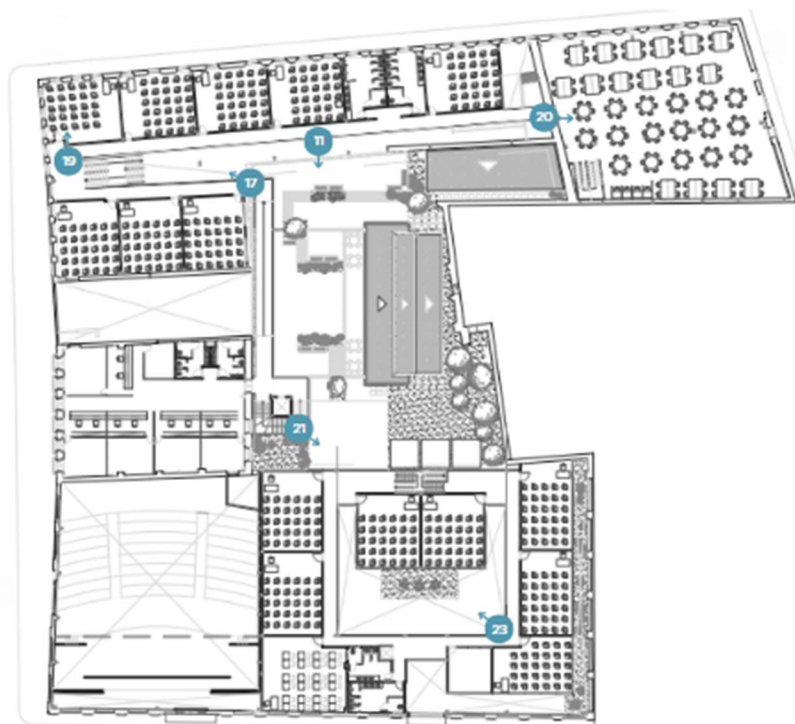


Figura 206 – Planta esquemática do percurso realizado referente ao 1º pav. do Quarteirão Leite Alves. Fonte: adaptado de Monumenta, 2005.

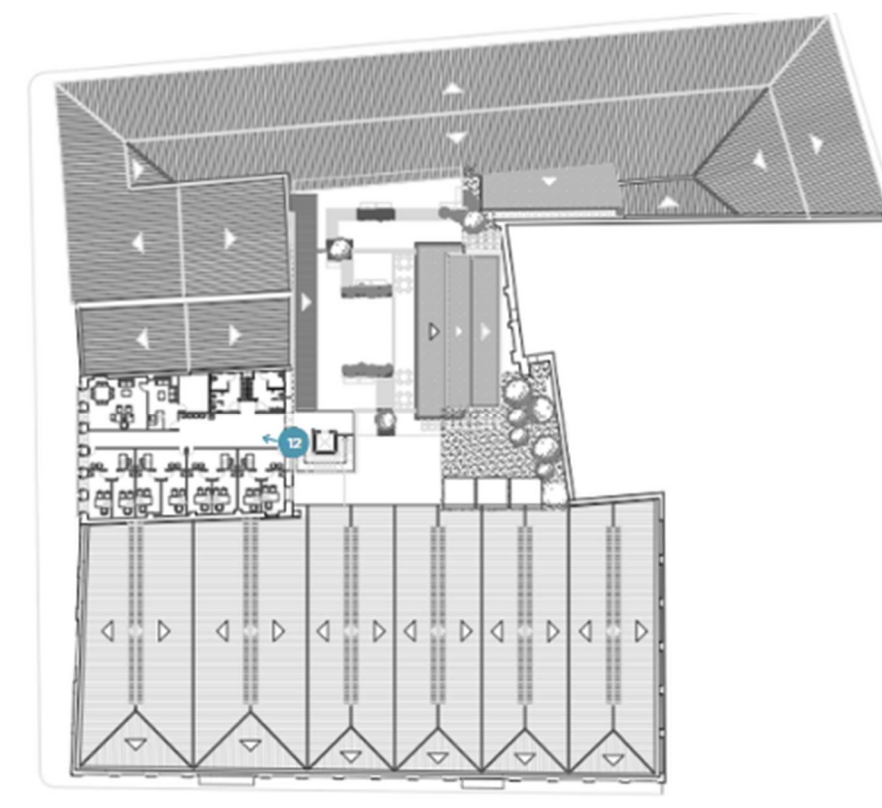


Figura 207 – Planta esquemática do percurso realizado referente ao 2º pav. do Quarteirão Leite Alves. Fonte: adaptado de Monumenta, 2005.

...

Como já comentado, o Quarteirão Leite Alves se encontra no centro comercial da cidade, rodeado por sobrados, edificações térreas e importantes marcos da cidade como a antiga Estação Ferroviária e a ponte D. Pedro II. Numa primeira visão de quem chega à Cachoeira pela BR-420, o maior edifício do “quarteirão” se destaca no entorno de ruas sinuosas de paralelepípedos que conformam o conjunto urbano cachoeirano (Figuras 208 e 209):

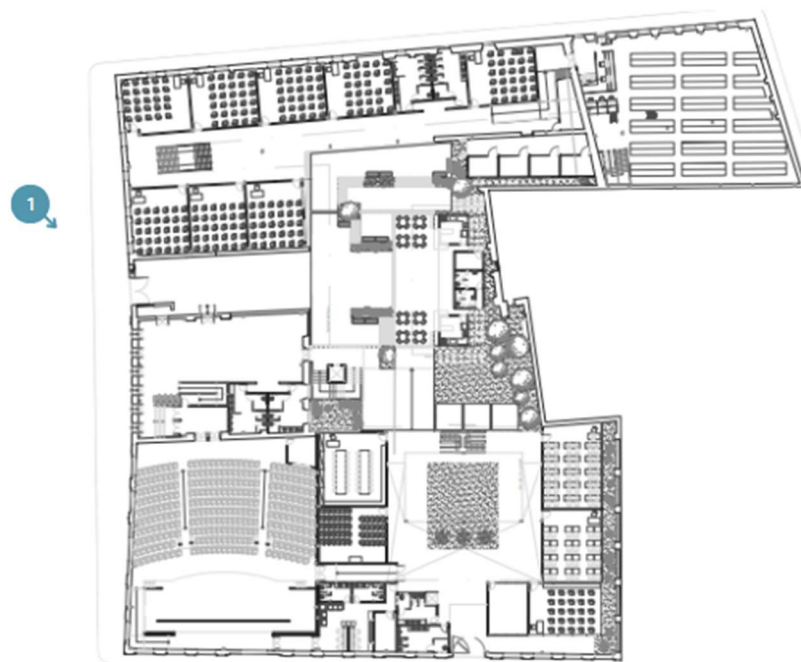


Figura 208 – Primeira visada ao alcançar o Quarteirão Leite Alves durante o percurso realizado. Fonte: adaptado de Monumenta, 2005.



Figura 209 – Setor majoritariamente comercial no conjunto urbano de Cachoeira. No centro e mais ao fundo da figura, o edifício de maior gabarito do Quarteirão Leite Alves, voltado à R. Eng. Lauro de Freitas. Fonte: a autora, 2024.

Na fachada principal do Quarteirão Leite Alves (Figuras 210 a 212) voltada à R. Eng. Lauro de Freitas (que abriga o *hall* de acesso ao *campus*) encontramos uma placa de identificação do “quarteirão” como as antigas instalações da fábrica de Charutos Leite & Alves, bem como o estado de degradação avançado em que ele se encontrava (conforme a placa, restando basicamente só a caixa mural). Constam ainda informações acerca da intervenção executada: as ações teriam sido baseadas na “adaptação e modificação” da sua estrutura interna para o uso universitário.

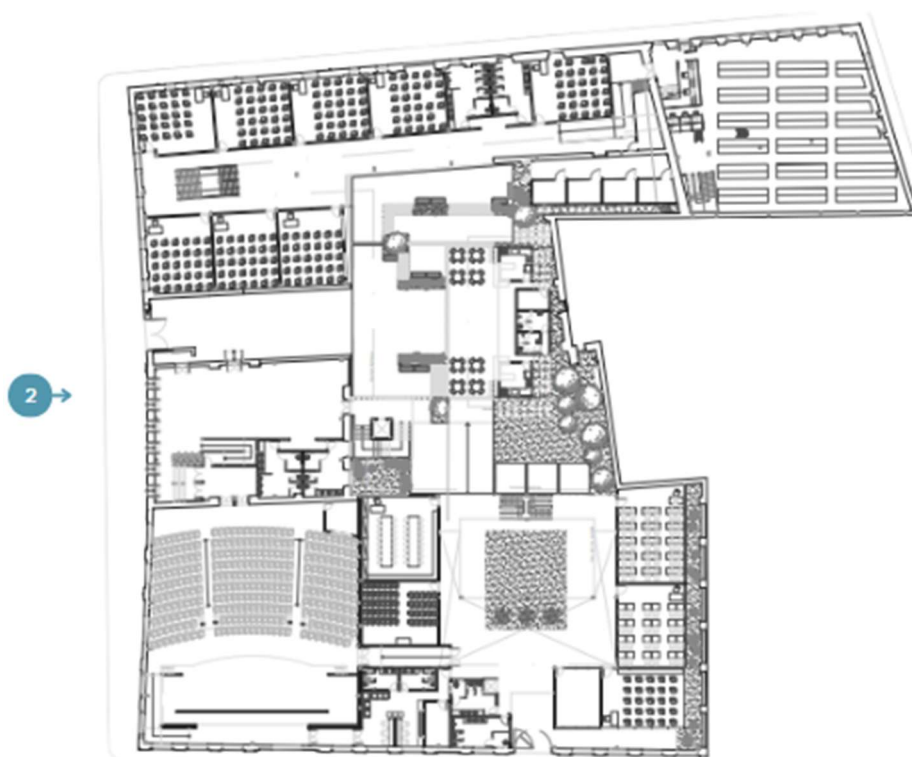


Figura 210 – Visada da fachada principal do *campus* durante o percurso realizado.

Fonte: adaptado de Monumenta, 2005.



Figura 211 – Fachada principal do Quarteirão Leite Alves pós-intervenção, com *hall* de acesso à esquerda do edifício de maior gabarito. Fonte: a autora, 2024.



Figura 212 – Placa com identificação do “quarteirão”, assim como do estado de degradação avançado em que ele se encontrava e da adaptação da sua estrutura interna. Fonte: a autora, 2024.

Aqui, identificamos uma diferença em relação às ações voltadas ao Quarteirão dos Trapiches em Laranjeiras: em Cachoeira, a intervenção no Quarteirão Leite Alves documenta a si própria de forma clara, logo na entrada principal do complexo. Documentação essa que se mostra como uma ação fundamentada no campo da preservação, tendo em vista que a necessidade de registrar as ações tomadas sobre o bem de valor patrimonial aparecem, por exemplo, já nas intervenções executadas por Viollet le-Duc no século XIX. Baseando-se ainda em Riegl, reitera-se a importância da documentação no que se refere ao reconhecimento da pertinência relativa das ações tomadas em cada intervenção, que estão diretamente ligadas ao seu tempo histórico. Assim, o registro das ações sobre ele desempenhadas se apresenta como uma das possibilidades de transmissão das diversas camadas atravessadas por ele no decorrer do tempo. Por outro lado, propomos a reflexão acerca de uma possível inversão na hierarquia entre uso e preservação do bem a partir da afirmação de que as ações tomadas seriam baseadas na “adaptação e modificação” da sua estrutura interna para o uso universitário: elas não deveriam ser baseadas na preservação do bem e do conjunto no qual está inserido?

Ainda a partir da visão externa ao Quarteirão Leite Alves, destacamos a forma e a escala das aberturas recuperadas por meio do resgate das fachadas voltadas à R. Eng. Lauro de Freitas e R. Monsenhor Tapiranga, que remetem, dentre outros, à antiga necessidade de carga e descarga vinculada à atividade fabril (Figuras 213 a 217).

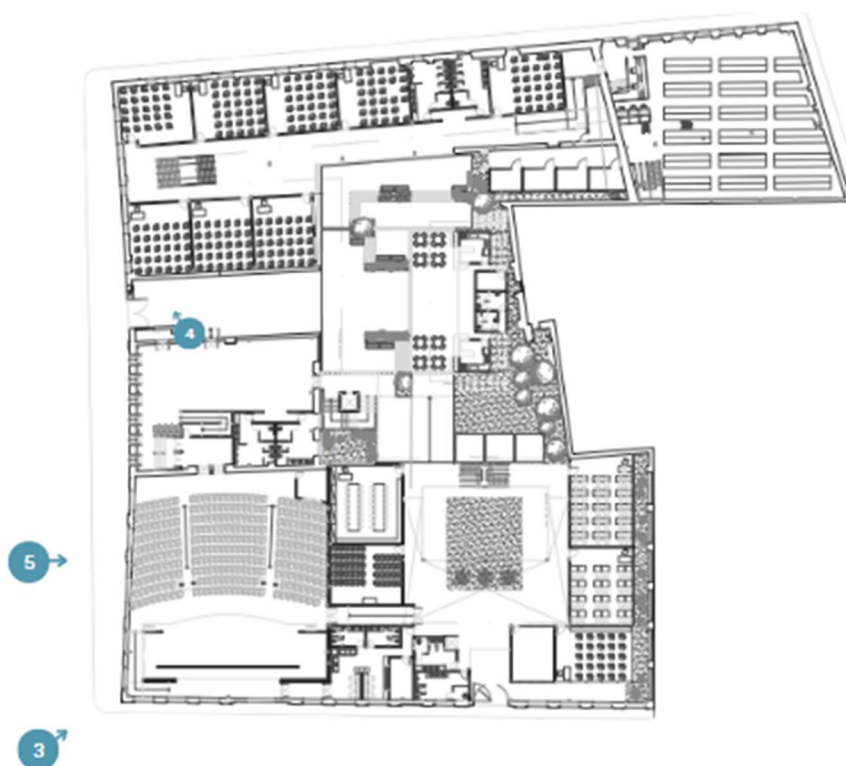
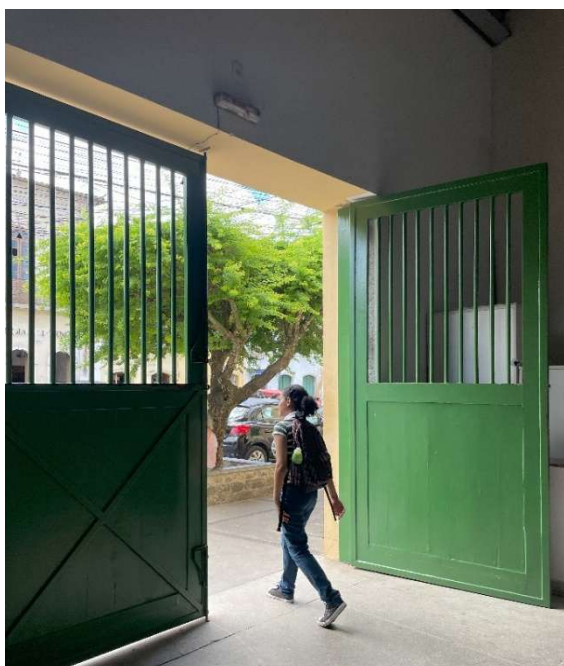


Figura 213 – Visadas das fachadas voltadas às ruas à R. Eng. Lauro de Freitas e R. Monsenhor Tapiranga e ao adentrar o *campus* durante o percurso realizado. Fonte: adaptado de Monumenta, 2005.



Figura 214 – Fachadas voltadas à R. Eng. Lauro de Freitas e R. Monsenhor Tapiranga pós-intervenção. Fonte: a autora, 2024.



4



5

Figuras 215 a 217 – Destaque para a forma e escala das aberturas voltadas ao antigo uso fabril, com esquadrias reconstituídas. Fonte: a autora, 2024.

A partir da verificação do estado da materialidade remanescente das fachadas do “quarteirão” no estado pré-intervenção por meio da iconografia disponível, compreendemos a possibilidade da sua recuperação em vias de resgatar a unidade potencial do conjunto, parcialmente perdida. No entanto, conforme Mota (2014, p. 195), “as fachadas foram inteiramente reconstituídas, apesar do nível de degradação em que se encontravam antes da reforma, em relação à argamassa de revestimento e elementos decorativos, como frisos e cimalha”. Assim, levantamos indícios de um tratamento estilístico das fachadas principais, semelhante ao tratado no capítulo anterior sobre do Quarteirão dos Trapiches. Indícios esses que apontam para o distanciamento de ações histórico-críticas e para a manutenção da postura relacionada

à busca por um “estado idealizado do bem”, característica dos anos iniciais do IPHAN e que ainda parece se manter influente, agora também no que se trata das ações voltadas ao Quarteirão Leite Alves em Cachoeira.

Ademais, questionamos a ausência de justificativas no Caderno de Estudos (Escritório de Projetos do Programa Monumenta de Cachoeira, 2010) acerca do modo como as esquadrias foram reinseridas. Estas parecem ter sido reconstituídas com base nas peças originais - sem, contudo, distinguibilidade que permita a leitura clara das novas inserções. Nota-se, ainda, que grande parte das esquadrias por todas as fachadas encontram-se fechadas, com destaque para as grandes portas e janelas voltadas à tipologia fabril citadas anteriormente, características marcantes do conjunto em questão.

Nesse sentido, a partir do resgate dos poucos registros das obras realizadas, Brendle (2017) esclarece que alguns desses vãos, ainda passíveis de recuperação por meio do resgate da sua caixa mural, foram mantidos vedados por alvenaria cerâmica⁸⁵ (Figuras 218 e 219):

⁸⁵ Por meio do estudo das imagens pré-intervenção disponíveis e aqui registradas, verificamos que muitas das aberturas originais da antiga fábrica foram vedadas por blocos cerâmicos em algum momento após o seu fechamento e abandono. Nesse sentido, no que se refere aos vãos aqui discutidos, não pudemos verificar se foram vedados pelas ações do Programa Monumenta ou já estavam vedados no início dos anos 2000, no momento pré-intervenção. Contudo, pode-se verificar que, após a intervenção, eles encontram-se vedados.



Figuras 218 e 219 – Registro das vedações internas das esquadrias voltada à R. Monsenhor Tapiranga. Fonte: Projeto Cachoeira, Monumenta-EPROM, 2006 *in* Brendle, 2017.

Assim, verificamos que os vãos sugeridos a partir de uma perspectiva externa do “quarteirão” por meio do “resgate” das esquadrias em *art decò* na verdade não mais existem - haja vista que estão vedados. Sob um olhar mais atento ao alcançar tais fachadas “recuperadas” percebemos que, para além das esquadrias estarem fechadas, elas sustentam, conforme aponta Brendle (2017), uma estrutura de fechamento interna visível (em cinza) a partir do vidro das peças reconstituídas. Logo, entendemos que a intervenção gerou a criação de um cenário sobre o bem a ser preservado, que sofreu danos a autenticidade da sua materialidade (Figuras 220 e 221):



Figuras 220 e 221 – Detalhe para o fechamento interno das esquadrias reconstituídas na fachada voltada à R. Monsenhor Tapiranga. Fonte: a autora, 2024.

Fechamento interno esse que reflete diretamente a desvinculação entre a proposição de uso pelo projeto de intervenção e a materialidade preexistente que o abriga. A partir da verificação da planta do pavimento térreo, tem-se que, internamente a tais esquadrias isoladas por fechamentos internos, encontra-se o auditório do *campus*. Assim, do lado interno, há uma estrutura moderna, totalmente isolada e capaz de desempenhar seu uso de forma satisfatória. Por fora, tem-se janelas e portas “falsas”, haja vista que não podem ser efetivamente utilizadas e, mais grave, nem são notadas a partir do interior do auditório - que se apresenta “descolado” da materialidade preexistente, apesar de possuir a caixa mural do *campus* como parte da sua vedação (Figuras 222 a 224).

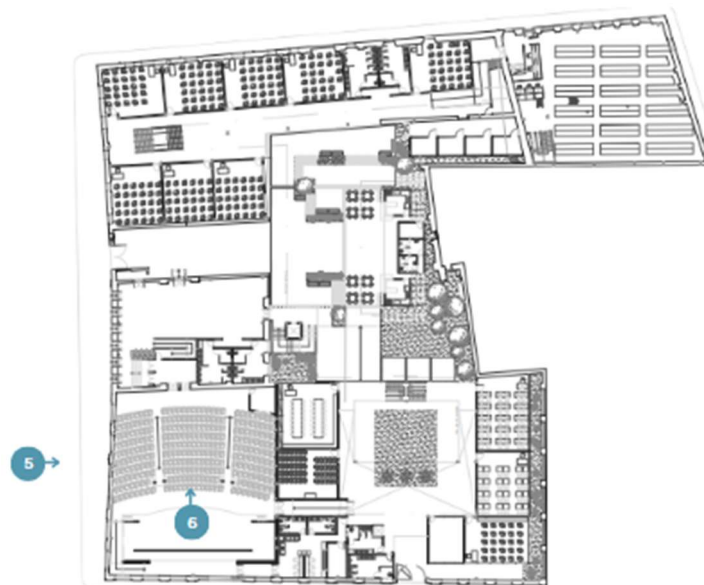


Figura 222 – Indicação das visadas externa e interna ao auditório do *campus* por meio do percurso realizado. Fonte: adaptado de Monumenta, 2005.



5



6

Figuras 223 e 224 – Vistas externas e internas da área onde localiza-se o auditório do *campus* no Quarteirão Leite Alves. Na vista externa, tem-se a fachada voltada à R. Eng. Lauro de Freitas. Na vista interna, a vedação lateral esquerda trata-se da fachada mencionada. Destaque para o isolamento entre o uso e edifício que o abriga. Fonte: a autora, 2024.

Dando continuidade ao percurso (Figura 225), ao adentrar o *hall* de acesso ao *campus* tem-se, do lado direito, o remodelamento da cavidade interna do edifício de maior gabarito do “quarteirão”. Há, no pavimento térreo, a entrada do *foyer* do auditório citado anteriormente, com estruturas contemporâneas de gesso para exposição de arte. As aberturas remanescentes da antiga edificação também se encontram fechadas, mas podem ser visualizadas da parte interna e permitem a entrada de luz natural (Figuras 226 a 228).

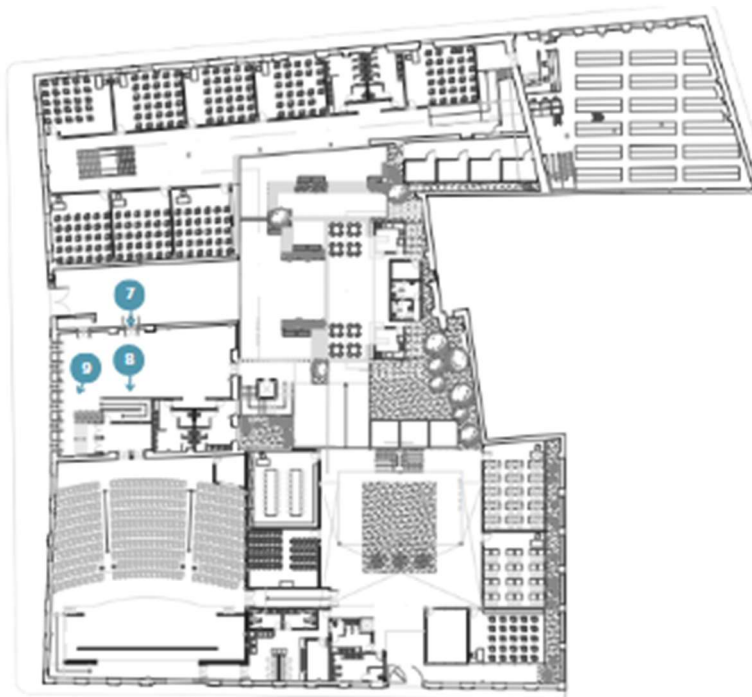


Figura 225 – Percurso realizado ao adentrar o hall de entrada do *campus* e o *foyer* do auditório. Fonte: adaptado de Monumenta, 2005.



7



8



9

Figuras 226 a 228 – Interior do Quarteirão Leite Alves, com entrada do *foyer* (esquerda), galeria de arte (meio) e escada que leva ao auditório (direita). Fonte: a autora, 2024.

Voltando ao *hall* de acesso e o atravessando, alcançamos uma área descoberta de convivência e o novo edifício construído para abrigar a cantina do *campus*. Nesse setor, encontra-se também uma escada e a torre de elevador que leva até os pavimentos superiores. Todos os novos edifícios mostram-se contemporâneos, com características formais resumidas à estrutura metálica e de concreto armado (Figuras 229 a 238).

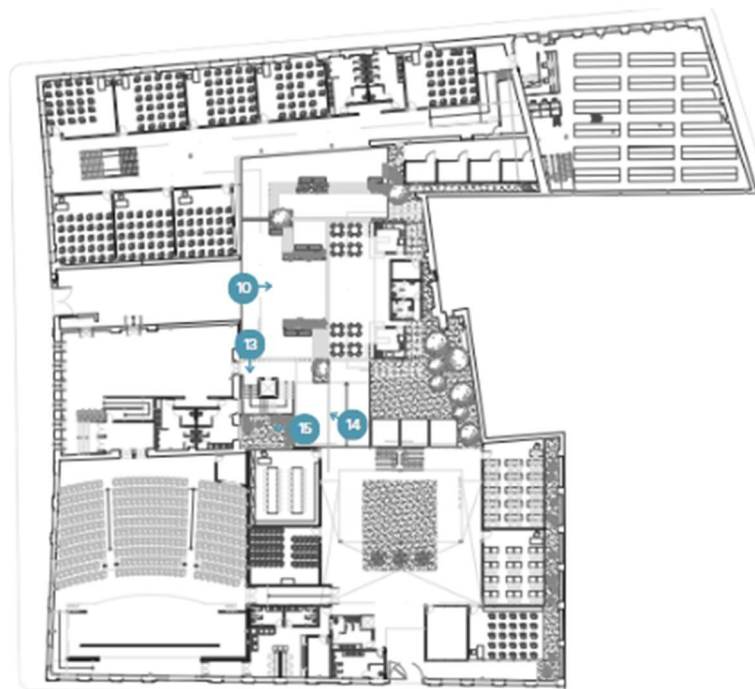


Figura 229 – Planta esquemática do pav. térreo com o percurso realizado para os registros do setor central e interno do Quarteirão Leite Alves. Fonte: adaptado de Monumenta, 2005.

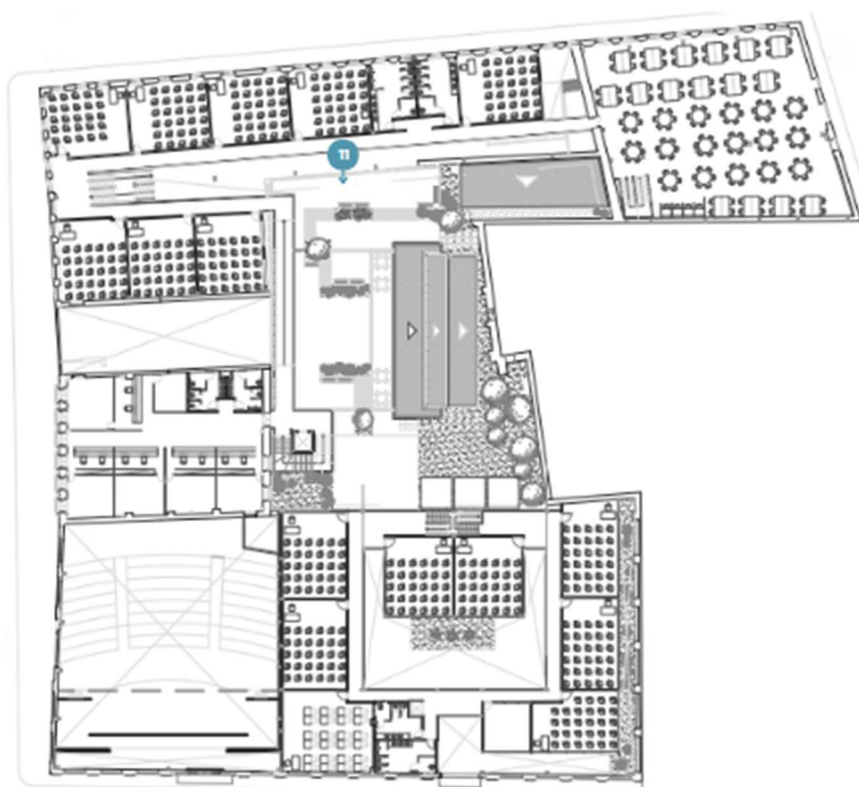


Figura 230 – Planta esquemática do 1º pav. com o percurso realizado para os registros do setor central e interno do Quarteirão Leite Alves. Fonte: adaptado de Monumenta, 2005.

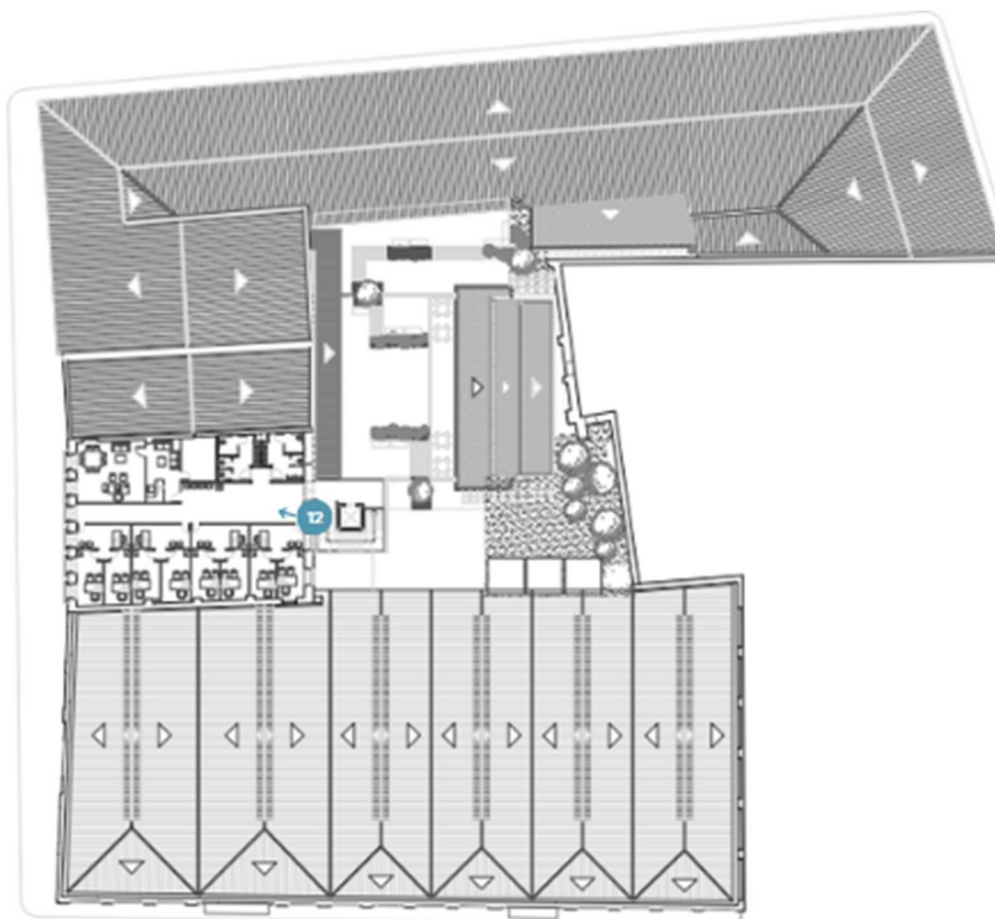


Figura 231 – Planta esquemática do 2º pav. com o percurso realizado para os registros do setor central e interno do Quarteirão Leite Alves. Fonte: adaptado de Monumenta, 2005.



10



11

Figuras 232 e 233 – Vista da área interna descoberta do *campus*. À esquerda, a cantina; à direita, varandas que levam a um dos pavilhões de salas de aula – ambos notadamente contemporâneos. Fonte: a autora, 2024.



12

Figura 234 – Um dos andares administrativos do *campus*, localizado no 2º pav. do prédio de maior gabarito do Quarteirão Leite Alves. Fonte: a autora, 2024.



13



14



15



Figuras 235 a 238 – Única parede destacadamente preexistente e incorporada à intervenção. Destaque para as diversas estruturas que interferem na sua plena leitura. Fonte: a autora, 2024.

De forma geral, percebemos, no interior do “quarteirão”, pouca referência e integração das novas inserções a partir da leitura da materialidade preexistente. A única parede destacadamente antiga percebida durante a visita encontra-se encoberta pela estrutura robusta da escada e da torre de elevador – estrutura essa que causa grande impacto visual em relação à parede preservada. Ademais, essa região também abriga um grande número de caixas de ar-condicionado que contribui com os prejuízos na leitura da materialidade antiga. Por fim, não há compatibilização entre o nível do patamar da escada e as antigas aberturas incorporadas à intervenção, bem como são instaladas estruturas de suporte diretamente conectadas à materialidade preexistente, podendo contribuir para a sua degradação.

Nesse sentido, o contato com a aparentemente única parede interna remanescente da antiga fábrica suscita questionamentos sobre a pouca documentação da intervenção sobre si mesma. Pouco se tem disponível acerca da situação interna do quarteirão pré-intervenção, bem como poucos são os registros das obras disponíveis para a consulta – no Caderno de Estudos (Escritório de Projetos do Programa Monumenta de Cachoeira, 2010), fala-se apenas do vazio interno que caracterizava o “quarteirão”. Assim, diversos questionamentos são levantados: só essa parede interna atravessou os anos e resistiu ao estado de ruína? Qual o estado do seu revestimento pré-intervenção? Se possuía algum revestimento, a sua retirada e exposição dos tijolos foi encarada como tratamento decorativo ou como ação de preservação?

Nesse sentido, Brendle (2017) aponta que a inserção de novas construções no interior da quadra exigiu diversas demolições do material antigo (Figuras 239 e 240), e que as novas inserções não se articulam com a morfologia dos extratos originais remanescentes.



Figuras 239 e 240 – Imagens de destruição de parte da materialidade pré-existente no interior do “quarteirão”. Fonte: Projeto Cachoeira, Monumenta EPROM, 2006 *in* Brendle (2017).

Como exemplo de tais falhas na leitura do antigo para a proposição do projeto do novo, Brendle (2017) trata ainda da torre de elevador que altera a espacialidade e os dados ambientais do entorno do Quarteirão, comprometendo parte da conformação urbana de Cachoeira (Figuras 241 e 242).



Figura 241 e 242 – Vista do Quarteirão Leite Alves a partir da margem oposta o rio Paraguaçu, em São Félix (Figura à esquerda) e da Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Monte (Figura à direita). Detalhe para a torre de elevador que interfere de forma não harmônica no conjunto urbano. Fonte: Brendle, 2017; e a autora, 2024.

Apoiando-se em Rodrigues (2017), pode-se aferir que, a partir da não qualificação da condição arruinada do quarteirão, as ações do Programa Monumenta se distanciam das recomendações do campo voltadas a esse recorte patrimonial no que se refere à

conservação dos fragmentos e facilitação da sua leitura. Assim, a intervenção parece ignorar essa fase atravessada pelo bem, ligada diretamente aos aspectos históricos vividos pela cidade no seu período de isolamento socioeconômico e utiliza-se do “vazio” da cavidade interna gerado pela condição de ruína apenas como campo de atuação para a construção do novo complexo universitário, com destruições não documentadas de seus fragmentos – gerando, assim, danos ao material autêntico remanescente.

De volta ao percurso realizado no Quarteirão Leite Alves, e sob a perspectiva de quem entra pelo *hall* de acesso, encontra-se, do lado esquerdo, um pavilhão de aulas onde a maioria das salas têm como uma das suas vedações a própria fachada da antiga fábrica; além da área onde foi inserida a biblioteca (Figuras 243 a 250).

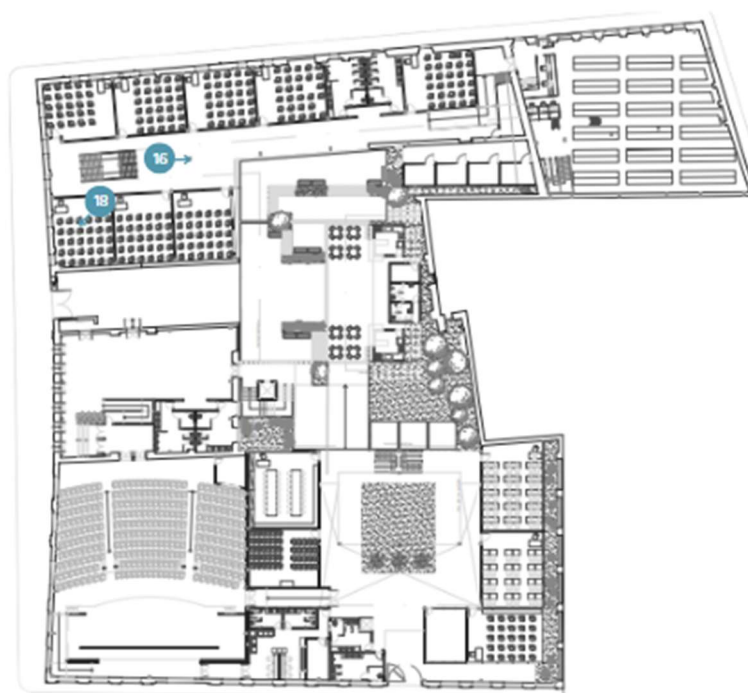


Figura 243 – Planta esquemática do pav. térreo com o percurso realizado em um dos pavilhões de salas de aula do Quarteirão Leite Alves e na biblioteca. Fonte: adaptado de Monumenta, 2005.

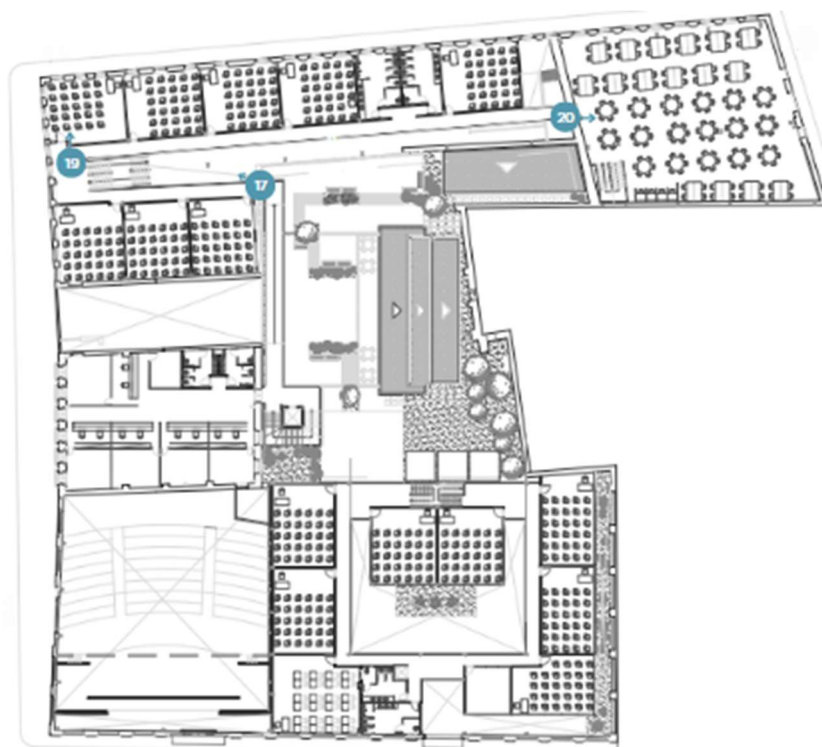
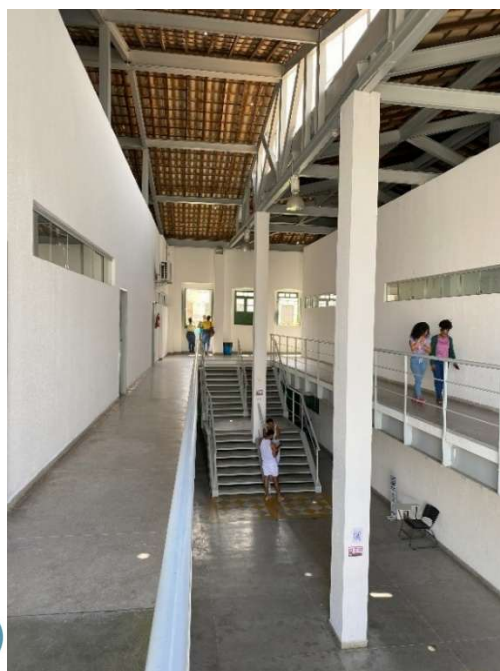


Figura 244 – Planta esquemática do 1º pav. com o percurso realizado em um dos pavilhões de salas de aula do Quarteirão Leite Alves e na biblioteca. Fonte: adaptado de Monumenta, 2005.



16



17



18



19

Figuras 245 a 248 – Área de circulação e salas de aula no pav. térreo (figuras da esquerda) e no 1º pav. (figuras da direita), com as fachadas voltadas à R. Eng. Lauro de Freitas e Tv. Comendador Albino como uma de suas vedações. Detalhe para a preservação das esquadrias, inclusive portas (fechadas). Fonte: a autora, 2024.



Figuras 249 e 250 – Biblioteca do *campus* da URFB no 1º pav. Detalhe para o amplo vão alcançado por meio da intervenção. Fonte: a autora, 2024.

Já à extrema direita do *hall* de entrada do *campus*, há o segundo pavilhão de aulas, localizado onde existiam os antigos galpões dispostos perpendicularmente à R. Monsenhor Tapiranga. O espaço é dividido de forma a abrigar uma área de convivência no centro, rodeada por salas de aula e laboratórios, além de um pavimento superior com mezanino para abrigar mais uma série de salas de aula (Figuras 251 a 252).

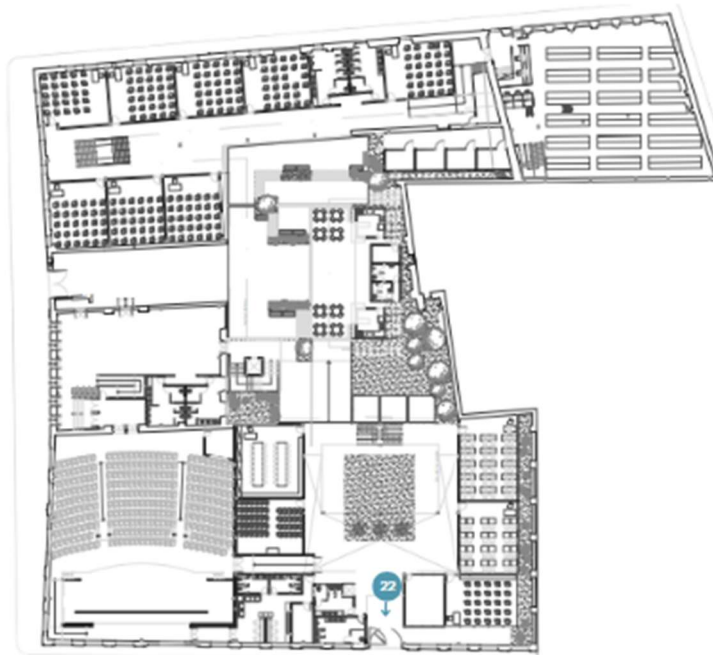


Figura 251 – Planta esquemática do pav. térreo com o percurso realizado no pavilhão de salas de aula do Quarteirão Leite Alves com fachada voltada à R. Monsenhor Tapiranga. Fonte: adaptado de Monumenta, 2005.

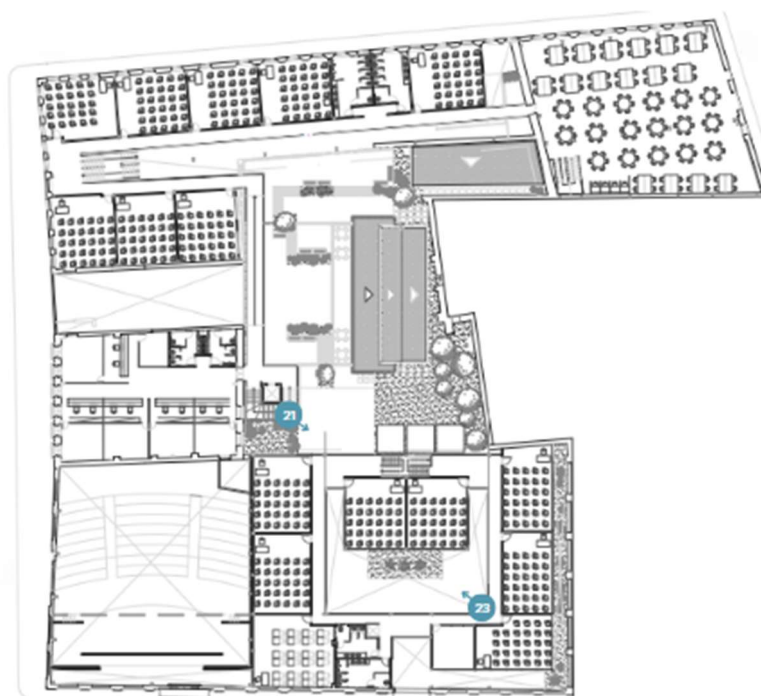


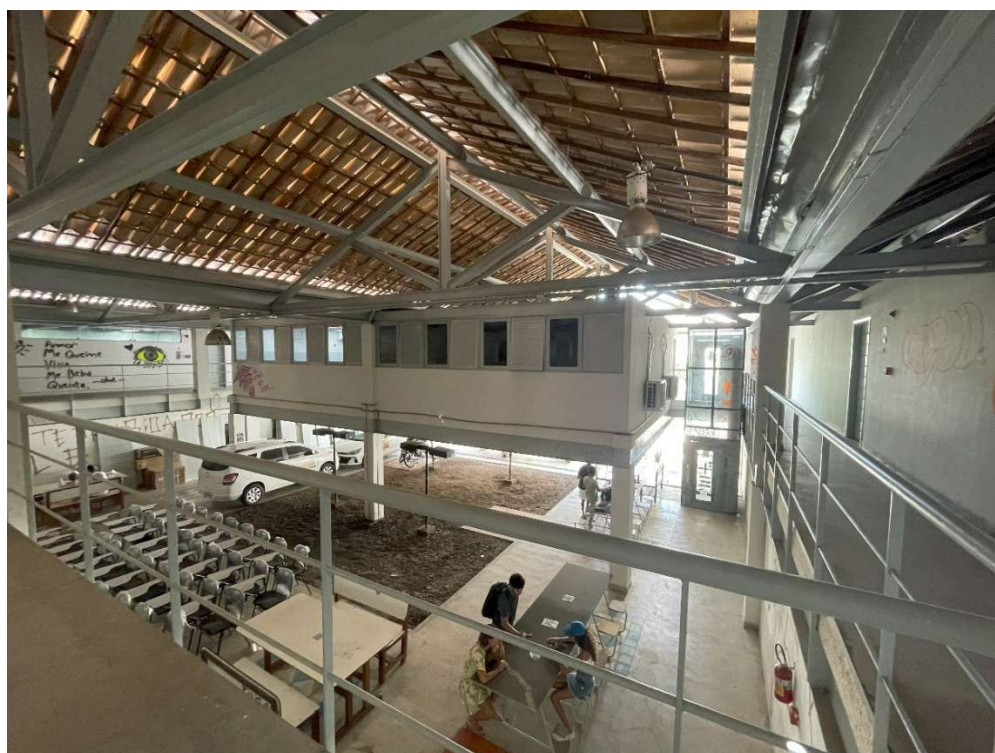
Figura 252 – Planta esquemática do 1º pav. com o percurso realizado no pavilhão de salas de aula do Quarteirão Leite Alves com fachada voltada à R. Monsenhor Tapiranga. Fonte: adaptado de Monumenta, 2005.



21



22



23

Figuras 253 a 258 – Pavilhão de aulas situada na área dos antigos galpões perpendiculares à R. Mon. Tapiranga. Detalhe para o resgate da volumetria, uso de técnicas contemporâneas, e o isolamento de uma das portas resgatadas. Fonte: a autora, 2024.

Após o percurso realizado no Quarteirão Leite Alves, verificamos que o resgate das altas coberturas e dos amplos vãos característicos da estrutura fabril parece ter

sido valorizado no projeto voltado às áreas de circulação e convivência dos pavilhões de salas de aula a partir da recuperação da sua volumetria. Devido à ausência de forro, pode-se visualizar as grandes tesouras e todo o talhamento (ambos claramente novos, com tesouras metálicas e telhas cerâmicas), trazendo a percepção de adentrar a um amplo galpão de fábrica.

Tratando do exposto acerca da preservação da unidade compositiva dos bens cujo valor recai sobre o conjunto urbano do qual fazem parte, verificamos, no capítulo 1, a necessidade de consideração de tais conjuntos como monumentos únicos (mas vivos), cuja preservação se daria pela manutenção de massas e espaços que o conformam como tal, com o objetivo de apreender a sua “essência” na proposição de adaptações necessárias à vida contemporânea. Nesse sentido, identifica-se uma aproximação entre as ações propostas relacionadas ao resgate da volumetria da antiga fábrica e a reflexão teórica do campo da preservação a partir da apreensão da “essência” fabril. No entanto, o deslocamento entre uso e preexistência ainda se faz presente, principalmente pela incorporação das esquadrias às salas de aula: nesse movimento, ao invés de incorporar também seu uso, as janelas permanecem quase sempre fechadas (devido ao uso do ar-condicionado) e as portas não são utilizadas.

Retomemos a análise do conteúdo do Caderno de Estudos, elaborado pelo Escritório de Projetos do Programa Monumenta na cidade e que apresenta como sua finalidade a apresentação das ações de “recuperação e adequação da ruína para a instalação do *campus* da UFRB”, tratado anteriormente. Ao ler o Caderno, verificamos ausências teórico-metodológicas refletidas no resultado construído, semelhante ao aferido no caso do Quarteirão dos Trapiches no capítulo anterior: há, por um lado, ações aparentemente alinhadas às reflexões do campo da preservação, como a recuperação volumétrica do “quarteirão” a partir do princípio da distinguibilidade (verificada a partir da percepção ao adentrar os novos pavilhões de aulas); por outro, percebe-se simplificações executivas e ausência de dados e justificativas de certas ações tomadas, como o detalhamento acerca das ações sobre os fragmentos remanescentes no interior do “quarteirão” e da escolha em posicionar o auditório a partir da geração de simulações cenográficas de esquadrias na sua caixa mural.

Aferimos, então, inconsistências teórico-metodológicas no documento que se reflete nas ações executadas no Quarteirão Leite Alves em Cachoeira: o projeto executado apresenta soluções diversas no que se refere ao tratamento do material antigo, semelhante ao ocorrido no Quarteirão dos Trapiches em Laranjeiras após as alterações exigidas e adaptações aparentemente desenroladas no decorrer das obras. Nesse sentido, não foi possível identificar, na busca empreendida acerca da verificação da capacitação dos profissionais e empresas envolvidos no caso cachoeirano, os responsáveis técnicos pela redação do Caderno e elaboração dos projetos executivos – apenas que seriam vinculados ao Programa Monumenta. Por outro lado, foi possível identificar a empresa responsável pela execução das obras: Uchôa Construções – segundo ela própria, uma empresa especializada na execução de obras públicas que trabalha para “[...] atender projetos de construção civil que atendem às necessidades da comunidade e contribuem para o desenvolvimento das cidades”⁸⁶. Como escopo de trabalho, a Uchôa Construções destaca a execução de avenidas, mercados, quadras, usinas, hospitais e serviços de saneamento e drenagem. No entanto, não trata da capacitação e especialização do seu corpo técnico no que se refere a intervenções sobre o patrimônio edificado urbano.

Assim, a partir da investigação aqui empreendida, podemos identificar indícios semelhantes ao caso investigado no capítulo anterior acerca da complexa relação entre processo de projeto, processo de fiscalização pelo IPHAN e processo executivo – englobando a fragilidade na contratação e capacitação de profissionais e empresas envolvidas (com o agravante do possível afastamento de profissionais capacitados, como ocorrido no caso de Laranjeiras) e questões de ordem e política e econômica definidoras das ações executadas principalmente no que se refere aos usos propostos.

Portanto, semelhante ao caso do Quarteirão dos Trapiches em Laranjeiras, identificamos, agora no Quarteirão Leite Alves, uma relação não de desconhecimento das reflexões teórico-metodológicas do campo, mas de inconsistências entre elas e as soluções projetuais tomadas.

⁸⁶ Disponível em: < <https://www.uchoaconstrucoes.com.br/nosso-trabalho>>. Acesso em: 03 mai 2025.

Ainda, tratando das inserções contemporâneas propostas como forma de adaptar o espaço à nova função universitária, pode-se aferir que prevalecem soluções simplificadas – assim como o verificado no Quarteirão dos Trapiches –, podendo ser resumidas pela inclusão da nova estrutura mista (de peças metálicas e em concreto armado) sem uma integração histórico-crítica entre o antigo e o novo. Logo, entendendo as ações de intervenção também como uma questão de qualidade projetual, destacamos a fragilidade na leitura do antigo e na proposição do novo a partir da integração com um fazer arquitetônico comprometido com o seu tempo histórico em favor de simplificações executadas por profissionais sem clara especialização no campo da preservação.

Como exemplo de uma intervenção que apresenta uma postura histórico-crítica frente à preservação do patrimônio edificado urbano com adaptações contemporâneas, citamos o projeto de Paulo Ormino de Azevedo de 1987 para a criação do centro cultural Dannemann, em São Félix, cidade-irmã de Cachoeira e localizada na margem oposta do Rio Paraguaçu. Neste projeto, Ormino ainda nos anos 1980, debruçou-se sobre um problema semelhante ao encontrado no Quarteirão Leite Alves no início dos anos 2000: a necessidade de recuperação das fachadas antigas e adaptações internas ao novo uso. No entanto, o tratamento empregado pelo arquiteto difere do tratamento do Monumenta para a implantação do *campus* da UFRB no Quarteirão Leite Alves (Figuras 259 a 262).



Figuras 259 e 260 – Centro Cultural Dannemann, vista externa (esquerda) e interna, a partir do seu pátio central (direita). Fonte: Clênio Sierra, *in A cidade e a História*, 2020⁸⁷.



Figuras 261 e 262 – À esquerda, área interna do Centro Cultural Dannemann. À direita, detalhe do pilar em madeira e sua integração com o edifício antigo. Fonte: Clênio Sierra, *in A cidade e a História*, 2020 (esquerda); a autora, 2024 (direita).

Conforme Azevedo (1991), o projeto desenvolvido tratou da restauração das fachadas e criação de um espaço interno para nova função num antigo armazém de fumo do fim do século XX, localizado próximo ao local onde funcionava a antiga Fábrica de Charutos Dannemann⁸⁸.

O antigo armazém, que foi transformado em garagem de ônibus e depósito de sucata, sustentava ainda a elegância da sua fachada principal com características neoclássicas (Azevedo, 1991) – situação pré-intervenção que apresenta semelhanças ao estado de ruína do Quarteirão Leite Alves em que o Monumenta se deparou no fim dos anos 2000 no que se refere à manutenção da caixa mural e ao vazio interno gerado pelo processo de abandono e degradação no decorrer do tempo.

⁸⁷ Disponível em: <<https://acidadeeahistoria.blogspot.com/2020/02/visitando-o-centro-dannemann.html>>. Acesso em: 03 mai 2025.

⁸⁸ A intervenção não se deu no local exato onde funcionou a antiga fábrica pois o edifício que a abrigava foi arruinado, demolido e seu terreno já era ocupado por uma praça no momento da intervenção.

Assim, Azevedo (1991) apresenta a concepção do espaço cultural a partir da demanda da criação de áreas de exposição, salas para realização de oficinas e um “fabríco” demonstrativo da produção de charutos, dentre outros. Tais espaços deveriam ser, ainda, flexíveis, a fim de permitir a adaptação a diversos usos, mas “aconchegantes”, sem perder a sensibilidade nas soluções a serem adotadas. Desse modo:

A ideia básica do projeto foi estruturar o centro cultural em função do pátio central, que passaria a ser o elemento catalisador e integrador dos demais espaços. [...] Construtivamente, procurou-se valorizar a tradição artesanal local, especialmente de trabalhos em madeira [...]. A estrutura do telhado é constituída por ágeis tesouras de maçaranduba, que saltam sobre colunas e sustentam a cobertura de telhas de barro claro com frestas de vidro que escoam os raios de sol, criando uma atmosfera luminosa e fresca no interior dos galpões. Essa luz valoriza a textura dos materiais, como a tijoleira em espinha de peixe do pavimento térreo, o assoalho de pau-d’arco do mezanino, os embrechados de seixos rolados do pátio e a cal ondulada das velhas paredes. Sustentam as galerias do pátio os gigantes de maçaranduba em forma de pilão, tema que é retomado no tronco de repuxo com bacias hiperbólicas de pedra-sabão. Treliças e venezianas em aspas revivem um elemento esquecido da arquitetura tradicional, a transparência das gelosias e quebra ventos mudéjares (Azevedo, 1991, p. 74).

Desse modo, nota-se a delicadeza e sensibilidade do arquiteto na elaboração de um projeto do novo capaz de ressaltar a materialidade antiga, preservando seus atributos e colocando-se como mais uma camada histórica que agrega significado ao bem. Delicadeza e sensibilidade essas que parecem não serem tão presentes na intervenção do Quarteirão Leite Alves, do outro lado do Paraguaçu.

De volta às reflexões acerca da intervenção do Monumenta, buscamos considerar, ainda nesta pesquisa, as questões relacionadas à conservação integrada. Nesse sentido, verificamos, por meio do exposto em Farias (2018) o grande investimento aplicado pelo Monumenta por toda a cidade, com ações voltadas à revitalização de

logradouros, obras em edifícios públicos, religiosos e facilitação de financiamento para a recuperação de imóveis privados, além das obras direcionadas ao Quarteirão Leite Alves para a implantação de um *campus* universitário.

Assim, desde o início, o Projeto Cachoeira demonstrou intencionalidade na aplicação de recursos de preservação do patrimônio que envolvessem diversas esferas socioeconômicas e culturais, com o objetivo de melhorar a condição de vida local e incentivar a permanência dos habitantes no centro tombado, indo no encontro das indicações da conservação integrada tratadas no capítulo 1.

Ao visitar a cidade hoje, é possível verificar a preservação de diversos desses edifícios e logradouros, assim como um considerável movimento de pessoas (naturais da cidade ou vindos de outras regiões) e variedade de serviços. No entanto, diversos ainda são os edifícios em alto grau de degradação e em ruínas, como o antigo Hotel Colombo que colapsou recentemente (Figuras 263).



Figura 263 – Praça Góes Calmom e arredores, às margens do rio Paraguaçu, na área do antigo Porto de Cachoeira. Detalhe para o conjunto edificado remanescente e para as ruínas do antigo Hotel Colombo. Fonte: A autora, 2024.

No que se refere às ações da UFRB, destacamos a utilização de diversos edifícios fora do “quarteirão” com o objetivo de suprir a demanda universitária. Tais ações contribuem também para uma maior apropriação entre o sujeito e o conjunto urbano reconhecido nacionalmente – evitando a percepção de um *campus* fechado sobre si mesmo, como visto em Laranjeiras no capítulo 2, onde os espaços universitários se

resumem ao próprio Quarteirão dos Trapiches e aos containers inseridos numa área próxima.

Percebe-se, ao caminhar por Cachoeira, a presença de pessoas que a percorrem em busca de diferentes serviços, sejam eles ligados diretamente aos cursos; seja indiretamente, como comércio em geral, restaurantes, repúblicas, pousadas e locais de encontro e permanência. Ademais, seja pela maior adesão da cidade ao programa do Monumenta para o financiamento para a recuperação de imóveis privados⁸⁹, seja por conta da localização geográfica de Cachoeira mais afastada de grandes centros urbanos⁹⁰, verifica-se, de forma mais consistente do que o caso de Laranjeiras, o maior número de estudantes que efetivamente vive no centro urbano antigo de Cachoeira, promovendo uma relação mais permeável entre cidade e universidade.

No entanto, conforme Freitas Neto (2018), os resultados alcançados pela intervenção do Monumenta na cidade no que se refere à priorização de ações voltadas ao habitante local e à melhoria da sua qualidade de vida se mostram aquém do esperado. Tratando mais especificamente das ações referentes à intervenção no Quarteirão Leite Alves para abrigar o CAHL – UFRB, Freitas Neto (2018) destaca a importante contribuição de conferir uma função social ao patrimônio edificado em estado de abandono. Contudo, apesar do impacto positivo da implantação do *campus* para o crescimento econômico de Cachoeira, algumas considerações precisam ser feitas no que se refere à apropriação do ambiente universitário pela população local.

Nesse sentido, até 2015, cerca de 10% dos estudantes ativos nos cursos de graduação e pós-graduação declararam ser naturais da cidade. Ou seja, o número de cachoeiranos que se beneficiaram dos cursos ofertados pelo *campus* ainda era pouco expressivo nos primeiros anos da sua inauguração no Quarteirão Leite Alves. Já no que se refere ao quadro de pessoal efetivo e terceirizado do *campus*, tem-se que nenhum dos docentes até 2015 seriam naturais da cidade; bem como apenas 2 dos técnicos

⁸⁹ Conforme Diogo [org.], 2009, apenas 1 contrato para o financiamento de recuperação de imóveis privados em Laranjeiras foi assinado até 2009, enquanto 28 foram assinados em Cachoeira.

⁹⁰ Cachoeira fica a 120km de Salvador, enquanto Laranjeiras dista apenas 20km da capital Aracaju.

administrativos o seriam; enquanto dos 57 trabalhadores terceirizados, 48 teriam sido ocupados por funcionários declarados cachoeiranos (Freitas Neto, 2018).

Ainda, a Comissão Própria de Avaliação da UFRB realizou, em 2012, o primeiro ciclo de avaliação com opinião da comunidade externa sobre a contribuição da universidade para o município. Na avaliação, 69,63% dos pesquisados relevou não ter conhecimento sobre os projetos da UFRB para a comunidade externa. Ademais, ao serem questionados acerca dos aspectos negativos, ponderou-se sobre o aumento do custo de vida e a maior incidência de violência na cidade. Desse modo, conforme Freitas Neto (2018), apesar dos benefícios gerais da vinda do *campus* à cidade serem responsáveis por uma guinada socioeconômica em Cachoeira, os moradores naturais da cidade não foram os maiores beneficiados com a sua implantação.

Devido a lacuna de informações mais atuais encontrada na presente pesquisa, destacamos ainda a pertinência de investigações futuras acerca de uma nova coleta de dados quantitativos e qualitativos referentes à apropriação dos moradores locais ao uso universitário. Assim, se poderá verificar de maneira mais acertada o alcance das potencialidades do Programa Monumenta na realidade local com o passar do tempo.

3.3. Considerações Parciais

Neste capítulo, nos debruçamos na investigação empírica a fim de cumprir os dois últimos objetivos específicos propostos (aqui, voltados ao segundo caso de estudo, o Quarteirão Leite Alves), sendo eles:

- Identificar os valores reconhecidos no conjunto urbano de Cachoeira (BA) – bem como os atributos que transmitiriam tais valores – a partir do respectivo processo de tombamento e das justificativas do Programa Monumenta para as ações propostas; e
- Caracterizar a prática intervencionista adotada nos casos estudados. Inseridos no Programa Monumenta, a partir do resultado construído e relacioná-la com os princípios fundamentais norteadores e as proposições da conservação integrada, tendo em vista as especificidades no tratamento do patrimônio urbano e das ruínas de valor patrimonial;

Após a investigação empreendida no tópico 3.1 relacionada ao conjunto arquitetônico e urbanístico de Cachoeira por meio do estudo do seu processo de tombamento, apreendemos, assim como no caso de Laranjeiras, que o conjunto de valores reconhecidos a nível federal trata dos valores históricos, artísticos e simbólicos referentes a sua própria condição de **conjunto**. Ainda, pudemos identificar os atributos materiais capazes de transmitir os valores reconhecidos: as características formais e compositivas do seu acervo arquitetônico e arranjo urbano, assim como a condição destes como palco dos movimentos de independência do país. Nesse sentido, destacamos o objeto empírico da reflexão empreendida neste capítulo: o Quarteirão Leite Alves, localizado no setor comercial da cidade e próximo a importantes marcos do seu conjunto urbano, como a antiga Estação Ferroviária e a Ponte D. Pedro II. Ademais, no “quarteirão”, a área objeto de intervenção pelo Programa Monumenta para a implantação de um *campus* universitário da UFRB tratou-se das instalações de uma antiga fábrica de charutos, símbolo da forte tradição fumageira da cidade nos séculos passados, encontrada em estado abandono e de ruína no fim dos anos 2000.

Tratando dos atributos imateriais capazes de transmitir os valores reconhecidos no conjunto urbano cachoeirano, identificamos, por meio do levantamento empreendido, as tradições seculares que permanecem na cultura local – a exemplo das festas religiosas, das formas de expressão e dos ofícios tradicionais. Ou seja, os atributos imateriais recairiam sobre os habitantes locais e sua relação com a cidade. Imaterialidade essa reconhecida por meio do Registro Especial como Patrimônio Imaterial da Bahia, no caso da Festa de Nossa Senhora D’Ajuda; e investigada pelo IPHAN por meio do mapeamento das referências culturais do território de Cachoeira (Chuva, 2008) sob o olhar da indissociabilidade entre a materialidade e imaterialidade do patrimônio cultural.

Logo, tendo isso em vista e a partir do referencial teórico tratado no capítulo 1, entendemos que as ações de preservação a serem tomadas sobre Cachoeira também deveriam partir da consideração dos seus valores de forma a preservar os atributos identificados sob a luz do conceito de patrimônio urbano e da conservação integrada, com foco na relação cidade-habitante.

Ademais, investigamos se houve o reconhecimento dos edifícios em ruínas como atributos que agregariam valor ao conjunto urbano de Cachoeira. Nesse sentido, apesar do reconhecimento da presença das ruínas na cidade desde os anos 1960, verificamos que, no processo de tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de Cachoeira, tal reconhecimento se deu apenas como um estado de degradação a ser revertido. Assim, confirmando o exposto em Rodrigues (2017), pelo fato das ruínas de Cachoeira não serem entendidas como qualificadores do conjunto tombado sob os aspectos histórico, artístico ou simbólico (aspectos esses relacionados aos objetos em ruínas em contextos patrimoniais, como visto no capítulo 1), não se identificou, no seu processo de tombamento, indicações visando a preservação de tal estado.

Ainda, a partir do estudo de valores e atributos referentes ao reconhecimento do conjunto urbano de Cachoeira como patrimônio nacional, identificamos que o Quarteirão Leite Alves, estando em uma das zonas mais relevantes da cidade e caracterizando-se como uma destacada composição do conjunto, configura-se, por meio da sua materialidade, como um atributo significativo na transmissão dos valores históricos e artísticos. Sob a luz do conceito de patrimônio urbano, as intervenções sobre ele impostas deveriam, então, assegurar a unidade do conjunto e preservar a sua forma e composição, além de propor adaptações necessárias às novas demandas de uso que, no entanto, sejam capazes de absorver e transmitir a “essência” do bem a ser preservado.

A partir da análise do Caderno de Estudos (Escritório de Projetos do Programa Monumenta de Cachoeira, 2010), verificamos que o Programa Monumenta reconheceu o estado de ruína sustentado pelo Quarteirão Leite Alves apenas como um estado de degradação, não como condição agregadora de mais uma camada de valores históricos, estéticos ou simbólicos ao conjunto urbano do qual faz parte. Ademais, identificamos, ainda por meio da leitura do Caderno, a proposição de ações voltadas aos valores formais e de uso do “quarteirão”, que deveriam ser preservados a partir da recomposição da sua caixa mural e das inserções contemporâneas no seu interior. No entanto, verificamos que a pouca dedicação na construção de uma integração harmoniosa e funcional entre as novas inserções e a preexistência se apresenta de forma problemática no resultado construído.

Desse modo, a partir da reflexão desempenhada no tópico 3.2, identificamos, num primeiro olhar sobre as ações executadas, que a intervenção do Monumenta no Quarteirão Leite Alves apresenta certo alinhamento à reflexão teórico-metodológica do campo sob o viés do patrimônio urbano. Tal alinhamento se daria a partir do resgate da sua caixa mural (que em parte ainda sustentava integridade o suficiente para sua recuperação formal, enquanto em outros setores se encontrava já em alto grau de degradação; e da sua volumetria, por meio da recuperação das suas coberturas que referenciam a sua antiga conformação fabril. No entanto, numa observação mais aproximada, verificamos fragilidades e inconsistências importantes.

Numa valorização da preexistência que parece se resumir às ações voltadas à recuperação formal da sua caixa mural, levantamos questionamentos acerca dos indícios do tratamento estilístico das fachadas principais. Indícios esses que apontam para a manutenção da postura relacionada à uma busca pelo “estado idealizado do bem”, característica dos anos iniciais do IPHAN e que ainda parece se manter influente, agora também no que se trata das ações voltadas ao Quarteirão Leite Alves em Cachoeira.

Ademais, indicamos, como ponto crítico da intervenção, as falhas de compatibilização e integração entre adaptações de uso e a materialidade pré-existente. Tais falhas estariam refletidas, principalmente, na reconstituição das esquadrias externas da área onde foi incluído o auditório do *campus* e no seu isolamento em relação ao uso proposto. Externamente, há a reintrodução de peças reconstituídas “tal qual eram”, não distinguíveis a qualquer observador desavisado. Internamente, há o total descolamento com a materialidade preexistente, onde pode-se, inclusive, esquecer que a nova estrutura teria partido de uma intervenção sobre o patrimônio edificado urbano reconhecido.

Além disso, a nova estrutura interna, apesar de apresentar, sim, distinguibilidade e retrabalhabilidade por meio da escolha de materiais e técnicas contemporâneas, falha no que se refere à sensibilidade na leitura da materialidade antiga e nas escolhas projetuais que buscassem a integração histórico-crítica entre o antigo e o novo. Considerando as ações de intervenção sobre o patrimônio edificado também como uma questão de qualidade projetual, destacamos que, apesar da aplicação dos princípios

citados, o resultado encontrado hoje distancia-se de um fazer arquitetônico sensível que permitiria a leitura dos valores de conjunto por meio da preservação do material antigo autêntico, ao mesmo tempo que a intervenção se coloca como uma ação crítica do presente. A partir da referência ao projeto de Paulo Ormino de Azevedo para o Centro Cultural Dannemann em São Félix, cidade-irmã de Cachoeira, pôde-se verificar a possibilidade de tal integração funcional e estética entre interior-exterior no mesmo contexto de reconhecimento patrimonial – tratamento diverso do ocorrido no Quarteirão Leite Alves.

Para além da mínima intervenção e da compatibilidade de técnicas e materiais em relação à recuperação da caixa mural e do aproveitamento do seu vazio interno gerado a partir de uma condição de ruína ignorada como camada estética e histórica do bem, a intervenção do Monumenta no Quarteirão Leite Alves gera a percepção da criação de cenários que serviriam apenas para “emoldurar” a inserção do novo no conjunto. Longe da integração, a intervenção demonstra a priorização do uso em detrimento da própria materialidade do bem, pois os atributos que transmitiram os valores reconhecidos nacionalmente passam a ser apenas uma casca para a inserção de uma nova e simplificada arquitetura para atender aos novos usos propostos. Nesse formato, o bem se adapta ao uso, quando o indicado da discussão teórico-metodológica do campo da preservação trata exatamente do oposto: a pertinência da inclusão da função social do patrimônio edificado urbano, desde que tal uso seja capaz de adaptar-se ao bem a ser preservado. Nesse sentido, enfatizamos que o uso pode e deve contribuir para a preservação do bem, mas jamais prejudicar sua apreensão de forma autêntica.

Já no que se refere à investigação das ações do Monumenta na intervenção do Quarteirão Leite Alves para abrigar o *campus* do CAHL/UFRB em Cachoeira sob o conceito da conservação integrada, identificamos que as iniciativas do Programa se apresentaram, desde o início, com o objetivo de envolver as esferas socioeconômicas e culturais com o objetivo de melhorar a condição de vida local e incentivar a permanência dos habitantes no centro tombado – voltando-se, portanto, ao “sujeito principal da cultura” (Meneses, 2006). No entanto, apesar da relevância do uso proposto ao aliar a preservação do patrimônio urbano à interiorização do ensino público superior,

verificamos que os resultados alcançados no que se refere à priorização de ações voltadas ao habitante local se mostraram aquém do esperado: apesar impacto positivo na economia, os moradores naturais de Cachoeira não foram os maiores beneficiados com a sua implantação. Resultado esse que pode ter sido gerado a partir de falhas na leitura do território no que se refere à escolha dos cursos a partir de demandas reais da população, voltados, principalmente, ao horizonte do dia a dia cachoeirano e das suas oportunidades de trabalho. Ou seja, voltado às demandas onde a cultura efetivamente se faz presente.

Ainda, a partir das inconsistências teórico-metodológicas identificadas nas ações voltadas ao Quarteirão Leite Alves, identificamos indícios que apontam semelhanças ao caso investigado no capítulo referente ao Quarteirão dos Trapiches em Laranjeiras acerca da complexa relação entre processo de projeto, processo de fiscalização pelo IPHAN e processo executivo. Tais indícios englobam a fragilidade na capacitação de profissionais e empresas envolvidas (como visto a partir do escopo de trabalho da Uchôa Construções, responsável pela execução das obras); e questões de ordem e política e econômica definidoras das ações executadas principalmente no que se refere aos usos propostos (tendo em vista a semelhante aproximação dos cursos ofertados aos chamados “usos culturais”); e a manutenção da postura estilística como característica da atuação IPHAN (a partir de uma valorização sobre a preexistência que parece resumir-se aos aspectos formais das suas fachadas). No entanto, destacamos a lacuna de informações referentes a projetos anteriores e sua relação com as exigências vindas do IPHAN; bem como as justificativas para a escolha dos cursos a serem abrigados no *campus* da UFRB em Cachoeira – voltados, assim como ocorrido em Laranjeiras, para o “uso cultural da cultura” (Meneses, 2017). Lacunas essas que se apresentam como uma interessante oportunidade para investigações futuras.

Portanto, assim como em Laranjeiras, identificamos, agora no Quarteirão Leite Alves, uma relação não de desconhecimento das reflexões teórico-metodológicas do campo, mas de inconsistências e distanciamento entre elas e as soluções adotadas.

4.0 | Considerações Finais: aproximações, afastamentos, interferências e potencialidades

Esta pesquisa partiu da problemática central relacionada à relação de aproximações e afastamentos entre a prática intervencionista brasileira e as reflexões teórico-metodológicas do campo da preservação do patrimônio cultural desde o início da atuação do IPHAN – o órgão de caráter federal de preservação brasileiro. Dentro de tal problemática, a pesquisa concentrou seus esforços sobre a prática recente a partir das ações do Programa Monumenta, uma relevante política pública que atuou em todas as regiões do país entre o fim dos anos 1990 e início dos anos 2010 e que apresenta ainda hoje forte influência no exercício preservacionista em questão.

Para tanto, definiu-se como objetos empíricos o Quarteirão dos Trapiches em Laranjeiras/SE e o Quarteirão Leite Alves em Cachoeira/BA, sobre os quais incidiriam as investigações aqui propostas. No entanto, enfatizamos que não buscamos compreender a postura geral do Monumenta a partir de apenas duas das suas intervenções; bem como não buscamos generalizar a prática preservacionista nacional a partir de tais casos⁹¹. De fato, buscamos contribuir com a comunidade acadêmica e com os órgãos de preservação a partir da investigação de duas intervenções de destaque do Programa que, apesar de sustentar um aparente alinhamento a um dos seus objetivos principais (aliar a preservação do patrimônio urbano nacional ao desenvolvimento socioeconômico e cultural das cidades que os abrigam), demonstraram inconsistências teórico-metodológicas, assim como indícios de que a postura relacionada à “tradição institucional⁹²” do IPHAN ainda se mostra influente na prática intervencionista nacional.

⁹¹ Nesse sentido, entendemos, ainda, a pluralidade característica de um programa de dimensões como o Monumenta. Assim, as investigações contribuíram, na verdade, para identificar pontos que podem gerar pesquisas futuras, como as diferenças de composição das UEPs responsáveis por cada intervenção, bem como a sua relação com as superintendências locais do IPHAN e os resultados obtidos na finalização de suas ações - aqui, demonstrada a partir de distinções encontradas entre os casos estudados.

⁹² Aqui, retomamos o termo introduzido por Pereira (2021) no que se refere à homogeneidade e uniformidade estilística característica dos anos iniciais de atuação do IPHAN, que nos parece distanciar-se da discussão contemporânea da preservação do patrimônio cultural, também identificada por alguns autores como “estilo patrimônio, como vimos na página 17 desta dissertação.

Assim, não tivemos como objetivo iniciar ou encerrar as discussões sobre o tema, mas acrescentar dados e ponderações ao conjunto de trabalhos já realizados e ainda a se realizarem acerca da compreensão da realidade brasileira no campo da preservação do patrimônio edificado urbano, tendo em vista a necessidade de discussão constante acerca dos meios operacionais a serem utilizados nessa complexa e importante missão.

A pesquisa guiou-se ainda pelas questões fundamentais da preservação discutidas atualmente: o que? por que? como? e para quem? Preservar. No entanto, destaca-se as reflexões voltaram-se principalmente a três dessas questões: o que? por que e como? preservar. Assim, apesar de tocar a última questão, as reflexões aqui propostas versaram majoritariamente acerca do conhecimento dos conjuntos urbanos edificados a serem preservados e as indicações teórico-metodológicas que guiam esse tipo de intervenção, bem como o resultado da prática intervencionista executada nos objetos de estudo. No entanto, consideramos a pertinência do estudo aqui realizado em tocar questão do para quem? preservar, tendo em vista o esclarecimento da necessidade de pesquisas posteriores voltadas a esse tema.

A partir investigação do processo de tombamento nacional dos conjuntos urbanos de Laranjeiras/SE e Cachoeira/BA, verificamos que o reconhecimento nacional em ambos os casos recai sobre a sua própria composição como **conjunto**. Desse modo, como exposto no tópico 1.1, os atributos materiais capazes de transmitir os valores reconhecidos seriam as características formais e compositivas dos seus respectivos acervos arquitetônicos e arranjos urbanos, assim como a relação formada entre estes e o sítio natural e geográfico em que se encontram⁹³.

⁹³ Ainda acerca do estudo dos processos de tombamentos citados, destacamos que tais conjuntos de documentos se mostram como importantes fontes de informações se analisados considerando ainda o momento histórico e geográfico do qual fizeram parte. No caso de Laranjeiras, iniciado nos anos 70 e finalizado em 1996; no caso cachoeirano, na década de 1970. Nesse sentido, investigações acerca do contexto histórico de tais momentos podem auxiliar na compreensão do reconhecimento de valores pelo IPHAN em suas diversas fases e equipes – afinal, apesar de ser um órgão federal, sua dimensão contribui para que suas superintendências estaduais apresentem singularidades que nos levam a encarar o órgão a partir da sua heterogeneidade. Neste trabalho, não nos propomos a alcançar tais análises, mas enfatizamos aqui um interessante recorte de pesquisas futuras a fim de melhor compreender os diversos “IPHANs” que compõem o órgão federal de preservação brasileiro e quais teriam sido os estímulos aos tombamentos por todo o país durante os diferentes momentos da sua trajetória.

Nesse sentido, como os objetos empíricos da presente análise mostraram-se importantes marcos dos conjuntos urbanos e arquitetônicos dos quais fazem parte, verificamos, à luz do conceito de patrimônio urbano, que as intervenções sobre eles dispostas deveriam assegurar a unidade do conjunto e preservar a sua forma e composição – considerando ainda tal composição não de forma estática, mas dinâmica, viva e comprometida com uma relação autêntica e harmônica entre o passado e o tempo histórico presente.

Ademais, como ambos os “quarteirões” estudados receberam o reconhecimento pelo Programa Monumenta como objetos em ruína no estado pré-intervenção, fez-se necessário percorrer também as reflexões teórico-metodológicas voltadas a esse recorte patrimonial, que sustenta características e necessidades de preservação relacionadas ao seu próprio estado de degradação.

Dentro da diversa gama de bens relacionados ao patrimônio arqueológico, identificamos o tipo de ruína cujas intervenções foram analisadas na presente pesquisa: ruínas arquitetônicas não reconhecidas individualmente, mas que fazem parte de um conjunto de reconhecido valor patrimonial e que ainda conservam certa espacialidade e certos aspectos formais, principalmente no que se refere às suas fachadas principais. Assim, a partir de tal identificação, iluminou-se, no tópico 1.2, a janela de possibilidades de preservação que tratam da potencialização da sua leitura tipológica, espacial, formal e compositiva – considerando, ainda, a manutenção do seu caráter fragmentado.

Nesse sentido, consideramos que, ao lançar uma nova perspectiva sobre a máxima brandiana de que “ruína não se restaura”, esta não é anulada. De fato, a partir do pormenorizado estudo caso a caso e da consideração de ambas as instâncias estética e histórica iluminadas pelo próprio Brandi (2004), consideramos a possibilidade de encarar o estado arruinado – no caso do tipo de ruína aqui analisado - não apenas como um fim a ser protegido e conservado, mas como ponto de partida de um projeto de preservação onde os princípios teórico-metodológicos do campo (distinguilidade, reversibilidade, mínima intervenção e compatibilidade de técnicas e materiais) servem como farol para as decisões projetuais a serem tomadas sobre a materialidade do bem

em vias de sua salvaguarda e transmissão dos valores reconhecidos ao presente e às gerações futuras.

Ainda, considerando a vertente teórica contemporânea do restauro crítico e conservativo, entendemos que as ruínas se mostram como registros vivos e cheios de possibilidades para o presente e o futuro. Sem deixar de lado o respeito pela sua condição estética e histórica, possibilitam um novo tipo de fruição na contemporaneidade por meio de uma abordagem interdisciplinar e que lide com a materialidade ao mesmo tempo que considera seus aspectos simbólicos e a possibilidade de fruição do espaço.

Após a apresentação da fundamentação teórica que guiariam as reflexões propostas, partimos então para a investigação empírica. No capítulo 2, ao verificarmos o resultado pós-intervenção no Quarteirão dos Trapiches e a partir do caminho fenomenológico desempenhado e dos registros oficiais das obras, identificamos, externamente, uma busca pela recuperação do caráter “original” do conjunto partir de reconstituições estilísticas na sua fachada e fragilidades conceituais acerca das soluções empregadas. Internamente, as ações demonstram que não basta a utilização superficial e simplificada dos princípios fundamentais, como um *check-list* a ser preenchido: sem uma cuidadosa leitura do antigo e um fazer arquitetônico qualificado, tal uso *per se* pode gerar falhas na transmissão dos valores reconhecidos às gerações futuras, assim como na fruição funcional e estética do espaço.

Nesse sentido, destacamos a fragilidade conceitual da intervenção no tratamento da referida “unidade potencial do conjunto” (PCL, 2010, p. 10) – justificativa para as ações de reconstituição dispostas nas suas fachadas. Após a reflexão teórica desempenhada, compreendemos que as ações de restauração do patrimônio edificado se fazem pertinentes quando há o reconhecimento da obra enquanto bem cultural que, mesmo fragmentada, ainda sustenta uma unidade potencial - uma identidade apreendida. Tais fragmentos estariam, então, passíveis de reintegração. No entanto, de forma geral, verificamos que objetivo de tal reintegração não recai sobre a reconstituição do bem em sua totalidade, em seu estado “original”. Apenas na reintegração da matéria ao ponto de facilitar a percepção do seu aspecto, de forma

histórico-crítica e respeitando a sua autenticidade. No entanto, a intervenção sobre o Quarteirão dos Trapiches não nos parece alcançar tal entendimento. Apesar da escolha de termos voltados às ideias brandianas, o resultado construído parece, de fato, reforçar a “tradição institucional⁹⁴” brasileira voltada à homogeneidade e uniformidade estilística, e se distanciam da frutífera discussão contemporânea do campo da preservação.

Afinal, como tratado no tópico 1.2, diversos são os recursos projetuais vinculados às posturas teóricas contemporâneas - mais especificamente, ao restauro crítico-conservativo - que se afastam na reconstituição estilística das ruínas em prol da recuperação da unidade potencial do bem entendido como obra de arte a ser preservada – a exemplo, dentre outros, das reconstituições volumétricas evocativas ou da sugestão formal a partir de diferentes materiais, sempre fundamentadas em pesquisas históricas, arqueológicas e respeitando o bem em sua essência.

Em tais exemplos, as intervenções fundamentam-se na compreensão e na perpetuação da “lógica” da obra em questão, tratando-a como ela se apresenta naquele momento: uma ruína. Assim, a recuperação da unidade potencial versaria sobre a reintegração da percepção da obra a partir das lacunas existentes por meio de sugestões à sua integridade, não sua reconstituição estrutural e formal. Soluções essas que parecem compatíveis com o reconhecimento das ruínas do “quarteirão” enquanto parte do conjunto urbano da cidade – este, como apreendido por meio do estudo do Tombamento e do Memorial Descritivo das obras, a “obra de arte” fragmentada, mas que ainda sustentava uma unidade potencial a ser recuperada.

Por outro lado, faz-se relevante destacar a diversidade de possibilidades no tratamento do patrimônio edificado, desde que fundamentadas na reflexão teórico-metodológica do campo. Como visto no tópico 2.1, o anteprojeto de 2003 para a intervenção no Quarteirão dos Trapiches partiu da compreensão de que a nova condição estética estabelecida a partir da lacuna na fachada principal do Trapiche Santo Antônio e sua relação com a paisagem laranjeirense transformou de forma qualificadora o conjunto urbano da cidade. Desse modo, foi proposta a integração da condição de ruína

⁹⁴ Termo utilizado por Pereira (2021).

no projeto de preservação não apenas no interior do “quarteirão”, mas também na sua fachada principal. A lacuna seria, ela própria, atributo capaz de transmitir valores históricos, estéticos e simbólicos.

Nesse sentido, destacamos a proposição de ações a partir do princípio da reversibilidade, tendo em vista a pertinência relativa das intervenções de preservação, que se vinculam, sempre, a um tempo e lugar histórico. No entanto, no caso da reconstituição estilística da fachada principal Trapiche Santo Antônio propriamente executada a partir de exigências vindas do órgão nacional de preservação (PHAN), verificamos que a intervenção se deu de forma robusta e material, afastando-se também de tal princípio.

Ademais, questionamos o modo como os revestimentos e esquadrias externas foram recuperadas; bem como a desarticulação entre o novo uso e preexistência a ser preservada. Por meio da fragilidade de justificativas acerca da escolha cromática e dos materiais utilizados nas fachadas que, em grande parte, sustentavam alto grau de degradação; e da incorporação de salas climatizadas às fachadas principais do “quarteirão”, tem-se a percepção da criação de um “novo antigo”. Um cenário que, ao manter grande parte das suas portas e janelas fechadas, parece voltar-se a si mesmo, não ao conjunto do qual faz parte. Por outro lado, internamente, as soluções contemporâneas se apresentam de forma simplificada, pouco integradas à preexistência e com falhas da potencialização da sua leitura.

Assim, após a investigação realizada, verificamos, no processo de elaboração de projetos, o desenvolvimento de uma primeira proposta fundamentada na reflexão teórico-metodológica do campo da preservação. No entanto, à medida que tal proposta foi sendo alterada durante o desenrolar dos processos de aprovação pelo IPHAN, a relação entre a reflexão teórica e a prática intervencionista começa a se distanciar, retomando aspectos estilísticos característicos da “fase heroica” do órgão. Hoje, o resultado construído apresenta inconsistências entre as justificativas dispostas no seu Memorial Descritivo (PCL, 2010) e sua execução, tendo em vista que ele sustenta parágrafos ainda ligados ao primeiro projeto elaborado, sem um efetivo rebatimento na prática executada. Além disso, o resultado construído se apresenta como um conjunto de soluções projetuais desconexas que parecem ter se originado em diversos

momentos entre o desenvolvimento do projeto inicial e a execução das obras. Assim, percebemos a ausência de um fio condutor da intervenção de modo geral, ausência essa que se apresenta como uma consequência das aproximações e dos afastamentos da dança entre a reflexão teórico-metodológica do campo e a prática intervencionista em questão, que deve abranger, como visto a partir da presente pesquisa, as dimensões de projeto, fiscalização e execução.

Tratando agora das investigações voltadas ao Quarteirão Leite Alves em Cachoeira/BA, dispostas no capítulo 3, também verificamos, por meio do estudo das suas justificativas projetuais e do resultado encontrado *in loco*, a priorização de ações voltadas aos aspectos estilísticos e de uso a partir da recuperação formal das fachadas e das inserções contemporâneas no seu interior.

No Quarteirão Leite Alves, a valorização da preexistência parece encerrar-se na recuperação da sua caixa mural, reforçando, também, a manutenção da “tradição institucional” do IPHAN. Nesse sentido, destacamos as fragilidades acerca das recomposições de revestimentos, elementos decorativos e esquadrias “tal qual eram” em pontos críticos da sua fachada que apresentavam um maior estado de degradação e não indicadas pela intervenção. Ademais, destacamos as falhas na integração antigo-novo, como exemplificam as ações direcionadas à inserção do auditório do novo *campus* a partir simulação cenográfica das fachadas preexistentes da antiga fábrica: o descompasso entre uso e preexistência se demonstra na inclusão de esquadrias decorativas a partir de uma visão externa que, por outro lado, são “apagadas” a partir do seu interior.

Verificamos ainda que o Quarteirão Leite Alves em Cachoeira sustentava uma condição particular: além da caixa mural dos seus edifícios, pouco restava de materialidade no seu interior. Assim, a possibilidade de valorização da nova condição estética das suas ruínas não se fazia tão presente como no Quarteirão dos Trapiches em Laranjeiras. Contudo, a partir da investigação desempenhada, identificamos indícios de demolições não documentadas e poucas informações acerca da materialidade interna que ainda se mantinha. Tal situação demonstra, então, potenciais falhas no respeito à integridade do bem a ser preservado em vias de uma possível facilitação da nova proposição de uso.

Nesse sentido, destacamos, no caso do Quarteirão Leite Alves, a ausência de informações acerca de versões anteriores ao projeto apresentado pelo Monumenta em 2005; bem como das tratativas entre os arquitetos projetistas e o órgão de aprovação (IPHAN), como se pôde ter acesso no caso do Quarteirão dos Trapiches em Laranjeiras. No entanto, percebe-se, assim como no primeiro caso apresentado, inconsistências e ausências de informações entre as ações executadas e as justificativas apresentadas no Caderno de Estudos (Escritório de Projetos do Programa Monumenta de Cachoeira, 2010). Como exemplos de tais inconsistências, tem-se, por um lado, a pertinência da recuperação volumétrica da antiga fábrica a partir do uso de materiais e técnicas contemporâneas na área dos novos pavilhões de salas de aula e biblioteca. Por outro, a inserção da nova torre de elevador, que interfere na apreensão de um dos raros fragmentos internos preexistentes (a antiga parede de alvenaria preservada) e na unidade compositiva do próprio “quarteirão” e seu entorno; bem como as simulações estilísticas e cenográficas a partir do tratamento dos vãos das esquadrias da antiga fábrica na área do novo auditório.

Ademais, no que se refere à qualidade projetual das inserções contemporâneas no Quarteirão Leite Alves, verificamos uma situação semelhante ao ocorrido anteriormente sobre Laranjeiras: despontam indicações acerca da aplicação superficial dos princípios fundamentais da preservação e ausência de informações sobre a capacitação das empresas e profissionais responsáveis. Mais uma vez, a intervenção acaba por gerar a percepção de uma intervenção sem um fio conceitual que conduz as soluções propostas, além da criação de cenários que serviriam apenas para “emoldurar” a inserção do novo no conjunto, como uma casca ao “estilo patrimônio”. Dessa forma, a intervenção parece sustentar também aproximações e afastamentos entre a reflexão teórico-metodológica do campo e a prática intervencionista a partir de soluções descontinuadas potencialmente originadas em diversos momentos entre processo de elaboração de projetos, aprovação e execução. No entanto, enfatizamos a lacuna de informações encontrada na presente pesquisa no que se refere ao desenrolar de tais projetos: um hiato a ser investigado em estudos posteriores a fim de confirmar os indícios aqui identificados.

Tratando agora dos atributos imateriais relacionados aos conjuntos urbanos de Laranjeiras/SE e Cachoeira/BA, identificamos as tradições e os costumes originados no período colonial brasileiro e que ainda permanecem no cotidiano local por meio das manifestações e irmandades religiosas, grupos folclóricos e ofícios tradicionais. Ou seja, os atributos imateriais recairiam sobre os habitantes locais e sua relação com a cidade: recairia sobre o “sujeito principal da cultura”, como ilumina Meneses (2017). Dessa maneira, confirma-se a relevância na proposição de ações relacionadas às ideias da conservação integrada e as perspectivas que elas abrem no que se refere ao tratamento da natureza social do patrimônio e suas funções como tal.

Assim, tendo em vista a relevância do uso proposto por meio das ações do Monumenta sobre os objetos empíricos (abrigarem *campi* universitários da UFS e da UFRB, usos que parecem iluminar-se pelas reflexões teórico-metodológicas no que se refere à priorização do uso qualificado no horizonte do cotidiano), a pesquisa voltou-se também ao estudo das proposições da conservação integrada. Ou seja, as respostas que buscam responder à quarta questão fundamental do campo: para quem? preservar. Contudo, ao abordar tais questões de forma complementar, e não as concentrar no âmago das reflexões dispostas, esta pesquisa ressalta a necessidade de estudos posteriores que abordem mais especificamente tal recorte, como investigações quantitativas e qualitativas atuais acerca das consequências geradas pelas intervenções-estudo no dia a dia local e do habitante natural de Laranjeiras e Cachoeira, considerando a apropriação sujeito-objeto e os impactos na sua qualidade de vida.

Nesse sentido, na presente pesquisa, consideramos que, apesar das fragilidades projetuais e executivas em ambos os casos, um importante ponto de aproximação entre as reflexões teórico-metodológicas e a prática do Monumenta para os objetos empíricos trata-se da proposição de uso como *campi* universitários federais. Por meio de tal proposição, entendemos que as intervenções seriam voltadas às relações do cotidiano e às interações contínuas entre sujeitos e o bem a ser preservado - ou seja, alinhado às reflexões teóricas mais arejadas do campo. Contudo, após um olhar mais aproximado aos objetos empíricos, verificamos que os reflexos após as intervenções na realidade socioeconômica local das cidades mostraram-se aquém do esperado, apesar do inegável avanço socioeconômico alcançado. Nesse sentido, pode-se aferir que tal

resultado derivou da priorização das ações aos chamados “usos culturais da cultura” a partir da escolha de cursos a serem ofertados em ambos os *campi* voltados aos chamados “usos culturais”, como museologia, arqueologia, arquitetura e urbanismo, cinema e audiovisual, e artes visuais. Tal escolha demonstrou aparentes falhas na leitura dos territórios ao afastar-se das prioridades locais – alcançando, assim, pouca aderência dos moradores às atividades universitárias.

No entanto, apesar da pouca apropriação dos habitantes naturais de Laranjeiras e Cachoeira em relação aos novos *campi* abrigados em importantes marcos dos seus conjuntos urbanos, enfatizamos as potencialidades presentes na construção de uma relação sujeito-objeto como base das ações de preservação. Potencialidades essas demonstradas pelas ações de extensão do escritório modelo de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Sergipe à comunidade laranjeirense; e pela pertinência do “espalhamento” do uso universitário em edifícios por todo o centro histórico, como verificado no caso do Quarteirão Leite Alves em Cachoeira, em vias da apropriação do seu conjunto urbano de forma mais abrangente.

Assim, entre afastamentos e aproximações, destaca-se a complexidade política e econômica que caracteriza a realidade brasileira recente enfatizada por Cunha (2010, p. 130), que propicia a execução de diversas intervenções sobre o patrimônio edificado onde a preservação deixa de ser finalidade principal:

Geralmente as obras são implementadas em prazos exíguos e, portanto, de modo superficial e descuidado, acarretando perdas irreparáveis aos monumentos que justamente deveriam conservar. A abordagem fachadista e centrada na aparência exterior dos monumentos também não implica em um compromisso com a autenticidade histórica e artística, deixando espaço para recriações e transformações que visam ‘adequar’ o bem cultural às necessidades contemporâneas, bem como reforçar seu caráter ‘histórico’ e ‘patrimonial’.

Cenário esse que parece representar o contexto das ações do Programa Monumenta no Quarteirão dos Trapiches em Laranjeiras/SE e no Quarteirão Leite Alves em Cachoeira/BA. Apesar do conhecimento e da indicação de ações fundamentadas nas reflexões teórico-metodológicas do campo, elas parecem ter sido colocadas em segundo plano em favor do aproveitamento de oportunidades políticas e econômicas –

e, com esse afastamento, são geradas simplificações e referências à antiga priorização estilística da “tradição institucional” do IPHAN. No entanto, ainda conforme Cunha (2010, p. 154):

[...] a leitura estética que se faz agora é ainda mais rasa do que aquela da fase heroica, resumida à aparência exterior do monumento, que deve ostentar cores chamativas e alegres, num quadro de apropriação consumista e vazio daquilo que deveria ser a materialização da memória coletiva.

Assim, por meio da pesquisa realizada, pôde-se identificar diversas “pontas soltas” de um novelo que abrange três importantes dimensões da relação entre princípios teórico-metodológicos e a prática preservacionista no Brasil, sendo elas: a capacitação das empresas e profissionais envolvidos, a fiscalização por meio do órgão federal e a execução propriamente dita. No que se refere à primeira dimensão, verificamos o envolvimento de profissionais capacitados (como no caso do anteprojeto desenvolvido para o Quarteirão dos Trapiches em Laranjeiras) que, no entanto, foram distanciados no decorrer das ações. Por outro lado, por meio da análise de autoria dos projetos executivos para ambos os “quarteirões”, não foi possível alcançar dados que confirmem semelhante capacitação. Fragilidades essas que podem esclarecer o distanciamento e as inconsistências teórico-projetuais das ações realizadas.

Contudo, as outras duas dimensões citadas também parecem interferir de forma significativa a realidade investigada: as exigências vindas do IPHAN que, apesar da iluminação teórica do órgão ao longo dos anos, parecem reforçar antigos modos de tratar o patrimônio material vinculados à fase heroica do órgão; bem como o aproveitamento acrítico de oportunidades políticas e econômicas pelo Programa Monumenta. Oportunidades essas que traziam também limitações e exigências definidoras para as ações a serem executadas.

Assim, ao investigar os casos estudados, a presente pesquisa auxilia na identificação das diferentes dimensões (projeto, fiscalização e execução) envolvidas na complexa relação entre a reflexão teórico metodológica do campo da preservação e a prática intervencionista no contexto brasileiro. Verificamos que tal relação não se dá de

forma hermética, mas é permeada por diversas condições políticas e econômicas que versam para além do conhecimento teórico-metodológico do campo e que despertam a necessidade de maior aprofundamento a partir de estudos posteriores.

Por outro lado, pôde-se verificar também a grande potencialidade da construção de uma relação aproximada entre teoria e prática por meio da aplicabilidade dos conceitos teórico-metodológicos a partir de um fazer arquitetônico capacitado, sensível e comprometido com a preservação do antigo e sua integração às necessidades modernas. Tal aplicabilidade foi demonstrada, dentre outros, nos projetos desenvolvidos por Lina Bo Bardi para a Ladeira da Misericórdia em Salvador, que reconheceu e tomou as ruínas da Ladeira como ponto de partida de um projeto de preservação da paisagem urbana histórica; por Paulo Ormino de Azevedo para o centro cultural Dannemann em Cachoeira, que apresenta uma sensível integração antigo-novo e na preservação da imagem emanada pelo centro histórico ao mesmo tempo que se insere como mais uma camada histórica num projeto que fornece todas as possibilidades de utilização plena do espaço (ambos na década de 1980); e pelo grupo responsável pelos primeiros projetos para o Quarteirão dos Trapiches em Laranjeiras no início dos anos 2000 para a implantação de um *campus* universitário por meio da incorporação das antigas ruínas no projeto do novo que sustentava o respeito ao conjunto urbano no qual estaria inserido.

Por fim, destacamos que mais do que encontrar respostas às questões levantadas, esta pesquisa apresenta um leque de novos questionamentos, dentre eles, os relacionados à questão dos objetos em ruínas que fazem parte de um conjunto de reconhecido valor patrimonial: numa perspectiva de integração entre os aspectos documentais, estéticos, simbólicos e de uso, em que situação está a valorização brasileira (ou a falta dela) do *status* quo das ruínas urbanas como atributo agregador de valores ao conjunto no qual estão inseridas? Quais os elementos teórico-metodológicos capazes de lidar com esse contexto que se faz presente em grande parte das cidades brasileiras?

Enfatizamos, então, a necessidade de reelaboração constante acerca dos meios operacionais a serem utilizados na complexa e importante missão da preservação do patrimônio cultural numa realidade que sustenta desafios cada vez maiores na relação

entre patrimônio, política e economia – realidade esta que, apesar de complexidades, equilibra também a insistente presença dos que defendem a manutenção da memória e da transmissão dos valores culturais às próximas realidades que sucederão.

| Referências

ANDRADE JUNIOR, Nivaldo Vieira de. A Re-Semantização das Ruínas na Modernidade e sua Dignificação pela Arquitetura Contemporânea. **Anais** do ArquiMemória 3. Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação do Patrimônio Edificado. Salvador: IAB-BA, 2008. v. 1.

AUGÈ, Marc. **Rovine e macerie: il senso del tempo**. Torino: Bollati Boringhieri Editore, 2004.

AZEVEDO, Paulo Ormino David de (org.). **Plano Urbanístico de Laranjeiras**. Vol. 1. 1975.

AZEVEDO, Paulo Ormino. Centro Cultural Dannemann. **Revista Projeto**, nº 144, 1991. Disponível em: < https://arquimuseus.arq.br/w/wp-content/uploads/2020/12/2020-12-13-revista-projeto-144-texto_montaner.pdf>. Acesso em: 21 abr 2025.

BAETA, Rodrigo Espinha; NERY, Juliana Cardoso. Intervenções Arquitetônicas Contemporâneas em Ruínas: valorização ou destruição? **Anais** do III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, 2014.

BAETA, Rodrigo, NERY, Juliana, RODOMAR, Venícia. O “Campus das Artes” da Universidade Federal de Sergipe e o Programa Monumenta Laranjeiras: dos percalços do projeto à difícil situação atual. **Anais** do Simpósio Científico do ICOMOS BRASIL. Belo Horizonte, 2017.

BESSE, J -M. Entre a geografia e a ética: a paisagem e a questão do bem-estar. Tradução por Eliane Kuvasey e Mônica Balestrin Nunes. **In**: GEOUSP – Espaço e Tempo (Online), v. 18 n. 2 p. 241-252. 2014.

BONDUKI, Nabil. **Intervenções Urbanas na Recuperação de Centros Históricos**. Brasília: IPHAN-Programa Monumenta, 2010.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Tradução por Beatriz M. Kühl. Cotia: Ateliê, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 68.045 de 13 de janeiro de 1971**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68045-13-janeiro-1971-409924-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 04 mai 2025.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Conjunto de documentos Processo Administrativo nº 843-T-71**. 1971.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura – Universidade Federal da Bahia. **Plano de Desenvolvimento Integrado da Cidade Monumento de Cachoeira**. 1976.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Conjunto de documentos Processo Administrativo nº 1288-T-89**. 1989.

BRASIL. Ministério da Cultura - Programa Monumenta. **Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural**. Brasília, 2005.

BRENDLE, Betânia, VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália. Ruína não se restaura: a reinvenção do Quarteirão dos Trapiches de Laranjeiras. **Anais** do III CIRMRE. Rio de Janeiro, 2010.

BRENDLE, Maria de Betânia Uchôa Cavalcanti; VIEIRA, Natália Miranda; TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. Patrimônio ao léu. Destruição oficial nos centros de Laranjeiras (SE) e São José do Mipibu (RN). **Anais** do II Seminário Internacional Urbnicentros. Maceió, 2011.

BRENDLE, Betânia. Restauros sem teoria e a falácia da intervenção oficial na preexistência patrimonial no Basil: o malogro do IPHAN em Cachoeira-BA e Laranjeiras-SE. **Anais** do Arquimemória VII. Salvador, 2017.

CABRAL, Renata Campello; ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. e Andrade, 2012. Roberto Pane, entre história e restauro, arquitetura, cidade e paisagem. Risco. Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo, nº 15, p. 105-111, 2012.

CABRAL, Renata Campello. A dimensão urbana do patrimônio na Carta de Atenas de 1931. As contribuições da delegação italiana. **Arquitextos**, São Paulo, ano 15, n. 179.04, Vitruvius, maio 2015. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/15.179/5531>>. Acesso em: 20 abr 2025.

CARBONARA, Giovanni (2008). A restauração não é conservação... Tradução Nivaldo Vieira de Andrade Júnior e Yan Graco Dantas Cafezeiro. **In:** Revista THESIS, v. 8, n. 16, 2023.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro (org). **Rotas da Alforria: trajetórias da população afro-descendente na região de Cachoeira, Bahia**. Rio de Janeiro: IPHAN/Copedoc, 2008.

CONSELHO da Europa. **Declaração de Amsterdã**. Tradução do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). 1975. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Amsterda%CC%83%201975.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2025.

COSTA, Tatiana de Carvalho. **A arqueologia como instrumento de preservação do patrimônio arquitetônico: a restauração do “Quarteirão dos Trapiches” de Laranjeiras/SE.** Dissertação de Mestrado. PROARQ/UFS. Laranjeiras, 2013.

CUNHA, Claudia dos Reis e. **Restauração: diálogos entre teoria e prática no Brasil nas experiências do IPHAN.** Tese de Doutorado. FAUUSP, São Paulo, 2010.

DIAS, Diego Nogueira. Paradoxos da “identidade nacional” nos discursos arquitetônicos de Lucio Costa e Sylvio de Vasconcellos. *In: Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 28, p. 1-26, 2020.

DIAS, Islena. **Estudo da Intervenção nas ruínas do antigo Trapiche Santo Antônio para uso como parte do campus de Laranjeiras (UFS) utilizando técnicas de Avaliação Pós-Ocupação.** 2022. Trabalho de conclusão de curso. UFS. São Cristóvão, 2022.

DIOGO, Érica [org.]. **Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos.** Brasília/DF: IPHAN/ Programa Monumenta, 2009.

ESCRITÓRIO de Projetos do Programa Monumenta de Cachoeira. **Caderno de Estudos: Projeto de Recuperação do Quarteirão Leite Alves.** Ministério da Cultura/ Programa Monumenta. 2010.

FALCÓN, Maria Lucia de Oliveira [org.]. **Sergipe: cultura e diversidade.** Salvador: Solisluna Design Editora, 2010.

FARIAS, S. C. de. **O Programa Monumenta e a sua implementação em Cachoeira/BA.** Dissertação de Mestrado. FAUUNB, Brasília, 2018.

FAUFBA. **Dossiê do 4º Seminário Internacional de Projeto – Requalificação Urbana e Cultura da Cidade (SIP).** Salvador, 2019.

FERNANDES, Ramon. **Manifesto face a inércia: restauro alusivo das ruínas da antiga Igreja de São Miguel Arcanjo e convento Jesuíta na cidade de Extremoz/RN.** Trabalho de conclusão de curso. UFERSA. Pau dos Ferros, 2022.

FERNANDES, Ramon; OLIMPIO, Monique; VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália. Uma proposta de restauro para a ruína da antiga igreja de São Miguel Arcanjo e convento Jesuíta em Extremoz/RN: aplicabilidade de uma abordagem teórico-metodológica para o ensino do projetar sobre preexistências de valor patrimonial. *Anais do 11º Seminário Internacional Projetar*. João Pessoa, 2023.

FLEXOR, Maria Helena O. [org.]. **O conjunto do Carmo de Cachoeira.** Brasília, DF: IPHAN/Monumenta, 2007.

FREITAS NETO, Leonardo de. **As políticas de preservação do patrimônio cultural como estratégia de desenvolvimento local em Cachoeira-BA (2002-2016): contradições e perspectivas.** Dissertação de Mestrado. UFRB. Cachoeira, 2018.

GIANNECCHINI, Ana Clara. **Programa Monumenta: o patrimônio cultural como recurso para o desenvolvimento?** Tese de Doutorado. UNB, Brasília, 2019.

GIANNECCHINI, Ana Clara; PEIXOTO, Elane Ribeiro. Desajustes do patrimônio: o Programa Monumenta em Laranjeiras, Sergipe. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 24, E202242, 2022. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202242>.

GONÇALVES, Cristiane. **Experimentações em Diamantina: um estudo sobre a atuação do SPHAN no conjunto urbano tombado 1938-1967.** Tese de Doutorado. FAUUSP, São Paulo, 2010.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

ICOMOS, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. **Carta de Atenas.** Tradução do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). 1931. Disponível em: <
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2025.

ICOMOS/ ICAHM. Conselho Internacional de Monumentos e Sítios e Comitê Científico Internacional para o Gerenciamento do Patrimônio arqueológico. **Carta de Lausanne.** Tradução do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). 1990. Disponível em: <
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Lausanne%201990.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2025.

ICOMOS, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. **Carta de Veneza.** Tradução do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). 1964. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2023.

ICOMOS, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. **Carta de Washington.** Tradução do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). 1987. Disponível em: <
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Washington%201987.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2025.

ICOMOS, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. **Princípios de La Valleta para a Salvaguarda e Gestão de Cidades e Conjuntos Urbanos Históricos.** Tradução de Flávio Lopes e Miguel Brito Correia. 2011. Disponível em: <

<https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/53%20Princ%C3%ADpios%20La%20Valett%20conjuntos%20urbanos%20-%20ICOMOS%202011.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2011.

IPAC, Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. BA.GOV: site do governo do estado da Bahia, s.d. Disponível em: <<https://www.ba.gov.br/ipac/monumenta>>. Acesso em: 21 abr 2025.

IPHAN. **Laranjeiras: cidade patrimônio do povo de Sergipe** - Processo Nº 1.288-T-89 I.P.H.A.N./DID Arquivo Central, 1996.

IPHAN. **Portaria nº 15, de 21 de janeiro de 2019**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portarian1521dejaneirode2019.pdf>>.

Acesso em: 04 mai de 2025.

KÜHL, Beatriz. O tratamento das superfícies arquitetônicas como problema teórico da restauração. **Anais do Museu Paulista**, v. 12, p. 309-330, 2004.

KÜHL, Beatriz M. História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos. **In**: R. CPC, São Paulo, v.1, n.1, p. 16-40, nov. 2005/ abr. 2006.

KÜHL, Beatriz M. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: Problemas Teóricos de Restauo**. Cotia, Ateliê Editorial, 2009.

KUHL, Beatriz M. Teoria da restauração, de Cesare Brandi: seis décadas de sua publicação. **In**: Anais do Museu Paulista, São Paulo, v. 31, p. 1-43, 2023.

LADEIRA da Misericórdia, Salvador de Bahía. Lina Bo Bardi. **Arquitectura Viva**, 2015. Disponível em: < <https://arquitecturaviva.com/works/ladeira-da-misericordia-0>>. Acesso em: 20 abr. 2025.

LIRA, F. B. Desafios contemporâneos da significância cultural, integridade e autenticidade do patrimônio cultural: teoria e prática. **Oculum Ensaios**, v. 17, e204365, 2020. <http://dx.doi.org/10.24220/2318-0919v17e2020a4365>.

LOPES, Juliana Serzedello Crespim. Liberdade, Liberdades: Dilemas da Escravidão na Sabinada. **Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**, nº 6, ano III, p. 25-44, 2010.

MALHEIRO, Wille Marcel Lima. File: Quarteirão Leite Alves.JPG. **Wikimedia Commons**. Disponível em:

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Quarteir%C3%A3o_Leite_Alves.JPG. Acesso em: 21 abr 2025.

MENA, Fernanda. Projeto de Lina Bo Bardi em ruínas terá nova vida como centro cultural em Salvador. **Folha de S. Paulo**, 6 de set. de 2024. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2024/09/projeto-de-lina-bo-bardi-em-ruinas-tera-nova-vida-como-centro-cultural-em-salvador.shtml>>. Acesso em: 21 abr 2025.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de et al. **A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. [Debate]**. Patrimônio: atualizando o debate. São Paulo: IPHAN. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Magnani_JGC_76_1636193_ACidadeComoBemCultural.pdf. Acesso em: 04 maio 2025. 2006.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Repovoar o patrimônio ambiental urbano. **Revista do Patrimônio, Brasília**, DF, n. 36, p. 39-52, 2017.

MOTA, Luciana Guerra Santos. **Manufaturas de fumo do Recôncavo Baiano: vestígios de patrimônio industrial**. Tese de doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Salvador: PPG/AU/UFBA, 2014.

MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. SPHAN / Pró-Memória, n. 22, p.108-122, 1987.

NERY, Juliana; BAETA, Rodrigo. Entre reflexões e práticas: A experiência do Programa Monumenta em Laranjeiras/SE. **Anais do II Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo**. Natal, 2012.

NERY, Juliana Cardoso; BAETA, Rodrigo Espinha. **Entre o restauro e a recriação: reflexões sobre intervenções em preexistências arquitetônicas e urbanas**. Salvador: EDUFBA, 2022.

NUNES, Verônica Maria Meneses; NOGUEIRA, Adriana Dantas. **O despertar do conhecimento na Colina Azulada: a Universidade Federal de Sergipe em Laranjeiras**. São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

O.E.A. Organização dos Estados Americanos. **Normas de Quito**. Tradução do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). 1967. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2025.

OLIVEIRA, Fernando; BAETA, Rodrigo. Universidade Federal de Sergipe – Campus Laranjeiras. *In*: Revista Arquitetura e Urbanismo, ed. 224, p. 42-47, nov. 2012.

PCL. **Memorial descritivo: Quarteirão dos Trapiches**. Ministério da Cultura/ Programa Monumenta. 2010.

PEREIRA, Julia. **Sacerdotes e profetas do patrimônio urbano no Brasil: consensos e dissonâncias no Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do IPHAN (1990-2010)**. Tese de Doutorado. UFPE, Recife, 2021.

RIBEIRO, C.; LIRA, F. Autenticidade, integridade e significância cultural. *In*: LACERDA, N.; ZANCHETTI, S. (org.). Plano de gestão da conservação urbana: conceitos e métodos. Olinda: CECI, 2012. p. 32-43.

RIEGL, Aloïs. **O culto moderno dos monumentos: essência e gênese**. Tradução de Leonardo Barci Castriota. Belo Horizonte: IEDS; Miguilim, 2022.

RODRIGUES, Ângela Rosch. **Ruína e patrimônio cultural no Brasil**. Tese de Doutorado. FAUUSP, SP, 2017.

RUFINONI, Manoela Rossinetti. **Preservação e Restauro Urbano: Teoria e Prática de Intervenção em Sítios Industriais de Interesse Cultural**. Tese de Doutorado. FAUUSP, São Paulo, 2009.

SANT'ANNA, Márcia. **A cidade-atração: a norma de preservação de áreas centrais no Brasil dos anos 1990**. Salvador, EDUFBA, 2017a.

SANT'ANNA, Márcia. A cidade-patrimônio no Brasil: lições do passado e desafios contemporâneos. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 35, p. 139-154, 2017b.

SERRÃO, Adriana Veríssimo. **Filosofia da paisagem: estudos**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011.

SORGINE, Juliana; MOTTA, Lia; GRIECO, Bettina. **Salvemos Ouro Preto: a campanha em benefício de Ouro Preto, 1949-1950**. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008.

THOMPSON, Analucia [org.]. **Entrevista com Judith Martins**. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2009.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. **Recomendação de Nairóbi**. Tradução do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). 1976. Disponível em: <

[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nairo bi%201976.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nairo%20bi%201976.pdf)>. 20 abr. 2025.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. **Recomendação de Paris**. Tradução do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). 1972. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris %201972.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201972.pdf). Acesso em: 20 abr. 2025.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. **Recomendação sobre as Paisagens Urbanas Históricas**. Tradução de Flávio Lopes e Miguel Brito Correia. 2011. Disponível em: [https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/52%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20 0paisagens%20urbanas%20hist%C3%B3ricas%20-%20UNESCO%202011.pdf](https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/52%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%200paisagens%20urbanas%20hist%C3%B3ricas%20-%20UNESCO%202011.pdf)> . Acesso em: 20 abr. 2025.

VARAGNOLI, Claudio (org). **Conservari il passato: metodi ed esperienze di protezione e restauro nei siti archeologici**. Roma: Gangemi Editore, 2005.

VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália; NASCIMENTO, J. Clewton, 2012. A cristalização da “eterna imagem do passado” nas práticas preservacionistas dos sítios históricos brasileiros: perspectivas para a sua superação? **Anais** do II Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Natal, 2012.

VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália. Posturas Intervencionistas Contemporâneas e a Prática Brasileira Institucionalizada. **Anais** do III ENANPARQ. São Paulo, 2014.

VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália. O papel da materialidade no debate contemporâneo da preservação: por uma relação simbiótica entre materialidade e imaterialidade. In: Simpósio Científico ICOMOS Brasil, IV., 2020. **Anais** [...] Rio de Janeiro, 2020.

VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália. **Materialidade e imaterialidade do patrimônio construído. Brasil e Itália em diálogo**. Recife, Editora UFPE, 2022.

ZANCHETI, Silvio. Conservação integrada e planejamento urbano: uma revisão. **Caderno de Estudos Sociais**, v. 19, n. 1, p. 107-124. 2003.

ZANCHETI, S. et al. Judgement and validation in the Burra charter process: introducing feedback in assessing the cultural significance of heritage sites. **City and Times**, v. 4, n. 2, p. 47-53, 2009. Available from: <http://www.ceci-br.org/novo/revista/docs2009/CT-2009-146.pdf>. Cited: June 5, 2018.

ZOLLINGER, Carla Brandão. Lina Bo Bardi: preservação do Patrimônio, interesse social e arquitetura. A recuperação do conjunto do Unhão e da Ladeira da Misericórdia. **In:**

Encontro Internacional Arquimemória sobre preservação do patrimônio edificado.
Salvador, 2017.